

TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

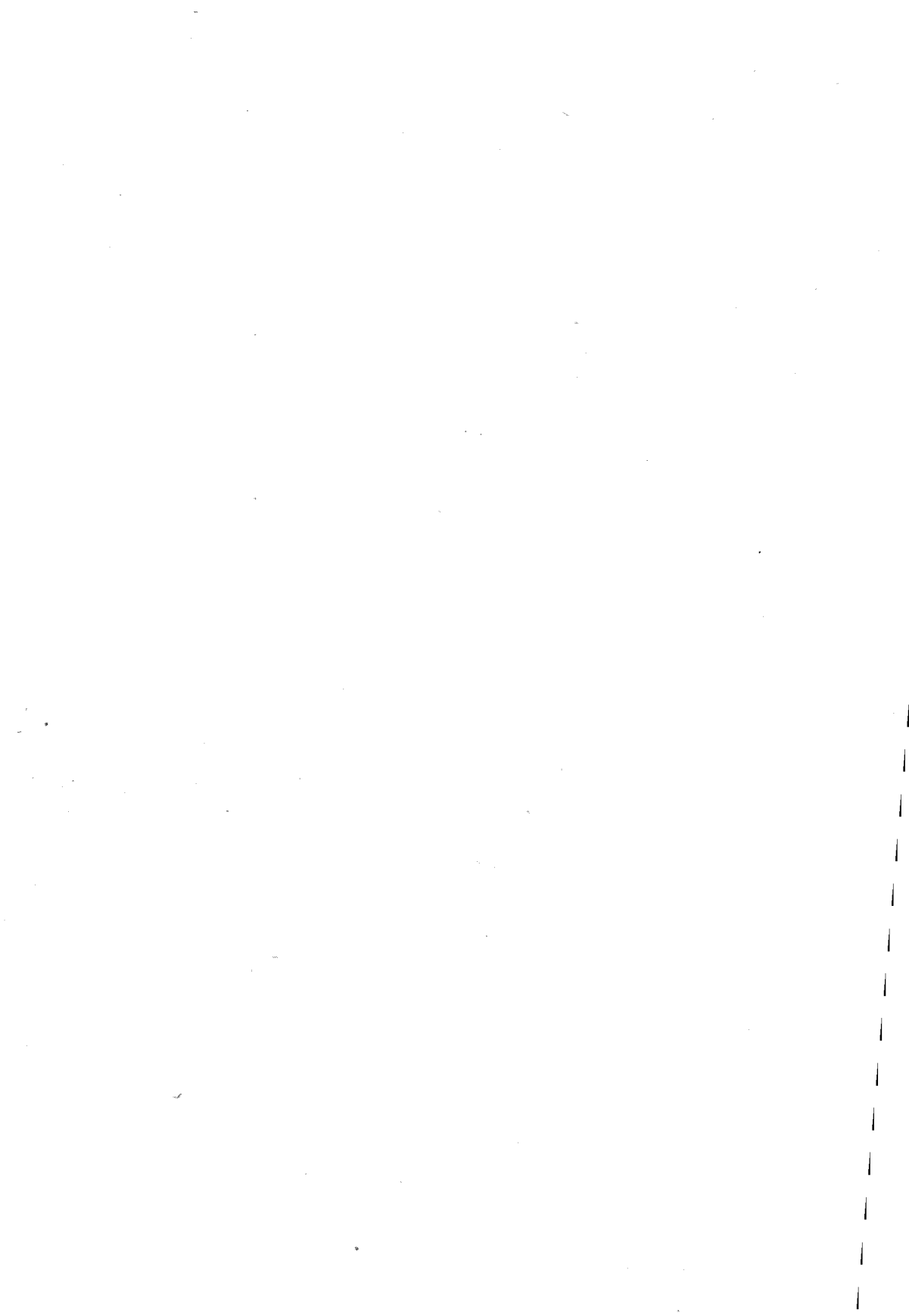
DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XX — FASC. 3-4



PORTO — 1967-1968

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA «DR. MENDES CORRÊA» — Faculdade de Ciências



Sinostose das suturas do crânio e idade

(Revisão histórica, crítica e contribuição pessoal)

POR

J. Pinto-Machado

1.º Assistente de Anatomia na Faculdade de Medicina do Porto
Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

«L'histoire et la logique des sciences nous enseignent que la mathématisation d'une science est une étape inévitable et une condition nécessaire à son développement»

V. A. KOSTITZIN ¹³

Nos últimos cem anos, têm sido publicados numerosos estudos versando as relações entre a idade e a obliteração das suturas cranianas. Pareceu-nos ser momento oportuno de proceder à sua revisão e crítica, de modo a ser possível determinar objectivamente o que se conhece e sugerir o rumo e a metodologia de investigações que, neste domínio, podem ser realizadas. Tal é a intenção e o programa do presente trabalho.

Revisão histórica

Foi VESÁLIO o primeiro a admitir que a obliteração das suturas está relacionada com a idade; porém, coube a FALÓPIO — talvez por sugestão do seu genial mestre — demonstrar o facto, a meio do século XVI (TODD & LYON²⁶, ASHLEY-MONTAGU²).

A partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir numerosos estudos sobre a relação entre a sinostose das suturas do crânio e a idade, muitos deles propondo regras que permitissem avaliar a idade em que um indivíduo morreu pelo grau de obliteração das suturas do seu crânio.

Em 1861, BROCA⁴ declara-se incapaz de indicar dados precisos sobre a idade em que se obliteram as diversas suturas, e afirma que muitas persistem em indivíduos de mais de 50 anos.

Em 1869 aparece, sobre este tema, um estudo muito minucioso de POMMEROL²⁰ (tese de licenciatura), mas o número de observações é demasiado escasso para ser legítimo generalizar os resultados.

SAUVAGE²³, em 1870, estuda 126 crânios e verifica que é na superfície interior que se inicia a sinostose — em regra cerca dos 45 anos — e que é rara a obliteração total do lado ectocraniano. Observa também não haver relação entre o grau de complicação de uma sutura e a cronologia da sua ossificação.

RIBBE²², em 1885 (tese de licenciatura), nota, pela observação de 50 crânios, que é muito variável a idade em que as suturas começam a ossificar-se (limites extremos: 21 e 55 anos). Calcula a média das idades dos crânios com princípio de sinostose e, fundamentado nela, declara que é pelos 40-45 anos que mais provavelmente se inicia o processo sinostósico. Reconhece que na avaliação da idade pelo estado das suturas a margem de erro é de 15-20 anos.

Na mesma data, publica-se o livro de TOPINARD³⁰ «*Éléments d'Anthropologie Générale*». Aí se refere que a data de obliteração varia muito conforme as suturas, que a todas as suturas completas corresponde uma idade inferior a 36 anos, que o início da sinostose na sutura sagital (*pars obelica*) e na sutura coronal (*pars bregmatica*) marca, respectivamente, 40 e 50 anos, e que o desaparecimento da sutura têmporo-parietal indica idade superior a

65 anos. Aos 80 anos todas as suturas estão completamente obliteradas. Porém, a existência de numerosas e amplas variações individuais leva TOPINARD a rejeitar a regra por ele mesmo formulada (!) («*Nous n'osons plus nous fier à cette règle*») e a afirmar, com humor bem francês, que se passa com as suturas o que ocorre com os cabelos: pode ser-se novo e ter-se cabelos de velho, e ser-se velho com cabelos de novo. Reconhece, contudo, que, associando o exame das suturas e dos dentes, pode avaliar-se a idade com um erro de 10 anos. Como SAUVAGE²³, TOPINARD afirma que a sinostose é mais precoce no endocrânio, não sendo raro encontrar-se uma sutura completamente obliterada na sua face profunda e totalmente aberta na face superficial.

Parece ter sido DWIGHT⁸ (1890) — que observou 100 crânios — o primeiro a afirmar que o início da sinostose ocorre frequentemente antes dos 30 anos (o que não o impede de dizer que a presença de suturas completas indica idade inferior a 30 anos!). Reconhece que a data e a ordem da obliteração são muito variáveis (habitualmente a sinostose começa na parte posterior da sutura sagital e quase ao mesmo tempo na *pars pterica* da sutura coronal, e muitas vezes persiste o vértice da sutura lambdoideia endocraniana quando todas as outras estão já completamente obliteradas), mas que é sempre no endocrânio que se inicia, não havendo obrigatoriamente correspondência topográfica entre as sinostoses endo e ectocranianas. Considera que, se o observador é experiente, o grau de ossificação das suturas, associado a outros dados de morfologia craniana, pode ser útil na avaliação da idade.

ALLEN¹, em 1897, refere-se com particularidade às suturas têmporo-parietal e têmporo-esfenoidal, e diz que raramente desaparecem, por muito idoso que seja o indivíduo.

PARSONS & BOX¹⁶, já neste século (1905), estudam 85 crânios e reconhecem, como outros precedentemente, que as suturas podem começar a obliterar-se antes dos 30 anos, mas consideram

o facto raro. Dizem que a cronologia da sinostose é muito variável no ectocrânio, mas que no endocrânio é mais regular e pode ser utilizada na avaliação da idade: suturas totalmente abertas correspondem, praticamente, a menos de 30 anos; suturas completamente obliteradas indicam, com muita probabilidade, mais de 50 e, seguramente, mais de 60 anos.

Os resultados a que FRÉDÉRIC¹⁰ (1906) chegou, após ter examinado 287 crânios, levam-o a não atribuir qualquer valor ao grau de obliteração sutural na avaliação da idade. Dois anos mais tarde, ZANNOLI³¹ emite o mesmo parecer.

Em 1915, BOLK³ publica importantíssimo estudo sobre a ossificação das suturas entre os 3 e os 20 anos (1820 crânios). Os resultados surpreenderam o próprio autor, dada a relativa frequência (cerca de 10 p. 100) de sinostose occípito-mastoideia (parcial ou total, uni ou bilateral) em crianças de 3 a 7 anos. Depois da occípito-mastoideia, foi a sagital a sutura que mais vezes encontrou parcial ou totalmente obliterada em crânios infantis (2,5 p. 100). Dado que, a partir dos 7 anos, não aumenta a incidência da sinostose precoce, BOLK conclui que *«after the child has reached its seventh year it has little chance to be subject to the said premature synostosis»*. LENHOSSEK¹⁴, no ano seguinte, chega a resultados idênticos (exame de 216 crânios, de idades entre 4 meses e 14 anos).

Nos anos de 1924 e 1925 são publicados quatro trabalhos de TODD & LYON²⁶⁻²⁹, sem dúvida a contribuição mais importante, até à data, para o conhecimento das relações entre a idade e a obliteração das suturas do crânio. Desses estudos, o fundamental é o primeiro. Nele, após desenvolvida revisão histórica e crítica, os autores concluem, muito justificadamente: *«Thence the whole question of the relation of suture union to age remains an intricate and unsolved problem, hopeless alike in the scattered confusion of the data, in the inadequacy of the material utilized and in the unreliability of*

the information upon which determination of age has been made. TODD & LYON²⁶ apontam as condições exigidas para do material de estudo poderem ser obtidas conclusões válidas: lote numeroso, distinção de sexos e raças, conhecimento exacto da idade. Estes autores utilizaram 307 crânios masculinos de raça branca e 120 crânios masculinos de raça negra, estando as idades compreendidas entre 18 e 84 anos (intervalos de classe: 3 anos). O grau de obliteração foi aferido pela escala de RIBBE²², já utilizada também por FRÉDÉRIC¹⁰:

- 0 — sutura completa
- 1 — sutura quase completa
- 2 — metade da sutura obliterada
- 3 — sutura quase completamente obliterada
- 4 — sutura completamente obliterada

A modalidade de obliteração das suturas no endocrânio do lote de raça branca foi considerada como padrão em relação ao qual se compararam os tipos de sinostose observados no ectocrânio do lote de raça branca e nas superfícies interior e exterior dos crânios de negros.

Nos seus estudos, os citados autores não se preocuparam com as grandes variações individuais, nem com a possibilidade de avaliar a idade pelo grau de sinostose. O seu objectivo essencial foi determinar — no endocrânio e no ectocrânio, em brancos e em negros — o tipo característico («tipo modal», na expressão dos autores) do perfil sinostósico de cada sutura. Por isso, e após observações preliminares, estes investigadores excluíram, de cada lote, um certo número de exemplares (13 a 20 p. 100, conforme a sutura e a classe etária), tendo a selecção obedecido ao seguinte critério: 1.º — eliminação dos crânios pertencentes a esqueletos de tipo antropóide (em estudos anteriores sobre a morfologia da

faceta articular do púbis, TODD²⁵ havia determinado dois tipos fundamentais, antropóide e regressivo, este mais frequente e mais característico do Homem); 2.º — eliminação dos crânios pertencentes a esqueletos anómalos em relação à idade (diferenciação precoce ou atrasada); 3.º — eliminação dos crânios com sinostose prematura ou tardia.

As conclusões mais importantes dos estudos de TODD & LYON²⁶⁻²⁷ em crânios de brancos são as seguintes:

1) Cada sutura tem perfil sinostósico característico. Em muitas suturas, determinado segmento apresenta evolução particular (*pars obelica* da sutura sagital, *pars pterica* da sutura coronal, *pars asterica* da sutura lambdoideia, *pars inferior* da sutura occípito-mastoideia).

2) De acordo com o aspecto geral dos perfis sinostósicos respectivos, podem classificar-se as suturas do crânio em três grandes grupos: suturas da abóbada (sagital, coronal e lambdoideia), suturas circum-meáticas (têmporo-esfenoidal, têmporo-parietal, parieto-mastoideia e occípito-mastoideia) e suturas acessórias (esfeno-frontal e esfeno-parietal).

3) Do início da idade adulta à extrema velhice, o perfil sinostósico é sinusoidal: períodos de actividade acentuada alternam com períodos de quiescência ou de actividade muito escassa. O progresso máximo verifica-se dos 26 aos 30 anos, havendo períodos de actividade menos acentuada no começo da idade adulta («esforço espúrio»), na meia-idade e nas idades avançadas.

4) Em cada sutura, as sinostoses endo e ectocranianas iniciam-se, praticamente, na mesma data (só em casos raros a ossificação começa 1-2 anos mais cedo numa das faces) e evoluem de modo semelhante. Porém, a obliteração no ectocrânio é mais lenta (por isso, menos completa) e mais irregular (por isso a periodicidade do perfil sinostósico é menos nítida e são mais ate-

nuadas as diferenças na obliteração dos três grandes grupos de suturas), nunca se observando reactivação na idade avançada.

Indicamos, nos quadros I e II, os resultados das observações de TODD & LYON²⁶⁻²⁷ em crânios masculinos de raça branca.

O exame do quadro I permite notar o fundamento da classificação das suturas do crânio nos três grupos acima referidos:

1) *Suturas da abóbada*: é nelas que primeiro se inicia e termina a sinostose (sagital: 22-35 anos; coronal: 24-41 anos; lambdoideia: 26-47 anos). Quando a sinostose começa antes dos 26 anos (suturas sagital e coronal), a progressão faz-se em três fases:

lenta (até aos 26 anos) → *rápida* (dos 26 aos 30 anos)
→ *lenta* (dos 31 anos ao termo).

Em cada sutura há um segmento com evolução particular:

- S 3 — a sinostose realiza-se dos 22 aos 29 anos, com progressão sensivelmente uniforme (grau 2 aos 25 anos);
- C 3 — a sinostose começa e termina 2 e 3 anos mais tarde, respectivamente, em relação a C 1 e C 2;
- L 3 — a sinostose inicia-se ao mesmo tempo que em L 1 e L 2, mas progride mais lentamente (termo 5 anos mais tarde).

Estes factos levam os citados autores a afirmar: «*The true sutures of the vault are not the sagittal, coronal and lambdoid in their entirety but these three sutures with the pterica and the asterica omitted. The obelica is a law to itself*».

2) *Suturas circum-meáticas*: são, de diante para trás, a esfeno-temporal, têmporo-parietal, parieto-mastoideia e occípito-mastoi-

QUADRO I

Início, evolução e terminação da sinostose em crânios masculinos
de raça branca (endocrânio) (Todd & Lyon²⁶, 1924)

Sutura (°)	Início da sinostose (anos)	Evolução até aos 30 anos	Grau de sinostose aos 30 ± 1 anos	Evolução ulterior	Termo da sinostose (anos)
S 3	22	Lenta até 26 Rápida de 26-29	4	—	29 (completa)
S 1,2,4	23	Lenta até 26 Rápida de 26-30	3,9	Lenta	35 (completa)
E-F 1	22	Lenta até 26 Rápida de 26-30	3,0	Lenta até aos 64 Reactivação aos 65	65 (completa)
E-F 2	22	Lenta até 26 Rápida de 26-30	3,0	Lenta até aos 63 Reactivação aos 64	64 (completa)
C 1,2	24	Lenta até 26 Rápida de 26-29	3,4	Lenta	38 (completa)
C 3	26	Rápida até 29	2,1	Lenta	41 (completa)
L 1,2	26	Rápida até 30	3,4	Lenta	42 (completa)
L 3	26	Rápida até 30	2,2	Lenta	47 (completa)
O-M 3	26	Rápida até 30	3,0	Quiescente até aos 45 Lenta de 46-71 (3,5) Reactivação aos 72	72 (completa)
E-P	29	—	—	Lenta até aos 45 (3,0) Quiescente até aos 64 Reactivação aos 65	65 (completa)
O-M 1,2	30	—	—	Lenta até aos 32 (1,25) Quiescente de 33-45 Reactivação de 46-63 (3,5) Quiescente de 64-80 Reactivação aos 81	81 (completa)
E-T 2	30	—	—	Lenta	67-84 (em 3,9)

Sutura (*)	Início da sinostose (anos)	Evolução até aos 30 anos	Gravidade da sinostose aos 30 ± 1 anos	Evolução ulterior	Termo da sinostose (anos)
E-T 1	31	—	—	Quiescente até aos 62 Activação aos 63	64-84 (em 2,4)
P-M	37	—	—	Muito lenta até aos 51 Lenta até final	81 (completa)
T-P 2	37	—	—	Quiescente até aos 62 Activação aos 63 (1,75) Quiescente de 64-78 Reactivação de 79-81	81-84 (completa ou não)
T-P 1	38	—	—	Quiescente até aos 62 Activação aos 63 (1,75) Quiescente de 64-78 Reactivação de 79-81	81-84 (em 3,2)

(*) S 1, 2, 3, 4 (*pars bregmatica*, *pars verticis*, *pars obelica* e *pars lambdatica* da sutura sagital). C 1, 2, 3 (*pars bregmatica*, *pars complicata* e *pars pterica* da sutura coronal). L 1, 2, 3 (*pars lambdatica*, *pars complicata* e *pars asterica* da sutura lambdoideia). E-F 1, 2 (*pars temporal* e *pars orbital* da sutura esfeno-frontal). O-M 1, 2, 3 (*pars superior*, *pars media* e *pars inferior* da sutura occipito-mastoideia). E-P (sutura esfeno-parietal). E-T 1, 2 (*pars superior* e *pars inferior* da sutura esfeno-temporal). P-M (sutura parieto-mastoideia). T-P 1, 2 (*pars anterior* e *pars posterior* da sutura têmporo-parietal).

deia. No seu conjunto, constituem como que arco de círculo cujo centro corresponde ao meato auditivo externo.

Nestas suturas, o início da sinostose ocorre entre os 30 e os 37 anos (conforme a sutura). A progressão é lenta — por vezes com surto intermédio de activação —, e o incremento terminal pode ou não conduzir à sinostose completa.

TODD & LYON²⁶ designam por «emancipação» o perfil sinostótico característico das suturas circum-meáticas. A *pars pterica* da sutura coronal, a *pars asterica* da sutura lambdoideia e a *pars inferior* da sutura occipito-mastoideia são como que elo de ligação

entre o perfil sinostósico característico das suturas da abóbada e o próprio das suturas circum-meáticas. De acordo com os dados do quadro I, a ordem crescente de emancipação é a seguinte:

coronal 3
lambdoideia 3
occípito-mastoideia 3
occípito-mastoideia 1,2 e esfeno-temporal 2
parieto-mastoideia
esfeno-temporal 1
têmporo-parietal 2
têmporo-parietal 1

3) *Suturas acessórias*: são a esfeno-frontal e a esfeno-parietal.

A sutura esfeno-frontal evolui, dos 22 aos 30 anos, como as suturas da abóbada, e depois como as suturas circum-meáticas (sinostose total aos 65 anos).

A obliteração da sutura esfeno-parietal processa-se lentamente, dos 29 aos 65 anos. É a modalidade observada nas suturas circum-meáticas nas quais, pela sua situação, não é incluída (note-se, contudo, que esta sutura incide directamente sobre a sutura escamosa).

O quadro II, onde inscrevemos os resultados das observações de TODD & LYON²⁷ sobre a obliteração ectocraniana das suturas em indivíduos masculinos de raça branca, mostra como a sinostose na superfície exterior do crânio, embora obedecendo ao esquema geral da sinostose endocraniana, é mais lenta, mais irregular e muito menos completa, sendo menos distintas as diferenças na oclusão dos três grandes grupos de suturas, e quase inaparentes as particularidades da obliteração de certos segmentos (occípito-mastoideia 3, esfeno-temporal 1 e 2, têmporo-parietal 1 e 2).

Como referimos, TODD & LYON não se interessaram especialmente pelo problema da avaliação da idade em função do grau de sinostose das suturas do crânio. Não deixaram, porém, de abordar a questão. Em 30 ensaios, utilizando a sua amostra de crânios masculinos de raça branca (amostra altamente selecionada pela exclusão dos exemplares que mais se afastavam do tipo modal de obliteração das suturas) e observando a face endocraniana (onde a progressão da sinostose é mais típica e mais regular), cometeram erros que iam de — 19 a + 23 anos. Por isso concluem: «*so far our work does not justify the uncontrolled use of suture closure in estimation of age*».

Em 1953, SINGER²⁴ publica um trabalho em que faz a crítica do critério de selecção utilizado por TODD & LYON e em que, perante os dados obtidos pelo exame de 11 crânios, nega qualquer valor à avaliação da idade pelo estado das suturas, tal como, em 1955, BROOKS⁵ e COBB⁶. Este último, que examinou 2 351 crânios, refere, por exemplo, que aos 35 anos (idade por TODD & LYON²⁶ apontada como termo da sinostose endocraniana da sutura sagital) a sutura sagital (endocrânio) só estava totalmente ossificada em 21,4 e 26,6 p. 100 dos crânios masculinos e femininos de raça branca, respectivamente, e que, em crânios de mais de 60 anos, esta sutura (endocrânio) persistia parcialmente em 36,5 p. 100 dos crânios masculinos e em 40,0 p. 100 dos crânios femininos de raça branca.

Ainda em 1955, aparece um trabalho notável de ERANKO & KIHILBERG⁹, em que, segundo cremos, se aborda pela primeira vez o problema da relação da obliteração das suturas com a idade utilizando métodos estatísticos adequados. Estes investigadores puderam, assim, exprimir matematicamente tal dependência, bem como a dispersão dos valores individuais e o erro previsível na determinação duma variável em função da outra. Na avaliação da idade pelo grau de sinostose, mesmo utilizando as suturas cuja

QUADRO II

Início, evolução e terminação da sinostose em crânios masculinos
de raça branca (ectocrânio) (Todd & Lyon 27, 1925 a)

Sutura (*)	Início da sinostose (anos)	Evolução até aos 30 anos	Grav de sinostose aos 30 + 1 anos	Evolução ulterior	
<i>Suturas da abóbada</i>	S 3	20	Rápida até aos 23 (2,1) Quiescente até aos 26 Rápida até aos 29	3,9	—
	S 2	21	Lenta até aos 25 (0,7) Rápida até aos 29	2,7	Meras oscilações
	S 4	21	Rápida até aos 24 (1,2) Quiescente até aos 27 Rápida até aos 29	2,4	Meras oscilações
	S 1	26	Rápida até aos 29	2,9	Meras oscilações
	C 3	22	Lenta até aos 26 (0,4) Rápida até aos 29	2,3	Lenta e irregular até aos 50 (3,8) Sem progressão ulterior
	C 1	26	Rápida até aos 29	2,3	Meras oscilações
	C 2	26	Rápida até aos 29	0,9	Meras oscilações
	L 1	21	Espúria Início próp. dito aos 26 Rápida até aos 30	2,3	Meras oscilações
	L 2	21	Espúria Início próp. dito aos 26 Rápida até aos 30	1,9	Meras oscilações
	L 3	26	Lenta até aos 30	0,6	Meras oscilações
<i>Suturas circum-méiticas</i>	O-M 1	21	Espúria Início próp. dito aos 28	0,8	Lenta e irregular (3,0 na velhice)
	O-M 3	21	Espúria Início próp. dito aos 26 Rápida até aos 33	1,2	Lenta e irregular (3,6 aos 62) Possibilidade de oclusão total na extrema velhice
	O-M 2	22	Espúria Início próp. dito aos 28	1,0	Lenta e irregular (3,5 na velhice)

Sutura (*)	Início da sinostose (anos)	Evolução até aos 30 anos	Grau de sinostose aos 30 ± 1 anos	Evolução ulterior	
<i>Suturas circum-médicas</i>	E-T 1	31	—	—	Espúria Início próp. dito aos 37, seguido de quiescência Activação cerca dos 60 Meras oscilações ulteriores
	E-T 2	31	—	—	Espúria Início próp. dito aos 36, seguido de quiescência Activação cerca dos 65 Meras oscilações ulteriores
	T-P 1,2	31	—	—	Espúria Início próp. dito aos 38, com evolução rápida até aos 39 (0,5) Meras oscilações ulteriores, com possível actividade no início da 7.ª década
	P-M	26	Espúria	—	Início próp. dito aos 39, com progresso escasso Actividade secundária no fim da 5.ª década e início da 6.ª (1,2 aos 64) Meras oscilações ulteriores
<i>Suturas acessórias</i>	E-P	28	Lenta	0,5	Actividade secundária dos 36 aos 38 (2,0) Evolução lenta e irregular até ao início da 7.ª década
	E-F 1	28	Lenta	0,7	Quiescente até aos 35 Rápida até aos 38 (2,1) Lenta e irregular até aos 65, data em que a sinostose pode ser total
	E-F 2	28	Rápida	2,3	Quiescente até aos 36 Actividade secundária até aos 46 (3,8) Meras oscilações ulteriores

(*) Em nota no fundo do quadro I, aponta-se o significado dos símbolos utilizados para indicar as diversas suturas e seus segmentos.

oclusão se processa de modo mais regular, a amplitude do intervalo de segurança de 95 p. 100 é de, pelo menos, 50 anos. A análise da regressão múltipla, correlacionando entre si e com a idade os índices de obliteração das três suturas da abóbada (faces endo e ectocranianas) — entrando simultaneamente em linha de conta, portanto, com 7 variáveis — não proporcionou resultados menos aleatórios, antes pelo contrário.

As observações de DÉROBERT & FULLY⁷ (1960), em 480 crânios, vieram mais uma vez confirmar (seria ainda preciso?!) a existência de frequentes e amplas variações individuais na data de início e velocidade de progressão da sinostose das suturas cranianas. Não deixam, contudo, estes autores de apresentar as idades em que, em seu entender, mais provávelmente se inicia a sinostose no ectocrânio (o significado dos símbolos está indicado na nota de fundo do quadro I):

S 3	20 anos
S 2,4	30 anos
S 1 e C 3	35 anos
C 1, L 1, E-P e E-F	40 anos
L 2	45 anos
C 2	50 anos
L 3	60 anos
T-P	65 anos

Elaborámos o quadro III de acordo com os resultados das observações dos citados autores.

Em 1962, OKADA¹⁵ publica os resultados dos seus estudos efectuados em 224 crânios de japoneses do distrito de Kanto. Verificou que, no ectocrânio, a obliteração começa pela sutura sagital, mas evolui mais rapidamente na sutura coronal; na sutura lambdoideia o início é mais tardio e a progressão mais lenta; as

restantes suturas começam a obliterar-se mais tarde, mas o seu ciclo evolutivo é mais curto. No endocrânio a evolução geral é idêntica, com a diferença de que, no sexo feminino, a sutura coronal começa a ossificar-se antes da sagital. O início mais precoce da sinostose foi aos 19 anos no sexo masculino e aos 20 no sexo feminino. A sutura parieto-mastoideia só começa a ossificar-se aos 57 anos. Duma maneira geral, o ciclo sinostósico é mais curto no sexo feminino, em virtude da obliteração sutural começar mais tarde e terminar mais cedo que no sexo masculino.

QUADRO III

Cartas sinostósicas (ectocrânio) nas diferentes idades
(Dérobert & Fully 7, 1960)

Idade (anos)	Suturas obliteradas (*)
> 20	Nenhuma
20-25	S 3
25-30	S 2 (incompleta), S 3, S 4
30-35	S 1 (incompleta), S 2, S 3, S 4
35-40	S, C 3
40-45	S, C 1 (incompleta), C 3, L 1 (incompleta), E-P (incompleta), E-F (incompleta)
45-50	S, C 1, C 3, L 1, L 2, E-P, E-F
50-55	S, C, L 1, L 2, E-P, E-F
55-65	S, C, L, E-P, E-F, T-P (incompleta)

(*) Ver, em nota no fim do quadro I, o significado dos símbolos utilizados para indicar as diversas suturas e seus segmentos.

Crítica

Procurámos, dentro dos recursos bibliográficos de que pudemos dispor, fazer a revisão dos estudos originais em que se versa o problema das relações entre a obliteração das suturas do crânio e a idade. Não nos referimos às considerações que, sobre esta

matéria, se fazem nos livros de Antropologia e Anatomia, pois elas assentam, fundamentalmente, nos trabalhos que citámos. Abrimos uma única excepção para TOPINARD³⁰, por nos parecer ter sido o primeiro a afirmar com ênfase que não há regras que permitam avaliar, com aproximação razoável, a idade dum crânio em função do grau de sinostose das suas suturas, e a acentuar a discrepância entre a idade real dum indivíduo e a «idade biológica» das diversas estruturas do seu corpo (LERICHE havia de dizer, muito mais tarde: «a minha idade é a idade das minhas artérias»). TOPINARD foi também o primeiro a refutar a lei de GRATIOLET¹¹ (1856), segundo a qual a sinostose é mais precoce nos negros que nos brancos, progredindo naqueles de diante para trás e, nestes, em sentido inverso de modo a permitir maior crescimento dos lobos frontais do cérebro, e a negar que o valor intelectual das raças e dos indivíduos esteja relacionado com a cronologia da obliteração sutural («*il y a égalité de tous devant l'ossification des sutures crâniennes*»).

Indiscutivelmente, foram TODD & LYON²⁶⁻²⁹ (1924 e 1925) os primeiros a estudar as relações entre a idade e a obliteração das suturas com uma metódica científica bastante satisfatória. Os trabalhos publicados até então enfermavam de planeamentos muito deficientes, descrições confusas e afirmações puramente subjectivas.

Não podemos concordar com as críticas que SINGER²⁴ (1953) e ERANKO & KIHLEBERG⁹ (1955) formulam ao critério de selecção de amostragem perfilhado por TODD & LYON²⁶. Importa não esquecer que estes autores não pretenderam estudar o problema da avaliação da idade pelo grau de sinostose das suturas do crânio, nem mesmo o da variabilidade individual na cronologia da ossificação das suturas. A sua intenção foi descobrir o perfil sinostósico próprio de cada sutura (que as variações individuais mais amplas podem ocultar) e o seu mérito foi tê-lo conseguido. Gostosamente lhes damos a palavra: «*In our former paper we have*

drawn attention to the difference between the significance of this work for modal closure order and dates of a population on the one hand, and for the determination of age in individuals on the other. We have claimed, and we persist in our claim, that while there are individual differences of frequent occurrence in order and date, sometimes even of considerable magnitude, our final published graphs do give the modal order and dates for the population at large. (. . .). Individual variability must not be allowed to obscure the fact that there is a modal progress which holds for the population in general» (TODD & LYON²⁷).

Aliás, o facto de, nas suas amostras altamente seleccionadas, as avaliações da idade pelo grau de sinostose terem um erro que podia atingir ± 20 anos, demonstra, com evidência particular, o carácter aleatório do método.

Consideramos estes estudos de TODD & LYON²⁶⁻²⁹ verdadeiramente notáveis, pelas razões apontadas. Não podemos, porém, deixar de criticar o facto de o número de crânios ser muito variável nas diversas classes etárias, e frequentemente escasso numa e noutra classe.

Os estudos posteriores a que fizemos referência não proporcionaram, essencialmente, nada de novo. Menção particular merece, contudo, o trabalho de ERANKO & KIHLEBERG⁹ (1955) em virtude de, segundo nos parece, ter sido o primeiro — e o único fora de Portugal — em que as relações entre a idade e a ossificação das suturas foram estudadas pelos métodos estatísticos adequados (regressão simples e múltipla, análise da variância). Puderam, assim, precisar o que se afirmava de modo impreciso, e cabe-lhes o mérito da matematização da suturologia. Estudaram apenas as suturas sagital, coronal e lambdoideia e pena é que apenas tenham utilizado 57 crânios (pelo que é pequena a probabilidade de as equações de regressão que calcularam sejam aplicáveis à população).

Investigação pessoal

Como afirmaram e demonstraram ERANKO & KIHLEBERG⁹, no estudo das relações entre a idade e a obliteração das suturas há que recorrer à análise estatística, sem a qual não se pode apreender devidamente o sentido dos resultados obtidos. Porém, como refere HILL¹², «*no statistical method can compensate for a badly planned experiment*». Foi de acordo com as exigências pertinentes de selecção de material e análise estatística que estudámos a cronologia da obliteração nas suturas occípito-mastoideia (endocrânio) e etmóido-frontal anterior, em crânios de portugueses.

A) Sutura occípito-mastoideia (PINTO-MACHADO¹⁸, 1961).

As nossas investigações sobre a sinostose endocraniana da sutura occípito-mastoideia integravam-se num estudo descritivo, craniométrico e por transiluminação das *fossae crannii occipitales inferiores*. Como, em muitos dos crânios da colecção pertencente ao Instituto de Anatomia do Prof. Dr. J. A. Pires de Lima (Faculdade de Medicina do Porto), certas zonas das referidas fossas estavam deterioradas, tivemos que alargar consideravelmente o intervalo das classes de idades. Assim, constituímos um lote de 272 crânios, de idades compreendidas entre os 11 e os 90 anos, repartidos por 4 classes com intervalo de 20 anos (11-30; 31-50; 51-70; 71-90), correspondendo a cada classe 34 crânios masculinos e 34 femininos. Tal como FRÉDÉRIC¹⁰ e TODD & LYON²⁶⁻²⁹, aferimos o grau de sinostose pela escala de RIBBE²².

Verificámos, em primeiro lugar, que a progressão da sinostose é idêntica à direita e à esquerda; o coeficiente de correlação é de 0,76 e a equação $Y_c = 0,30 + 0,760 X$ permite avaliar o grau de sinostose da sutura occípito-mastoideia dum lado (Y_c) quando

é conhecido o da sutura do lado oposto (X), com um erro médio de 0,94 (quadros IV e V).

Depois, demonstrámos que o início da sinostose é mais precoce, e a progressão menos lenta, no sexo masculino: dos 11 aos 30 anos, o grau de sinostose passa, em média, de 0,5 para 2,7 no sexo masculino e de 0,2 para 1,5 no sexo feminino (quadro VI).

QUADRO IV

Frequências dos graus de sinostose
da sutura occípito-mastoideia

Grau de sinostose	Direita	Esquerda	Total
0	123	122	245
1	75	76	151
2	15	10	25
3	20	27	47
4	39	37	76
Total	272	272	544
Média	1,18	1,19	1,19
Desvio-padrão	1,44	1,44	1,45

Finalmente, estudámos as relações recíprocas entre a idade e a obliteração endocraniana da sutura occípito-mastoideia.

No que diz respeito à evolução da sinostose em função da idade (quadros VI, VII e VIII; gráficos 1, 2 e 3), obtivemos os resultados seguintes:

QUADRO V

Quadro de correlação entre o grau de sinostose das suturas occipito-mastoideas dum lado (X) e do lado oposto (Y)

X \ Y	Y					Total
	0	1	2	3	4	
0	106	20	6	4	3	139
1	20	61	6	3	—	90
2	6	6	5	2	1	20
3	4	3	2	14	10	33
4	3	—	1	10	31	45
Total	139	90	20	33	45	327
Média	0,40	0,91	1,30	2,70	3,47	1,25

QUADRO VI

Frequências dos graus de sinostose da sutura occipito-mastoidea

Grau de sinostose	11-30 anos		31-50 anos		51-70 anos		71-90 anos		Total
	♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀	
	0	55	57	32	41	15	20	7	
1	3	9	17	16	33	34	15	24	151
2	2	1	3	4	1	4	1	9	25
3	4	—	3	3	8	6	14	9	47
4	4	1	13	4	11	4	31	8	76
Total	68	68	68	68	68	68	68	68	544
Média	0,51	0,22	1,24	0,72	1,51	1,12	2,69	1,49	1,19

1) No sexo masculino, e nas classes 31-50, 51-70 e 71-90 anos, estão ainda completas, respectivamente, 47,1, 22,1 e 10,0 p. 100 das suturas occípito-mastoideias; no sexo feminino, e nas mesmas classes, a frequência de suturas completas é ainda mais elevada: 60,0, 29,4 e 26,5 p. 100, respectivamente (quadro VI).

QUADRO VII

Frequências dos graus de sinostose
da sutura occípito-mastoideia

Idade (anos) (X) Grau de sinostose (Y)					Total
	11-30	31-50	51-70	71-90	
0	112	73	35	25	245
1	12	33	67	39	151
2	3	7	5	10	25
3	4	6	14	23	47
4	5	17	15	39	76
Total	136	136	136	136	544
Média	0,37	0,98	1,32	2,09	1,19

Considerando os dois sexos em conjunto (quadro VII), verifica-se que 70,2 p. 100 das suturas de grau 1 correspondem a mais de 50 anos. Por outro lado, é no grupo 51-70 anos que se encontra maior frequência de suturas de grau 1 (44,4 p. 100 das suturas de grau 1; 74,0 p. 100 das suturas dos 51-70 anos): as diferenças entre estas percentagens e as correspondentes no grupo 31-50 anos são altamente significativas ($P < 0,000\ 06$).

Os nossos resultados mostram, pois, que a sinostose endocraniana da sutura occípito-mastoideia tem início, na maioria dos

QUADRO VIII

Significância das diferenças entre as percentagens dos graus de sinostose occipito-mastoideia nos quatro grupos de idades

Idade (anos) \ Grau de sinostose	11-30	31-50	51-70	71-90
		∨	∨	∨
0	altamente significativa	altamente significativa	não significativa	
1	altamente significativa	altamente significativa	altamente significativa	
2	não significativa	não significativa	não significativa	
3	não significativa	não significativa	não significativa	
4	significativa	não significativa	altamente significativa	

casos, a partir dos 50 anos (nos seus tratados de Anatomia, PATURET¹⁷ e QUAIN²¹ referem que a sutura occipito-mastoideia começa a obliterar-se tardiamente). Porém, e como já assinalámos, TODD & LYON²⁶ afirmam que, na raça branca e no sexo masculino, o início da sinostose endocraniana desta sutura é caracteristicamente, aos 26 anos. Não nos parece que tão grande discrepância resulte de variações de amostragem.

2) Das 136 suturas occipito-mastoideias do grupo 11-30 anos, 24 apresentam obliteração parcial ou total (17,7 p. 100). Esta percentagem é semelhante à verificada por BOLK³ ($P = 0,10$) em crianças dos 3-7 anos, o que nos leva a admitir que as suturas parcial ou totalmente obliteradas que observámos no grupo 11-30 anos já assim se encontravam no termo da 2.^a infância.

3) 51,3 p. 100 das suturas occípito-mastoideias com sinostose completa correspondem a idades superiores a 70 anos; por outro lado, considerando o grupo 71-90 anos, verifica-se que só

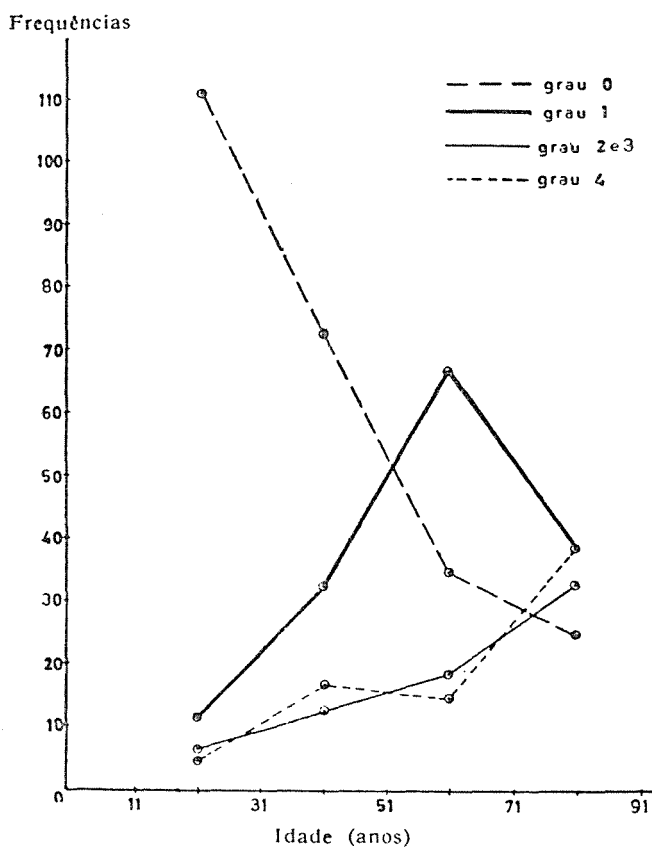


Gráfico 1 — Frequências dos graus de sinostose da sutura occípito-mastoideia em função da idade. 544 observações (endocrânio).

em 39 das 136 suturas (28,7 p. 100) existe obliteração total, o que corresponde a um número máximo de 39 crânios em 68 (57,4 p. 100) (quadro VII). Estes resultados estão de acordo com o parecer de FRÉDÉRIC¹⁰ e QUAIN²¹ de que a occípito-mastoideia

é a mais persistente das suturas, e opõem-se à afirmação de TODD & LYON²⁶ de que a sinostose endocraniana desta sutura é total, no sexo masculino (raça branca), aos 81 anos.

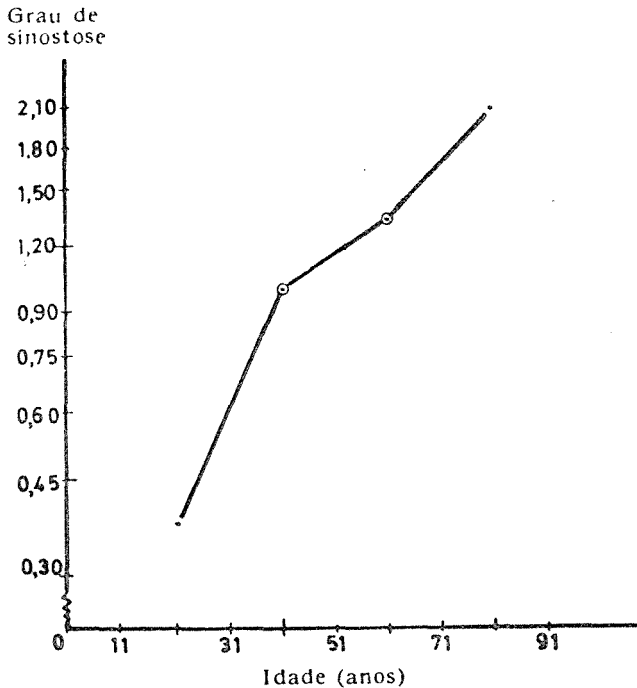


Gráfico 2 — Progresso da sinostose na sutura occípito-mastoideia (escala logarítmica) em função da idade. 544 observações (endocrânio).

4) Uma vez iniciada, a obliteração endocraniana da sutura occípito-mastoideia progride muito lentamente. No sexo masculino, e nos grupos 31-50, 51-70 e 71-90 anos, o grau médio de sinostose é, respectivamente, de 1,2, 1,5 e 2,7; no sexo feminino os valores correspondentes são 0,7, 1,1 e 1,5 (quadro VI). Considerando os dois sexos em conjunto, os graus médios de sinostose nos grupos de idades referidos são, respectivamente, 1,0, 1,3 e 2,1 (quadro VII).

5) O aumento progressivo, até aos 70 anos, do número de suturas de grau 1, está relacionado com o início da sinostose em suturas até então completas (quadros VI, VII e VIII; gráfico 1). A diminuição da frequência do grau 1 acima dos 70 anos resulta da passagem a graus mais elevados das suturas que atingiram essa idade no grau 1, passagem que não é compensada pelo início da obliteração nas suturas que chegaram completas aos 70 anos (quadros VI, VII e VIII; gráfico 1).

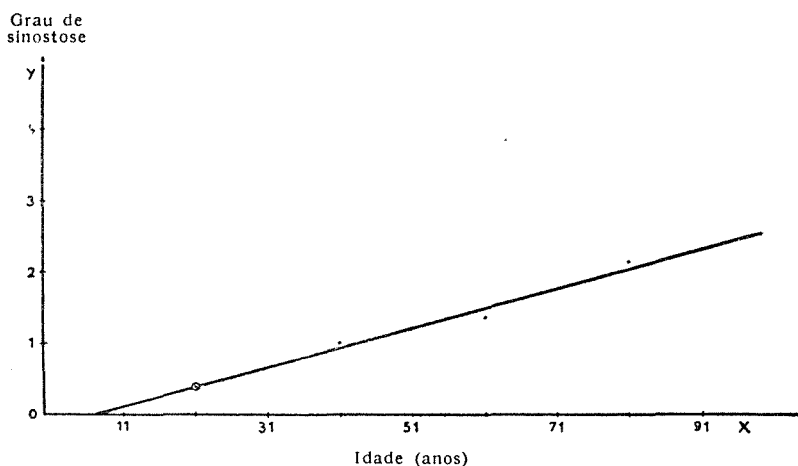


Gráfico 3 — Diagrama e recta de regressão do grau de sinostose da sutura occipito-mastoideia sobre a idade. 544 observações (endocrânio).

6) Do ponto de vista estatístico, não há diferenças significativas entre as frequências dos graus 2 e 3 nos diversos grupos de idades, o que traduz compensação do número de suturas que passam do grau 2 a 3 e de 3 a 4 pelo número das que passam de grau 1 a 2 e de 2 a 3, respectivamente (quadro VIII).

7) As suturas que atingiram os 71 anos parcialmente obliteradas sofrem ulteriormente aumento na velocidade da sua ossificação (gráficos 2 e 3).

8) As suturas que atingiram os 71 anos sem vestígios de fusão permanecem completas (quadro VIII).

9) A regressão do grau de sinostose occípito-mastoideia (endocrânio) sobre a idade exprime-se pela equação $Y_c = -0,215 + 0,0275 X$ cuja recta se representa no gráfico 3. A regressão é altamente significativa mas apenas explica 18,32 p. 100 da variação de Y , sendo de 1,30 o erro-padrão de avaliação.

Quanto à avaliação da idade pelo grau de sinostose endocraniana da sutura occípito-mastoideia, verificámos que o método não tem qualquer interesse prático, como o evidencia a simples observação do quadro IX. É certo que a regressão da idade sobre

QUADRO IX

Frequências dos 4 grupos de idades, em relação com o grau de sinostose da sutura occípito-mastoideia

Idade (anos) (Y)	Grau de sinostose (X)					Total
	0	1	2	3	4	
11-30	112	12	3	4	5	136
31-50	73	33	7	6	17	136
51-70	35	67	5	14	15	136
71-90	25	39	10	23	39	136
Total	245	151	25	47	76	544
Média	38,80	58,62	58,60	64,83	64,16	51,00

o grau de sinostose é altamente significativa, mas a variação explicada é de apenas 22,43 p. 100 e o erro-padrão de avaliação é de 20 anos. A recta de regressão está representada no gráfico 4 e tem por equação $Y_c = 43,09 + 6,662 X$.

B) Sutura etmóido-frontal anterior (PINTO-MACHADO¹⁹, 1966).

Tanto quanto nos foi possível averiguar, a cronologia da obliteração da sutura etmóido-frontal anterior nunca tinha sido estudada. Na nossa investigação, organizámos, inicialmente, um lote de 291 crânios masculinos e outro com número igual de crânios femininos. As idades estavam compreendidas entre os 10 e os 99 anos, tendo sido constituídas 18 classes de idades, com intervalo de 5 anos. Era igual o número de crânios nas classes correspondentes de cada lote.

Após termos verificado que a data de início e a velocidade de progressão da sinostose etmóido-frontal anterior era idêntica nos dois sexos, reunimos num só os dois lotes cujo quantitativo aumentámos (agora, sem atender ao sexo) procurando, na medida do possível, que fosse semelhante o número de crânios nas diversas classes de idades. Constituimos, assim, um lote de 620 crânios, em que 11 das 18 classes de idades possuíam

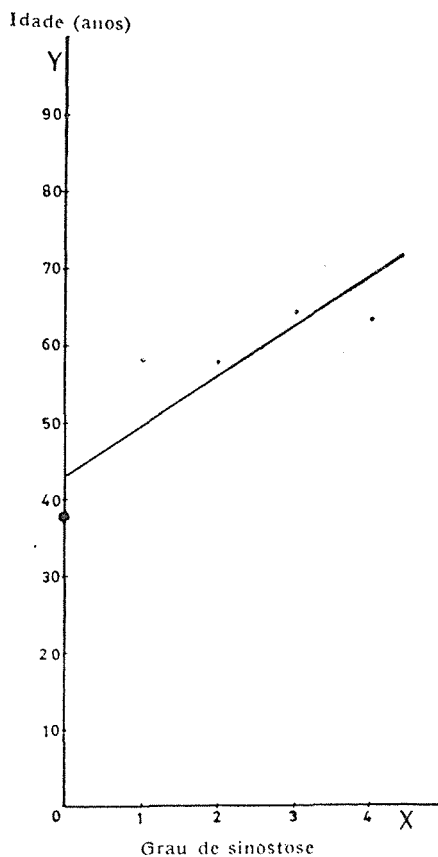


Gráfico 4 — Diagrama e recta de regressão da idade sobre o grau de sinostose da sutura occípito-mastoideia. 544 observações (endo-crânio).

crânios nas diversas classes de idades. Constituimos, assim, um lote de 620 crânios, em que 11 das 18 classes de idades possuíam

QUADRO X

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

Grau de sinostose \ Idade (anos)	Idade (anos)																		Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	
0	9	14	32	16	17	8	4	7	8	5	2	3	4	3	1	1	—	—	134
1	—	2	3	5	4	2	2	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	21
2	1	—	2	5	2	5	3	3	1	2	1	2	—	—	3	—	1	—	31
3	—	1	2	6	1	3	2	1	—	3	1	1	1	—	—	—	—	—	22
4	—	3	8	15	23	29	36	36	36	36	43	41	42	24	15	14	8	3	412
Total	10	20	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	27	19	15	9	3	620
Média	0,20	0,85	0,96	1,98	2,19	2,91	3,36	3,26	3,15	3,36	3,77	3,64	3,64	3,56	3,47	3,73	3,78	4	2,90

47 crânios e as restantes incluíam, na quase totalidade, número suficiente de exemplares para ser possível aplicar-lhes tratamento estatístico (quadro X).

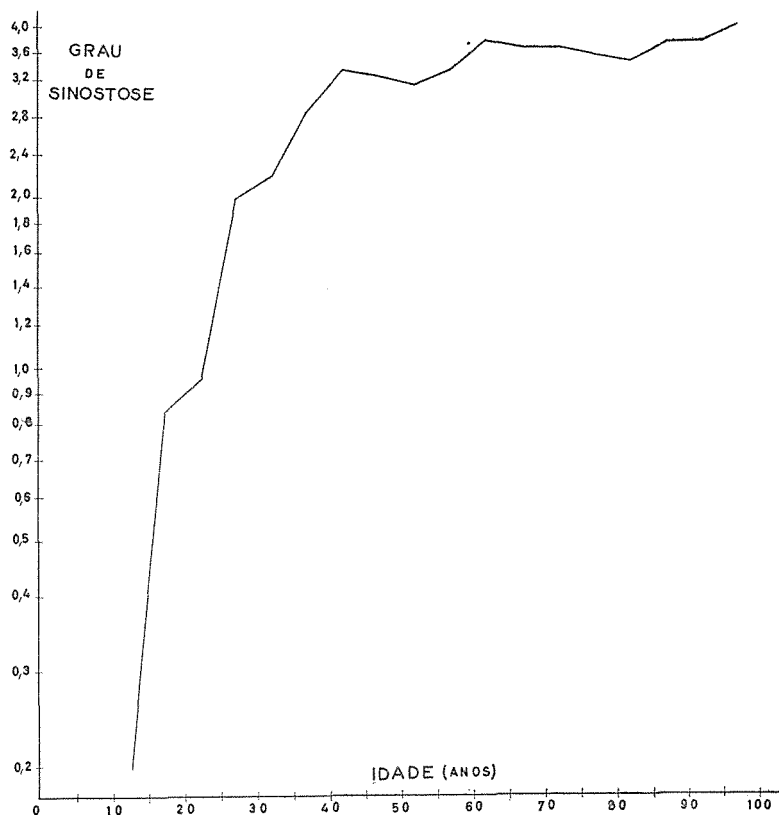


Gráfico 5 — Progresso da sinostose na sutura etmóido-frontal anterior (escala logarítmica) em função da idade. 620 observações.

No que diz respeito à progressão da sinostose etmóido-frontal anterior em função da idade, os resultados que obtivemos foram, em resumo, os seguintes (quadro X, gráficos 5 e 6):

1) A sinostose inicia-se precocemente: aos 20-24 anos, 68,1 p. 100 dos crânios apresentam a sutura etmóido-frontal anterior completa; aos 25-29, 35-39 e 40-44 anos a incidência baixa para 34,0, 17,0 e 8,5 p. 100, respectivamente.

2) Verifica-se a sinostose total em 17,0, 31,9, 48,9, 61,7 e 76,6 p. 100 dos crânios de 20-24, 25-29, 30-34, 35-39 e 40-44 anos, respectivamente.

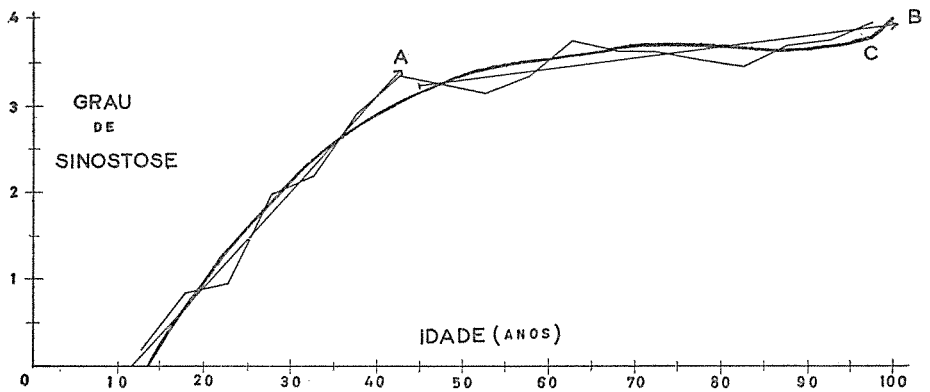


Gráfico 6 — Diagrama, rectas e curva de regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade. 620 observações.

3) Nas suturas que atingem os 45 anos total ou parcialmente persistentes, a ossificação progride lentamente.

4) Nas suturas que, aos 60 anos, estão incompletas, a velocidade da sua obliteração sofre incremento até aos 65 anos.

5) As suturas que, aos 60 anos, estão ainda completas, tendem a permanecer como tal.

6) Na cronologia da obliteração da sutura etmóido-frontal anterior observa-se uma sucessão de ritmos diferentes que definem 3 fases: actividade rápida dos 15 aos 44 (muito rápida dos 15 aos 19 e dos 25 aos 29) em que se atinge o grau médio de sinostose de 3,4; quiescência dos 45 aos 59 anos; reactivação

dos 60 aos 64 anos (onde se alcança o grau médio de 3,8); quiescência dos 65 aos 94 anos; possível reactivação terminal dos 95 aos 99 anos (gráfico 5).

QUADRO XI

Frequências dos 4 grupos de idades em relação com o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

	0	1	2	3	4	Total
10-14	9	—	1	—	—	10
15-19	14	2	—	1	3	20
20-24	32	3	2	2	8	47
25-29	16	5	5	6	15	47
30-34	17	4	2	1	23	47
35-39	8	2	5	3	29	47
40-44	4	2	3	2	36	47
45-49	7	—	3	1	36	47
50-54	8	2	1	—	36	47
55-59	5	1	2	3	36	47
60-64	2	—	1	1	43	47
65-69	3	—	2	1	41	47
70-74	4	—	—	1	42	47
75-79	3	—	—	—	24	27
80-84	1	—	3	—	15	19
85-89	1	—	—	—	14	15
90-94	—	—	1	—	8	9
95-99	—	—	—	—	3	3
Total	134	21	31	22	412	620
Média	34,32	32,98	45,89	40,00	57,12	50,21
Desvio-padrão	17,68	12,79	19,98	15,72	17,59	20,17

7) Nos crânios de 10 a 44 anos, a regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade exprime-se pela equação $Y_c = -1,237 + 0,1088 X$, cuja recta se representa no gráfico 6. A regressão é altamente significativa mas explica apenas 25,83 p. 100 da variação de Y , sendo de 1,58 o erro-padrão de avaliação. Nos crânios de 45 a 99 anos, a regressão tem significado estatístico escasso, e apenas explica 1,62 p. 100 da variação de Y , sendo de 1,23 o erro-padrão de avaliação, valor que é quase duas vezes superior ao aumento que sofre, em média, o grau de sinostose dos 45 aos 99 anos (0,74). Isto está de acordo com a evolução extremamente lenta do processo sinostósico nas suturas que chegaram aos 45 anos total ou parcialmente persistentes. A regressão, nos crânios com mais de 44 anos, exprime-se pela equação $Y_c = 2,6825 + 0,0126 X$, cuja recta está representada no gráfico 6.

Quanto à avaliação da idade pelo grau de obliteração da sutura etmóido-frontal anterior, basta examinar o quadro XI para se reconhecer que tal critério não tem interesse prático.

Conclusões

De tudo quanto expusemos sobre as relações entre a idade e a sinostose das suturas do crânio, tiramos as conclusões seguintes:

1) As suturas do crânio vão-se obliterando no decurso da existência. Tal obliteração só raramente se verifica antes da idade adulta. A data de início e a velocidade de progressão da sinostose variam muito conforme as suturas e os indivíduos, e apresentam diferenças mais ou menos acentuadas no endocrânio e no ectocrânio.

2) A duração do processo sinostótico não depende da extensão nem do grau de complicação das suturas.

3) Em certas suturas, a cronologia da sinostose é diferente nos dois sexos.

4) A possível influência da raça na cronologia da sinostose das diversas suturas deve ser criteriosamente averiguada.

5) Está perfeitamente demonstrado, utilizando os métodos estatísticos apropriados, que o grau de obliteração das suturas do crânio não permite avaliar, com probabilidade satisfatória de aproximação razoável, a idade em que um indivíduo morreu. Quaisquer novos estudos empreendidos neste sentido constituirão mera redundância.

6) São de desejar investigações com o fim de determinar o ritmo evolutivo próprio de cada sutura, as quais devem obedecer às normas seguintes (que, de resto, foram aquelas a que subordinamos o nosso estudo sobre a sinostose da sutura etmóido-frontal anterior):

a) cada amostra deve compreender crânios da mesma raça e do mesmo sexo; só é legítimo reunir, em amostra única, crânios de raças e sexos diferentes, se previamente houver sido demonstrado que, do ponto de vista estatístico, esses factores biológicos não influenciam o processo sinostótico;

b) as idades dos crânios devem estar compreendidas, pelo menos, entre os 20 e os 80 anos; a idade de cada crânio deve ser conhecida rigorosamente;

c) as classes de idades devem ter o mesmo intervalo (nunca superior a 5 anos), devendo ser semelhante, e não muito pequeno, o número de crânios pertencentes às diversas classes;

d) o grau de sinostose deve ser aferido pela escala de RIBBE²²; para evitar influências subjectivas, cada crânio deve ser examinado sem conhecimento prévio da sua idade;

e) o estudo da sinostose endo e ectocraniana deve ser feito separadamente;

f) deve também fazer-se separadamente o estudo da sinostose nos diversos segmentos em que, classicamente, se divide cada sutura;

g) devem ser excluídos, e objecto de estudo particular, os crânios com ossos vórmios e anomalias da ossificação (ex: interparietal, metopismo);

h) os dados observados devem ser submetidos a análise estatística detalhada, antes de se tirarem quaisquer conclusões.

7) De acordo com as normas apontadas em 6), são de desejar estudos sobre a obliteração das suturas da face.

(Trabalho do Instituto de Anatomia do Prof. Dr. J. A. Pires de Lima e da Secção de Anatomia do Centro de Estudos de Medicina Experimental do Instituto de Alta Cultura — Director: Prof. Abel S. Tavares).

RÉSUMÉ

Dans les deux premières parties de cette étude on fait la révision et la critique des travaux publiés sur les relations entre l'âge et l'oblitération des sutures crâniennes. Par la méthodologie et les résultats, les travaux les plus remarquables sont ceux de BOLK³ (1915), TODD & LYON²⁶⁻²⁹ (1924 et 1925) et ERANKO & KIHBERG⁹ (1955).

Dans la troisième partie, l'auteur fait référence à ses investigations personnelles sur l'oblitération endocrânienne des sutures occipito-mastoïdienne et ethmoïdo-frontale antérieure, déjà publiées (PINTO-MACHADO¹⁸⁻¹⁹, 1961 et 1966).

Finalement, les conclusions suivantes sont présentées :

1) Seulement en des cas rares la synostose des sutures crâniennes se vérifie avant l'âge adulte. La date du début et la vitesse de progression de la synostose sont très variables suivant les sutures et les individus, et présentent des différences plus ou moins fortes sur l'endocrâne et sur l'exocrâne.

2) La durée du cycle synostosique ne dépend ni de la longueur ni du degré de complication des sutures.

3) Le cycle synostosique de certaines sutures est différent suivant le sexe.

4) L'influence possible de la race sur l'oblitération des sutures doit être soigneusement avérée.

5) Il est parfaitement démontré, par l'analyse statistique détaillée, que l'estimation de l'âge en fonction du degré de synostose des sutures crâniennes n'a pas d'intérêt pratique. De nouvelles études dans ce domaine ne sont donc pas nécessaires.

6) Il serait souhaitable des investigations sur le rythme évolutif propre de chaque suture, lesquelles doivent satisfaire les normes suivantes :

a) chaque lot doit comprendre des crânes de la même race et du même sexe ; seulement après avoir été démontré que ces facteurs n'ont pas d'influence sur l'oblitération suturale, pourront être réunis, dans le même lot, des crânes de race et sexe différents ;

b) les âges doivent être compris au moins entre 20 et 80 ans ; l'âge de chaque crâne doit être exactement connu ;

c) les classes d'âge doivent avoir le même interval (5 ans au maximum) ; le nombre de crânes des diverses classes ne doit être ni très différent ni trop petit ;

d) l'échelle de RIBBE²² doit être utilisée pour apprécier le degré de synostose ; pour éviter des influences subjectives, chaque crâne doit être examiné sans connaissance de son âge ;

e) l'état des sutures sur l'endocrâne et sur l'exocrâne doit être noté séparément ;

f) la synostose des segments dans lesquels chaque suture est classiquement divisée doit être étudiée séparément ;

g) les crânes avec des os wormiens et des anomalies de l'ossification doivent être exclus et objet d'étude spéciale ;

h) les résultats doivent être soumis à une analyse statistique détaillée pour que des conclusions valables puissent être dégagées.

7) Suivant ces normes, il est souhaitable que des études soient réalisées sur l'oblitération des sutures de la face.

SUMMARY

In the first two parts of this report a critical review is made of the published data on the relations between cranial suture closure and age. The papers of BOLK³ (1915), TODD & LYON²⁶⁻²⁹ (1924 and 1925) and ERÄNKÖ & KIHLBERG⁹ (1955) deserve special mention in view of their methodology and results.

In the third part the author exposes briefly his personal studies on the closure of the occipitomastoid and the anterior ethmoidofrontal sutures, previously published (PINTO-MACHADO¹⁸⁻¹⁹, 1961 and 1966).

Finally, the following conclusions are presented:

1) Only exceptionally cranial suture closure occurs before adult age. The beginning and progress of sutural union are different in each specific suture, are subject to considerable individual variation and show more or less extensive differences on the inside and the outside of the skull.

2) The duration of sutural union does not depend either of the length or of the degree of complication of the sutures.

3) The pattern of closure of certain sutures is different in both sexes.

4) The possible influence of race on cranial suture closure must be carefully investigated.

5) It is a well-known fact, demonstrated by rigorous statistical analysis, that age estimates determined by cranial suture closure are unreliable. Further studies on this subject are unnecessary.

6) Investigations are required on the orderly age sequence in the progress of closure in each specific suture. Such studies must comply with the following requisites:

a) in a given sample all the skulls must be of the same race and sex; only after having been demonstrated that race and sex have no influence on suture union, skulls of both sexes and different races can be reassembled in the same sample;

b) the age of the skulls must range in the minimum from 20 to 80 years; the age of each skull must be accurately known;

c) the interval of the age groups must be the same (5 years in the maximum); in the several age groups the number of skulls must be similar and not too small;

d) the degree of suture closure must be measured by RIBBE's²² scale (0—the suture is entirely open; 1—greater part of the suture is open; 2—about one half of the length of the suture is open; 3—greater part of the suture is obliterated; 4—no suture can be recognized); to avoid any subjective bias, the data must be recorded without knowing the ages of the skulls examined;

e) endocranial and ectocranial suture closures must be registered separately;

f) closure must be examined separately in the several segments in which each specific suture is classically divided;

g) skulls with wormian bones and anomalies of ossification must be rejected and subjected to special studies;

h) the data must be subjected to detailed statistical analysis before any conclusions can be drawn.

7) In accordance with these requisites, investigations are required on suture closure of the face.

BIBLIOGRAFIA

1. ALLEN, H. — The changes which take place in the skull, co-incident with the shortening of the face-axis. *Proc. Acad. Nat. Sci., Philadelphia*, 181-183, 1897. *Cit. por* ASHLEY-MONTAGU³.
2. ASHLEY-MONTAGU, M. F. — Aging of the skull. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **23**: 355-375, 1938.
3. BOLK, L. — On the premature obliteration of the sutures in the human skull. *Am. J. Anat.*, **17**: 495-523, 1915.
4. BROCA, P. — Sur le volume et la forme du cerveau suivant les individus et suivant les races. *Bull. Soc. Anthropol. Paris*, **2**: 139-207, 1861.
5. BROOKS, S. T. — Skeletal age at death: the reliability of cranial and pubic age indicators. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **13** (*New series*): 567-597, 1955.
6. COBB, W. M. — The age incidence of suture closure. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **13** (*New series*): 394, 1955.
7. DÉROBERT, L. & FULLY, G. — Étude critique de la valeur du degré d'oblitération des sutures crâniennes pour la détermination de l'âge d'après l'examen de 480 crânes. *Ann. Med. Lég.*, **40**: 154-165, 1960.
8. DWIGHT, T. — The closure of the sutures as a sign of age. *Boston Med. & Surg. J.*, **122**: 389-392, 1890. *Cit. por* ASHLEY-MONTAGU² e TODD & LYON²⁶.

9. ERÄNKÖ, O. & KIHMBERG, J. — Closure of cranial sutures and age. *Ann. Acad. Scient. Fenn., Series A. V. Medica-Anthropologica*, **43**: 1-31, 1955.
10. FRÉDÉRIC, J. — Untersuchungen über die normale Obliteration der Schädelnähte. *Ztsch. Morph. u. Anthropol.*, **9**:373-456, 1906.
11. GRATIOLET, P. — Mémoire sur le développement de la forme du crâne de l'homme, et sur quelques variations qu'on observe dans la marche de l'ossification de ses sutures. *C. R. Acad. Sc.*, **43**: 428-431, 1856.
12. HILL, A. B. — *Principles of Medical Statistics*. Fifth edition. The Lancet Ltd. London, 1950.
13. KOSTITZIN, V. A. — *Biologie Mathématique*. Paris, 1937. *Cit. por* BARBOSA SUEIRO, em: Conceito de normalidade em anatomia humana. *Arq. Anat. Antrop.*, **27**: 401-409, 1950.
14. LENHOSSEK, M. — Über Nahtverknöcherungen im Kindesalter. *Arch. f. Anthropol.*, 165-180, 1916. *Cit. por* ASHLEY-MONTAGU².
15. OKADA, M. — Age-related changes in the sutures of Japanese skulls in the Kanto district. I. Obliteration of the sutures. *Bull. Anat. Dept. Tokyo Jikeikai Univ.*, **23**: 112-167, 1962. Resumo em *Excerpta Med., Sect. I*, **18**: 710 (n. 3426), 1964.
16. PARSONS, F. G. & BOX, C. R. — The relation of sutures to age. *J. Roy. Anthropol. Inst., London*, **35**: 30-38, 1905.
17. PATURET, G. — *Traité d'Anatomie Humaine. Tome I*. Masson et Cie, Paris, 1951.
18. PINTO-MACHADO, J. — *Fossae Cranii Occipitales Inferiores*. Dissertação de doutoramento. Porto, 1961.
19. PINTO-MACHADO, J. — A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior. *Trab. Antrop. Etnol.*, **20**: 5-27, 1966.
20. POMMEROL, F. — *Sur la Synostose des Os du Crâne*. Thèse. Paris, 1869.
21. QUAIN, J. — *The Elements of Anatomy*. Edited by E. A. SCHÄFER, J. SYMINGTON & T. H. BRYCE. Eleventh edition. Longmans, Green, and Co. London, 1909.
22. RIBBE, F. C. — *L'Ordre de l'Obliteration des Sutures du Crâne dans les Races Humaines*. Thèse. Paris, 1885.
23. SAUVAGE, H. E. — Sur l'état sénile du crâne. *Bull. Soc. Anthropol. Paris, Série 2*, **5**: 576-586, 1870.
24. SINGER, R. — Estimation of age from cranial suture closure. A report on its unreliability. *J. Forensic Med.*, **1**: 52-59, 1953.

25. TODD, T. W. — Age changes in the pubic symphysis. VII. The anthropoid strain in human pubic symphysis of the third decade. *J. Anat., London*, **57**: 274-294, 1923.
26. TODD, T. W. & LYON Jr., D. W. — Endocranial suture closure. Its progress and age relationship. Part I. Adult males of white stock. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **7**: 325-384, 1924.
27. TODD, T. W. & LYON Jr., D. W. — Cranial suture closure. Its progress and age relationship. Part. II. Ectocranial closure in adult males of white stock. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **8**: 23-45, 1925 a.
28. TODD, T. W. & LYON Jr., D. W. — Cranial suture closure. Its progress and age relationship. Part III. Endocranial closure in adult males of negro stock. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **8**: 47-71, 1925 b.
29. TODD, T. W. & LYON Jr., D. W. — Cranial suture closure. Its progress and age relationship. Part IV. Ectocranial closure in adult males of negro stock. *Am. J. Phys. Anthrop.*, **8**: 149-168, 1925 c.
30. TOPINARD, P. — *Éléments d'Anthropologie Générale*. A. Delahaye & E. Lecrosnier. Paris, 1885.
31. ZANOLLI, V. — Studio sulla oblitterazione delle suture craniale. *Atti. Soc. Rom. Anthrop.*, **14**: 13-44, 1908.

A Estação Paleolítica da Baía Farta (ANGOLA)

POR

Carlos M. N. Ervedosa

Finalista da Licenciatura em Ciências Geológicas (F. C. U. P.)

Este estudo, que recai sobre uma pequena colecção de utensílios paleolíticos oferecida pelo Sr. Prof. Doutor GASPAR SOARES DE CARVALHO ao museu do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» da Universidade do Porto, resultou da actividade que iniciámos nesse Instituto no ano lectivo de 1965-1966, como aluno da cadeira de Antropologia Geral regida pelo Sr. Prof. Doutor JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR.

Nessa altura, à guisa de intróito, escrevêramos no nosso «trabalho especial» de Antropologia:

É indubitável que a Geologia é uma ciência necessária ao estudo da Arqueologia pré-histórica, quer para definir ou descrever os estratos geológicos em que se depositaram os restos humanos do passado ou os produtos da sua actividade, quer ainda para a determinação cronológica da sua formação e consequente conhecimento da evolução cultural do Homem. Já H. BREUIL o afirmou: *La chronologie du Paléolithique antique et la succession de ses industries ne peut s'établir avec précision que par l'étude de la sequence des dépôts géologiques de la période quaternaire...* (1).

(1) BREUIL (H.) et LANTIER (R.) — *Les hommes de la pierre ancienne*, pág. 123, Paris, Payot, 1959, 2.^a ed., 335 págs. e 16 estampas.

E o nosso mestre, Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, igualmente o frisa na sua «Carta da Pré-História de Moçambique»: *Como pode realizar-se um trabalho completo e perfeito das estações líticas de Moçambique, que, na sua grande maioria, têm sido descobertas em terraços fluviais, sem o indispensável e basililar estudo da geologia?*

Será da colaboração estreita de arqueólogos e geólogos que há-de resultar o estudo conveniente e perfeito da Pré-História de Moçambique (1).

Através da estratigrafia, o arqueólogo, partindo da lei da sobreposição que estabelece que uma camada sedimentar, numa região não deformada, é mais recente do que aquela que recobre, pode determinar a ordem de sucessão e a idade relativa das jazidas arqueológicas que encerram. A génese dos terraços marinhos e fluviais, ligada às fases transgressivas e regressivas do mar, os terraços climáticos, lacustres ou fluviais, dependentes, nas regiões tropicais, das variações climáticas responsáveis por períodos pluviosos ou áridos, são ainda noções e conhecimentos que um arqueólogo não pode dispensar.

Mas se a Geologia é imprescindível à Arqueologia, esta, por sua vez, em muito pode auxiliar o geólogo no estudo das formações do Quaternário, pobres como são em bons fósseis estratigráficos. O aproveitamento dos utensílios do paleolítico como *fósseis directores* nas formações Quaternárias, aceite ou combatido pelos especialistas, tem sido motivo de larga polémica. *L'archéologue doit accepter les conclusions du géologue*, proclama H. MOVIUS (2). *Nous sommes d'accord*, replica F. BORDES, ... *si le*

(1) SANTOS JÚNIOR (J. R. DOS) — *Carta da pré-História de Moçambique*, pág. 651, in «XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4.ª Secção — Ciências Naturais», Tomo V, Porto, 1952, págs. 648 a 656 e 1 mapa.

(2) MOVIUS (H. L.) — *Old world Paleolithic Archaeology*, pág. 1447, in «Bulletin of the Geological Society of America», Vol. LX, n.º 9, 1949, págs. 1443 a 1456. (Apud F. Bordes, cit. nota 1, pág. 265)..

géologue a de bons arguments à offrir: arguments stratigraphiques irréfutables par exemple. Ce n'est malheureusement pas souvent le cas. Privé dans le Quaternaire de son guide habituel, le fossile directeur, ayant à considérer et à raccorder des lambeaux souvent isolés de couches, le géologue ne peut la plupart du temps émettre que des conclusions provisoires, sujettes à revision et à changements (1). Aliás, não será inédito um geólogo, na ausência de outros dados, encontrar num simples seixo de quartzo grosseiramente talhado pelo homem primitivo, o esclarecimento das dúvidas que o assaltam sobre a idade duma formação sedimentar em que esteja a trabalhar. Já em 1942 GEORGES ZBYSZEWSKI, distinto geólogo dos Serviços Geológicos de Portugal, escrevia numa obra sua: ... *Des éléments archéologiques nouvellement découverts, nous ont permis, en l'absence de fossiles, de dater un grand nombre de dépôts géologiques sur l'âge desquels nous gardions des doutes* (2).

Por isso, como estudante de geologia que somos, foi com o maior interesse que escolhemos para trabalho especial da cadeira de Antropologia o estudo de material paleolítico duma estação angolana, a qual, pelas poucas mas admiráveis peças chegadas às nossas mãos, se nos afigura um rico espólio legado pelo homem pré-histórico que as quentes e vermelhas areias do litoral angolano ocultaram durante milénios no seu seio.

Um ano decorrido, com algumas correcções ditadas por novos conhecimentos e uma maior experiência colhida no estudo dessa tão aliciante como complexa ciência que é a arqueologia

(1) BORDES (F.) — *A propos d'une vieille querelle: peut-on utiliser les silex taillés comme fossiles directeurs?* pág. 243, in «Bulletin de la Société Préhistorique Française», Tomo XLVII, Paris, 1950, págs. 242 a 245.

(2) ZBYSZEWSKI (G.) — *La classification du paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942*, pág. 6, Porto, 1943, 113 págs., 36 figs., 1 mapa e 1 quadro.

pré-histórica, aparece finalmente em letra de forma esse trabalho inicial.

Na sua maior parte, as fontes de informação que estiveram na base deste estudo foram encontradas em autores de língua francesa, pelo que, na ausência duma nomenclatura portuguesa adoptada, apresentamos na língua de origem alguns termos técnicos utilizados, fugindo assim à tentação de os traduzir ou aporuguesar com todos os riscos de possíveis confusões.

Localização e Estratigrafia

Em 1956, durante os trabalhos de prospecção de águas subterrâneas pelos Serviços de Geologia e Minas de Angola, nos arredores da Baía Farta, modesta povoação piscatória situada a sul da cidade de Benguela, foi encontrada num terraço alto do litoral pelo Sr. Dr. MASCARENHAS NETO, competente e dedicado geólogo dos referidos Serviços e seu actual Subdirector, uma jazida de utensílios paleolíticos localizada a sul daquela povoação, da qual dista, em linha recta, seis quilómetros, e afastada três quilómetros da linha de costa (Fig. 2).

Neste terraço, cujo topo apresenta cotas que variam entre os 100 e os 150 metros, existe uma *mulola* (Fig. 1), rio seco que no tempo das chuvas se torna em linha de água afluente do Dungo. O vale cavado no terraço por essa *mulola* mostra quatro camadas sedimentares: as duas mais antigas consideradas pertencentes ao Miocénico; a inferior constituída por limito ⁽¹⁾, e a outra, conhecida por *formação do Sombreiro*, é constituída por arenitos siliciosos. Esta formação é por sua vez sobreposta por um

(1) Limito — termo usado pelo Sr. Prof. Doutor GASPARE DE CARVALHO como tradução de «siltstone». Areia muito fina com diâmetros cuja mediana apresenta valores entre 62 μ e 4 μ .

conglomerado marinho com fósseis de *Arca senilis L.*, atribuído à transgressão tirreniana. Sobre ele repousa um manto de areias vermelhas, de origem ainda desconhecida, com uma espessura orçando pelas duas dezenas de metros.

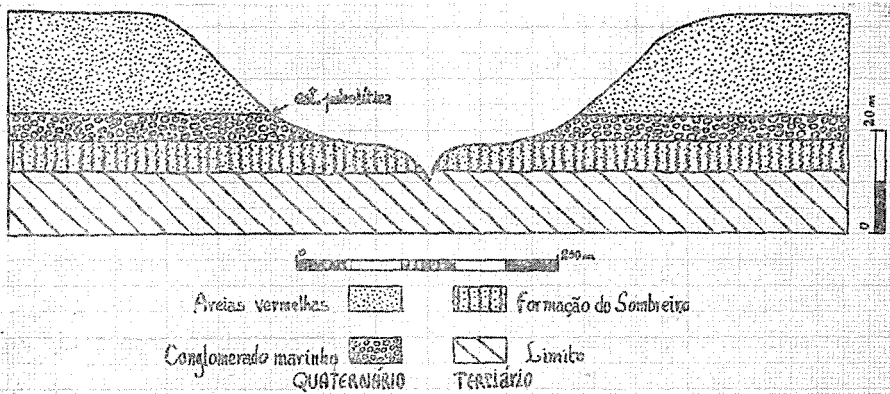


Fig. 1 — Corte geológico esquemático e local de afloramento dos utensílios.

Durante uma das suas últimas missões a Angola, o Sr. Prof. Doutor GASPARE DE CARVALHO teve ocasião de obter uma colecção de 19 peças colhidas na base daquele depósito arenoso, no contacto com o conglomerado subjacente, peças que foram entregues ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e são objecto do presente estudo.

Um corte geológico, esquemático, feito transversalmente no vale, e segundo indicações do Sr. Prof. Doutor GASPARE DE CARVALHO, indica a sucessão das camadas estratigráficas acima referidas, bem como a zona em que afloravam os utensílios (Fig. 1).

Geomorfologia

A área a que pertence a estação paleolítica foi estudada pelo Sr. Dr. MASCARENHAS NETO e pelo Sr. Prof. Doutor GASPARE

DE CARVALHO, encontrando-se os seus trabalhos publicados nos boletins dos Serviços de Geologia e Minas de Angola (1).

No seu estudo, «Alguns problemas dos terraços quaternários do litoral de Angola», inserto no boletim referido, o Sr. Prof. Doutor GASPARE DE CARVALHO expõe, no capítulo relativo à área que nos interessa, — terraços da região Ponta do Sombreiro-Cuio —, as suas hipóteses de trabalho sobre a génese das citadas formações. É a partir dele e da carta geomorfológica que nos foi amavelmente facultada pelo seu autor, Sr. Prof. Doutor GASPARE DE CARVALHO, que iremos, resumidamente, fornecer os dados que mais nos interessam neste estudo.

A carta geomorfológica que publicamos (Fig. 2), e onde assinalamos com uma cruz o local em que se encontra a estação paleolítica, mostra-nos a existência de terraços altos, com cotas que vão de 100 a 150 metros, terraços baixos com cotas de 20 a 25 metros, e depósitos do fim do quaternário, vasosos e arenosos, atingindo estas cotas com 8 e 10 metros.

Os depósitos dos terraços altos são constituídos por conglomerados marinhos que assentam sobre formações burdigalianas, repousando sobre elas areias vermelhas com espessuras oscilando entre os 10 e os 20 metros. Os terraços altos são atribuídos à transgressão tirreniana e os terraços baixos à transgressão ouljiana.

Os depósitos do fim do quaternário são constituídos por depósitos vasosos e por depósitos arenosos acumulados durante

(1) MASCARENHAS NETO (M.) — *As bacias sedimentares de Benguela e Moçâmedes*, in «Boletim dos Serviços de Geologia e Minas de Angola», n.º 3, Luanda, 1961, págs. 63 a 94, 4 mapas e 2 quadros.

— SOARES DE CARVALHO (G.) — *Alguns problemas dos terraços quaternários do litoral de Angola*, in «Boletim dos Serviços de Geologia e Minas de Angola», n.º 2, Luanda, 1960, págs. 5 a 16 e 2 mapas.

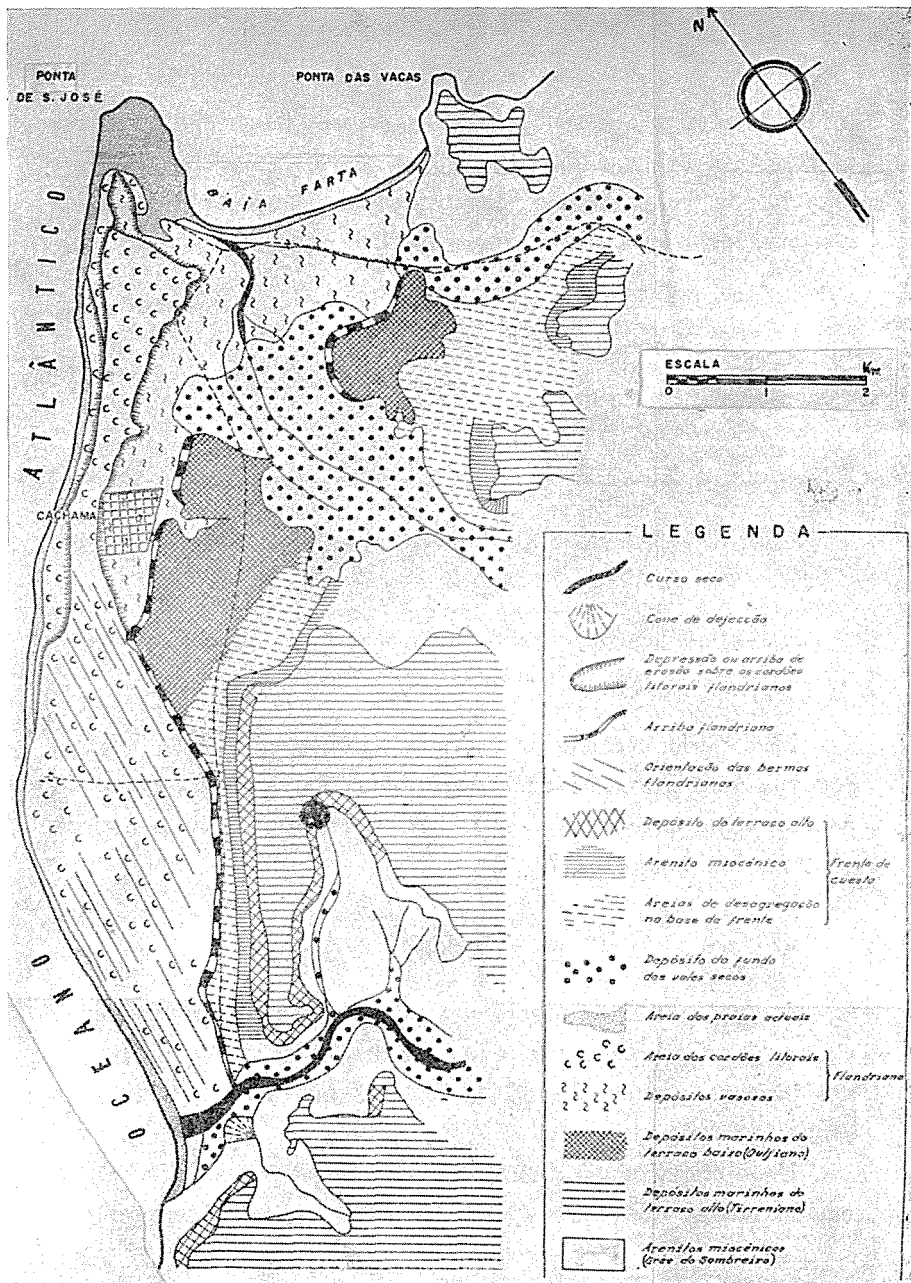


Fig. 2 — Carta geomorfológica da região da Baía Farta. Assinalada com uma cruz a estação paleolítica.

a fase regressiva que sucedeu à transgressão flandriana. Esta fase regressiva é evidenciada por cordões litorais cujo crescimento é reconhecido pelas bermas das praias sucessivas, perfeitamente conservadas, o que origina uma superfície arenosa ondulada.

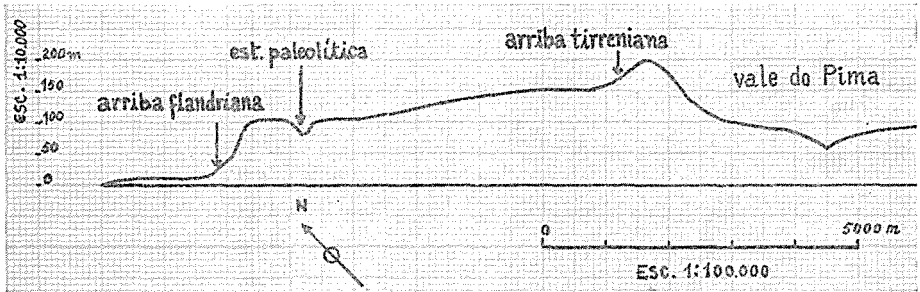


Fig. 3 — Perfil topográfico para mostrar a localização da estação entre as duas arribas, flandriana e tirreniana.

Num perfil, traçado na carta topográfica n.º 250 de Angola, segundo um corte sensivelmente perpendicular à costa e passando pela estação, procuramos evidenciar a posição de duas arribas quaternárias da região (Fig. 3).

Tipologia

A tipologia é a ciência que permite reconhecer, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios que se encontram nas jazidas, escreveu FRANÇOIS BORDES num recente tratado de arqueologia (1).

Uma classificação funcional dos utensílios paleolíticos, no estado actual dos nossos conhecimentos, pecaria sempre por

(1) BORDES (F.) — *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, pág. 1, Publications de l'Institut de Préhistoire de l'Université de Bordeaux, Mem. 1, Bordeaux, 1961, Delmas, 85 págs. e 1 atlas de 108 estampas.

muito hipotético. As provas formais que possuímos do emprego certo de tal tipo de utensílio para tal trabalho bem definido são até agora raras, diz-nos JACQUES TIXIER (1). Na quase totalidade dos casos os raciocínios dedutivos a que seríamos sujeitos não ultrapassariam o estado de hipótese, mesmo tendo em conta as comparações etnográficas possíveis. Por outro lado, prossegue o

QUADRO I — *Tipos de utensílios e materiais utilizados*

	Quartzo	Sílex	Quartzito	Grés	Pórfiro	Total
Chopping-tools	1	—	—	—	—	1
Bifaces	3	1	—	—	2	6
Raspadores	1	2	1	1	1	6
Pontas	1	—	—	—	—	1
Lâminas	—	1	—	—	—	1
Lascas residuais	4	—	—	—	—	4
Total	10	4	1	1	3	19

conceituado autor, pretender caracterizar e definir um conjunto de utensílios provenientes duma camada arqueológica, num ponto geográfico dado, unicamente através das técnicas que presidiram à fabricação desses utensílios, é uma tentativa de antemão votada ao malogro. Só a tipologia descritiva, tendo em conta as técnicas, pode pretender a um estudo completo das variedades de utensílios, estudo que está na base de todas as tentativas que tenham por fim paralelizar ou opor as séries de peças recolhidas nas diversas camadas arqueológicas das estações pré-históricas.

As peças da nossa colecção foram por nós agrupadas em cinco classes tipológicas — chopping-tools, bifaces, raspadores,

(1) TIXIER (J.) — *Typologie de l'Épipaléolithique du Maghreb*, pág. 17, *Memoires du Centre de Recherches Anthropologiques, Préhistoriques et Ethnographiques*, Alger, 1963, Paris, 209 págs. e 61 figs.

pontas e lâminas —, designações convencionais pois qualquer destes utensílios deveria ter, certamente, usos múltiplos e variados (1).

Chopping-Tools

Assim definidos por H. L. MOVIUS: «São utensílios habitualmente talhados sobre calhaus rolados ou fragmentos mais ou menos tabulares de rochas siliciosas ou similares. São utensílios bifaces no sentido em que o gume foi trabalhado a partir das duas faces. Geralmente a aresta assim obtida é nitidamente sinuosa, por ter sido feita com retoque alterno, ou melhor dizendo, por intersecção de lascagens alternas» (2).

Figuras 4 e 5, *d*. Talhado num calhau rolado de quartzo leitoso, granuloso, com 9,1 cm de comprimento, 8,8 cm de largura e 5,2 cm de espessura. Estas medidas, tais como a de todos os utensílios que se seguem, referem-se a dimensões máximas.

Apresenta um amplo lascado na extremidade duma face e outros dois ascados mais pequenos na mesma extremidade da face oposta originando-se um pequeno bico a meio.

Bifaces

Diz-nos FRANÇOIS BORDES que «os bifaces são utensílios de variados tipos, geralmente talhados a partir de blocos de sílex, mas também a partir de grossas lascas de sílex, quartzito, grés, etc.

(1) PRADEL (L.) — *Du racloir au biface*, pág. 70, in *Bul. de la Soc. Préhist. Française*, Tomo LII, Paris, 1955, págs. 64 a 70 e 4 figs.

(2) MOVIUS (H. L.) — *The lower Paleolithic cultures of southern and Eastern Asia*, *Transactions of the Philosophical Society*, New Series, Vol. 38, § 4, 1948. (Apud F. Bordes, cit. nota 1, pág. 270).

Têm de característica comum serem talhados sobre as suas duas faces por retoque total ou pelo menos «envahissante», salvo nos casos dos bifaces parciais e dos machados sobre lascas...» (1).

Figuras 4 e 5, *a*, e 8. Talhado a partir duma grande lasca de quartzo leitoso, granuloso, de dimensões $16,0 \times 8,5 \times 4,0$ cm. Tem uma secção aproximadamente plano-convexa e as duas faces então alisadas por pequenas e numerosas lascagens. Os bordos são cortantes e quando vistos de perfil apresentam gumes bem regularizados sendo um deles definido por uma linha em S, típica dos bifaces provenientes de lascas. Uma das faces tem junto da base uma larga superfície do córtex original. O índice de espessura é relativamente pequeno. Com efeito, utilizando a fórmula de MAURICE BOURGON (2), encontramos um valor igual a 47:

$$I_e = \frac{\text{Espessura} \times 100}{\text{Largura}} = 47$$

Figuras 4 e 5, *b*, e 7. Talhado em quartzo róseo, de dimensões $6,2 \times 8,7 \times 5,6$ cm. É o maior e o mais robusto da colecção, com uma secção transversal losângica e um índice de espessura alto, igual a 64,3. Os bordos são cortantes e quando observados de perfil apresentam um gume definido por uma linha sinuosa.

Figuras 4 e 5, *c*, e 9. Talhado em sílex com dimensões $12,0 \times 6,7 \times 3,8$ cm. É de todos o mais grosseiro, com as faces marca-

(1) BORDES (F.) — *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, cit., pág. 49.

(2) BOURGON (M.) — *Les industries Moustériennes et Pré-Moustériennes du Périgord*, pág. 33, *Archive de l'Institut de Paléontologie Humaine*, Mem. 27, Paris, 1957. (Apud J. Tixier, cit. nota 1, pág. 279).

das pelo levantamento de grandes lascas, frestando a meio de ambas as faces superfícies cobertas pelo córtex esbranquiçado do bloco de origem. Os bordos, ainda que cortantes, apresentam um gume definido segundo uma linha extremamente sinuosa. O índice de espessura é relativamente alto, apresentando o valor de 56,7.

Figuras 4 e 5, e, e 10. Talhado a partir duma espessa lasca de pórfiro, com dimensões $13,5 \times 10,3 \times 5,4$ cm. A base, plano-côncava e oblíqua em relação ao eixo da peça, bem como duas porções marginais que a continuam para uma e outra face, são restos da superfície primitiva do bloco em que a peça foi talhada. A base e as duas referidas porções marginais têm uma pátina lustrosa de cor castanho-avermelhada que contrasta com a cor verde pálido do resto da peça. Visto de perfil este biface mostra uma face côncavo-convexa e outra convexa, com as superfícies talhadas por lascagens largas e planas. Os bordos são delgados e bem regularizados. O índice de espessura tem um valor igual a 52,4.

Figura 6, b, e 11. Talhado em pórfiro, com $7,8 \times 3,5 \times 1,4$ cm. Este é o biface mais perfeito, com as faces e os bordos bem reto-cados. Tem uma secção biconvexa e um índice de espessura igual a 40. Os bordos são delgados e os gumes quase rectilíneos.

Figura 6, c. Talhado a partir duma lasca de quartzo leitoso, com $7,3 \times 5,0 \times 1,8$ cm. Secção biconvexa e bordos delgados, com gumes definidos por uma linha sinuosa apertada. A base tem um dos extremos truncado.

Raspadores

FRANÇOIS BORDES chama *raspador* a um objecto feito sobre lasca ou lâmina, levallois ou não, com retoque contínuo, de pendor

suave ou abrupto, escamoso ou não, em um ou vários bordos, de maneira a obter-se um gume semi-cortante, direito, convexo ou côncavo, sem denticulações voluntárias marcadas (1). Parece-nos, contudo, que se poderá incluir nesta classificação as lascas de morfologia semelhante que fazem parte da nossa colecção, ainda que o seu retoque não seja contínuo, por desbaste irregular e grosseiro, o que apenas atesta uma técnica de retoque mais rudimentar no acabamento de utensílios com as mesmas funções.

Raspador triplo rectilíneo. Fig. 6, h. Talhado numa lasca de quartzito alaranjado de dimensões $8,7 \times 4,6 \times 1,7$ cm. A face dorsal, ou superior, possui três facetas alongadas, limitadas por arestas sensivelmente paralelas. Os três bordos são delgados, em bisel, com retoques irregulares, semi-abruptos. A face inferior possui um bolbo volumoso com uma linha de fractura. Possui um «talon» liso e convexo. O «talon» é a «parte do plano de percussão que foi destacada do núcleo pelo choque do percutor» (2). O ângulo de lascagem, formado pelo «talon» com a face de fractura ou lascagem, tem um valor de 106 graus.

Raspador duplo rectilíneo. Fig. 6, j. Talhado numa lasca de grés, medindo $8,8 \times 5,7 \times 2,0$ cm. O eixo de simetria da peça, da extremidade ao meio da base, é oblíquo em relação ao plano da base. Os bordos laterais são delgados e com retoques semi-abruptos, irregulares. O «talon» é liso, ligeiramente côncavo e faz com a face de lascagem um ângulo de 96 graus. A face dorsal tem três facetas e a face inferior apresenta a convexidade típica do bolbo de percussão.

(1) BORDES (F.) — *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, cit., pág. 25.

(2) Id. id., cit., pág. 5.

Raspador triplo convexo. Fig. 6, *i*. Talhado em pórfiro numa lasca de tipo «outrepassé», assim parcialmente definida por J. TIXIER: «*Se dit d'un éclat, d'une lame, d'une lamelle ou d'une recoupe de burin dont le plan de fracture, normal dans sa partie proximal, s'arque brusquement et emporte toute une partie du nucléus ou du produit de débitage d'où il a été tiré. Une face d'éclatement très concave et un épaississement de la partie distale sont donc les deux caractéristiques des pièces outrepassées...*» (1). Tem de dimensões $5,3 \times 5,2 \times 1,4$ cm. A face dorsal é multifacetada e convexa e a face oposta é lisa e um tanto côncava. Os bordos são retocados irregularmente e o «talon» é diedro.

Raspador convergente. Fig. 6, *e*. Talhado numa delgada lasca de sílex, medindo $5,9 \times 3,7 \times 0,90$ cm. A face dorsal apresenta duas facetas separadas por uma aresta que se estende da base à ponta da peça. Os bordos são delgados, convexos, com maior número de retoques no do lado direito. A face de lascagem apresenta um volumoso bolbo. O «talon» é liso e quase reduzido a um ponto, devido à pancada do percutor ter sido dada muito próximo do bordo do plano de percussão.

Raspador convergente. Fig. 6, *a*. Talhado numa lasca de quartzo leitoso, com $5,6 \times 4,7 \times 1,5$ cm. A face dorsal encontra-se retocada nos seus bordos que convergem para uma ponta em ogiva. A face de lascagem tem um pequeno bolbo e o «talon», embora plano, apresenta uma superfície irregular, com linhas de fractura. O ângulo de lascagem é de 90 graus. Classificámos esta peça como raspador, seguindo o critério de F. BORDES que nos ensina que não se deve designar como «ponta» quando o ângulo da extremidade é muito grande ou a peça é muito espessa, obtusa,

(1) TIXIER (J.) — *Typologie de l'Épipaléolithique du Maghreb*, cit., pág. 43.

arqueada, ou ainda quando apresentar um ressalto (1). Em todos estes casos trata-se dum raspador convergente, usando a terminologia de R. VAUFREY. A verdadeira «ponta» deve, pois, ter a extremidade distal delgada, com bordos rectilíneos e ângulo da extremidade acentuadamente agudo.

Raspador «déjeté». Fig. 6, g. Talhado em sílex, com $5,3 \times 4,0 \times 1,6$ cm. Um raspador «déjeté», diz-nos ainda F. BORDES, é um raspador convergente dum tipo especial: «o eixo de simetria da peça, indo da ponta ao meio da base, é oblíquo ou perpendicular ao eixo de percussão da lasca sobre a qual o utensílio foi feito» (2). A face dorsal tem três facetas alongadas e os dois bordos, com retoques irregulares, semi-abruptos, convergem para uma ponta truncada. O «talon» é espesso, plano e facetado. O ângulo de lascagem mede 88 graus. Na face de lascagem foi suprimido o bolbo de percussão, restando no seu lugar uma pequena concavidade que facilita a preensão do utensílio.

Ponta

Figura 6, f. Talhada em quartzo hialino, medindo $3,8 \times 3,3 \times 0,90$ cm. Ambas as faces foram hábilmente trabalhadas com retoques escamosos, escalariformes, suaves, do meio da peça para os bordos. Tem uma secção transversal triangular, sendo plana a face inferior. O «talon» foi quase suprimido por uma profunda lascagem conchoidal sobre a face dorsal, o que vem facilitar um possível encabamento da peça. A base tem as duas extremidades truncadas e a porção distal é delgada e pontiaguda.

(1) e (2) BORDES (F.) — *Notules de typologie Paléolithique*, pág. 338, in *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, Tomo LI, Paris, 1954, págs. 333 a 338 e 1 figura.

Lâmina

Figura 6, *d*. Lasca de sílex com 7,9 cm de comprimento por 3,7 cm de largura. Como o comprimento excede em mais de duas vezes a largura, esta peça, seguindo o critério de F. BORDES, pertence à categoria das «lâminas» (1). Lâmina esta que se poderá considerar ainda «outrepassé», conforme a definição atrás referida. A face dorsal desta lâmina tem três facetas alongadas, sendo as duas facetas laterais resultantes de lascagens e a do centro corresponde à superfície primitiva do calhau de sílex com pátina branca como é habitual nesta rocha. O «talon» é um diedro muito aberto, quase plano, muito estreito, contrastando com a extremidade distal onde reside a maior espessura da lâmina por conter uma porção da calote do núcleo. A face de lascagem torna-se côncava na porção distal e o bolbo de percussão apresenta-se abatido. O ângulo de lascagem mede 102 graus. Os dois bordos, delgados, não apresentam quaisquer retoques.

Técnica de Talhe

Chama-se talhe da pedra, aos diversos processos mecânicos de aplicação intencional da força sobre uma pedra, com o fim de se destacar dela fragmentos mais ou menos delgados e cortantes, seja para sua utilização, tal qual ou modificados, seja para dar ao bloco matriz ou núcleo de onde foram destacados, a forma desejada de um utensílio relativamente possante (2).

(1) BORDES (F). — *Principes d'une méthode d'étude des techniques de débitage et de la typologie du Paléolithique Ancien et Moyen*, pág. 21, in «L'Anthropologie», Tomo LIV, 1950, Paris, págs. 19 a 34 e 3 figs.

(2) BREUIL (H.) et ZBYSZEWSKI (G.) — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire*, pág. 43, in «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Tomo XVIII, Vol. I, Lisboa, 1942, 309 págs. e 92 estampas.

Diz-nos JACQUES TIXIER (1) que o aspecto «arcaico» evidenciado por certos bifaces é muitas vezes devido às técnicas empregadas: pode-se talhar um biface (sobre «bigorna» ou com percutor manual de pedra) por meio do arranque de grandes lascas, sem se retocar os gumes sinuosos assim obtidos; pode-se retocar esses gumes com uma segunda série de lascagens, sempre por meio duma pedra; pode-se, finalmente, talhar um biface, com um bastão de madeira (de osso, corno, etc.). No primeiro caso, a peça obtida será espessa, tosca, com os ziguezagues bem marcados resultantes de lascagens alternas. No segundo caso, o biface será mais delicado, com os gumes em pequenos ziguezagues, ou mesmo sub-rectilíneos. No terceiro caso obter-se-á uma peça elegante, de secção biconvexa, ou quase plano-convexa, que só com o talhe à madeira se consegue, através de lascas longas, muitas vezes terminadas por um ressalto, com ondas de percussão originando uma minúscula e apertada ondulação.

De acordo com o que nos ensina TIXIER, observando atentamente a superfície e o perfil dos bifaces da colecção em estudo, admitimos ter sido utilizado, além do percutor de pedra, sobretudo o percutor de madeira. Com efeito, encontramos gumes sinuosos, mas na sua maioria sub-rectilíneos, tal como nos fala o conhecido mestre da arqueologia norte-africana.

As peças que classificámos como «raspadores» e «lâminas», usando uma terminologia que é mais habitual atribuir-se a utensílios de morfologia semelhante mas de retoque perfeito, regular e meticuloso sobre a face dorsal, que surgem com o *Mousteriense*, apresentam um retoque espaçado, irregular e semi-abrupto, sobre os bordos de ambas as faces. São obtidas de lascas destacadas

(1) TIXIER (J.) — *Les industries lithiques d'Ain Fritissa*, pág. 146, in «Bulletin d'Archéologie Marocaine», Rabat-Chellah, Tomo III, 1958-59, págs. 107 a 245, 33 est. e 38 figs.

de núcleos através da técnica *Levalloisense*. Uma lasca — lâmina ou ponta — *Levallois*, é uma «lasca de forma determinada por uma preparação especial do núcleo antes do arranque dessa lasca. Isso não pressupõe, de nenhum modo, o tipo do «talon» da lasca, que poderá ser liso, facetado, convexo ou diedro, conforme o plano de percussão do núcleo apresente um ou outro tipo» (1).

A «ponta», único exemplar deste tipo que faz parte da nossa colecção (Fig. 6, *f*), apresenta-se de tal modo retocada que julgamos poder classificá-la como uma «ponta» de tipo *Mousteriense*, segundo a definição de F. BORDES: «Peça triangular, ou por vezes quase losângica, mais ou menos alongada, com a extremidade distal pontiaguda, obtida por retoque a partir duma lasca de forma qualquer, *Levallois* ou não» (2).

Estado físico

A pátina que os utensílios do paleolítico possuem deve-se a uma alteração superficial, mais ou menos profunda, provocada por fenómenos complexos de ordem química, variáveis com o tipo das rochas, com o clima e natureza geológica do terreno. Duma forma geral, os utensílios da mesma natureza lítica, expostos nas mesmas condições aos agentes de alteração, são tanto mais patinados quanto mais antigos forem (3). A pátina é um elemento susceptível de prestar grandes serviços no caso de estações de superfície, onde indústrias de idades diversas, expostas ao ar, se encontram presentemente misturadas. A espessura da camada alterada pode, pois, ser um factor de cronologia, diz-nos H. ALIMEN, mas não deve ser utilizado senão com grande circunspecção.

(1) BORDES (F.) — *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, cit., pág. 14.

(2) BORDES (F.) — *Notules de typologie du Paléolithique*, cit., pág. 336.

(3) ALIMEN (H.) — *Atlas de Préhistoire*, pág. 59, Paris, 1965, 185 págs., 97 figs. e 20 estampas.

Quando se trata de jazidas enterradas, a pátina varia consideravelmente segundo a natureza geológica do terreno e deste modo nem sempre as peças mais gastas ou mais patinadas serão necessariamente as mais antigas. Uma observação atenta da sucessão geológica da jazida e especialmente a descoberta de algumas peças *in situ*, dão em geral a chave do problema, esclarece-nos ZBYSZEWSKI (1).

No caso dos utensílios em estudo, que afloravam à superfície mas que estiveram indubitavelmente soterrados durante longo tempo, todos se encontram no mais perfeito estado de conservação, com as suas arestas bem vivas, não denunciando qualquer sinal de uso ou desgaste quer pela acção do homem ou por agentes naturais. Todas as lascagens de talhe ou retoque são as de origem, sem sobreposições em diferentes épocas, como o atesta o mesmo grau de pátina que exibem.

Hipóteses e Conclusões

Pela pena autorizada de FRANÇOIS BORDES aprendemos que «se pode definir o início do *Acheulense* como o momento em que o talhe do biface com percutor de madeira ou osso aparece e se generaliza» (2). Mas o grau de perfeição atingido por certas peças deste tipo da nossa colecção, associado ao desenvolvimento da técnica *Levalloisense* e ao aparecimento de «pontas», leva-nos a considerar os utensílios desta jazida da Baía Farta pertencentes

(1) ZBYSZEWSKI (G.) — *La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942*, cit., pág. 12

(2) BORDES (F.) — *Stratigraphie du loess et évolution des industries paléolithiques dans l'ouest du bassin de Paris*, pág. 406, in «*L'Anthropologie*», Tomo LV, Paris, 1952, págs. 404 a 452 e 28 figs.

a um *Acheulense* evoluído, ou mesmo final, visto que «... a lasca *Levallois*, tal como a *ponta*, nasce no *Acheulense* evoluído, se não final, antes de se tornar uma peça característica do *Mousteriense*...» (1). Já DESMOND CLARK chegara a igual conclusão no seu recente trabalho sobre o paleolítico angolano (2), baseado no estudo de numerosas peças da Baía Farta existentes no museu dos Serviços de Geologia e Minas de Angola.

Todas as peças pertencem, indubitavelmente, ao mesmo período e a presença dum «chopping-tool», típico do *Oldowaiense*, não pode ser tomado senão como a sobrevivência duma técnica primitiva.

A localização da jazida, assente sobre a camada que lhe forneceu a matéria-prima, o conglomerado marinho subjacente com calhaus de vários tipos de rochas, o facto de nenhum dos utensílios apresentar sinais de uso, tal como acontece com a maioria dos que pertencem à colecção dos Serviços de Geologia e Minas de Angola estudados por CLARK, e ainda a existência de numerosas lascas que são restos de fabricação, *déchets de taille*, como lhes chamam os autores franceses, sugere-nos que nos encontramos em presença duma oficina abandonada.

O estado físico das peças, sem marcas de abrasão de qualquer tipo, leva-nos também a supor que as areias vermelhas que as cobriram se depositaram segundo um processo rápido, ou relativamente calmo. Um estudo preciso sobre a origem e modo de deposição destas areias, poder-nos-á de futuro ajudar a esclarecer em que condições foi a oficina abandonada ou soterrada, além dos dados para uma definitiva datação da jazida.

(1) TEXIER (J.) — *Les industries lithiques d'Ain Fritissa*, cit., pág. 142.

(2) CLARK (J. D.) — *The distribution of prehistoric culture in Angola*, pág. 28, Publicações Culturais da Companhia dos Diamantes de Angola, n.º 73, Lisboa, 1966, 102 págs., 5 est. e 17 figs.

O estudo aprofundado das formações quaternárias do litoral angolano e a prospecção concomitante das estações arqueológicas que encerram, é trabalho que se pode considerar em fase inicial. A génese e classificação dos terraços marinhos permanece ainda muito no campo das hipóteses, e as recolhas arqueológicas são fragmentárias, por vezes de difícil classificação e correlação, por falta de precisão nos dados estratigráficos.

Parece-nos, pois, que no estado actual dos conhecimentos, será ousado pretender datar com todo o rigor a estação paleolítica da Baía Farta que foi objecto do nosso estudo. HENRIETTE ALIMEN (1), ao longo da sua obra sobre a pré-história de África, demonstra que existe um paralelismo entre as variações climáticas das diversas regiões africanas e estabelece um quadro de correlação das suas indústrias pré-históricas. Apoiando-nos nesse quadro de correlação, atribuímos provisoriamente à nossa estação paleolítica uma idade correspondente ao final do longo pluvial *Kamasiano* da costa ocidental.

Cronologia certa ou errada?

Só se poderá saber num futuro que esperamos seja próximo, com o desenvolvimento dos trabalhos geológicos e arqueológicos, e através da aplicação das novas técnicas de cronologia absoluta que a ciência vem pondo ao serviço dos investigadores.

(1) ALIMEN (H.) — *Préhistoire de l'Afrique*, pág. 480, 1955, Paris, 578 págs., 155 figs., 5 quadros e 28 estampas.



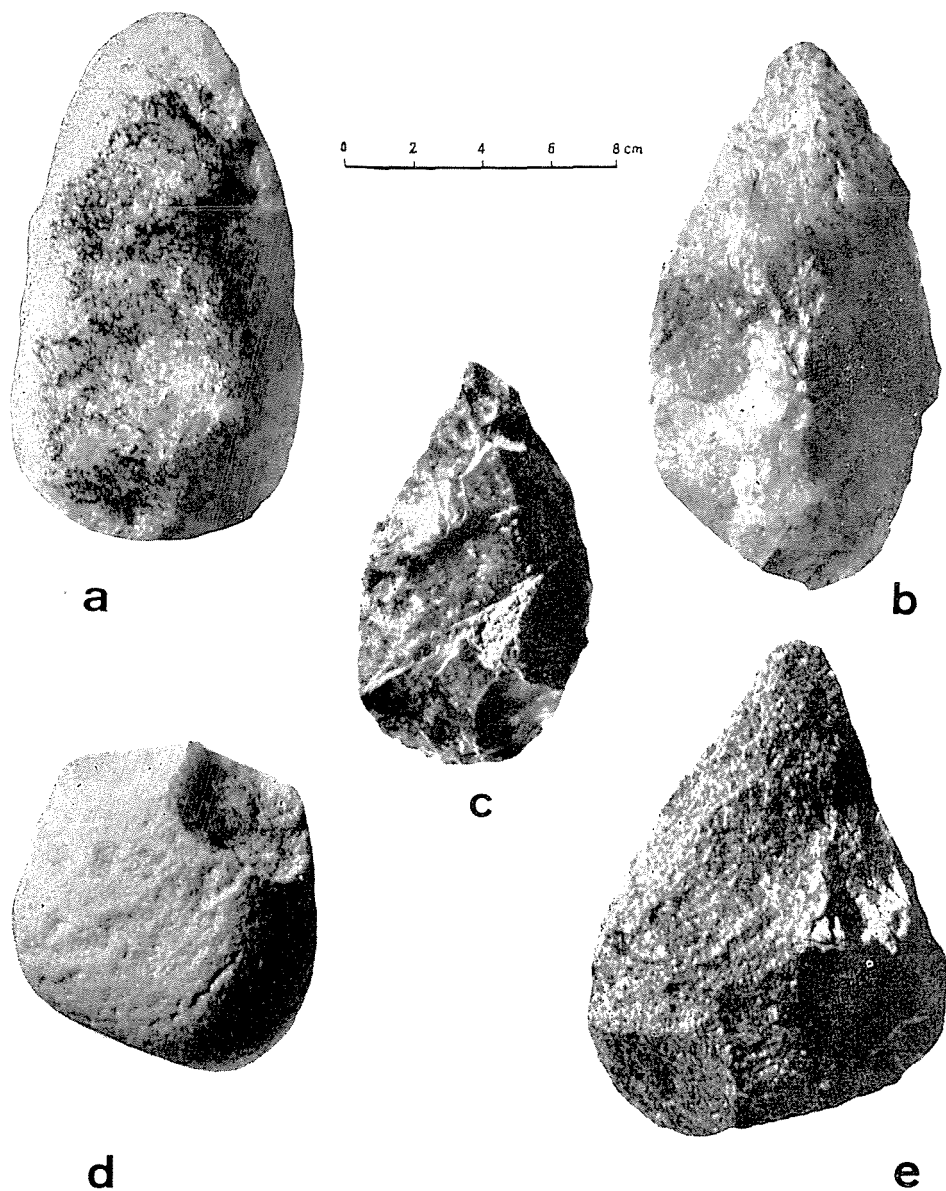


Fig. 4 — Utensílios paleolíticos da Baía Farta, vistos por uma das faces a que podemos chamar anverso.

Bifaces: *a, b, c, e*. Chopping-tool: *d*.

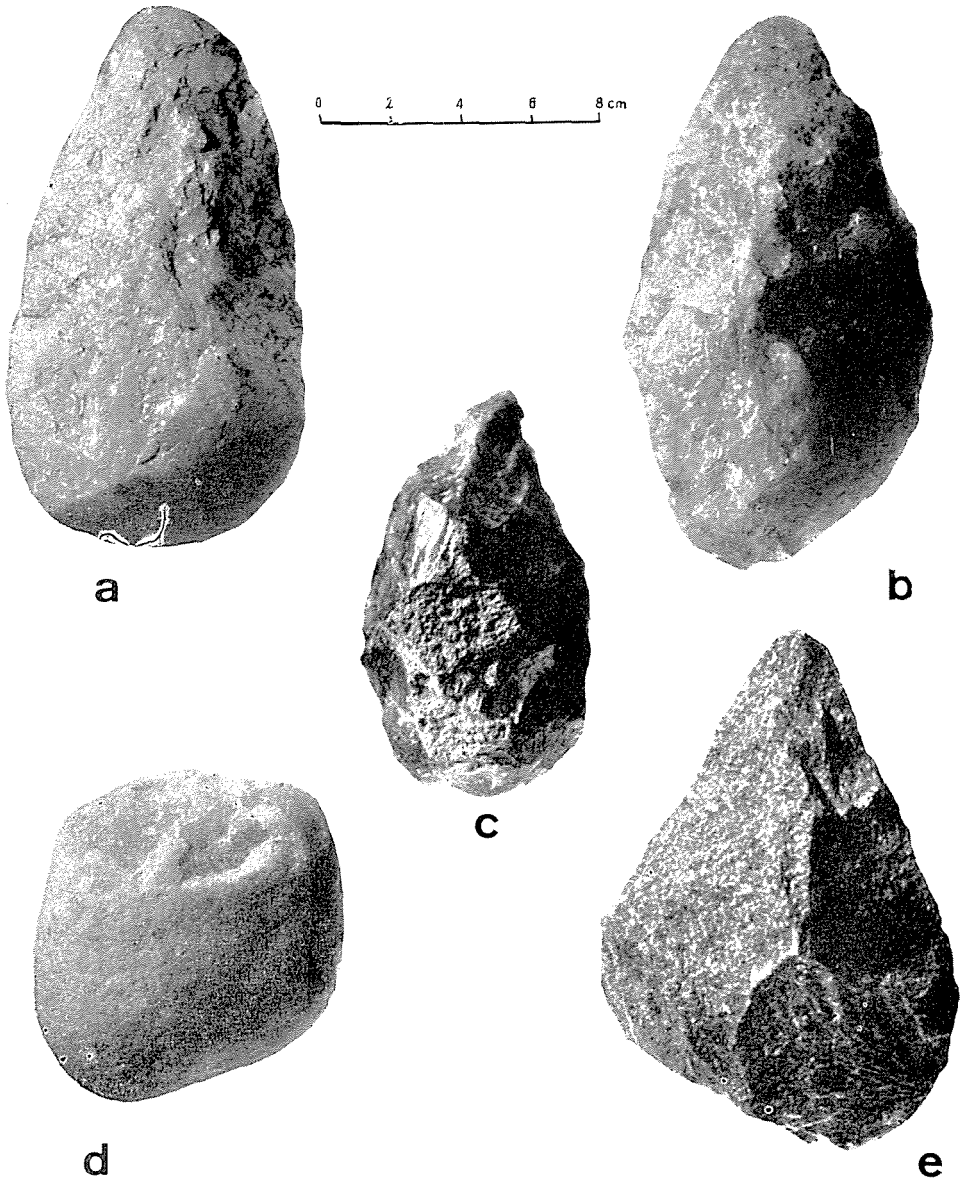


Fig. 5 — Os mesmos utensílios da fig. anterior, vistos agora pela outra face, a que poderemos chamar o reverso.

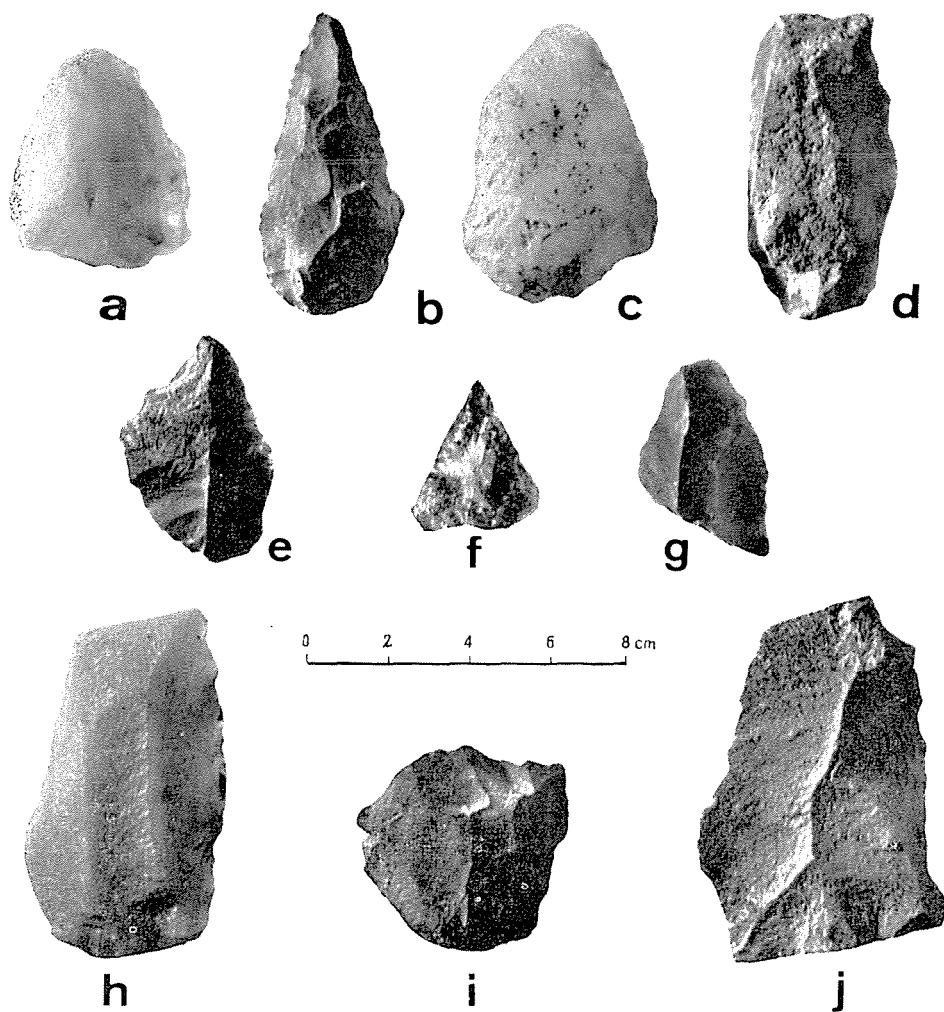


Fig. 6 — Utensílios paleolíticos da Baía Farta, vistos por uma das faces.

Bifaces: *b* e *c*. Raspadores: *a*, *e*, *g*, *h*, *i*, *j*. Ponta: *f*. Lâmina: *d*.

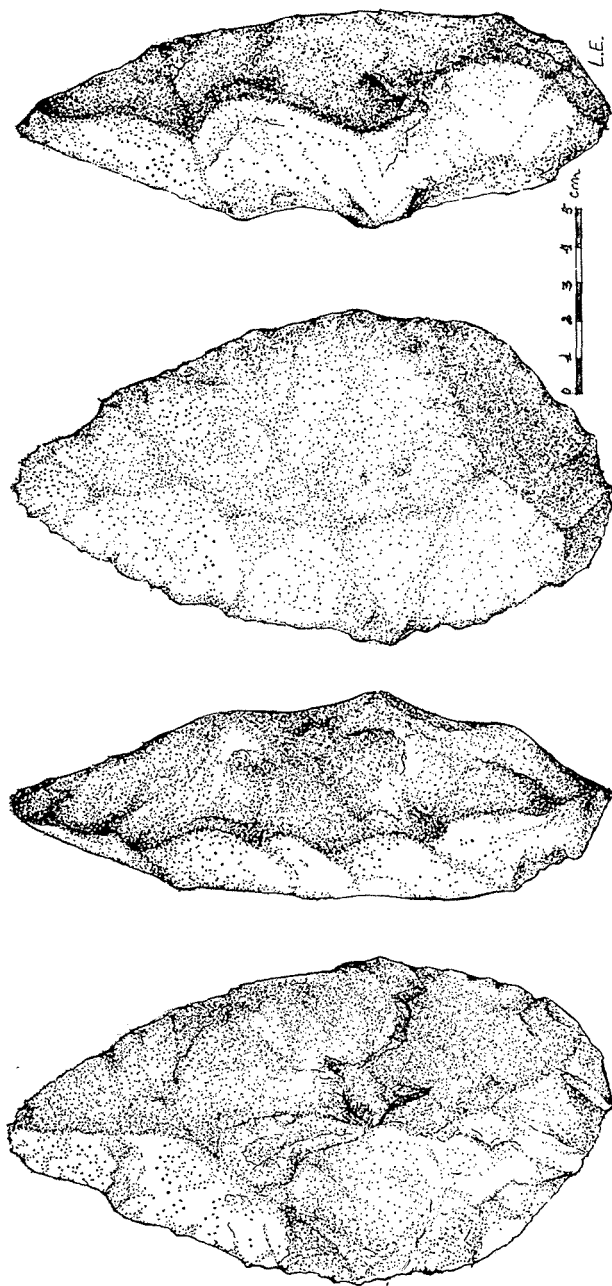


Fig. 7 — Biface das figs. 4 e 5, b, desenhado em quatro posições, rodando sobre a direita.

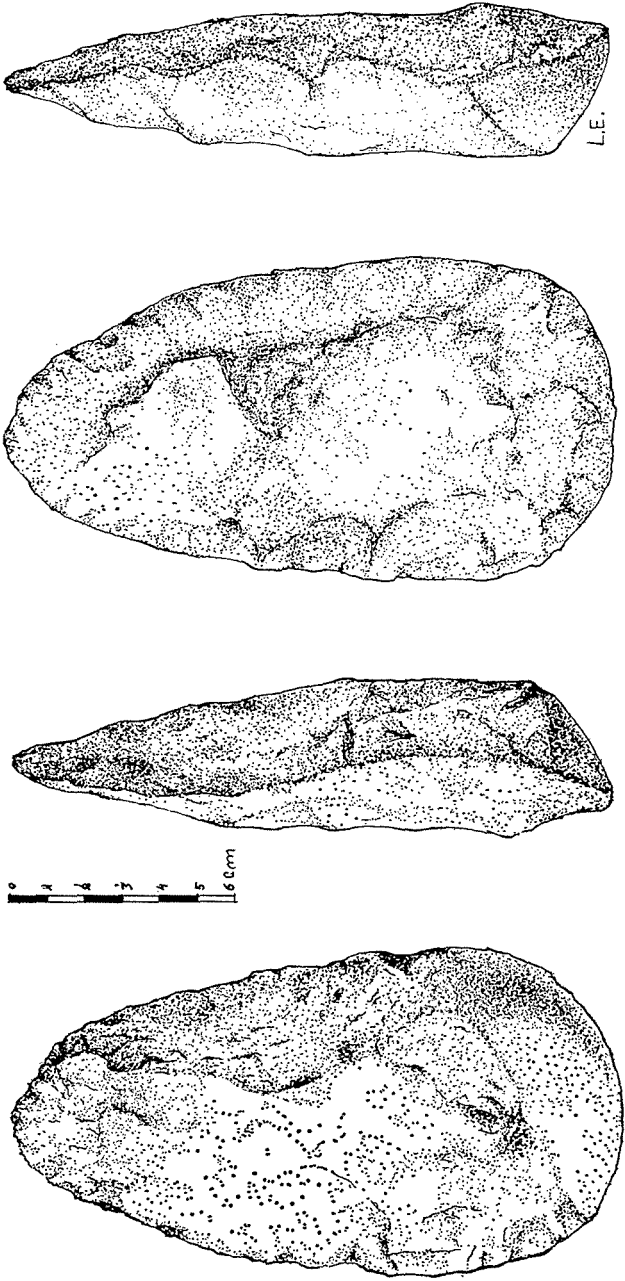


Fig. 8 — Biface das figs. 4 e 5, α , desenhado em quatro posições, rodando sobre a direita.

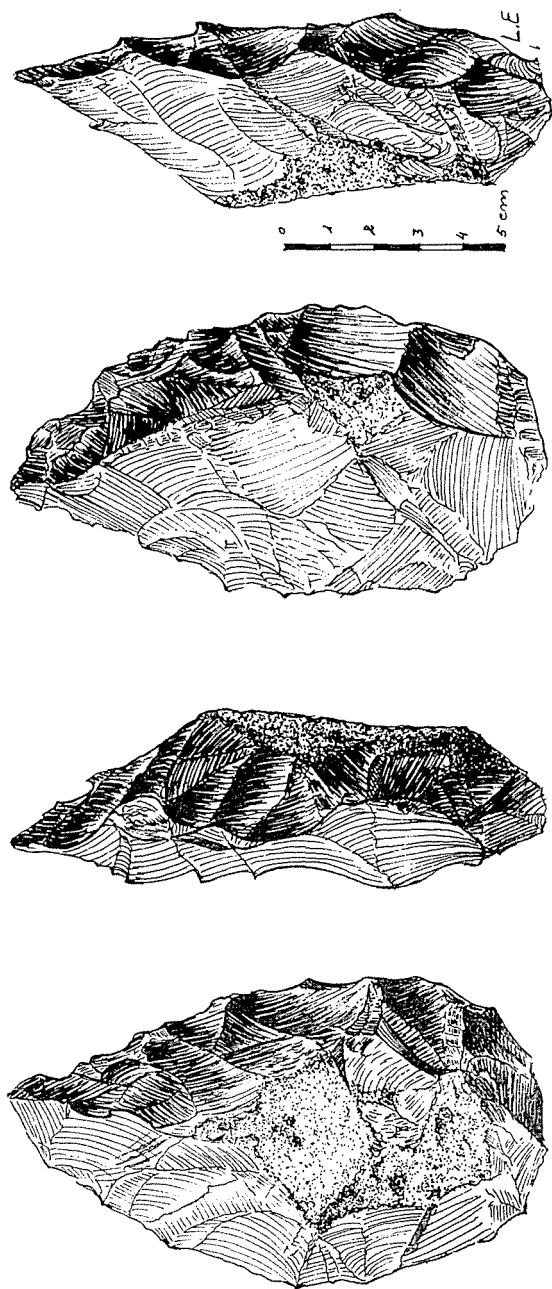


Fig. 9 — Biface das figs. 4 e 5, c, desenhado em quatro posições, rodando sobre a direita.

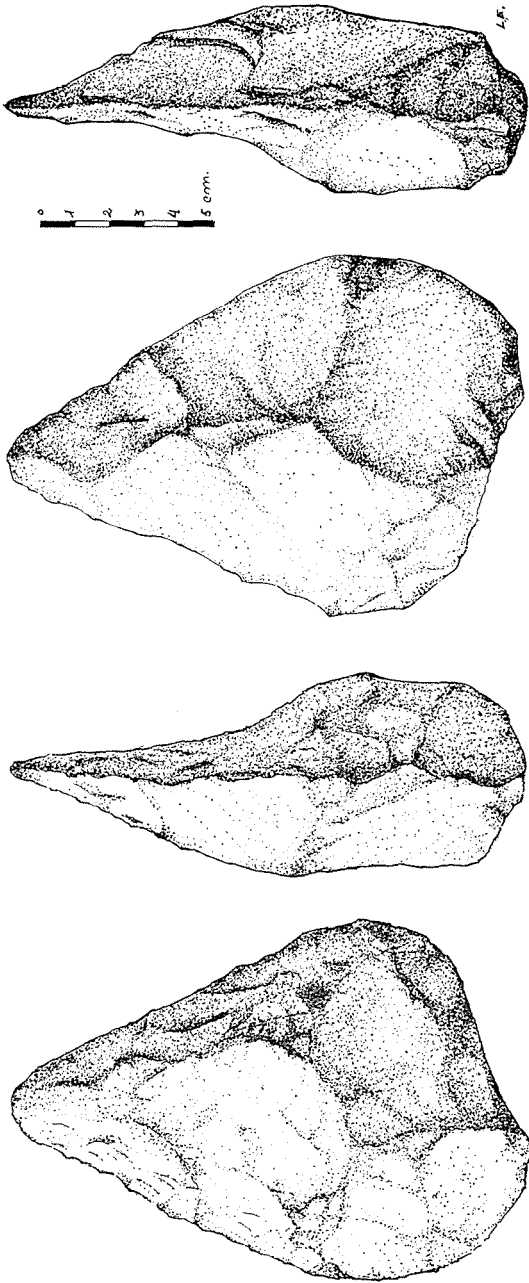


Fig. 10 — Biface das figs. 4 e 5, *e*, desenhado em quatro posições, rodando sobre a direita.

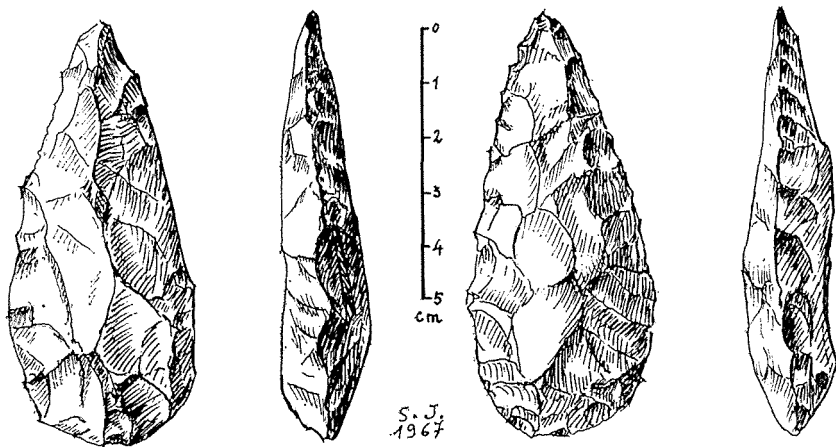


Fig. 11 — Biface da fig. 6, *b*, desenhado em quatro posições, rodando sobre a direita.

Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo)—II

POR

Agostinho Farinha Isidoro

Naturalista do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
da Faculdade de Ciências do Porto

Em trabalho anterior ⁽¹⁾ demos conta das escavações realizadas nas antas 1.^a do Tapadão (Aldeia da Mata, Crato) e na do Couto dos Enchares (Gáfete, Crato).

No presente trabalho damos os resultados das escavações feitas nas antas 1.^a e 2.^a do Couto dos Andreiros e na da Tapada dos Canchos, todas três também do concelho do Crato.

Anta 1.^a do Couto dos Andreiros

Fica situada num outeiro da Folha dos Carros, uns 400 m a leste da estação do caminho de ferro do Crato.

Tem ainda 5 esteios e a mesa no seu lugar inicial. Não tem corredor (Fig. 1, a).

Escavação

Esta anta já fora em grande parte explorada pois as extremidades inferiores dos esteios estavam quase desaterradas. O nível superior do enchimento da câmara está abaixo do terreno circundante cerca de 40 cm.

(1) AGOSTINHO FARINHA ISIDORO, *Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo)*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XX' fasc. 1-2, Porto, 1966, págs. 29 a 57, xv estampas, 22 figs.

Ao proceder à escavação verificámos que o referido enchimento tinha na sua maior extensão, a espessura de apenas 5 cm e atingia 30 cm no meio da câmara.

O enchimento assentava sobre o *salão*, de xisto, o qual, na parte correspondente à referida porção central, tinha uma depressão ou cova de superfície irregular, que se me afigurou ser natural.

Espólio

O espólio, muito escasso, é constituído apenas por duas contas de xisto preto, um pingente, seis pontas de seta, um pequeno fragmento de faca de sílex, dois pequenos núcleos de sílex e um buril, um pequeno cristal de quartzo hialino, uma porção de fíbula e alguns fragmentos de cerâmica. Apareceu também uma moeda que, embora indecifrável, pode bem ter sido ali perdida por algum pesquisador de tesouros.

A conta maior (Fig. 2, *c*) tem 14,5 mm de diâmetro e 12 mm de altura e a mais pequena (Fig. 2, *b*) tem 12 mm de diâmetro e 4 mm de altura.

O pingente (Fig. 2, *d*) é de xisto esverdeado, de forma triangular, com o orifício de suspensão na base; tem 32 mm de comprimento, 12,5 mm de largura na base e 3,5 mm de espessura.

Quatro pontas de seta são de sílex (Fig. 2, *o*, *p*, *q* e *r*), uma de quartzo hialino (Fig. 2, *m*) e uma de xisto preto (Fig. 2, *n*).

Das pontas de sílex uma tem a base triangular, duas têm-na convexa e outra tem na base um esboço de espigão; todas têm retoques bifaciais; só a primeira (Fig. 2, *o*) está completa.

A de quartzo tem a base triangular; não tem retoques bifaciais e falta-lhe a extremidade superior.

A de xisto é muito tosca.

O cristal de quartzo tem 33 mm de comprimento e 14 mm de largura máxima (Fig. 2, *e*).

A moeda, com 29 mm de diâmetro, está de tal maneira gasta que não se vê nas faces quaisquer dizeres ou figuras. É muito delgada.

A porção de fíbula é um *fusilhão* incompleto (Fig. 2, *h*).

Cerâmica

É pouca e fragmentada: oito fragmentos de bordos diferentes.

Anta 2.^a do Couto dos Andreiros

Está situada na Folha dos Carapiteiros, a leste do *monte* do Couto e distante dele uns 300 m, na freguesia e concelho do Crato.

Tem ainda seis esteios, três completos e três incompletos. Não tem *mesa*.

Do corredor restam apenas os dois esteios proximais: o do lado sul e o do lado norte (Fig. 1, *b*).

Escavação

Começámos por remover as pedras que atulhavam a câmara e que deviam ter sido levadas para ali, dos terrenos em volta aquando das lavouras.

A escavação (Fig. 10) foi iniciada 1,20 m antes dos esteios do corredor. Abrimos um corte no terreno com a profundidade de 25 cm.

No início do corte encontrámos a essa profundidade um machado de pedra polida, com o gume voltado para a câmara dolménica.

Até ao início dos esteios do corredor não encontrámos qualquer outro achado arqueológico.

Prosseguimos a escavação, agora no espaço limitado pelos esteios do corredor. A terra virgem ou *salão* apareceu a 45 cm de

profundidade. Junto à extremidade distal do esteio esquerdo, a 30 cm de profundidade, encontrámos a placa-ídolo da figura 6.

Na linha média do corredor, no sentido longitudinal, também a 30 cm de profundidade na linha de contacto do terço distal com o terço médio, topámos com um machado de pedra polida, com o gume voltado para o esteio esquerdo.

À mesma profundidade, a igual distância dos dois esteios do corredor e no alinhamento de contacto do terço médio com o terço proximal, encontrámos um vaso de cerâmica incompleto, com fractura antiga, de boca para cima (Fig. 3, *d*).

Na escavação da câmara dolménica a 40 cm do esteio 1, o primeiro da esquerda (1), a 20 cm de profundidade, encontrámos um machado de pedra em posição horizontal, com o gume voltado para o corredor.

No mesmo recanto e cerca de 20 cm por baixo do machado referido, estava a placa-ídolo fenestrada (Fig. 7) em posição horizontal.

Foi encontrado junto ao esteio 3, a 25 cm de profundidade, um vaso de cerâmica completo, com o fundo voltado para cima (Fig. 3, *a*).

O enchimento desta anta, constituído por terra e por pequenas pedras à mistura, não apresentava qualquer estratificação. A sua espessura era muito variável, principalmente na câmara, por o *salão*, de natureza xistosa, apresentar ondulações.

Espólio

É constituído por três pontas de seta, três machados de pedra polida, duas placas-ídolos, uma pedra de afiar, alguma cerâmica e várias porções de escórias.

(1) Como nos trabalhos anteriores numeramos os esteios da câmara contando-os no sentido dos ponteiros dos relógios.

Duas das pontas de seta são de quartzo hialino; a maior (Fig. 2, *a*) é de base um pouco côncava e a menor (Fig. 2, *l*) de base convexa; ambas sem retoques faciais e sem serrilhado nos bordos.

A outra é de xisto grosseiro, e incompleta (Fig. 2, *k*).

Os machados, de secção rectangular, são todos de anfibolite.

O das figuras 4 e 5, *c*, é de gume bem afiado e arqueado, e sem sinais de uso; tem 138 mm de comprimento, 61 mm de largura máxima ao nível do gume e 39 mm de espessura máxima.

O das figuras 4 e 5, *d*, tem igualmente o gume bem afiado e arqueado, com leves sinais de uso; tem 147 mm de comprimento, 45 mm de largura máxima e 29 mm de espessura máxima.

O das figuras 4 e 5, *e*, apresenta o gume pouco arqueado mas muito gasto pelo uso; tem 111 mm de comprimento, 72 mm de largura máxima e 43 mm de espessura máxima.

Placas-ídolos

Esta anta deu-nos duas placas-ídolos, uma de grés (Fig. 6) e outra de xisto preto (Fig. 7).

A de grés, infelizmente está mutilada na porção inferior por fractura antiga. Tem 151 mm de comprimento, 52 mm de largura máxima, 42 mm de largura mínima e 23 mm de espessura máxima; esta placa estava quebrada em duas partes que adaptaram perfeitamente; a fractura era antiga.

Uma das faces, a que podemos chamar anterior, tem decoração. Supômo-la antropomórfica. Tem dois orifícios cónicos, «os olhos», um de cada lado da linha média, abertos num rebaixamento circular; uma saliência disposta verticalmente pode considerar-se como representando o «nariz», e de um e do outro lado desta saliência, como bem mostra a fotografia da figura 6, há dois traços paralelos que poderão interpretar-se como tatuagens

faciais; a meio tem uma goteira larga e pouco profunda; aos lados, e a todo o comprimento dos bordos, duas goteiras marginais.

Na outra face vislumbram-se alguns traços em V que podem ser restos de gravuras.

Os bordos são também gravados; um deles com quatro sinais em V (Fig. 6); o outro bordo tem pelo menos 2 sinais semelhantes.

A placa de xisto preto (Fig. 7) pertence ao tipo das placas fenestradas; tem a forma trapezoidal, pois é mais larga na extremidade inferior, onde tem 101 mm e mais estreita na superior, onde tem cerca de 43 mm.

Não tem qualquer gravado intencional nas faces; tem 181 mm de comprimento e 16 mm de espessura.

Esta placa possui dois orifícios de suspensão na sua parte mais alta, que apresentam sinais de uso e um vazamento longitudinal ao longo do bordo esquerdo (Fig. 7); falta-lhe o bordo direito, mutilação devida a fractura antiga.

Pedra de afiar

É um grés, de forma rectangular, com 125 mm de comprimento, 53 mm de largura e 27 mm de espessura máxima.

Uma das faces é côncava e polida, devido ao desgaste pelo uso. Foi encontrada na boca da câmara, junto ao esteio 1, a 10 cm de profundidade.

Cerâmica

A cerâmica desta anta é constituída por um vaso pequeno completo (Fig. 3, *a*), encontrado de fundo para o ar; um outro incompleto (Fig. 3, *d*) e vários fragmentos; dentre estes podemos distinguir restos de pelo menos 8 vasos.

O vaso completo tem 61 mm de altura, 78 mm de diâmetro ao nível da boca e em média 5 mm de espessura no bordo.

O incompleto tem 45 mm de altura, 77 mm de diâmetro ao nível da boca e em média 5 mm de espessura no bordo.

Nos fragmentos, a maior espessura é de 13 mm e a menor 4,5 mm.

Escória

Encontrámos nesta anta 6 porções de escória ferruginosa, com o peso total de 450 gramas; a maior destas pesa 300 gramas e a menor 7 gramas.

Anta da Tapada dos Canchos

Anta situada a leste da vila do Crato e dela distante uns 2 km, em terreno da azinheiras, na Tapada dos Canchos. Corre próximo a ribeira que, no local, tem o nome de *Feixotas*, afluente da ribeira de Seda.

Tem mesa, 6 esteios de rocha xisto-quartzítica, bem conservados e resto de corredor voltado a leste (Fig. 1, c).

Escavação

A escavação desta anta (Fig. 11) foi realizada no verão de 1965.

O chão da câmara dolménica estava a nível inferior ao do terreno em volta e dele rebaixado cerca de 30 cm, especialmente do lado norte. Deste lado há ainda um resto de mamoa.

O *salão* é de xisto e ondulado, por isso o enchimento da anta e do corredor encontra-se distribuído irregularmente; mais espesso nas buracas ou locas naturais do mesmo.

Os esteios do lado sul do corredor, já tinham sido arrancados; os 4 do lado norte estão algo inclinados para dentro.

Iniciámos a escavação junto ao esteio do corredor mais afastado da anta. Aqui abrimos um rego com 30 cm de profundidade.

À profundidade referida e a 20 cm para sul da ponta distal do 1.º esteio do corredor, encontrámos um machado de pedra polida (Fig. 4 e 5, *a*), com o gume voltado para a boca da anta, isto é, para poente.

A 10 cm de profundidade e a 60 cm para sul do início do 2.º esteio, encontrámos um outro machado de pedra polida (Fig. 4 e 5, *h*), de forma rectangular, com o gume voltado para o norte.

Distante 10 cm do intervalo existente entre os 1.º e 2.º esteios e a 10 cm de profundidade estava um outro machado (Fig. 4 e 4, *g*), também de pedra polida, com o gume voltado igualmente para o norte.

A placa-ídolo de grés (Fig. 9) foi encontrada por debaixo deste machado em posição oblíqua e a superfície gravada voltada para cima; junto estava também um vaso incompleto, com o fundo voltado para cima.

Junto do meio do 1.º esteio e a 15 cm de profundidade estavam dois machados de pedra polida (Fig. 4 e 5, *f* e *b*), de gume voltado para o sul.

Junto ao início do 2.º esteio e à profundidade de 5 cm encontrámos um vaso incompleto, o maior (Fig. 3, *b*), tombado, com fracturas antigas e com a boca voltada para o norte.

O vaso de cerâmica completo (Fig. 3, *e*) foi encontrado de fundo para cima e a 30 cm da extremidade proximal do 3.º esteio do corredor, à profundidade de 30 cm.

Na câmara desta anta escavámos três dos seus quadrantes: os dois anteriores e o posterior da direita. Deixámos para testemunho o posterior esquerdo.

As contas, as pontas de seta e as facas de sílex foram encontradas na terra do corredor depois de crivada.

Espólio

É relativamente escasso e constituído por objectos de adorno (contas), de pedra lascada (pontas de seta e facas de sílex), peças de pedra polida (machados), uma placa-ídolo de grés e alguma cerâmica.

Objectos de adorno

Destes há apenas cinco contas de colar (Fig. 8, *l, m, n, o, p*): uma de xisto preto, bicónica com 14,5 mm de diâmetro maior e 10,5 mm de altura; uma de calaíte com 8 mm de diâmetro e 3,5 mm de altura e as outras três de xisto acinzentado com altura muito menor.

Material lítico

Temos 17 pontas de seta e um pequeno núcleo de sílex; 14 destas pontas são de sílex e 3 de quartzo hialino; 6 com a base triangular, 3 com a base quase triangular, 6 com a base convexa e 2 com a base recta.

Quase todas têm retoques bifaciais e serrilhado finíssimo.

Há-as de coloração preta, cinzenta, esverdeada, rósea, cárnea, branca e amarelada.

Uma porção de faca tem serrilhado nos bordos (Fig. 8, *c*).

Os cinco machados são todos de anfíbolite; três têm a forma subtriangular.

O da Fig. 4 e 5, *b*, de eixo um pouco arqueado, tem 144 mm de comprimento, 50 mm de largura máxima ao nível do gume e 33 mm de espessura máxima: o gume tem sinais de uso; a extremidade oposta ao gume é a mais estreita.

O da Fig. 4 e 5, *a*, de eixo recto, tem 132 mm de comprimento, 49 mm de largura máxima no gume e 34 de espessura máxima; o gume tem discretos sinais de uso; a extremidade oposta ao gume é a mais estreita.

O da Fig. 4 e 5, *h*, de eixo recto, tem 102 mm de comprimento, 52 mm de largura máxima ao meio e 36 mm de espessura máxima; o gume tem leves sinais de uso.

O da Fig. 4 e 5, *g*, de eixo quase recto, tem 97 mm de comprimento, 64 mm de largura máxima no gume e 18 mm de espessura máxima; o gume tem francos sinais de uso.

O da Fig. 4 e 5, *f*, de eixo quase recto, tem 95 mm de comprimento, 22 mm de largura e 21 mm de espessura máxima; o gume tem sinais de uso.

Placa-ídolo

Nesta anta encontrámos apenas uma placa-ídolo (Fig. 9), infelizmente incompleta, pois faltam-lhe os cantos superiores e a porção inferior; trata-se duma placa de grés micáceo.

Numa das faces, a que podemos chamar anterior, tem decoração. Supômo-la também antropomórfica. Tem dois orifícios cónicos, um deles incompleto devido a fractura antiga, os «olhos», um de cada lado da linha média; entre os orifícios tem uma saliência que aguça para a extremidade inferior, o «nariz»; dum lado e do outro e abaixo desta saliência há três traços paralelos que podem corresponder a tatuagens faciais; em cada lado desta face há um traço oblíquo.

A face posterior não tem decoração.

Esta placa tem 86 mm de comprimento, na linha média, 88 mm de largura e 13 mm de espessura ao nível do relevo.

Cerâmica

Apenas três pequenos vasos; um completo e dois incompletos.

O primeiro tem na superfície externa duas formações salientes, em forma de vírgula; tem 46 mm de altura, 86 mm de diâmetro ao nível do bojo, 7 mm de espessura média e 75 mm de diâmetro de boca (Fig. 3, *e*).

O vaso incompleto, o maior de todos e mais robusto, tem 65 mm de altura, 105 mm de diâmetro ao nível do bojo, 13 mm de espessura média e 92 de diâmetro de boca (Fig. 3, *b*).

O outro vaso tem 49 mm de altura, 97 mm de diâmetro ao nível do bojo, 7 mm de espessura média e 85 de diâmetro de boca. (Fig. 3, *c*).

Há ainda duas porções de vasos e pequenos fragmentos do bojo e do bordo de outros vasos.

A espessura maior destes fragmentos é de 12 mm e a menor de 4 mm.

Conclusões e Cronologia

Damos neste trabalho o resultado das escavações feitas em mais três antas do concelho do Crato: 1.^a e 2.^a do Couto dos Andreiros e Tapada dos Canchos.

O estado de conservação destas antas é ainda razoável, comparando-as com outras que se encontram em completa ruína.

Duas conservam ainda o *chapéu* ou *mesa* no seu lugar primitivo e têm vestígios de mamoa. Também em duas há ainda restos de corredor (Fig. 1).

O enchimento das suas câmaras dolménicas fora totalmente revolido, possivelmente pelos pesquisadores de tesouros. Por isso não verificámos nelas qualquer estratificação.

Os elementos arqueológicos encontrados são em pequeno número. Os de fractura fácil encontram-se quase todos incompletos.

Quanto à sua natureza são em tudo semelhantes aos colhidos por nós nas antas 1.^a do Tapadão (Aldeia da Mata) e Couto dos Enchares (Gáfete) e aos colhidos em escavações feitas em outras antas alentejanas. Exceptuam-se as duas placas-ídolos de grés, possivelmente antropomórficas, encontradas, uma (Fig. 6) na

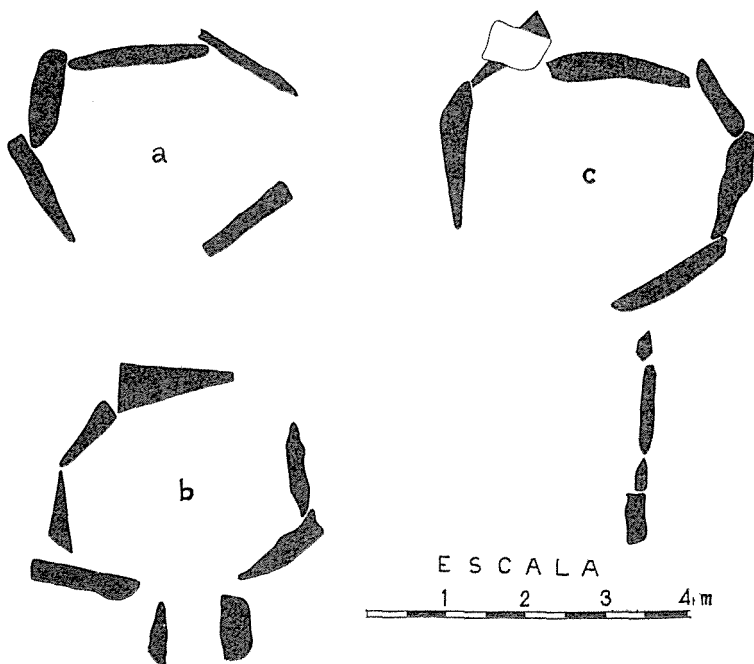


Fig. 1 — a) Antas 1.^a do Couto dos Andreiros; b) Anta 2.^a do Couto dos Andreiros; c) Anta da Tapada dos Canchos.

anta 2.^a do Couto dos Andreiros e a outra (Fig. 9) na anta da Tapada dos Canchos.

Estas placas são de grande valor arqueológico, pois supomos tratar-se de peças únicas na arqueologia dolménica peninsular. Devem pertencer aos chamados ídolos sem boca.

Queremos ainda referir o facto de termos encontrado numa destas antas, a 2.^a do Couto dos Andreiros, uma placa de xisto

fenestrada, a segunda encontrada nas antas do Crato. A primeira foi colhida na anta 1.^a do Tapadão.

A cerâmica destas antas, pela qualidade e coloração da sua pasta, pertence aos três tipos de cerâmica cinzenta, avermelhada e preta já encontrados nas antas do Crato, que escavámos (1).

Quanto à sua cronologia admitimos a hipótese de que sejam do segundo neolítico peninsular, por em duas delas termos encontrado as pontas de seta de base triangular, que são consideradas deste período. Embora tenhamos também de admitir que as antas tenham sofrido inumações sucessivas no período eneolítico e até em períodos posteriores.

Há que prosseguir na colheita dos materiais arqueológicos que existam nos restantes dólmens, e tantos eles são, quer no concelho do Crato, quer noutros concelhos alentejanos.

Outros e novos elementos constituirão achegas valiosas para o estabelecimento mais seguro da cronologia dos dólmens do Alto Alentejo.

(1) AGOSTINHO FARINHA ISIDORO, *Escavações em dólmens do concelho do Crato (Alto Alentejo)*, cit.

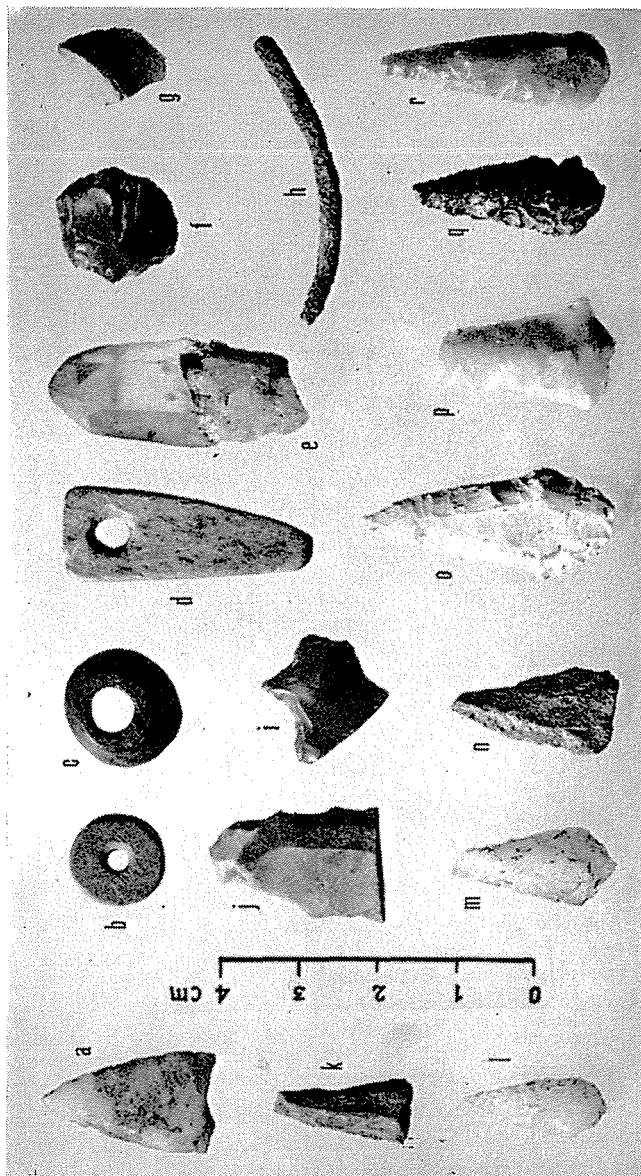


Fig. 2 — Peças de adorno e líticas das antas 1.ª e 2.ª do Couto dos Andreiros.

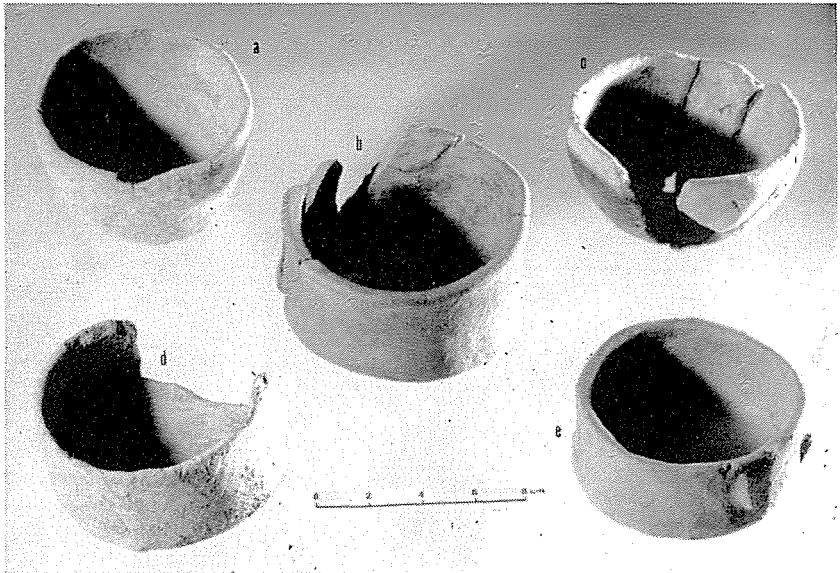


Fig. 3 — Vasos de cerâmica das antas 2.^a do Couto dos Andreiros (*a* e *d*) e Tapada dos Canchos (*b*, *c* e *e*).

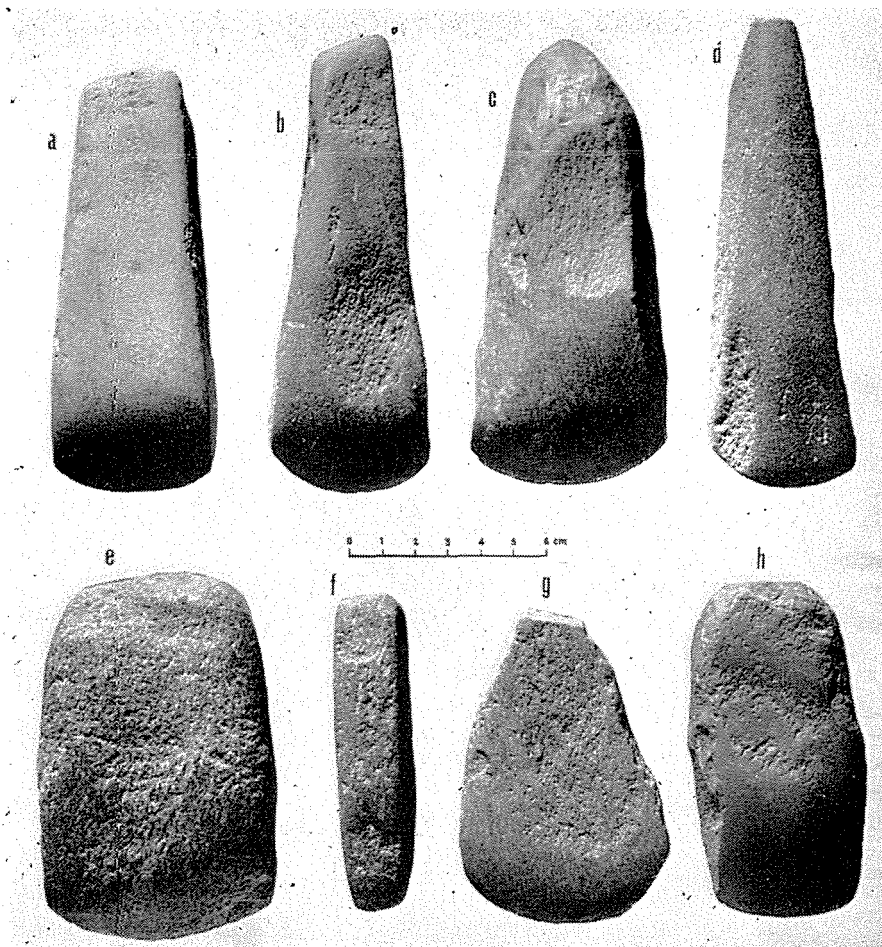


Fig. 4 — Machados de pedra das antas 2.^a do Couto dos Andreiros (*c*, *d* e *e*) e Tapada dos Canchos (*a*, *b*, *f*, *g* e *h*), vistos de face.

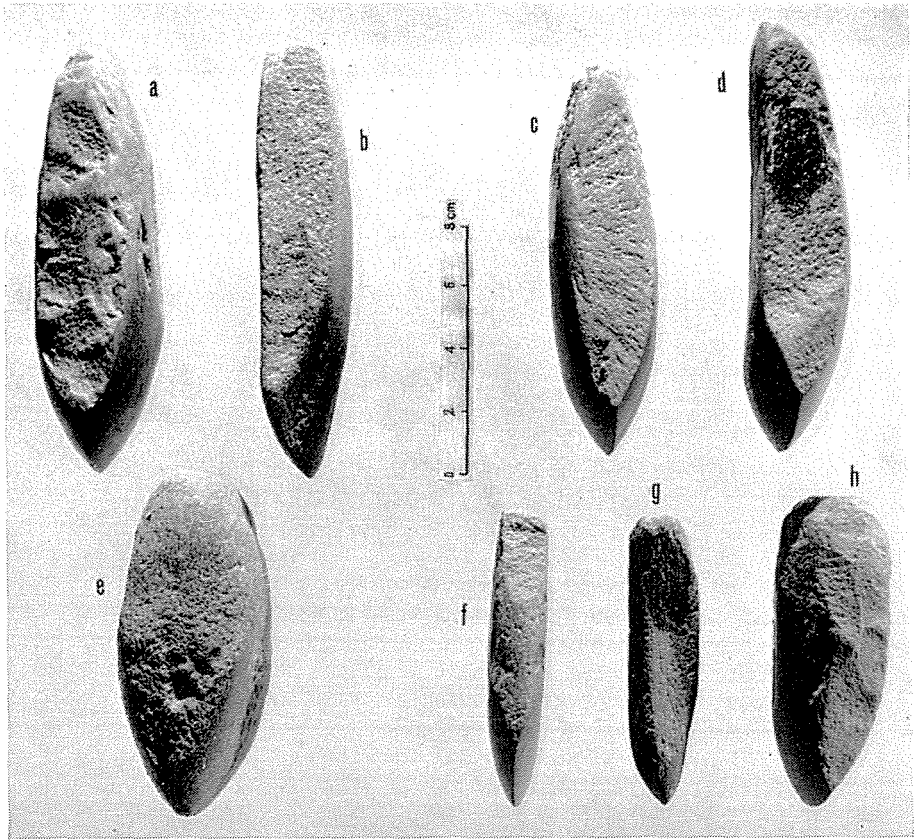


Fig. 5 — Machados de pedra das antas 2.^a do Couto dos Andreiros (*c, d e e*) e Tapada dos Canchos (*a, b, f, g e h*), vistos de perfil.

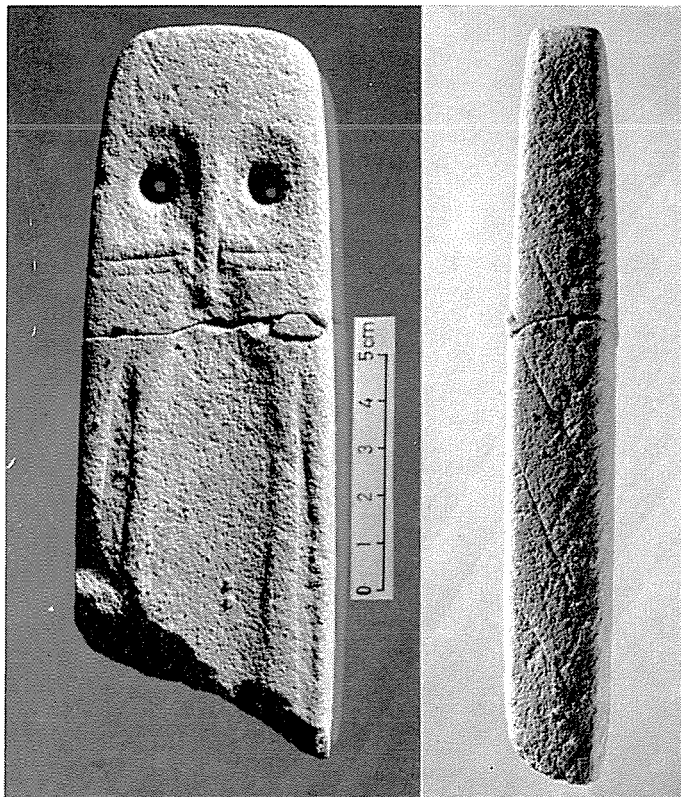


Fig. 6 — À esquerda a placa antropomórfica de grés da anta 2.^a do Couto dos Andreiros. À direita um dos bordos da placa com incisões em V.



Fig. 7 — Placa-ídolo fenestrada de xisto preto da anta 2.^a do Couto dos Andreiros.

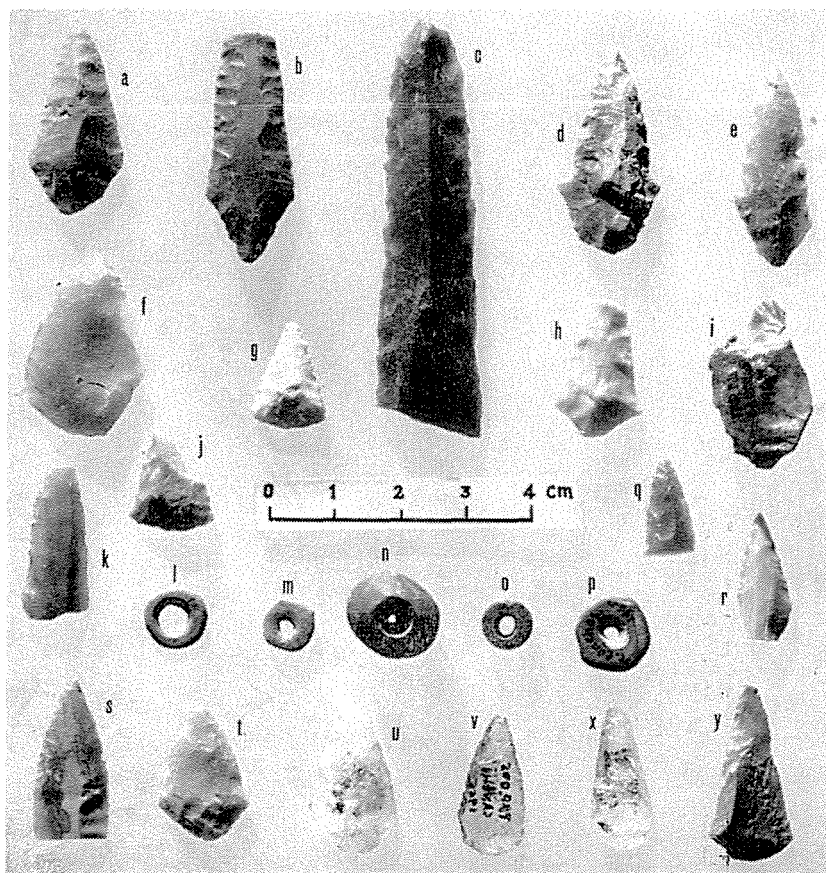


Fig. 8 — Contas e peças líticas da anta da Tapada dos Canchos.

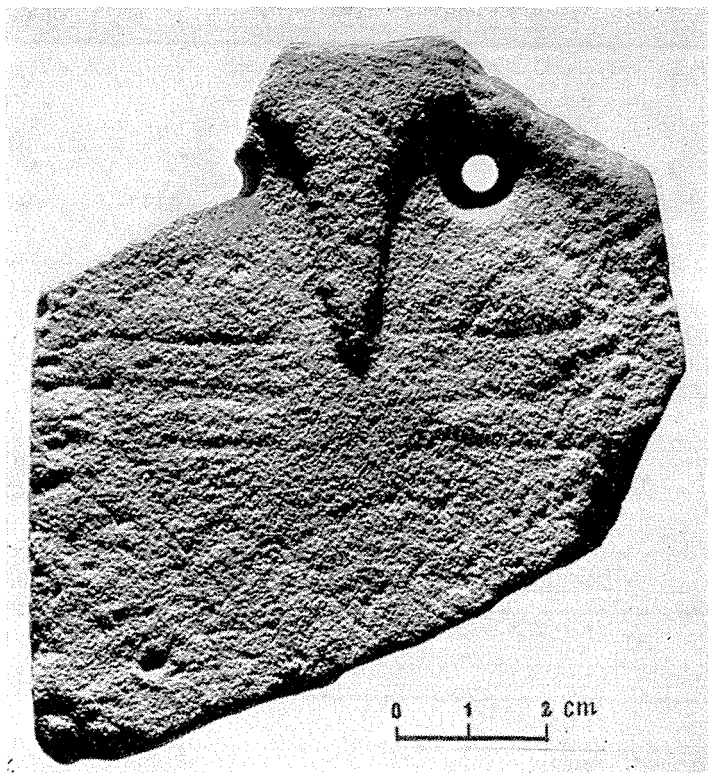


Fig. 9 — Placa-idolo de grés da anta da Tapada dos Canchos.



Fig. 10 — Anta 2.^a do Couto dos Andreiros após a escavação.



Fig. 11 — Aspecto da escavação da anta da Tapada dos Canchos.

En torno a bailes populares de Trás-os-Montes, y el río de la Plata

Sus orígenes en el Siglo de Oro

POR

Fernando O. Assunção

Sócio correspondente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
e correspondente de la Asociación Española de Etnología y Folklore

Tuvimos conocimiento, poco antes de emprender nuestro reciente viaje de estudio y investigación por Portugal y España, peninsulares y insulares, de una Nota del distinguido humanista argentino Prof. BRUNO JACOVELLA, por gentileza de su propio autor. Nota que se refería a un trabajo del Prof. Dr. SANTOS JÚNIOR, el R. P. ANTÓNIO M. MOURINHO y el Prof. BENTO BESSA, a propósito del baile trasmontano mirandés (1), por más datos, «O Pingacho» y sus flagrantes semejanzas con el baile rioplatense

(1) La coreografía popular trasmontana há sido estudiada por estos distinguidos etnógrafos em vários trabajos de que damos la indicacion bibliográfica

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR, «Nota de coreografía popular trasmontana — I — A dança dos pretos (Moncorvo)», in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Vol. VII, Porto, 1935, págs. 33-48, 8 figs.; idem, «Nota de coreografía popular trasmontana — II — A dança dos pretos (Carviçais)», in idem, Vol. VIII, Porto, 1936, págs. 95-101; Maestro Afonso Valentim, Padre António Mourinho e Doutor Santos Júnior, «Coreografía popular trasmontana — III — O Galandum (Miranda do Douro)», in *Douro-Litoral, Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral*, N.ºs VII e VIII da 5.ª série, Porto, 1953, págs. 3-18, 6 figs.; Bento Bessa, Padre António Mourinho e Doutor Santos Júnior, «Coreografía popular trasmontana — IV — O Pingacho (Miranda do Douro)», in id. id., N.ºs I-II, 8.ª série, Porto, 1957, págs. 5-23, 19 figs.

«La Firmeza» («Trabalhos de Antropología e Etnología» de La Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología, Faculdade de Ciências do Porto, fascículo 3-4, Volume XIX, Porto, 1964).

Teníamos vaga noticia del asunto desde agosto de 1965, en oportunidad de realizarse en Termas de Río Hondo (Santiago del Estero) el 1.º Congreso de Danzas Argentinas, al que asistimos especialmente invitados como único congresal no argentino. El Prof. CARLOS VEGA, que lo presidía, nos dijo casi textualmente: «Nos quedamos sin «La Firmeza», es española o portuguesa, se han descubierto sus antecedentes en una región portuguesa vecina a España».

Agregó que preparaba un trabajo sobre el tema, éste resultó póstumo pues VEGA falleció en febrero de 1966, y nosotros, infeliz o felizmente, no llegamos a leer el opúsculo hasta regresados al río de la Plata luego de este viaje. Todo esto despertó nuestro interés, como era natural al estar estudiando desde largo tiempo atrás las formas coreográficas y la historia de los principales bailes y danzas populares del ámbito rioplatense y en particular en el Uruguay. Al llegar a Portugal nos propusimos, ante todo, conocer el trabajo original de los investigadores portugueses sobre el tema, lo que logramos bien pronto gracias a la gentil ayuda de nuestro primo, dedicado antropólogo y profundo conocedor de la historia del arte en Portugal, Prof. FLAVIO GONÇALVES. Supimos entonces y leímos los dos trabajos de casi el mismo equipo sobre «O Pingacho» y «O Galandum», e incluso otro, que les saliera al cruce, del musicólogo REBELO BONITO. El mismo Prof. F. GONÇALVES nos facilitó la primera entrevista con el Prof. Dr. SANTOS JÚNIOR, que resultó decisiva para que resolviéramos ir hasta Miranda do Douro y Duas Igrejas en Trás-os-Montes, a conocer los bailes en «su medio» y continuar luego las investigaciones junto de su colaborador el Padre ANTÓNIO MOURINHO, cura en Duas Igrejas (Miranda do Douro).

Nuestro interés se acrecentaba y justificaba mejor aún, pues siempre consideramos a «La Firmeza», a despecho de su carácter tan marcadamente pantomímico, emparentada con toda la familia de bailes de galanteo o picarescos del siglo XIX rioplatense (Gato, Zamacueca, Hueya, etc.) y de orígenes hispánicos. Así como

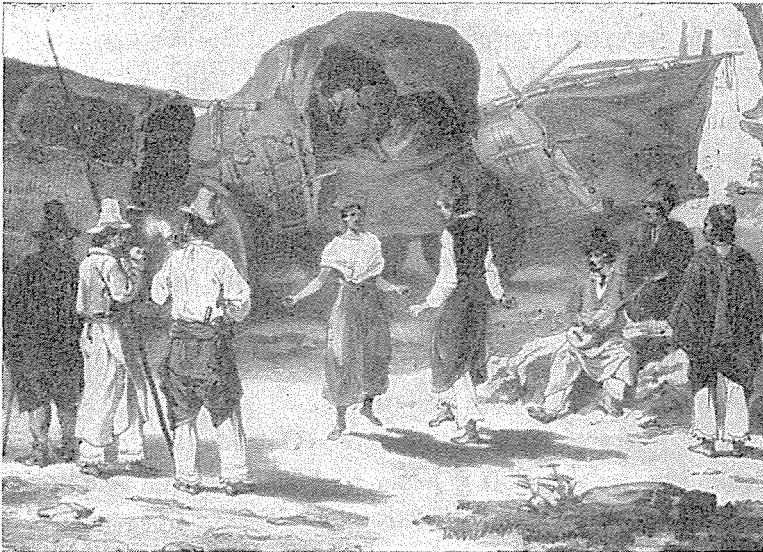


Fig. 1 — Baile popular de cortejo amoroso en la campaña del Uruguay
(grabado de A. D'Hastrel, 1840).

porque compartimos la opinión de la distinguida musicóloga y folklorista argentina (hoy radicada en Venezuela) Prof. ISABEL ARETZ, que señala la presencia de «La Firmeza» en el Uruguay en el siglo XIX.

Vamos a dar ahora a conocer el resultado de toda esta larga y minuciosa investigación, comenzando por hacer un resumen de lo que son los bailes de «O Galandum» y «O Pingacho» y «La Firmeza» en el Río de la Plata.

Recorreremos luego las etapas de investigación de campo y de fuente seca para, finalmente, dar nuestras propias conclusiones.

Vamos a referirnos al Galandun y al Pingacho y a las palabras nuestras, preferimos las exactas, ponderadas y minuciosas de los autores de los opúsculos homónimos, el propio padre MOURINHO y el distinguido etnólogo, nuestro estimado amigo, el Prof. Dr. SANTOS JÚNIOR.

El Galandun. — «El Galandun es un baile mirandés (de Miranda)... «Pertenece al grupo de los bailes paralelos». Hombres a un lado y mujeres a otro, frente a frente. «Dice el P. MOURINHO: La primera vez que vimos y oímos cantar y bailar el Galandun fue por 1944, a la Sr.^a MARÍA NUNES, a «Tía Alonsa», de Cércio, pequeña población mirandesa de la parroquia de Dos Iglesias y el «Tío Zé Pires», hombre del lugar. Le agregaban al fin otra letra obscena al son de la misma música y con movimientos lúbricos de ambos bailarines».

«La interpretación del nombre «Galandun» ofrece ciertas dificultades». «Es posible y hasta probable (sic) que este nombre esté relacionado con el adjetivo *galán*, término frecuentísimo en tierras españolas fronterizas así como en toda España». «Los ademanes de esta danza, como por ejemplo los saludos y genuflexiones de los hombres frente a las damas y viceversa, reflejan una evidente gentileza de maneras (sic) haciéndonos entrever en ella una cierta aristocracia». Esto nos lleva a interrogar si, en los siglos XVII o XVIII, o aún posteriormente (sic), no habría sido transportado este baile, de los salones de la nobleza española a los corrales (terreiros) rurales donde se extendió a Miranda y allí ha permanecido hasta hoy. «Instrumentos musicales». «El Galandun se canta al par que se danza». «La letra, una mezcla de español y portugués, es «rayano» «característico». «A veces lo cantan en puro mirandés». El canto se acompaña con los instru-

mentos típicos de la región a saber: tamboril, pandero, gaita, flauta, castañuelas, conchas y «fierros» (triángulo). «La gaita es la clásica pastoril o «gallega», más estridente que sus semejantes de Galicia, es a la vez más tosca y típica». La flauta es la de un solo tubo, hecha al torno manual, se toca con tres dedos de una sola mano, el pulgar, el índice y el medio. Esto permite al mismo hombre tocar a la vez el tamborcito y la flauta. «El pandero» o tamborilete, es un instrumento muy típico tocado por las mozas, es una armazón de madera en cuadrado, compuesto por cuatro tablillas de no más de 7 cm de ancho y unos 20 o 30 de largo, cada una, recubierto en ambos lados con cuero y adornado en los cuatro ángulos con borlas o «madroños». El cuero pergamino (piel de oveja), aunque a veces puede ser de cabrito o de nonato. Las hay también muy típicos en «losango» (rombo) o hexagonales. Las panderetas son las comunes en toda la península. «Las castañuelas resuenan también en el «Galandum». «Son tocadas por los hombres y por ellos hechas a navaja y adornadas con dibujos realizados con la punta de la misma navaja. «Las conchas de Santiago, o sea las valvas ventrales del molusco lamelibranquio del género Pecten».

«El Galandun» es un baile mirandés que se ha fijado, preferentemente, en las poblaciones contiguas a la linde con España». «Debe haber sido importado de España, posiblemente de las danzas aristocráticas (sic) de los siglos XVII o XVIII (sic) fijado en las aldeas rurales mirandesas, que, con las gentes españolas de Zamora y Sayago, siempre tuvieron relaciones sociales y económicas estrechas, lo que explica, muy naturalmente, el intercambio recreativo, demostrado por el número y calidad de las canciones y bailes de naturaleza castellana y leonesa aún con vida en el folklore mirandés». (Estas conclusiones son, las de los autores del opúsculo). Agregaremos nosotros que se trata de un baile de dos, es decir interpretado por parejas independientes y

sueltas, típicamente de cortejo amoroso, y cuya letra o canto va indicando las figuras que hacen los bailarines.

El Pingacho.—También aquí nos remitiremos fundamentalmente a lo escrito por sus investigadores originales, P. ANTÓNIO MOURINHO y Prof. Dr. SANTOS JÚNIOR. «Como el Galandun es un baile paralelo o de hilera, mixto, esto es, bailado por hombres y mujeres dispuestos, frente a frente, en dos filas paralelas». Dice el P. MOURINHO: «Lo vimos bailar por vez primera el 10 de Julio de 1945, en la localidad fronteriza de Paradela»... Quien viese de golpe aquellas ocho parejas bailar frente a frente, y después a los encontronazos, primero de lado, después de frente y por último de retaguardia, arrimándose los flancos, simulando juntar los ombligos y golpeando con todas las fuerzas los fundillos, en pleno realismo, habría de sentirse, si no ruborizado, cuando menos fuertemente impresionado».

«El Pingacho siempre se bailó en Paradela y, según nos dijo el Sr. F.^{co} RODRIGUEZ, también se bailaba en Ifanes, Póvoa y Constantim (otras localidades vecinas) del Ayuntamiento de Miranda, y, como Paradela, pertenecientes también a la zona rayana. Las personas que más bailan son los hombres y mujeres de edad. Las chicas de hoy día, bajo la influencia de la vida moderna (sic) se avergüenzan ahora de los bailes de sus madres y abuelas...»

La Coreografía.—Acompaña en general, durante los estribillos, las figuras o movimientos que ordena la letra.

Conclusiones de los autores de la investigación sobre «O Galandum» y «O Pingacho»

«El Pingacho es un baile paralelo de columna que hoy se practica casi exclusivamente en Paradela». Parece tener sus días contados. Su desaparición no debe estar lejana por el hecho de que la gente joven no gusta de danzarlo. «Es marcada su influen-

cia española, sea en la letra, sea en ciertos pasajes de la música. Es probable, si no casi seguro que haya sido importado de España». «No parece ni osado ni desprovisto de fundamento concluir que «O Pingacho» es un baile de origen remoto, seguramente gentilicio pre-romano (sic), relacionado con viejos ritos de fecundidad, entre los cuales el culto fálico fué de gran extensión entre los pueblos primitivos peninsulares a juzgar por las reminiscencias que de los mismos se encuentran en muchos usos y costumbres populares». Pormenores remarcados a estas conclusiones por el propio P. ANTÓNIO MOURINHO, durante las entrevistas que con él mantuvimos en Miranda y en Duas Igrejas. Nos decía que al hacerse cargo de su parroquia en 1941, se sorprendió de ver, en casi todas las festividades religiosas de la región un claro espíritu pagano, con reminiscencias dionisiacas y bacanales y aún de ritos fálicos presidiéndolas y dominándolas por encima del culto y la continencia cristiana. Predominaba en ellas, claramente, la inmoralidad o mejor la amoralidad con claro toque de obscenidad en los bailes que con motivo de esas festividades se realizaban. Estos tenían lugar en el gran espacio abierto del «terreiro» a la luz de grandes hogueras, y eran auténticos «gaudeamus», del comer, el beber, el bailar y el holgarse. Así en su parroquia de Duas Igrejas en las noches de 26 y 27 de diciembre, celebración de San Esteban y en la noche de San Juan: en la misma noche de San Esteban en Póvoa; en la de San Juan en Constantim; el 25 de noviembre (Santa Catalina) en Ifanes; el 13 de diciembre (Santa Lucía) en San Pedro da Silva; el 3 de febrero (San Blas) en Cércio; Santo Amaro en Especiosa; el 1.º de enero (Niño Jesús) en Vila Chã; San Antonio y San Sebastian en Malladas, etc.».

Aparte de las danzas de letra y coreografía de harto y claro contenido amoroso, como el Galandun, el Pingacho y el Redondo (con motivo de las fiestas de Santa Catalina en Ifanes) y la

Geringonza, aparecen enmascarados, con máscaras de madera, y las propias fiestas pierden su nomenclator religioso. Así en San Pedro de Silva, la fiesta de Santa Lucia, llámase «festa da Velha»; en Constantim, la de San Juan, llámase «o carocho» (o sea literalmente el encaretado o enmascarado).

Todos estos bailes y fiestas con estas características, dominan en toda esta región de Trás-os-Montes, la más alejada del contacto exterior, entre los ríos Douro y Sabor, así tienen sus correspondientes en otras poblaciones de esa región, al par de las ya nombradas, como Mogadouro, Vimioso y Braganza. Recién nos referimos al baile llamado «o Redondo» (1) en Ifanes, que tiene el mismo espíritu y características bien similares al Pingacho y al Galandun, y del cual también poseemos excelente versión en nuestro archivo magnetofónico, merced a la gentileza del P. MOURINHO.

Se colocan también en parejas mujeres y hombres frente a frente. Comienzan el canto las mujeres y lo hacen con un claro desafío:

<i>Nos daqui e bos daí</i>	<i>Nosotros aquí, vosotros allí,</i>
<i>Sodes tantos como nós:</i>	<i>Sois tantos como nosotros</i>
<i>Mataremos un canhono</i>	<i>Mataremos un carnero</i>
<i>Los cornos son para vós.</i>	<i>Los cuernos son de vosotros. (2)</i>

(1) AURELIO DE LLANO ROZA DE AMPUDIA, en su «Esfoyaza de Cantares Asturianos», Oviedo, 1924, se refiere a una versión del «Xuan Redondu» (JUAN REDONDO) que recogió, dice, el 6 de Octubre de 1921, de labios de CLOTILDE SIMÓN de 74 años, pastora, vecina de Campo de Caso y empieza:

«Siendo yo mozu solteru
galàn de ciñir la espada»... etc.

(2) Decía un antiguo «Villano»: «El Caballo del Marqués/Cojo, manco y rabón es,/Es cojo, manco y rabudo/Y en el espinazo un nudo:/Dicen que su amo es cornudo;/conmigo lo probaréis»... etc.

Tuvimos, además por otra gentileza del P. MOURINHO, ocasión de tener en nuestras manos, una pastoral del 26 de setiembre de 1760, dada a Duas Igrejas, por el Obispo de Miranda do Douro, FRAY ALEJO DE MIRANDA HENRIQUES, en la cual condena el carácter lascivo de ciertos bailes populares, que efectúan con ocasión de las festividades religiosas, y en los cuales por intervenir hombres y mujeres juntos, se da lugar u origen a toda clase de excesos pecaminosos de carácter sexual (1).

Damos la parte medular traducida: «Porque debemos atajar y detener los pecados y el escándalo que nacen de bailar hombres y mujeres es que ya han sido prohibidos por Pastorales de nuestros antecesores; por derivar ruinas espirituales que tienen origen en semejantes bailes de que anda siendo guía el enemigo común (suponemos se trata del Demonio): mandamos a los Reverendos Párrocos prohiban totalmente semejantes desórdenes y bajo pena de suspensión los determinamos condenen a las mencionadas mujeres que se pongan a bailar con los hombres y a los hombres que se metieran a bailar con las mujeres por la primeira vez en diez «tostones» (diez reales)... etc.

Por último queremos señalar que, en el propio trabajo sobre el «Pingacho» se refieren sus autores a otro baile mirandés, llamado

(1) Letra de Chacona (S. XVII) «*Romance de la Chacona*» Es Chacona un son gustoso/De consonancias graciosas,/Que en oyendole tañer/Todos mis huesos retozan./No hay fraile tan recogido,/Ni monja tan religiosa,/Que en oyendo aqueste son/No deje sus santas horas./Cuéntase de un religioso,/Que estando cantando Nona/En el coro con los frailes,/Dijo acaso vida bona./Los frailes, cuando han oído/Esta voz tan sonora,/Arriman todos los mantos/Haciendo mil cabriolas/Bailaron todo aquel día,/Sin haber comido cosa,/Y si el son no les quitaran/Bailando fueran agora».

«Geringonça» (1) (Gerigonza) donde hombre y mujer entrelazan las piernas diciendo

Angarabitarán

Angarabitaremos

(1) El gran folklorista asturiano Eduardo M. Torner, en su «Lírica Hispánica» (Madrid, 1966), da la siguiente versión de la «Gerigonza»: «Que la quiero ver bailar/saltar y brincar,/dar vueltas al aire,/con la geringosa de un fraile,/con su geringosa./Por lo bien que lo bailas,/hermosa/busca compañía. Salga Usté,/don José,/que la quiero ver bailar,/saltar y brincar,/dar vueltas al aire,/con la geringosa de un fraile,/con su geringosa./Por lo bien que lo bailas,/hermosa,/déjalo solo,/solo, solo.

y agrega: «Esta *canción de baile* es hoy generalmente conocida en España. Yo he recogido versiones en Asturias, Salamanca, Zamora, Sevilla, Extremadura y Madrid y conozco las publicadas de Murcia, Extremadura, Burgos, Avila y Cáceres, Ciudad Real y Toledo». «Se la denomina. «Geringosa» y «Temperendengue» en Asturias; «Geringosa» en Sevilla; «Peringosa» y «Trepeletré» en Burgos; «Geringonza» en Murcia y «Geringoncia» en Cáceres». «Hay una versión literaria y musical del siglo XVI en el libro «Orphenica Lyra», 1554, del vihuelista Fuenllana, con el título La Geringonza. «La letra es: «Así, así cuerpo de nos,/aquí veré yo/cómo bailaréis vos/a la geringonza./«Saltar y bailar/con voces y grita/y vos renegar/serpiente maldita./«La Virgen bendita/os hace danzar/a la geringonza».

«El carácter religioso de la versión de Fuenllana hace suponer *si sería éste uno de aquellos bailes que el pueblo introducía en la iglesia con determinados fines*». «Y nos encontramos con la versión madrileña, en la cual se ha olvidado todo vestigio religioso»:

«El señor (Fulano, o la señora)/que ha entrado en el baile,/anda que lo baile, que lo baile,/y si no lo baila, medío cuartillo pague,/anda que lo pague./«Que salga ya/que la quiero ver bailar,/saltar y brincar/dar vueltas al aire,/con lo bien que lo baila la moza/déjala sola/sola en el baile.»

También José Antonio Mases, en su «Historia del Concejo de Cabranes», Habana 1959, cita a págs. 78. «La Geringosa», como un antiguo y alegre baile asturiano.

La Firmeza

Veamos algo de la Firmeza, el baile rioplatense que hasta aquí nos trajo. Como lo señala DON BRUNO JACOVELLA, en su Nota sobre O Pingacho y la Firmeza (1), mencionada, «Ventura Lynch es el primero, como en tantas otras de nuestras danzas populares, en darnos una versión bastante completa tanto letrística, como musical y coreográfica de esta danza (sic), en su opúsculo de 1833». Admitimos que la descripción coreográfica es harto vaga, pero nos parecen algo fuertes las palabras de JACOVELLA «con su habitual inexactitud». Dice Lynch: «La Firmeza es otro de los bailes más antiguos del gaúcho» (sic). «Se coloca el mozo frente a la muchacha». Con la primera copla él zapatea y ella hace castañetas». Apenas el cantor dice:

*Dese una vuellita
Con su compañera*

ambos danzantes comienzan a girar el uno en torno del otro, él como persiguiéndola, ella como huyendo». Todo lo que dice el guitarrero *se ejecuta al pie de la letra*».

«Da gusto ver al paisano cómo intercala el zapateo escobillao y con repiques de intervalo en intervalo y la gracia y pudorosa coquetería que despliega su pareja cuando aquel la ataca audaz y amorosamente».

«La Firmeza consta de cuatro frentes, en cada uno, una estrofa con su correspondiente estribillo».

(1) BRUNO C. JACOVELLA, «Nota sobre O Pingacho y La Firmeza», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia da Sociedade Portuguesa de Antropologia, Faculdade de Ciências do Porto, Vol. XIX, Porto, 1964, págs. 372-373.*

Veamos qué agrega en su nota el Prof. JACOVELLA: «La Firmeza tiene entre los bailes folklóricos argentinos un lugar especial por ser su coreografía una pantomina cuyas figuras va indicando con su canto uno de los músicos, mejor dicho, dos de ellos en terceras paralelas».

«Según CARLOS VEGA («Las danzas populares argentinas», Á. I. Buenos Aires, 1952, p. p. 757-769) se llamó «La Firmeza, El Zapatero y Tras-Tras; durante el siglo XIX, fué conocida en el Centro, N. O. y O. de la Argentina y en Chile».

Por nuestra parte señalamos que la eminente musicóloga ISABEL ARETZ, la ubica también en el Uruguay en esa época. Sigue JACOVELLA: «Vega, al citar estas referencias, dice que la familia de las danzas mímicas en que el cantor va indicando las figuras, era conocida en España durante el siglo XVII, y, transcribe un pasaje de CERVANTES que lo prueba. Pero no puede allegar argumentos más precisos acerca del origen español de la Firmeza; y si él no puede hacerlo, *quiere decir que no es nada fácil hallarlos*». (Los subrayados son nuestros).

Consideraciones sobre la origen y difusión de los bailes en cuestion. Los argumentos más precisos

Bien, ha llegado el momento de decir nuestra palabra a estos respetos, después de tantas transcripciones de estos diferentes y reconocidos estudiosos. Desde hace casi dos años y obsesionados por la idea de que tal vez el origen de los bailes rioplatenses no hubiera que buscarlo *siempre*, en el movimiento arriba abajo, y que eso correspondiera sólo a las formas tardías y, a nuestro juicio no folklorizadas en modo alguno, sino apenas popularizadas y tradicionalizadas, como la última geración de danzas de enlace a saber: polca, chotis, mazurca y habanera, nos llevó a

realizar una serie de investigaciones bibliográficas que venimos tratando de ampliar y confirmar en el campo de las fuentes documentales y por la investigación de campo.

En efecto, en el teatro de LOPE DE VEGA, hemos encontrado una seguidilla que corresponde casi exactamente al texto literario del baile rioplatense «La Mariquita». Y se trata, evidentemente no de una copla creada por el cisne español sino de una auténticamente popular por él recogida y sabiamente intercalada en la obra, como tantas otras. En otro trabajo nos referiremos concretamente a ella. Señalamos anteriormente otro hallazgo similar referente al baile «La Lorencita», cuyas reverencias, alternadas con un juego galante y vivo, rememoramos de inmediato al ver el «Galandum» bailado, como rememoramos la figura agachada con la pretensión de esconderse, de «El Escondido», en esta misma danza. Guiados por estas primeras vagas revelaciones y relaciones, continuamos la búsqueda y hemos encontrado las siguientes pruebas, a nuestro juicio concluyentes, para ubicar históricamente estas danzas: Don EMILIO COTARELO y MORI, en su «Colección de entremeses, loas, bailes, jácaras y mojigangas, desde fines del siglo XVI a mediados del siglo XVIII (Madrid, 1911), la más grande y completa obra histórica, que hasta ahora, se ha hecho, sobre la danza y el baile en España, tomamos las siguientes informaciones, en el capítulo «Bailes en el Teatro», refiriéndose a la Eglola 1.^{er} de LUCAS FERNÁNDEZ, que lleva el título de comedia, dice que al fin de esta pieza cantan y bailan otro villancico, «que es muy semejante a los bailes finales de los entremeses del siglo XVII».

Dicen en él:

*Demos tortas y bailemos
con gran gloria y gran placer
Demos saltos y cantemos
hasta en tierra nos caer*

*No hay quien se pueda tener
 Digo, digo, digo, ha !
 Juro a diez muy bien nos va !
 Aina, Bras ; tú y Beringuella*

(Marca dos parejas)

sali, sali acá a bailar.

Luego dice: «En la farsa del NACIMIENTO», del mismo LUCAS FERNÁNDEZ, hay en el fin un Villancico cantado y bailado; en él dicen:

— *Pues también debéis bailar*
 — *Que nos praz, sin embarazo*
hasta hacernos mil pedazos,
hasta en tierra nos caer ;
holguemos sin fenescer...

.....

Dice más adelante COTARELO y MORI: «La introducción de estos bailes en el teatro provocó, al buscar en ellos una continua variedad que no podrían darles exageraciones y abusos que se confiesan paladinamente en el memorial presentado por la Villa de Madrid en 1598 á Felipe II, pidiendo la reposición de las comedias»...

Añade: «Lo que más puede notarse y cercenarse en las comedias es los bailes y músicas deshonestas, así de mujeres como de hombres... para que ni hombre ni mujer baile ni dance sino los bailes y danzas antiguos y permitidos y *que provocan sólo a gallardía y no a la lascivia*; y lo mismo en lo de las músicas, que siendo de canciones virtuosas y morales y *aunque sean de conceptos amorosos, discretos y modestos, son loables*»... etc. En el Tomo II, de su obra que es una extraordinaria recopilación de temas,

con el n.º 187, 1-Baile del pastoral (Bib. Nacional, manuscrito 15403) en la pág. 473 y sig. dice (fragmento):

«Gregorio: *Que cantemos
unas coprillas que anoche
oi cantar en la aldea
deiso de chiquilis moquillis,
ringos rangos, garatusas
que los demonios componen:
ea, pónganse en los puestos.*

Todos: *Vaya de baile*

Gregorio: *Pues toquen
En mujeres firmeza
y en hombres dicha
chiqui, chiqui, morena, hola ao,
Son dos cosas que faltan
en esta vida,
con el dingo loudango,
verdad es lo que digo
no hay que dudarlo.*

...y por este estilo sigue, alternando versos en «jerigonza» como era frecuente en estos bailes cantados, con nuevas seguidillas referentes a amores. En la obra del escritor e historiador portugués SOUSA VITERBO, «Artes e Artistas em Portugal» (Lisboa, 1920), en el Capítulo V, Danzas; § VII, Testimonios de viajeros extranjeros acerca de las danzas Portuguesas, dice (Trad. del autor): «FELIPE DE CAVEREL, que sirvió de secretario de la embajada que los estados de Artois, enviaron a FELIPE II, el cual entró en Lisboa en 1582, cuando el monarca español se encontraba entre nosotros, anotó el carácter *lascivo* de los bailes populares, agregando que eran un incentivo a la propagación de

la especie, sobre todo entre los esclavos»... observa (trad. del francés antiguo del autor): el Pueblo se deleita mucho con los instrumentos musicales y con la misma música, así como con el golpeteo (castañeteo) de no sé que clase de instrumentos de poca monta (castañuelas), particularmente los siervos, que hacen de este modo y al son del pandero romboidal, sus bailes públicos, con los cuales se calientan de un modo tal, que de consecuencias le resulta algún fruto al dueño de la sierva, *partus enim sequitur ventrem*. De este modo les gustan (los bailes) al populacho de Lisboa, donde las mujerzuelas se ven, a menudo, imposibilitadas de enseñar a sus hijos a danzar a la «morisca» o a la «castellana», etc. «El barón de Lohontan, hidalgo gascón, que estuvo en Portugal en 1794, no encuentra menos obscenos nuestros bailes» populares: «Los bailes del vulgo (populacho) son indecentes tanto por los movimientos impertinentes de la cabeza y *del vientre*». JULIO MONREAL en sus «cuadros viejos» «Colección de pinceladas, toques y esbozos, representando costumbres españolas del siglo XVII» (Madrid, 1885), a proposito de la Zarabanda (pág. 87), cita el Padre JUAN DE MARIANA: «era baile y cantar tan lascivo en las palabras, tan feo en los meneos, que basta para pegar fuego á las personas muy honestas» (1).

(1) Dice CURT SACHS: «No es de sorprenderse entonces de que se convirtiera en blanco de los moralistas, y en realidad hasta de la legislación. Em 1583 — esta es la primera mención fechada de la danza — el canto y el recitado de la zarabanda, en cualquier lugar que se hiciese, era punible con doscientos azotes; además, se condenaba a los hombres a galeras por seis años y se desterraba del reino a las muchachas que la practicaban».

«En este particular las viejas fuentes están acordes: *La zarabanda era una pantomima sexual de incomparable claridad*», dice CURTS SACHS, quien agrega que THOMAS PLATTER el joven la vió bailar en Barcelona en 1599: «siempre había varias parejas juntas, hombres y mujeres opuestos tocando cada uno las castañuelas, realizando movimientos *principalmente hacia atrás* y absurdas contorsiones con el cuerpo, las manos y los pies.»

Dice luego que la Zarabanda se fué entrando, poco a poco, en todas partes, en los claustros y iglesias, los hogares burgueses y los palacios reales: «Aparte de que la música de todos estos bailes se adaptaba a las letrillas sacro-profanas de los villancicos del Corpus y Navidad, cantándose y bailándose en los templos «chacónas a lo divino», delante del Santísimo Sacramento»... Agrega que la Zarabanda sólo se vió relegada por la chacona, su prima (pág. 90): «Era si cabe más descompuesto y liviano que la Zarabanda, a cuya imitación se introdujo, a lo que parece traído de América, y se distinguía por las contorsiones violentas que requería haciéndose rajas los que le bailaban»... «La afición con que el vulgo todo se despepitaba por tales pasatiempos... hizo que de las plazuelas y callejones subiesen a las tablas de los corrales (teatrillos de la legua) para de allí bajar nuevamente, *corregidos y aumentados* (subrayado nuestro), a poder del primero, que ya los bailaba al modo de las comedias»... Da en seguida, tomándola de Salas Barbadillo ⁽¹⁾ una lista de los bailes populares de aquellos tiempos [siglo XVII]. «La Carretería; El Hermano

Y agrega al fin, refiriéndose al mismo baile en Italia en 1623 (en tierras que, naturalmente, eran de España): «Las muchachas con castañuelas, los hombres con panderos, se exhiben descaradamente en mil posiciones y gestos. Balancean las caderas y entrechocan los pechos. Cierran los ojos y danzan el beso y la consumación del amor».

SACHS, además, entiende que el nombre «zarabanda» deriva del igual que lleva la planta de pico guatemalteca, lo cual confirmaría sino el origen cuando menos las influencias americanas en el génesis de estas danzas.

Letra de una antigua Zarabanda (siglo XVII) «Andalo Zarabanda / Que el amor te lo manda manda / La zarabanda está presa / De amores de un licenciado, / y el bellaco enamorado / *mil veces la abraza y besa*; / más la muchacha traviesa / Le dá camisas de holanda»... etc.

(1) Alonso Gerónimo de Salas Barbadillo, nació en Madrid en 1581 y murió en 1635; de las glorias de la llamada novela «picaresca», es autor de «La hija de Celestina», «El Caballero Puntual»; «Don Diego de Noche»; etc.

Bartolo; Las Gambetas; El Pollo; El Pésame-dello; La Perra-mora; La Japona; La Pipironda; La Capona; El Rastreado; *El Gateado*; El Guineo; El Villano; El Escarraman; El Canario; El Polvillo; El Pasacalles; La Gorrón; El Juan *Redondo*; Las Zapatetas; El Dongolondrón; El Guiriguirigay; *El Zambapalo*; El Antón Colorado; El Martín Gaitero, y todas aquellas letrillas, a ellos adecuadas, que eran por este estilo: Andallo, andallo, que soy pollo y voy para gallo; Cara de pícaro tienes; Elvira de Meneses, echad acá mis nueces; Cachumba ribera; Carricoche quiero; Déjame deseo, que me bamboleo; Guarda el palillo, Minguillo; *Guilindon, guilindon, guilindaina*; La boticaria mía; Hermano tabaco»... y otros cien y cien que cada día se forjaban nuevos en tabernas, cárceles, giras y en todo sitio donde se juntasen el buen humor y la intención maleante de aquella «gente de bien», deseosa de toda huelga y enemiga mortal de cualquier trabajo y fatiga». [Todos los subrayados son nuestros].

En el libro de LUDWIG PFANDL, «Cultura y costumbres del pueblo español de los siglos XVI y XVII» en el Capítulo X, «La Vida diaria», encontramos estos muy interesantes datos: «Muy semejante a la *parte profana* de las romerías era la celebración de las fiestas de algunos santos».

Cita luego: «Durante toda esa noche (víspera de fiesta religiosa o noche de verbena), refiere el circunspecto Hieronymus Welsch («Reissenbeschreibung», pág. 248) suelen salir de paseo en grandes grupos gentes desocupadas de ambos sexos y se divierten y recrean, tocando diversos instrumentos de cuerda, cantando y dando saltos y cabriolas; pero lo peor de todo es que en estos festejos se cometen muchas cosas non sanctas».

El mismo PFANDL agrega a págs. 247 e 248: «Las variaciones más usadas de los cantares de danza eran ya conocidas en los comienzos del siglo XV: tales eran, el «villancico-baile», que solía recibir su denominación del instrumento con que se acom-

pañaba, por ejemplo la gaita gallega (gaita de «foles» o fuelle), la «folía» de los estudiantes andariegos; la «serranilla» con acompañamiento de pandero» (tamborcito romboidal)... «formas y variantes más populares y extendidas de aquella conjugación feliz de cantos, danzas y canciones semitonadas».

En pág. 251 dice: «En el curso de la primera mitad del siglo XVII [para nosotros desde el último tercio del XVI] se verificó una profunda transformación en el arte y costumbres del baile tradicional de la sociedad española». «El tránsito de lo clásico a lo barroco se verifica en Arquitectura por un predominio exuberante de las formas: en el lenguaje por el abuso del «conceptismo» y del «cultismo», y en las artes coreográficas por una *licencia y desgarre, rayanos en el desenfreno*. [Subrayados nuestros].

Y sigue luego: ... «en el arte coreográfico llega a adquirir un predominio avasallador el baile popular, acompañado de castañuelas, sobre la seria y minuciosa danza»... «La Zarabanda»... «iba frecuentemente sazonada con canciones *eróticas y satírico-burlescas*»...

Más adelante dice que «Salas Barbadillo cita como bailes populares en «El Curioso y Sabio Alexandro», el polvillo, el rastreado, el zambapalo, y toda aquella *caterva asquerosa de bailes insolentes* a que se acomoda la gente común y picaña». (Todos los subrayados son nuestros). Dice Juan de Esquivel Navarro en sus «Discursos sobre el Arte del Dançado y sus excelencias y primer origen reprobando las acciones deshonestas», en Sevilla, 1642: «Y porque mi intento es reprobear (como repruebo) en este Tratado todo movimiento ilícito danzando o bailando, digo que toda deshonestidad y descomposturas lascivas del cuerpo, desluce y desdora...»

Luego habla de unos que se llaman maestros de danza: «y no tratan de más, que de enseñar cuatro movimientos impropios y desproporcionados llevando la Guitarra debajo del brazo,

con poca autoridad de sus personas, no reservando bodegón o taberna donde no traten de enseñar lo mismo que ignoran». «Por aver tanta cantidad de negros y otros hombres de baja suerte, que quieren honrar sus personas y sustentarse y dar lucimiento a ellas con el Danzado, en descrédito del arte, y de los que lo enseñan legítimamente.



Fig. 2 — Baile popular de cortejo amoroso en los alrededores de Cádiz, a fines del siglo XVI (grabado del «Civitate orbis Terrarum», de Jorge Braun, 1585).

Sobre la influencia de los bailes, populares en los palacios, dice un artículo publicado en la «Ilustración Española y Americana» N.º XLIII, 1877, bajo el título de «Danzas y Bailes en España en los siglos XVI y XVII»... «en los llamados *bailes* hacían generalmente el papel principal los romances, jácaras, coplas y seguidillas, cantadas con acompañamiento de guitarras, bandurrias, panderos, sonajas u otros instrumentos populares, a

cuyo son zapateaban y se hacían pedazos los comediantes entremesistas y el vulgo maleante»... «y aunque los graves maestros del arte danzado declamaban sin cesar contra las acciones deshonestas de los bailes populares, éstos iban, poco a poco infiltrándose en los cortesanos, que... recibieron... de aquellos *muchos pasos y mudanzas* que los *enriquecieron* sin quitarles su primitivo decoro».

ANTONIO GALMÉS, ha escrito diversos trabajos sobre los bailes en las Islas Baleares; de su libro «Danças típicas de Mallorca» (Mallorca, 1951) extraemos, también, algunos datos interesantes. Por ejemplo, de su descripción del Bolero Viejo de S'Hort d'en Boira, concluimos que su estructura coreográfica conserva trazas bien semejantes a los bailes que nos ocupan (Pingacho, Galandun, y Firmeza), pues, dice, se baila después de una comida abundante y con mucho vino) como aquellos de Portugal) y es de ritmo vivo: «El estribillo es movimiento a dúo de embestida»... «para terminar girando la mujer muy rápidamente y el mozo rendido a sus pies.» Algo semejante ocurre con el «copeo» de Manacor (esta danza la hemos visto interpretar en Mallorca y su coreografía guarda flagrantes semejanzas, en toda su estructura, con las que venimos estudiando), a juicio del autor de origen fálico: «por conservar en su mayoría de coplas este sentido y por la persecución del hombre a la mujer en todos los estribillos.» Agrega: «Hemos visto bailar a un hombre de más de cincuenta años que al cruzar con su pareja, en muchas ocasiones, iniciaba un movimiento de pura danza fálica»... Dice, como remate, que el copeo le recuerda las descripciones que conoce de la *zamacueca*.

En otra obra del mismo GALMÉS, «Mallorca, Menorca, Ibiza-Folklore» (Palma de Mallorca, 1950), a pág. 29: «Los bailes populares de Mallorca en pasados tiempos y en las partes trasmontanas, centro y poniente de la Isla, generalmente tenían

como instrumentos de acompañamiento la gaita, el pito (flauta monotubular de cinco agujeros), el tamboril (tocado con aquella por el mismo músico) y las castañuelas.

Y como con este autor nos acercamos a nuestra América, al recordar, a la zamacueca, agreguemos que, precisamente en el libro de ANTONIO ACEVEDO HERNANDEZ, «La Cueca-Origenes, historia, antología» (Santiago, 1953) la siguiente transcripción y traducción de JULIÁN MELLET, viajero francés que, en 1814, vió en Quillota un «baile del país»: «Los hombres se colocan frente a las mujeres y los espectadores forman un círculo alrededor de los bailarines y de los tocadores: uno de esos espectadores o de los bailarines canta una canción cuyo estribillo es repetido y seguido de palmoteos; los bailarines, entonces, con los brazos semi-levantados, saltan, giran, se mueven *para atrás y para adelante, se aproximan a dos pies los unos de los otros y retroceden, cadenciosamente hasta que el son de los instrumentos o el tono de las voces les advierte que deben acercarse; entonces se golpean el vientre los unos a los otros, tres o cuatro veces seguidas, y se alejan saltando, para hacer los mismos movimientos, con ademanes lascivos e indecentes regulados por el son de los instrumentos: de cuando en cuando entrelazan los brazos, dan varias vueltas, continuando con los golpes en el vientre y dándose besos, sin perder la cadencia. Se asombrarían en Francia con un baile tan indecente, pero casi es común a todos los países de la América Meridional» (los subrayados son nuestros). Este texto, coincide sospechosamente con uno del «Voyage aux Isles Malouines» de Don PERNETY, 1763 y 1764. Traducimos de él literalmente: «Hay sin embargo una danza (baile) muy vivo y lascivo que se baila, a veces en Montevideo, la llaman «Calenda» (sic) y los negros así como los mulatos, cuyo temperamento es caliente, gustan de ella hasta el paroxismo». «Esta danza fué llevada a América por los negros del reino de Ardra, en la Costa de Guinea. Los españoles*

la bailan como ellos, en sus establecimientos en América, sin hacerse ningún escrúpulo. Es, no obstante, el baile, de una indecencia chocante para quienes no están acostumbrados a verla bailar habitualmente.

La «Calenda» se baila al son de los instrumentos y de la voz (canto). Los actores se disponen en dos líneas, una frente a otra, los hombres cara a cara a las mujeres. Los espectadores hacen un círculo alrededor de los bailarines y de los músicos. Uno de entre los bailarines canta una canción cuyo estribillo repiten los espectadores, con palmoteos de las manos. Todos los bailarines tienen entonces los brazos semi-levantados, saltan, giran, hacen contorsiones con el trasero, se aproximan a dos pies los unos de los otros y retroceden cadenciosamente, hasta que el son de los instrumentos o el tono (sic) de la voz les advierte que se aproximen. Entonces se golpean con el vientre los unos a los otros, dos o tres veces seguidas y después se alejan saltando, con gestos muy lascivos, tantas veces como los instrumentos o la voz les indican. Cada tanto entrelazan sus brazos y dan dos o tres vueltas mientras siguen golpeándose el vientre y *dándose besos*, pero sin perder la cadencia».

Como puede comprobarse la descripción del baile que vió Don PERNETY en Montevideo, coincide exactamente con la que diera MELLET. Esto nos hace suponer que éste la tomara de aquel. No obstante esto no significa que también en Chile no se bailara entre el pueblo el mismo baile. En efecto, en la revisión que venimos efectuando de documentos originales de viajeros en el Archivo del Museo Naval de Madrid, encontramos otra no menos interesante referencia en los apuntes originales del diario de ANTONIO DE PINEDA, que integrara la expedición Malaspina, que en 1789 recorriera buena parte de nuestra América Meridional.

En efecto, confirmando todo lo que hemos venido tratando de demostrar, dice respecto a las costumbres de los

habitantes de Concepción, en Chile, y describiendo una reunión social:

«Después del refresco se rompe el baile por las personas más graduadas. La Escuela es Francesa como en Europa (significa que bailaban y danzaban Contradanzas y Minuetes), y *varios bailes del gusto antiguo de España*. El más notable es el que llaman *más vivo*: una persona de cada sexo baila un Zapateado, y a la voz del tañedor se acercan, y se separan: figuran arremetidas, y aumentan sus movimientos, a proporción que los excita el que canta. El baile es todo alusivo a los Actos del Amor, y el carácter de los versos explica con algún énfasis sus escenas misteriosas.

Estas citas demuestran, a nuestro juicio, claramente, la antigüedad americana de estos bailes, su parentesco con los «antiguos» (del siglo XVII) de España y su difusión extensa en toda la parte sur de América Meridional (1).

Si alguna prueba faltaba para completar estas conclusiones bibliográficas y documentales, esta la hallamos en el trabajo de campo que realizamos en España.

En Asturias hemos encontrado la prueba de la persistencia de estos bailes hasta hace unos 40 a 50 años atrás. Dos señoras, naturales de Castiello de los Mariñes, en Villaviciosa, D.^a Ignacia Ordieres, de setenta años y su hermana D.^a Julia Ordieres Alva-

(1) En modo similar (dice C. SACHS) el lundú y el batuque no se distinguen esencialmente, y un elogio poético de estas danzas en las «Cartas Chilenas» del siglo XVII, dá uno de esos nombres indistintamente aplicándolos a las *diversas danzas eróticas de los mulatos*: *A ligeira mulata en traje de homem/Dansa o quente lundú e o batuque/Fingindo a moça que levanta a saia,/E voando nas pontas dos dedinhos,/Préga no machacaz de quem mais gósta/A lasciva embigada, abrindo os braços».*

rez de 61, nos grabaron la siguiente *canción de bailar* (tal la llamaban):

*Con el tras tras tras, trasero,
también con el delantero,
también con el i'costazo (costado),
también con el otro lado,
Me darás la mano derecha,
también me darás la izquierda,
darás un pasito atrás
haciendo la reverencia.
Pero si, pero si, pero no;
si no que me da vergüenza.*

Las informantes nos dieron, además, los siguientes datos: Se bailaba haciendo todas las figuras que marcaba el canto. Era una canción y baile muy viejo, debe tener más de 150 años (textual), la bailaba nuestra madre y sobre todo la recordaba como muy popular nuestra abuela. No tenía, junto con otras del mismo tipo (textual), nombre propio, se las llamaba por el primer verso o palabras del canto. Esta era «Tras-Tras» (igual que La Firmeza!) o el «Tras-Trasero». Pero hay más. Por sugerencia del distinguido musicólogo español Don MANUEL GARCÍA MATOS, orientamos nuestra búsqueda hacia los corros o rondas o cantos infantiles, habitualmente últimos depositarios de reliquias culturales y allí encontramos también, algo así como la transfiguración post-mortem de los bailes que venimos comentando.

En la Escuela Aneja Santa María, en el n.º 9 de la Ronda de Toledo, en la orilla madrileña, Barrio de la Argonzuela, la Directora D.^a MÁXIMA OLIVER, de 70 años, nacida y criada en Alcañiz, Teruel, Aragón, nos cantó el «Baile de las carrasquillas» cuyas similitudes con los que venimos estudiando, es flagrante,

máxime que, siendo un juego o corro de niños, también se interpretaba siguiendo las figuras que marca el canto :

*Este baile de las carrasquillas
es un baile muy disimulado,
y en echando la rodilla en tierra
todo el mundo se queda parado.
Alevanta, alevanta, Madrid,
Que en mi tierra, no se usa así,
Que se usa de espaldas, de espaldas,
Mariquita menea las sayas,
Mariquita menea los brazos,
Y a la media vuelta
Se dan los abrazos.*

Nos fué confirmada, más tarde esta misma canción y juego o corro, pero con marcado aire de jota, por la Srta. D.^a PILAR GONZÁLEZ ARROYO, distinguida integrante de la Sección Femenina, con quien compartiéramos jornadas de Jurado del Concurso Provincial de Danzas, en Cuenca, y que es natural del Burgo de Osma, en Soria.

Este corro, juego o baile, tuvo su difusión americana, hace bien un medio siglo y esto lo confirma la folklorista MONSERRATE DELIZ en su «Renadio Folklórico de puerto Rico» (pág. 144) que da una versión casi idéntica y nuestra propia madre, que lo recuerda de su niñez.

Hoy la presión de las propias maestras en España, ha provocado incluso la muerte del corro infantil, pues encontraban «*muy feos*» los movimientos (culada) del mismo. No obstante sobrevive otro, en el cual el añejo contenido y origen está casi por completo borrado. Lo recogimos en la misma escuela a un grupo de niños de clase infantil o jardinera, alumnos de la maestra D.^a CARLOTA

HEREU. Se llama el Corro del Chirimbolo y aquí también se marca el canto con gestos y movimientos. Los correspondientes al codo y la oreja, son iguales a los de La Firmeza :

*El corro del Chirimbolo,
que bonito es,
un pie,
otro pie,
una mano,
otra mano,
un codo,
otro codo,
una oreja
otra oreja,
las narices de la vieja !*

Conclusiones generales

Desde fines del siglo XVI y particularmente en el XVII toma auge en la península ibérica una verdadera familia de bailes populares de cortejo amoroso desembozado y libre. En parte, como señala L. PFANDL, por el barroquismo en el arte coreográfico, y para nosotros, por el encuentro cultural con y en América, como verdadero rebote de cultura mestiza y las revitalizaciones que, en muy antiguos caracteres del baile popular en la Península, producen los nuevos y reiterados contactos con el negro y su especial estilo y habilidad para captar la danza, y por el prestigio e importancia que alcanzan la marinería y la soldadesca, con mucha otra canallería que participa de la Conquista (1).

(1) Dice MAURICE LOUIS en su monumental trabajo: «Le Folklore et la Danse»: «Desde siempre el gusto del público se ha dirigido hacia los bailes exóticos de otros países.»

Constituyen una serie de formas coreográficas de carácter marcadamente erótico, originadas en los grupos marginales, cárceles, mesones, lupanares, corrales y patios de vida holgazana o vagabunda. Ambientes típicos de la «picaresca» ideales para engendrar bailes «pícaros», en los cuales la intención desembozada de las coplas, cargadas a los topes de pólvora y pimienta, se acompañaba a los movimientos, tan desgarrados como ellas mismas: los zapateos airoso; los contoneos provocantes; cuando no las insinuaciones frontalmente lascivas.

Le sobran a Iberia antecedentes, más o menos frescos para justificar este rebrote. Fueran esos antecedentes o gentilico-bárbaros (por referirnos genéricamente a las culturas nativas más antiguas de la región); greco-romanos; morisco-negroides; y aún flamencos y alto alemanes (1).

El mencionado rebote o reflejo o retorno cultural de América, con el impacto de su naturaleza excitante, de sus selvas tórridas, de su vida natural; con sus mestizaciones étnicas y sus riquezas, con las nuevas influencias negroides, proporcionadas por el esclavo, imprescindible para los servicios, y al par tan integrado en la vida social de los sub-grupos marginales, que ya se iban perfilando como los inauguradores y receptores de la nueva cultura, justifica también, ampliamente, estas apetencias y preferencias coreográficas del momento. Los entremeses y otras formas del teatro, más o menos livianas, aunque manejadas a veces por plumas maestras como las de ambos Lope, Quevedo, Calderón y

(1) Baile de cortejo, definición de CURT SACHS: «El motivo común es el de la danza alrededor de la mujer por el amante» «Recién cuajaron definitivamente en el siglo XVII, pero aún admitiendo sus orígenes en la influencia de las Indias Americanas, debemos convenir que en definitiva provienen de una herencia de 2 000 años del mismo suelo español, reencontrándose a los fenicios que contribuyeron a su primera formación».

tantos otros; llevados «a la legua» por cómicos trashumantes y buhoneros, revertían otra vez, como quedó señalado, ampliando e hipertrofiando las formas y los estilos, tomados del propio pueblo.

Hasta la burguesía y el ambiente palaciego, como siempre tomaron la moda, pero literalmente «amansaron» y «domesticaron» los bailes con lo cual les hicieron perder todo lo suyo al querer volverlos en «danzas» (rígidas y artificiosas), que pronto, siempre ávidos de nuevas formas, habrán de abandonar. Pasó así el pueblo, en aquellos tiempos, de los referidos villancicos «de bailar», con letras paganas, a las folías desgarradas, y poco a poco, a formas de baile cada vez más fuertes y vivas, como el Canario, hasta llegar a las cumbres de la Zarabanda y su «prima» o «sobrina», la Chacona, ya claramente acusada de «mestiza», por ser, tal vez, un retoño de aquel tronco, reenviado por la América negroide, y luego, toda aquella caterva insolente a que se refiriera Salas Barbadillo. Caterva en la Península y caterva en América. Aclaremos, de paso, que casi de continuo nos referimos a la Península como una unidad, porque precisamente en este período, lo fué por razones de herencia, hasta que Portugal, luego de cruenta aunque breve lucha, logró otra vez su independencia política.

Entre la caterva ibérica de la grande familia estaba, naturalmente, el Galandun (guilindon), el Redondo, la Geringonza, y casi seguramente (bajo el mismo u otro nombre), el Pingacho, acompañados, entonces como ahora, como hemos podido demostrar, por los más antiguos y predilectos instrumentos del pueblo: flauta, pandero, o tamboril, gaita y castañuelas.

A América, formando su caterva, si se quiere más vibrante por ya mestiza, iban arribando e integrándose y asimilándose, desde los puertos y las orillas canallescas de las nuevas ciudades costeras, hacia adentro, hacia el pueblo rural que iban a

«formar» precisamente los habitantes de esas orillas y puertos; acompañando, entonces, la marcha hacia «adentro» de esos más o menos pseudo-colonos, quizás la propia Firmeza o Tras-Tras, La Mariquita; el Gato la grande y fuerte Zamacueca, y el Londu, fig. 3, o Lundú u Ondú, ya fueran con estos definitivos y otros diversos nombres, con los que hoy conocemos, como La Hueya;



Fig. 3 — El Londú, a fines del siglo XVIII. Note-se la ombligada común al Galandun, Pingacho y La Firmeza (grabado Inglés — tomado de «Estremadura», N.º 4, 1943).

La Lorencita; La Perdiz o el Mis-Mis o la Infeliz; el Escondido; la Resbalosa, etc., etc.

En diferentes regiones y por diversas circunstancias, tanto en Europa como en América, algunas formas cristalizaron en individuos, inmovibles y preservados por el pueblo, casi tal cual, cuando menos en sus formas coreográficas, claro que, estas lentamente, más y más atenuadas, en sus expresiones más crudas de

realismo, dentro de la pantomima amorosa, por el cambio de las costumbres e incluso por influencia de nuevos «gustos» coreográficos (sobre todo en nuestra América, donde estos «gustos» entraron prontamente y muchas veces con «influencias palaciegas» o burguesas).

Mucho menos variaron, en general, los modelos literarios (letras que acompañaban los bailes), y mucho más, en cambio, y como ocurre normalmente, en la parte más sensible de la estructura del baile: la música. A ésta, cada grupo o pueblo o comunidad, va, poco a poco, recreando y rehaciendo a «su modo», a su «estilo», como el más íntimo reflejo del «paisaje», «habitat» y ambiente en el cual actúa y vive; de «su» espacio y «su» tiempo, en una palabra.

Otras, más dinámicas y predilectas generaron verdaderas «especies» coreográfico-musicales como, p.ej. en nuestra América, la citada Zamacueca, el propio Gato, etc. Así se explica la conservación, como apuntamos casi cristalizada, de formas como el Pingacho, el Galandun, el Redondo, y la Geringonza, en una apartada y agreste región del oriente portugués, como Trás-os-Montes, y en Asturias y León en España, y de la Firmeza y la Hueya y la Mariquita en las zonas más mediterráneas de la Argentina.

Hemos tratado de demostrar, con una serie de aportaciones documentales hasta ahora no manejadas, que comprendemos hayan resultado fatigantes, pero evidentemente necesarias, el carácter *originalmente popular*, de las formas objeto de este estudio, y sus orígenes.

REBELO BONITO (1), ilustrado musicólogo portugués, escribió un minucioso opúsculo, destinado, en parte a refutar algunas

(1) REBELO BONITO, «O Galandum e os seus problemas», in Douro-Litoral, n.ºs II-IV, 6.ª série, Porto, 1954, págs. 3-25 e 9 figs.

aseveraciones apriorísticas (pero muy bien orientadas) de los investigadores de campo, autores originales de los trabajos sobre el Galandun, etc., que venimos reseñando, y, especialmente a demostrar que ese baile derivaba coreográfica y musicalmente de la Gavota. Sirviéndole esto de base para afirmar cómo, *una vez más*, el pueblo *imita* las formas de danza y música propias de los salones y provenientes de los focos y epicentros de irradiación de mayor prestigio, en el conocido proceso de *arriba-abajo*.

Exactamente los mismos planteos que, reiteradamente se han hecho y con parecido (aunque no tan profundo) error, en el Río de la Plata, y, también por musicólogos de fama que han llegado a parcializar sus transcripciones documentales por dar probanza a su hipótesis.

Errores que, no hesitamos en confesarlo, suscribimos y compartimos durante largo tiempo, influenciados un tanto por la aparente lógica y no menos por el evidente prestigio de sus sostenedores.

Pero creemos, en nuestro descargo, que si el error es humano lo grave, para quien pretende elaborar en el terreno de la ciencia es persistir en querer que las cosas sean o como él lo desea o ha creído demostrar y no como en realidad son.

Y la más peligrosa cáscara de banana que puede pisar un investigador del baile y la danza, es querer sacar conclusiones respecto de orígenes directos o derivaciones genealógicas (a menos que exista la prueba documental flagrante y a la vista, clara y evidente), cuando toda pretensión en este sentido habrá de chocar, siempre, con la inmensa y nebulosa barrera que significa que, en materia de baile o danza, todos los pasos, figuras y actitudes ya habían sido creados, en su forma más elemental, por el hombre de fines del período de la piedra tallada, y luego, como muy bien lo destaca el maestro CURT SACHS, nada se inventa o crea, sino que todo son meras recreaciones, reencuentros, reactiva-

lizaciones o revitalizaciones; modos y estilos que se retoman y se dejan por los hombres y pueblos en diferentes etapas de cultura, en diversas fases psicológicas. CARLOS VEGA, en su opúsculo póstumo titulado «La Firmeza, Danza Argentina en Portugal y España» (Separata de la Revista de Etnografía N.º 11) trabajo que, desgraciadamente, sólo tuvimos oportunidad de leer a nuestro regreso a Montevideo, investigador fogueado y sagaz, entrevió claramente el problema, pero atado, infelizmente, a teorías presentadas treinta años atrás y sin deseos de contradecirse, cortó el hilo de la cuestión en el punto justo para que ello no ocurriera. En efecto, después de referirse al Galandun y al Pingacho, cuyas semejanzas con La Firmeza (y aún con otros bailes *rioplatenses* o de la parte sur de América Meridional, del grupo de los llamados de *dos* o de *galanteo*) son flagrantes, entra en España. No se refiere a los corros: baile de las Carrasquillas y Corro del Chirimbolo que nosotros encontramos vigentes, durante nuestro viaje, pero en cambio, y del mayor interés por cierto, menciona la obra del R. P. SIXTO CÓRDOBA Y OÑA (1948), «Cancionero popular de la provincia de Santander», y su libro primero «Cancionero infantil español» y de allí recoge una versión de la canción infantil «Estaba la pájara pinta», que dice en sus postreros versos:

*Atrás con la trasera,
alante con la delantera
y poquito más atrás
haciendo la reverencia ;
pero sí, pero sí, pero no,
que a ti te quiero yo.
Daremos la media vuelta
Daremos la vuelta entera
Daremos un paso atrás.*

(Tapándose la cara) ..

*Pero no, pero no, pero no.
 Pero no, que me da vergüenza.
 Pero sí, pero sí, pero sí;
 amiguita te quiero yo a ti.*

Y luego transcribe otra canción «El Cocón», del mismo libro:

*La mano derecha
 y luego la izquierda.
 Y luego, este lado,
 y luego el contrario.
 Y luego una vuelta,
 con su reverencia.
 Apártate a un lado.
 Que me da vergüenza.*

De inmediato y con el título de «Antecedentes Literarios Españoles», se refiere *únicamente* a «La Ilustre Fregona» de Cervantes y transcribe, como *prueba*, el siguiente pasaje:

«Pidiéronle las mozas, y con más ahinco la Argüello, que cantase algún romance; él dijo que como ellas le bailasen al modo como se canta y baila en las comedias, que le cantarían, y que para que no lo errasen que hiciesen todo aquello que él dijese cantando, y no otra cosa».

*Salga la hermosa Argüello
 moza una vez, y no más,
 y haciendo una reverencia
 de dos pasos hacia atrás.*

Y concluye VEGA: «Naturalmente no se trata ni de la Firmeza argentina ni de los juegos infantiles, pero estamos dentro

del círculo familiar con toda certeza. Recuérdese que en una canción infantil de Entre Ríos, Argentina, se encuentra este fragmento:

*Daré un pasito hacia atrás
haciendo la reverencia
pero no, pero no, pero no,
porque me da vergüenza.*

«Como se ve, la canción infantil liga el antecedente literario con todas las otras supervivencias. Sus dos primeros versos son los de Cervantes, más o menos, y los folklóricos de España y Portugal; los otros dos, son infantiles en España, y de adultos y infantiles, en la Argentina. Por lo demás, no olvidemos las decisivas palabras de Cervantes; «y que para que no lo errasen, que hiciesen todo aquello que él dijese cantando». . . Esta técnica es específica de la Firmeza y sus familiares».

«Este trabajo pudo extenderse. Nos hemos limitado a lo indispensable para conquistar la seguridad de que la Firmeza, solitaria danza argentina, pertenece a un estrato europeo, sin duda ibérico, probablemente español de hacia 1600, de los salones y del teatro».

Pero . . . el pero radica en no haber transcrito VEGA o hecho referencia al resto del canto y de la escena de baile, que así se desarrollan respectivamente:

<i>De la mano la arrebate el que llaman Barrabás andaluz, mozo de mulas, Canónigo del Compás.</i>	<i>De las dos mozas gallegas que en esta posada están salga la más carigorda en cuerpo y sin delantal.</i>
---	--

*Engarráfela Torote
y todos cuatro a la par
con mudanzas y meneos
den principio a un contrapás.*

«Todo lo que iba cantando el Asturiano, hicieron al pie de la letra ellos y ellas; mas cuando llegó a decir que diesen principio a un contrapás, respondió Barrabás, que así le llamaban por mal nombre al bailarín mozo de mulas».

— Hermano músico, mire lo que canta y no moteje a nadie de mal vestido, porque aquí no hay nadie con trapos y cada uno se viste como Dios le ayuda.

El huésped que oyó la ignorancia del mozo le dijo:

— Hermano mozo, *contrapás es un baile extranjero, y no motejo de mal vestido.*

— Si eso es, — replico el mozo — *no hay para qué nos metan en dibujos; toquen sus zarabandas, chaconas y folías al uso, y escudillen como quisieren, que aquí hay personas que le sabrán llenar las medidas hasta el gollete. . . »*

«El Asturiano sin replicar palabra, prosiguió su canto diciendo»:

*Entren pues todas las ninfas
y los ninfos que han de entrar,
que el baile de la chacona
es más ancho que la mar.
Requieran las castañetas
y bájense a refregar
las manos por esa arena
o tierra del muladar.
Todos lo han hecho muy bien
no tengo que les rector.
Santigüense y den al diablo
dos higas de su higueral.*

Y por estos términos continuaban sus versos, hasta que canta, después de cambiar el son como él dice (cambiar la consonancia):

*Que el baile de la chacona
encierra la vida bona.
Qué de veces ha intentado
aquesta noble señora,
con la alegre zarabanda,
el pésame (1) y perra mora
entrarse por los resquicios
de las casas religiosas
a inquietar la honestidad
que en las santas celdas mora.
Cuántas fué vituperada
de los mismos que la adoran!
Porque imagina el lascivo
y al que es necio se le antoja
que el baile de la chacona*

*encierra la vida bona.
Esta indiana amulatada
de quien la fama pregona,
que ha hecho más sacrilegios
e insultos que hizo Aroba,
esta a quien es tributaria
la turba de las fregonas,
la cuterva de los pajes
y de lacayos las tropas,
dice, jura y no revienta,
que a pesar de la persona
del soberbio zambapalo,
ella es la flor de la olla
y que sola la chacona
encierra la vida bona.*

A nuestro entender en esa descripción y versos tan intencionalmente contruídos por el Manco inmortal están todas la pruebas necesarias (por si poco hubiéramos abundado hasta ahora en ellas) para demostrar:

1) Que todos los *bailes* populares (que no danzas y menos de los «salones» o sea cortesanas o Palaciegas) de esta generación en España, se relacionaban en sus características: coreografía desgarrada o más o menos improvisada de cortejo amoroso y juego erótico que seguía las ordenes o insinuaciones del canto.

2) Que ello involucra desde la Zarabanda y la Chacona, hasta el Zambapalo, y el Guilindón, Guilindaina (Galandun), la Gerigonza, el Juan Redondo, hasta las formas quedadas o emparentadas en América: Tras-Tras o Firmeza, Londú, Hueya, Mariquita, etc., que también constituyeron familia y harto numerosa.

(1) Se refiere al baile llamado, «pésame dello».

3) Que se trata indudablemente de formas *populares* de baile, lo dice claramente la actitud de Barrabás ante la única figura cortesana incluida por el Asturiano, que en realidad es el noble Lope (y éste lo señala al decir que les son tributarios fregonas, mozos, pajes y lacayos) y lo indica el propio Cervantes en otra obra suya picaresca «El Coloquio de los Perros», cuando dice:

Berganza: «... que no sé qué tengo de buen natural que me pesa infinito cuando veo que un caballero se hace chocarrero y se precia que sabe jugar a los cubiletes y las agallas y que no hay quien como él sepa bailar *la chacona!*»

Y está claramente definido el origen que se le atribuía, con lógico conocimiento de causa entonces, al llamarla en el propio cantar del baile «*indiana amulatada*». Es decir proveniente o influida por la mestización africana en las Indias Americanas. Por eso nosotros podemos afirmar dentro de las conclusiones del presente estudio y refiriéndonos concretamente al baile rioplatense «La Firmeza», que se bailó, cuando menos, como tal o Tras-Tras, en lo que hoy son tierras de Argentina, Uruguay y Chile; que integró la poderosa familia de bailes de cortejo amoroso que se expandieron en América Meridional desde las Antillas por el Pacífico, principalmente desde el Virreinato del Perú y de allí al Atlántico, formas originalmente populares hispánicas, en el sentido de que sus características tanto provinieron de la Península como de las propias Colonias, donde si no nacieron, cuando menos adquirieron fisonomía y personalidad; bailes que ya en su período de mayor auge, y por el exotismo de moda siempre entre las clases altas, fueron imitados por el teatro (que contribuyó a su difusión) y de allí copiados por las altas clases, que, naturalmente le quitaron sus rasgos más fuertes y al poco tiempo las olvidaron.

Por último, y como un detalle aún para cerrar estas conclusiones daremos el siguiente:

Hemos visto cómo al estar muchas de las formas de danza, propias del siglo XVII en la Península, relacionadas por el pueblo a los festejos que se realizaban en celebración de fechas religiosas o propias del santoral (lo que está justificado porque la propia IGLESIA aceptó o toleró, en principio, la mixión de antiguos ritos o costumbres gentílicas) que los representantes de la propia IGLESIA luego hubieron de reprobar y prohibir por los alcances y consecuencias que venían teniendo, elementos que están perfectamente insinuados, tanto en las danzas portuguesas como en La Firmeza rioplatense.

En aquellas se dice que el bailar o lo *manda* el Rey o el Alcalde, autoridades civiles a las que era necesario obedecer y que, evidentemente, oponían a las religiosas.

En La Firmeza, copla inicial, están también insinuados los mismos conflictos:

*Ante noche me confesé,
con el Cura de Santa Clara,
Me mandó por penitencia,
Que la firmeza cantara.*

Para nosotros clara revelación de cómo el espíritu criollo, socarrón y satírico, también acomodó a su gusto y sabor el problema, convirtiendo la prohibición eclesiástica (que también las tuvimos en el río de la Plata, como una, muy sonada, del Obispo de Buenos Aires, que prohibiera los bailes entre hombres y mujeres llamados fandangos, lo que provocó, precisamente una agria polémica con las autoridades civiles — Cabildo — entre los años 1746 y 1757) la trocó, decimos, la chocarrería criolla, en penitencia supuestamente impuesta por el imaginado cura.

V Á R I A

Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre)

A D. Luís Monteagudo, distinto arqueólogo espanhol, que mais e melhor tem estudado o Bronze Peninsular e Mediterrânico.

O. D. C.

Em Agosto de 1965 quando procedia a escavações no Castro de Carvalhelhos, que fica sobranceiro à estância das justamente afamadas Águas de Carvalhelhos, tive conhecimento de terem aparecido debaixo dum penedo umas velhas lanças de bronze que haviam sido repartidas pelos seus achadores.

Soube que duas estavam na posse do Sr. António Dias Além, negociante com estabelecimento de mercearia na aldeia de Carvalhelhos, que prontamente m'as mostrou.

Manifestei o desejo de as desenhar, pesar e fotografar e inclusive adquiri-las para o Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto.

Perante o interesse que manifestei pelas lanças o Sr. António Dias Além numa atitude de cativante generosidade, ofereceu-m'as.

Aqui lhe testemunho o meu agradecimento.

Soube por ele que tinham aparecido 4 lanças e que as outras duas tinham ficado uma na posse de António Carvalho, de Lavradas, e a outra na mão de João Roxo, de Lama Chã.

Desloquei-me a estas duas aldeias. Com algum trabalho e paciência consegui adquirir as duas últimas lanças. Registe-se, porém, que o Sr. João Roxo, foi pronto na cedência da que tinha em seu poder.

Condições do achado

No verão de 1964, durante várias semanas, cortou-se pedra de cantaria no Outeiro do Rego, cabeço com grandes blocos de granito, situado em termo da freguesia de Lama Chã, concelho de Montalegre.

O Outeiro do Rego é fronteiro ao monte do «Craсто de Lama Chã», também designado por «Castelo dos Mouros», e dele distanciado uns 200 a 300 m.

No Craсто de Lama Chã são ainda patentes porções da muralha e outros alinhamentos de pedras, possíveis restos de edificações castrejas.

O Sr. João Roxo, de Lama Chã, que trabalhava na pedreira do Outeiro do Rego foi um solícito informador.

Referiu o achado nos seguintes termos:

«No Outeiro havia vários penedos encastelados uns por cima dos outros. Ia-se por baixo deles para esconder a ferramenta lá p'ra dentro. Cortaram-se vários penedos. Um dia, pelo mês de Agosto de 1964, andava a varrer a terra para descalçar um penedo, apareceram escondidas as quatro lanças. Estavam todas juntas. Uma tinha encavadoiro e nele havia ainda um bocadinho de madeira que tiramos com a ponta dum cinzel».

E acrescentou: «o Sr. António Dias Além levou duas, eu fiquei com uma e o Quintas (António Carvalho) levou a outra».

Trata-se portanto dum esconderijo que ali guardou, certamente há muitos séculos, aquelas quatro lanças.

As lanças

As quatro lanças, como mostra a fotografia da Fig. 1, à parte uma delas, a que falta uma porção do espigão de encabamento, pode dizer-se que estão íntegras.

Façamos a descrição sumária de cada uma delas, que para facilidade de exposição designaremos por 1, 2, 3 e 4 a começar pela esquerda da Fig. 1.

Lança n.º 1

Lança esguia, com espigão espalmado para encabamento, com três buracos para cravejar o cabo ou pau da lança.

Tem o comprimento total de 335 mm dos quais 73 mm do espigão de encabamento e 262 mm da folha.

A folha, maciça, tem a todo o comprimento das duas faces uma crista mediana que atinge a ponta.

Numa das faces da folha as superfícies que ladeiam a crista são ligeiramente cavadas em goteira até cerca de metade do seu comprimento. No entanto as superfícies dum lado e do outro da crista da face oposta são perfeitamente lisas, e, num ou noutro ponto, até ligeiramente convexas.

Tem a ponta embotada por ter servido de ponteiro ou escopro ao seu achador. Patente o espalmado no topo do espigão em consequência das marteladas que nele incidiram.

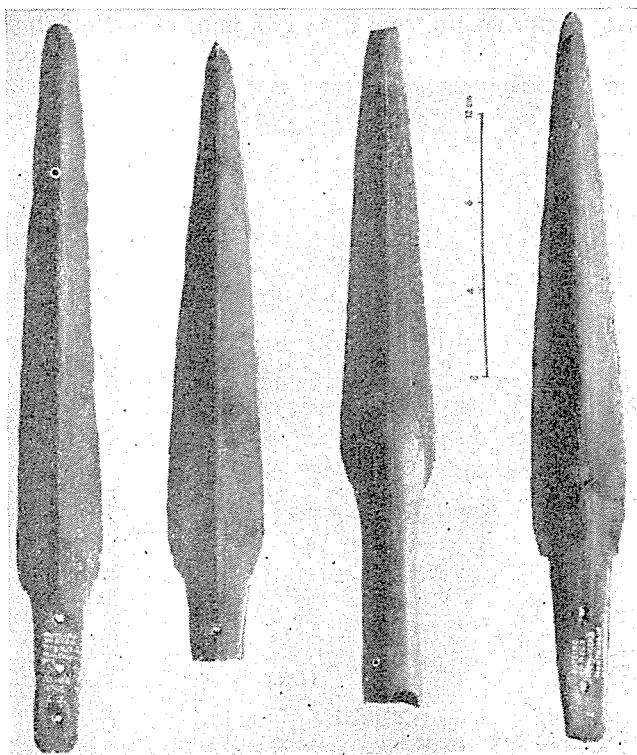


Fig. 1 — As quatro lanças de bronze do Outeiro do Rego, freguesia de Lama Chã, concelho de Montalegre.

A folha, reforçada por estas cristas ou nervuras, é mais larga próximo da base, onde tem 40 mm de largura; vai estreitando progressivamente até à ponta, um tanto romba, onde a largura é de 11 mm. A meio da folha a largura é de 31 mm.

A espessura máxima da folha é de 9 mm na porção correspondente à maior largura. Pesa 300 g.

A pátina é fosca e granulosa numa das faces e escura e algo brilhante, na outra face.

Lança n.º 2

Lança também de folha maciça e espigão espalmado para encabamento, do qual resta a parte proximal, por fractura antiga, com um buraco para cravejar o cabo.

O seu comprimento total é de 285 mm, cabendo à folha 257.

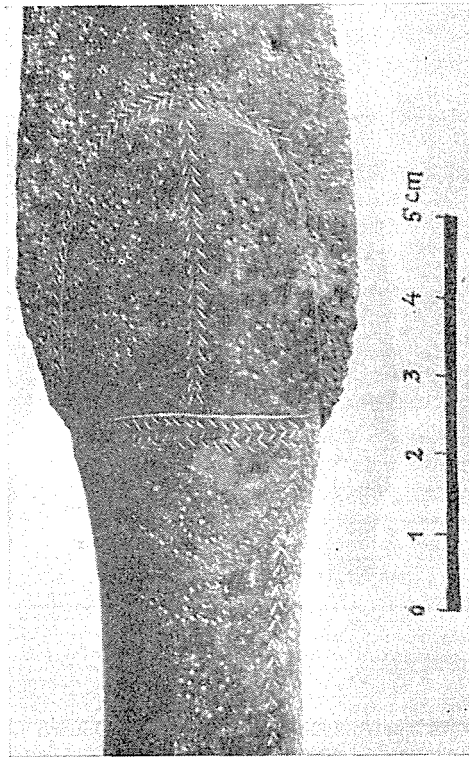


Fig. 2 — Porção da lança n.º 3.

Dada a robustez do espigão de encabamento, é de crer que o que dele resta seja metade, ou talvez um pouco menos, do seu comprimento inicial.

A folha é reforçada a todo o comprimento por duas nervuras arredondadas em cordão que se continuam sobre o espigão de encabamento. Nas duas faces as superfícies dum lado e do outro das nervuras, são perfeitamente planas.

A folha tem a sua largura máxima, de 44 mm, a uns 3 cm da base; estreita progressivamente até à extremidade onde a largura, antes de acuminar em ponta aguçada, é de 1 cm. Sensivelmente a meio da folha a largura é de 33 mm. A sua espessura máxima, ao nível da maior largura, é de 1 cm. Pesa 335 g.

A pátina é azul-claro numa das faces e azul-celeste brilhante na outra face que, em parte, foi polida pelo achador.

Lança n.º 3

Diferente das anteriores: é de alvado ou tubo cónico de encabamento.

Este alvado em tubo cónico prolonga-se apenas uns 3 cm na base da folha, o que faz com que esta seja maciça na maior parte da sua extensão. É como as outras uma lança pesada e robusta.

Tem, como a anterior, uma nervura em cordão a reforçar todo o comprimento das faces.

Foi mutilada na ponta, a que falta uma pequena porção por velha fractura. A causa da fractura deve ter sido a determinante do ligeiro encurvamento que a lança tem na sua porção terminal (Fig. 3).

Se tal fractura e encurvamento resultaram do embate da ponta da lança de encontro a uma superfície dura, como seria a de um escudo, como bem pode ter sucedido, pode ajuizar-se da violência com que a lançada foi desferida.

O seu comprimento total é de 310 mm cabendo à folha 208. São planas as superfícies em ambas as faces, a um e outro lado das nervuras.

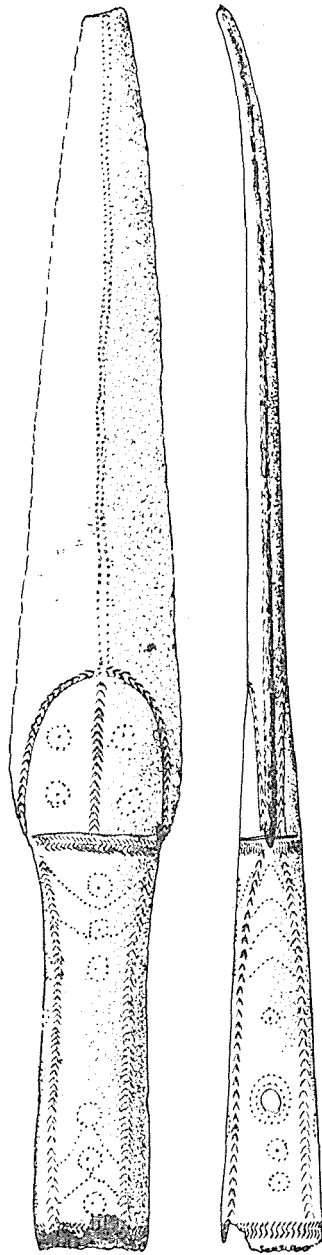


Fig. 3 — Desenho de frente e de perfil da lança n.º 3.

A largura máxima da folha é de 43 mm, a 17 mm da base da mesma; a meio a largura é de 33 mm; na ponta, que está fracturada, a largura é de 14 mm. Pesa 465 g.

Pátina esverdeada, fosca e granosa numa das faces e na outra o mesmo tom esverdeado, mas brilhante, talvez por o seu achador a ter polido.

Esta lança é finamente decorada, como se vê na fotografia da Fig. 2 e no desenho (1) da Fig. 3.

A decoração foi feita a punção e por martelagem.

Utilizaram-se dois punções: um pontiagudo para o pontuado quer em fiadas lineares quer em circunferências com seu ponto central; com o outro punção em bisel ou talhadeira fez-se a ornamentação em V ou espinha de peixe e o ziguezague de três entalhes confinantes, que lembram os palmípedes de certa cerâmica castreja.

Os ziguezagues em linha quebrada, de três segmentos, enfeitam as extremidades do alvado ou tubo cónico de encabamento. Na zona de separação da folha, e por baixo dum traço que, por assim dizer, marca o colo da lança, os ziguezagues em palmípedes abrem-se para a esquerda. Junto da boca do alvado os ziguezagues, aqui abertos para a direita, formam uma orla ou bordadura que muito realça a beleza ornamental da lança.

A ornamentação é semelhante nas duas faces da lança e estende-se a toda a roda do cone de encabamento como bem mostra o desenho da Fig. 3.

A objectividade deste desenho e da fotografia da Fig. 2, dispensam a descrição pormenorizada dos delicados motivos ornamentais desta belíssima lança.

Lança n.º 4

Do mesmo tipo das duas primeiras, isto é, lança de folha maciça e espigão espalmado para encabamento. É a mais perfeita de todas. Pode dizer-se que está completa.

(1) Este desenho foi feito pelo distinto arqueólogo espanhol Prof. D. Luís Monteagudo, actual director do Museu de Logroño.

Numa passagem pelo Porto no ano de 1967, este ilustre arqueólogo viu as lanças de Lama Chã no Museu do nosso Instituto de Antropologia. Profundamente conhecedor da Idade do Bronze Peninsular e Mediterrânico, e inclusive europeu, manifestou por elas o maior interesse incitando-me a que as publicasse com a possível brevidade.

Tem de comprimento 330 mm, cabendo à folha, nitidamente limitada na base por dois pequenos entalhes em ângulo recto, 246 mm.

O espigão de encabamento tem 84 mm de comprimento e dois buracos para cravejar o cabo da lança.

A folha é também reforçada a todo o comprimento das faces, não pròpriamente por cristas como na primeira, mas antes, como nas outras duas, por nervuras arredondadas em cordão.

Em ambas as faces, as superfícies a um e outro lado das nervuras são ligeiramente escavadas em goteira numa pequena porção junto da base da folha, e planas na maior parte da sua extensão.

A largura máxíma da folha é de 44 mm a cerca de 5 cm da base. A meio da folha a largura é de 36 mm, e a cerca de 1 cm da ponta, antes do arredondado em convexidade final, tem a largura de 11 mm.

A sua espessura máxíma sensivelmente ao nível da maior largura, é de 9 mm. Pesa 360 g.

Pátina de cor azul sulfato de cobre nas duas faces, e brilhante. Uma das faces foi parcialmente polida pelo seu achador.

Cronologia

O achador das 4 lanças, no seu esconderijo subjacente a grande penedo de granito, não referiu o aparecimento concomitante de quaisquer outros elementos arqueológicos.

Infelizmente o pedaço de madeira que persistia no alvado de uma das lanças foi escabichado e desperdiçado. Com ele poderia analisar-se o carbono 14 que nos daria a cronologia absoluta.

Não temos conhecimento de lanças do tipo das do Outeiro do Rego (1).

O n.º 15 da Revista de Etnografia da Junta Distrital do Porto, Tomo I, do Vol. III, Janeiro de 1967, Porto, 1967, publicou o

(1) Em troca directa de impressões com D. Luís Monteagudo, aquando da sua visita ao nosso Museu do Instituto de Antropologia, comuniquei-lhe que na escassa bibliografia de que dispunha, ou pude compulsar, não encontrara nada de similar. Manifestou então igual opinião.

Posteriormente, em carta datada de 16 de Agosto de 1967 após o seu regresso a Espanha, e numa passagem da mesma, escreveu: «El paralelo más próximo (si no fuera porque es más pequeño sería exacto) es el puñalito de la Peschiera, Lago di Garda (Museo di Storia Natural de Verona, excavacion de Stefani, 1881. inédito), también con 2 perforaciones en la lengüeta plana y cresta axial, pero tiene de largo solo 152 mm; lo datamos en el Bronce C, 1350-1300 a C.»

Grato pela gentileza das informações que gentilmente nos prestou, aqui testemunhamos a D. Luís Monteagudo o nosso sincero agradecimento e alto apreço.

trabalho *Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico* de Fernando Lanhas e Domingos de Pinho Brandão. Na pág. 65 vem a fotografia de uma lança de bronze, de alvado com um furo para fixação do cabo achada na Quinta do Passal, Várzea do Douro.

Os A. A. não indicam nem as dimensões nem o peso.

É uma lança com grossa nervura axial e aletas estreitas dum lado e do outro da nervura.

Conheço as 3 lanças do Museu de Pontevedra, achadas na Laguna de Alcayan, Ayuntamiento de Abelenda, Coruña. Uma delas, muito grande, esta reduzida à folha; falta-lhe o alvado e tem 46 cm de comprimento. Das outras duas, com alvado curto e de vazado cónico continuando ao comprido da folha, a maior tem 30,5 cm de comprimento e a mais pequena 22 cm.

Todas três têm a folha largamente espalmada na base formando verdadeiras aletas, com as seguintes larguras máximas: a primeira com 57 mm, a segunda com 55 mm e a mais pequena com 53 mm.

São lanças de folha larga espalmada na base, com aletas, adelgaçando progressivamente para terminar em ponta aguda.

Na ficha respectiva se diz que aquelas três lanças constituem «depósito temporal de D. Luís Monteagudo», e estão datadas do «Haistatt B — Atlântico — 1000 a 800 a. C.».

Ampla referência a lanças de bronze do achado da ria de Huelva encontra-se no trabalho de Martin Almagro *El hallazgo de la ria de Huelva y el final de la Edad de Bronce en el Occidente de Europa*, in «Ampurias», vol. II, Barcelona, 1940, págs. 85 e 143, 61 figs.

Posteriormente o Prof. Martin Almagro voltou a ocupar-se deste notável achado no trabalho *Inventaria Archeologica* (corpus de conjunto arqueológico bajo la dirección de M. E. Marien) *España*, fasc. 1-4: E. 1 (39 lâminas) *Deposito de la ria de Huelva*, Madrid, 1958.

Neste segundo trabalho, tão belamente documentado, o Prof. Martin Almagro dá os desenhos de 74 folhas de lanças de bronze encontradas em 1923 na dragagem da ria de Huelva. Todas essas lanças são de alvado com longo encabamento tubular e são do final da idade do bronze.

As quatro lanças do Outeiro do Rego de Lama Chã são, indubitavelmente, de feição arcaica.

É lícito atribuí-las ao Bronze inicial.

Conclusões

As quatro lanças do Outeiro do Rego formam um conjunto arqueológico de certo interesse pela raridade dos seus tipos: lanças robustas de folha maciça, reforçada com nervuras longitudinais.

As três lanças de espigão espalmado de encabamento, todas do mesmo tipo, resultaram no entanto de três moldes de fundição diferentes.

A lança de encabamento tubular, pela riqueza da sua ornamentação, constitui uma peça de grande beleza e excepcional interesse arqueológico.

Dado o tipo arcaico, comum a todas as lanças de folhas estreitas, robustas e reforçadas com nervuras longitudinais, e ainda numa delas o tipo de ornamentação em zigzague atrás referido, é lícito colocar estas quatro lanças no Bronze inicial.

Na abalizada opinião de D. Luís Monteagudo, a lança decorada de encabamento tubular poderá ser datada de 1400 a. C. e as três lanças de lingueta ou espigão espalmado de encabamento, por serem tipològicamente anteriores, datadas de 1450 a. C.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»
Fevereiro de 1968.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

Espólio arqueológico da gruta do Bugio

Ao Sr. Rafael Monteiro, que tanto entusiasmo tem dedicado à Arqueologia de Sesimbra.

O. D. C.

A gruta do Bugio, descoberta em 1957 pelo Sr. Rafael Monteiro, fica na freguesia de Azóia, concelho de Sesimbra, uns 500 m a sul desta povoação.

É uma gruta natural, de 9 m de comprimento por 5,5 de largura, aberta no alto da falésia calcária, sobranceira ao mar, a um desnível de uns 150 m.

Por se suspeitar que era uma gruta de importância arqueológica, os Srs. Rafael Monteiro e Dr. Eduardo da Cunha Serrão realizaram nela, em Outubro de 1957, uma escavação.

O material arqueológico e ósseo humano então colhido foi relativamente abundante.

Aqueles investigadores elaboraram sobre o primeiro material o trabalho *Estação Isabel (Necrópole pré-histórica de Azóia)* ⁽¹⁾ e sobre o segundo material publicámos nós, com o auxílio do Instituto de Alta Cultura, o trabalho *Estudo do espólio antropológico da gruta neo-eneolítica do Bugio (Sesimbra)* ⁽²⁾.

Neste fizemos já referência ao espólio arqueológico colhido na referida gruta em Novembro de 1961, pelo Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR e, em Outubro de 1962, por nós, com a dedicada colaboração do Sr. Rafael Monteiro.

Era nosso propósito realizar esta escavação segundo os moldes científicos aconselhados, mas não o pudemos fazer pelos motivos que apontámos em nota publicada nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIX, fasc. 1, Porto, págs. 69 e 70, intitulada *A Lapa do Bugio (Necrópole pré-histórica de Azóia)*, da qual transcrevemos o seguinte:

«Iniciámos a escavação na zona poente e um pouco adiante da entrada. Preparávamo-nos para, de acordo com os preceitos científicos, escavar por planos e medidas. Em breve, porém, notámos que toda a terra tinha sofrido vários remeximentos. Uns mais recentes, demonstrados por uma pequena pá e uma vassoura que ali encontrámos, e outros seguramente mais antigos, pois os elementos que constituíam o espólio apresentavam superfícies de fracturas antigas».

«Uma escavação intempestiva feita por alunos duma escola secundária de Lisboa, os que certamente ali deixaram a pá e a vassoura a que me referi, pode classificar-se com toda a propriedade de escavação».

Em Julho de 1964 voltámos à gruta do Bugio: fizemos nova escavação, que nos deu novo material antropológico e arqueológico.

No presente trabalho fazemos a descrição do espólio arqueológico colhido nas três últimas companhas, constituído por diversas peças e alguma cerâmica, como a seguir indicamos.

(1) RAFAEL MONTEIRO e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO, *Estação Isabel (Necrópole pré-histórica de Azóia)*, sep. do Vol. 1 das «Actas e Memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia», Lisboa, 1959, págs. 407 a 429, 4 figs. e 3 est.

(2) AGOSTINHO FARINHA ISIDORO, *Estudo do espólio antropológico da gruta neo-eneolítica do Bugio (Sesimbra)*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Vol. XIX, fasc. 3-4, Porto, 1964, págs. 221 a 284, 18 figs.

Peças de adorno

1. Contas de colar

São ao todo 50. Destas há três grandes: uma de rocha dura e aspecto marmóreo (Fig. 1, *m*), tem 24 mm de comprimento e 23,5 mm de diâmetro; outra, de vidro azul (Fig. 1, *k*), tem 8 mm de comprimento e 15 mm de diâmetro e uma outra, de calaíte (Fig. 1, *i*), tem 10 mm de comprimento e 8,5 mm de diâmetro.

Das restantes, 38 são de calaíte e 9 de xisto cinzento escuro (Fig. 1, *f*).

O comprimento das 47 contas varia entre 0,5 mm e 4,5 mm e o diâmetro entre 4 mm e 7 mm.

2. Conta de madeira

Dela há apenas metade (Fig. 1, *e*), colhida pelo Sr. Prof. SANTOS JÚNIOR na escavação de Novembro de 1961; tem 30 mm de comprimento e 5 mm de espessura máxima.

3. Pingente

É de calaíte, de forma triangular, com o orifício de suporte na extremidade oposta ao vértice e o comprimento de 3 cm, (Fig. 1, *g*).

4. Acus crinalis

É uma peça incompleta de madeira reduzida a pequena porção do alfinete ou prego e à cabeça ornamentada com um sulco disposto helicoidalmente em seis voltas (Fig. 1, *c*); tem 28 mm de comprimento e 32 mm de perímetro.

Peças de pedra lascada

Temos 4 pontas de seta de sílex, uma porção superior de seta de sílex (Fig. 1, *q*), 2 raspadores de sílex (Fig. 1, *l* e *t*) e 3 facas também de sílex (Fig. 1, *a*, *b* e *h*).

Das pontas de seta, uma tem a base em espigão (Fig. 1, *o*), outra tem-na triangular (Fig. 1, *p*), outra tem um esboço de espigão a meio da base (Fig. 1, *r*) e uma outra a base côncava (Fig. 1, *n*). Três delas têm os bordos serrilhados e retoques bifaciais.

Das 3 facas apenas uma é completa (Fig. 1, *a*). Não têm retoques bifaciais, nem serrilhado.

Peças de pedra polida

Há 3 machados (Fig. 2, *g*, *h* e *m*) e uma goiva (Fig. 2, *i*). Dois dos machados são de xisto azul-escuro (Fig. 2, *g* e *m*) e um de xisto verde (Fig. 2, *h*).

O maior, muito fracturado no gume, tem 102 mm de comprimento; o médio, completo, tem 80 mm de comprimento; o menor, também completo, tem 76 mm de comprimento.

Peças calcárias

Há 5 ídolos cilíndricos: o maior, quebrado numa das extremidades, tem 230 mm de comprimento e 261 mm de perímetro; o médio, tem 136 mm de comprimento e 137 mm de perímetro; um outro, mais pequeno, incompleto (Fig. 2, *a*), tem 63 mm de comprimento e 78 mm de perímetro; os dois mais pequenos são de *gola* (Fig. 2, *b* e *c*), com 62 mm de comprimento cada um.

Nenhum deles apresenta quaisquer desenhos ou gravuras.

Objectos de osso

Destes há um ídolo cilíndrico de *gola* (Fig. 2, *d*), um outro ídolo cilíndrico (Fig. 2, *f*), uma ponta de furador completa (Fig. 2, *e*) e fragmentos de outros furadores (Fig. 2, *j* e *k*).

O ídolo de *gola* tem 61 mm de comprimento e o outro 63,5 mm; a ponta de furador tem 53 mm de comprimento.

Pedra de afiar

É um grés, de forma quadrada, com 50 mm de lado e 13 mm de espessura. Uma das faces é polida e côncava, devido ao desgaste provocado pelo uso (Fig. 2, *l*).

Placas-ídolos

Há seis placas-ídolos, todas de xisto e gravadas numa das faces.

A placa da Fig. 4 tem a forma trapezoidal, contornos completos e coloração verde; os lados são curvos e os cantos arredondados; a base, mais estreita, tem dois orifícios cónicos; as faces são abauladas; a anterior tem decoração.

Dimensões: 147 mm de comprimento, 109 mm de largura máxima, 42 mm de largura mínima e 13 mm de espessura máxima.

Decorações: os orifícios estão feitos numa estreita faixa sem decoração. A faixa superior e a inferior àquela já têm decoração; nos lados da placa, e quase a toda a sua altura, há dois sulcos; a decoração existe para fora e para dentro destes sulcos;

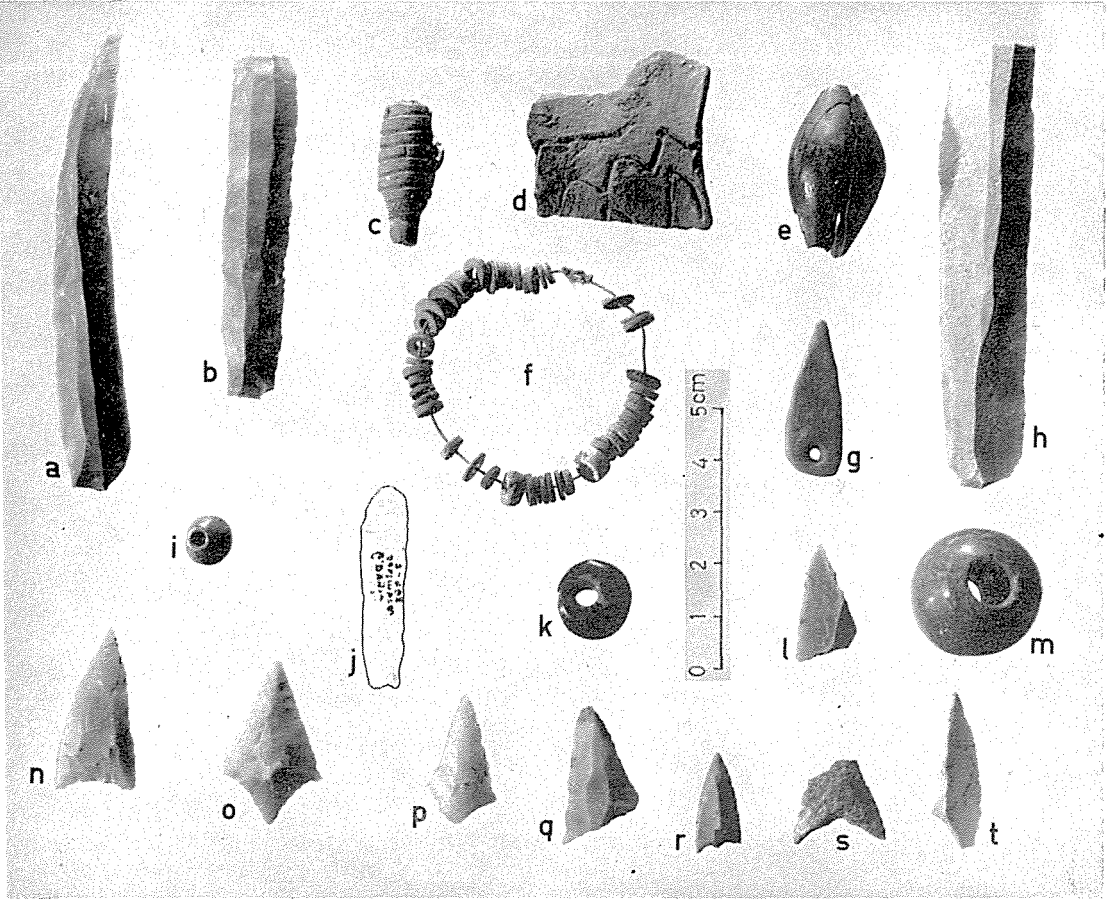


Fig. 1 — Peças de adorno e de pedra lascada da gruta do Bugio.

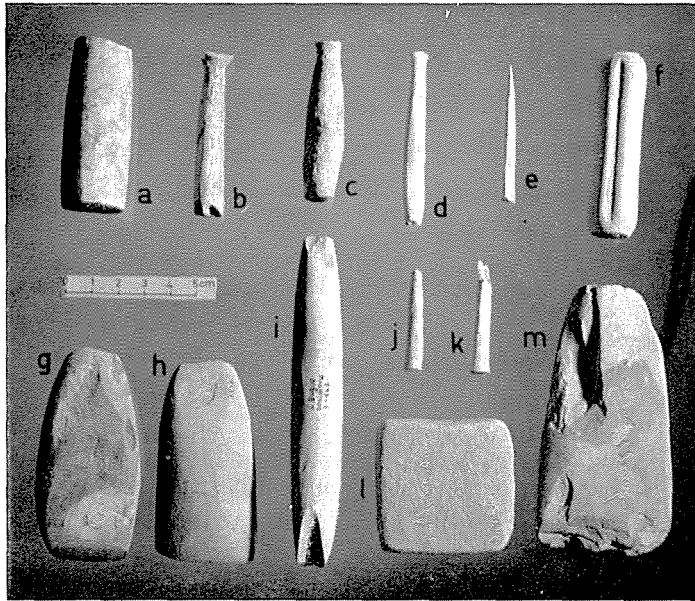


Fig. 2 — Peças de pedra polida, calcárias, objectos de osso e uma pedra de afiar.

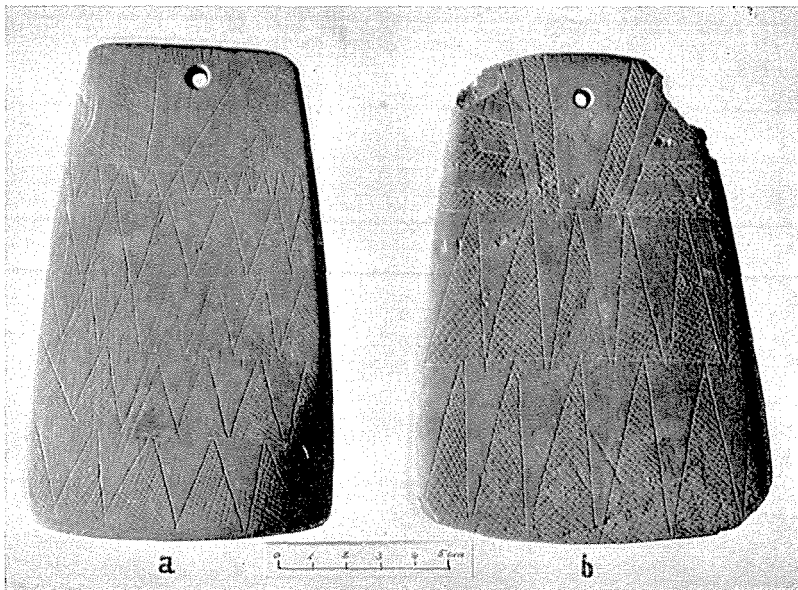


Fig. 3 — Placas-ídolos.



Fig. 24 — Placa-ídolo.

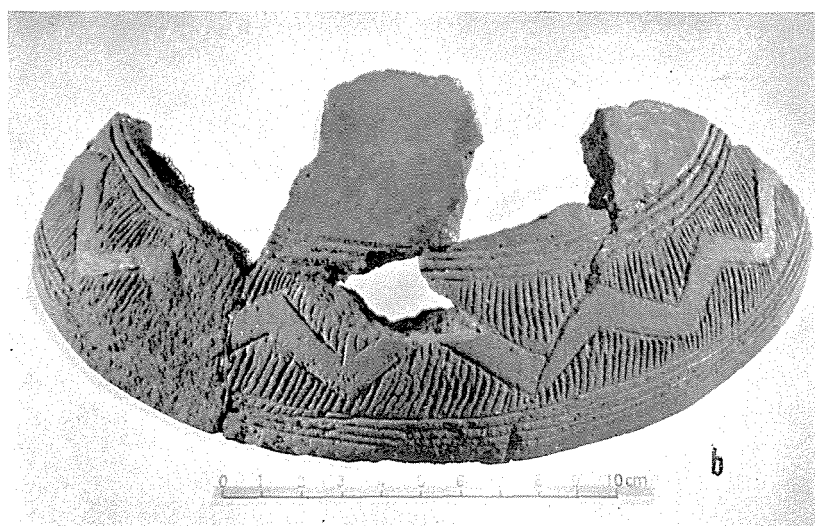


Fig. 5 — Cerâmica campaniforme.

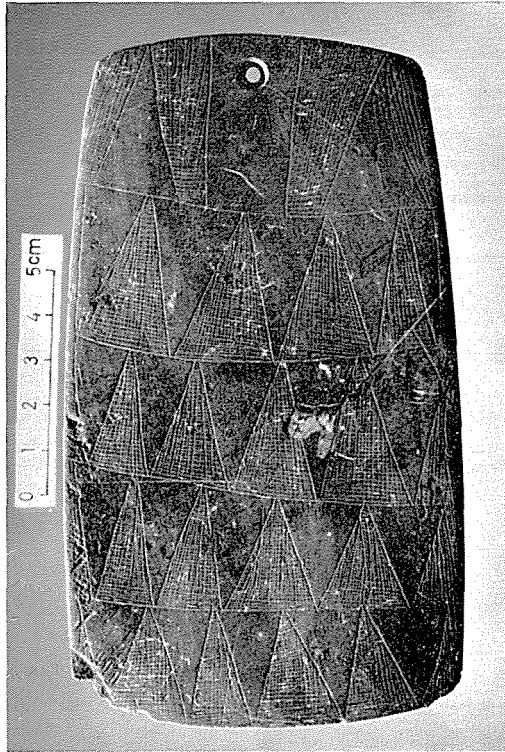


Fig. 6 — Placa-ídolo.

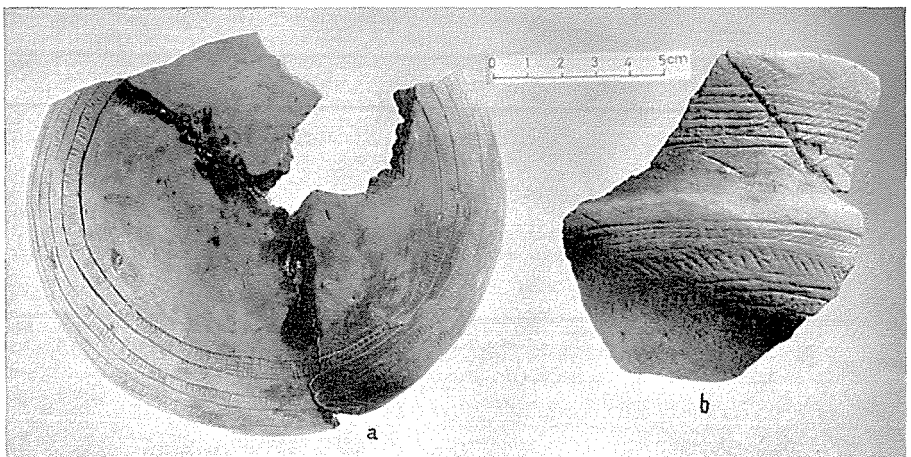


Fig. 7 — Cerâmica campaniforme.

a decoração lateral e externa é constituída por traços oblíquos e a interna, por faixas em zig-zague alternadamente lisas e riscadas por traços oblíquos entrecruzados. Em baixo 3 triângulos riscados e em cima 3 lisos.

A placa da Fig. 3 *a* tem a forma trapezoidal; é completa e de xisto preto; os lados são ligeiramente encurvados e os cantos um pouco arredondados; a face anterior é um pouco escavada e tem decoração; a posterior é abaulada e sem decoração.

Dimensões: 146 mm de comprimento, 88 mm de largura máxima, 63 mm de largura mínima e 11 mm de espessura máxima.

Decoração: no seu quarto superior, ao centro, tem gravado um trapézio de base maior superior, de superfície lisa, onde tem o orifício de suspensão; nos lados do trapézio há várias faixas dispostas oblíquamente, umas lisas, outras decoradas.

Em toda a superfície inferior há cinco faixas transversais, de largura desigual, com figuras triangulares insculpidas, umas lisas outras decoradas.

A placa da Fig. 3 *b* tem também a forma trapezoidal; os cantos estão algo fracturados; o orifício de suspensão está a meio na extremidade superior.

A face anterior é plana e decorada; a posterior é abaulada e não tem decoração.

Dimensões: 147 mm de comprimento, 102 mm (?) de largura máxima, 65 mm (?) de largura mínima e 10 mm de espessura máxima.

Decoração: dois sulcos transversais dividem a placa em três porções. A superior tem a meio um trapézio, de base maior superior; onde está feito o orifício de suspensão; externamente ao trapézio há duas faixas oblíquas, uma lisa e outra decorada e várias outras transversais a estas.

Nas duas porções inferiores tem vários triângulos gravados, uns decorados e outros lisos.

A placa da Fig. 6, de forma quase rectangular, está um pouco quebrada no canto inferior direito; os lados são levemente encurvados, os cantos, boleados e as faces planas.

Dimensões: 151 mm de comprimento, 84 mm (?) de largura máxima, 71 mm de largura mínima e 7 mm de espessura máxima.

Decoração: a face anterior tem quatro traços transversais, que a dividem em cinco faixas; a superior tem gravado a meio um quadrilátero liso e externamente a ele há dois trapézios gravados e triângulos lisos e decorados. Na parte mais alta do quadrilátero está o orifício de suspensão.

As outras faixas têm insculpidos triângulos isósceles, uns lisos e outros decorados.

A placa da Fig. 8a está incompleta por lhe faltar a parte superior; os lados são rectos e a base ligeiramente convexa; os cantos em ângulo vivo; as faces planas; a anterior decorada.

Dimensões: 139 mm (?) de comprimento, 91 mm de largura máxima e 7 mm de espessura máxima.

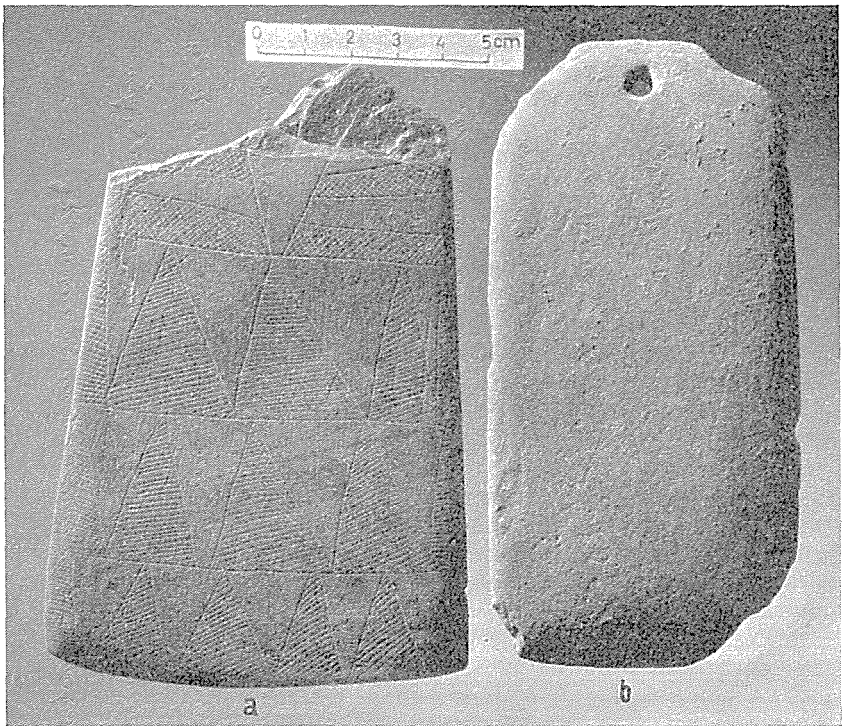


Fig. 8 — Placas-ídolos.

Decoração: a face anterior está dividida transversalmente por três sulcos, que delimitam quatro faixas; a superior tem ao centro um triângulo isósceles de base superior; aos lados deste há várias faixas oblíquas, umas lisas, outras decoradas.

As outras faixas apresentam vários triângulos insculpidos, uns lisos, outros gravados.

A placa da Fig. 8 *b*, é de xisto cinzento e tem a forma rectangular; os cantos estão truncados por fracturas antigas; no topo superior tem o orifício de suspensão.

Dimensões: 140 mm de comprimento, 67 mm de largura a meio e 11 mm de espessura máxima.

Não se vê qualquer gravação nas suas faces à vista desarmada, mas a fotografia mostra que numa das faces há uma faixa lateral a toda a altura e na parte média vários triângulos.

Cerâmica

Há fragmentos de 18 vasos de cerâmica lisa e 5 fragmentos de cerâmica decorada do tipo campaniforme.

Da primeira há 3 porções de fundos de vasos, 10 porções de bordos e outros fragmentos de 5 vasos.

Quanto à coloração da sua pasta temos dois tipos principais: cinzento-acastanhada e preta, correspondendo aos tipos A1 e C de Leisner, respectivamente.

A cinzento-acastanhada é feita de pasta fina, com raras pedrinhas incrustadas e com cobertura por dentro e por fora.

A cerâmica de pasta preta tem abundância de pedrinhas incrustadas.

A espessura máxima destes fragmentos é de 20 mm e a mínima é de 3,5 mm. O fragmento maior tem 145 mm de comprimento e o menor 27 mm.

Da cerâmica decorada temos uma porção do bordo superior dum vaso, com 29 cm de comprimento; a boca deste vaso devia ter um diâmetro de 220 mm. A decoração da face externa é bem patente na Fig. 5. A face superior do bordo tem várias séries de sulcos paralelos uns aos outros e dispostos obliquamente ao bordo, separados por superfícies triangulares sem decoração. A pasta deste vaso é cinzento-acastanhada com uma cobertura externa avermelhada-acastanhada e fina, com uma ou outra pedrinha incrustada.

Também há uns dois terços de um vaso, espécie de tigela (Fig. 7, *a*), que tem na face exterior 7 sulcos concêntricos. Estes delimitam 3 faixas lisas alternando com três faixas decoradas. A decoração é constituída por incisões normais aos traços. Este vaso devia ter uns 136 mm de diâmetro. A pasta é fina e cinzento-acastanhada, com cobertura externa avermelhada.

Há uma outra porção dum vaso mais pequeno constituído por uma parte do bordo e do bojo (Fig. 7, *b*).

Fragmento de metal

O único metal que encontrámos na gruta foi um fragmento com 19 mm de comprimento e 7 mm de largura máxima que só uma análise poderá esclarecer se é cobre ou bronze.

Conclusões e cronologia

A gruta do Bugio está ainda longe de ter sido totalmente explorada.

Na sua parte média e no lado oeste, local onde parece existir a entrada primitiva, há ainda muita terra para ser removida e crivada.

Nela deve haver numeroso material ósseo humano e arqueológico.

A avaliar pela quantidade e qualidade do espólio arqueológico colhido na gruta até ao presente e ainda pelo estado de fragmentação dos ossos, com superfícies de fractura muito antigas, parece poder-se concluir que esta gruta foi também vítima de velhos remeximentos.

O espólio descrito por nós neste trabalho é semelhante ao referido pelos Srs. Rafael Monteiro e Dr. Eduardo da Cunha Serrão no trabalho *Estação Isabel (Necrópole pré-histórica de Azóia)*, (cit.).

Merece referência especial o facto de termos encontrado nesta gruta, na escavação que fizemos em Julho de 1964, um fragmento de cobre, que nos vem permitir pôr a hipótese de que alguns dos povos que usaram a gruta como necrópole tenham já conhecimento do metal.

Os referidos investigadores confessam não terem encontrado qualquer objecto de cobre ou de bronze na escavação feita em 1657 e consideram que a gruta foi «utilizada como necrópole num lapso de tempo compreendido entre os meados do terceiro milénio a. C. e os primeiros séculos do segundo».

O facto de termos encontrado na gruta este pequeno fragmento de metal leva-nos a admitir a possibilidade da existência de qualquer objecto metálico.

A ser assim poderíamos admitir ter havido na gruta inumações correspondentes a períodos muito mais afastados no tempo do que supuseram os referidos autores, indo até a períodos do fim da idade do bronze, senão mesmo até à primeira idade do ferro.

Oxalá novas escavações possam ser feitas na gruta para colheita de novos materiais ósseos e arqueológicos que nos dêem mais esclarecimentos sobre as várias culturas nela representadas, bem como sobre a sua cronologia.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»
Fac. de Ciências da Univ. do Porto
Fevereiro de 1968.

AGOSTINHO F. ISIDORO

Naturalista

O castro de Sabrosa

A meu Pai, Joaquim de Carvalho Ervedosa, pelo grande interesse manifestado nas explorações do castro de Sabrosa e pelo incitamento dado às mesmas.

O. D. C.

1. *Nota descritiva*

O *Castelo dos Mouros* ou *Cristêlo*, como é hoje vulgarmente conhecido o *Castelo da Sancha*, velha designação caída em desuso e proveniente da vizinha e antiquíssima aldeia da Sancha, é um arruinado castro erguido na extremidade oriental da «serra» do Criveiro (Fig. 1). Desde longa data vem sendo vítima da inclemência dos tempos e da acção dos homens que nas suas muralhas e paredes de habitações têm facilmente encontrado a pedra talhada para as suas construções, ou o campo de pesquisas de hipotéticos e sonhados tesouros.

Este castro, localizado no concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real, fica 2 km a norte daquela vila, sobranceiro à estrada que segue para a Balsa, e está implantado em terrenos pertencentes à Junta da Freguesia de Sabrosa. A sua cota máxima é de 665 metros em relação ao nível médio do mar.

No seu solo, sobre a massa granítica em que assenta, estende-se uma camada de *salão*, areias esbranquiçadas resultantes da alteração daquela rocha, e sobre ele um manto de terra vegetal, escura, onde se desenvolve uma flora de pequeno porte, como fetos, tojos, carquejas, queirogas, urzes, giestas, rosmaninhos e outros arbustos da serra. O subsolo é rico em minério de estanho e volfrâmio.

À sua volta espraia-se o maravilhoso e variado panorama numa zona de transição: a oriente e a sul, a quente e doce paisa-

gem do Alto-Douro, de xisto e vinhas em socalcos; a norte e a ocidente, as silhuetas agrestes dos maciços graníticos trasmontanos. A seus pés, envolvendo-o em parte, corre hoje a fita cinzenta da estrada que liga Sabrosa à Balsa, entroncamento para as terras distantes do nordeste. Encostando-se à serra, do lado norte, silenciosa no estio e rumorejante no inverno, desliza a ribeira da Veiga que forneceu água aos castrejos e rega os campos de cereais que vicejam nos seus lameiros.

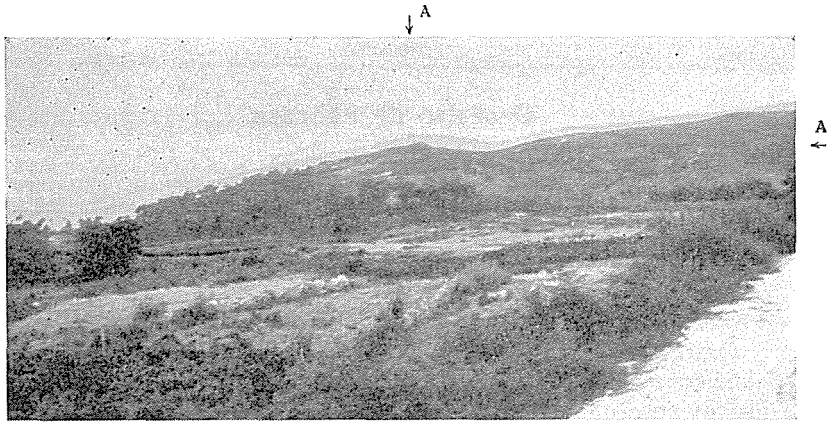


Fig. 1 — Aspecto da vertente norte da chamada serra do Criveiro.
As setas AA indicam a localização do castro.

Deste castro nos temos vindo a ocupar desde que, como aluno da cadeira de Antropologia Geral, regida pelo Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, nos foi inculcido o gosto e o interesse pelos problemas de arqueologia e, posteriormente, como modesto colaborador do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», da Universidade do Porto, continuámos a trabalhar sob a sua orientação.

Importa desde já aqui assinalar, que esta breve nota descritiva do castro é produto duma observação superficial, sujeita, por isso, às revisões que os futuros trabalhos de escavação hão-de forçosamente determinar.

O castro de Sabrosa, tal como os restantes que abundam pelo norte de Portugal e pela Galiza, é um antigo aglomerado populacional, fortificado, no alto dum monte, cuja idade pode remontar a tempos bem recuados.

O grande arqueólogo que foi o Dr. LEITE DE VASCONCELLOS, calcula que já nos tempos neolíticos os antigos Lusitanos residissem nos castros (1), e o nosso mestre, Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, em recente trabalho de arqueologia (2), diz-nos que eles são a expressão topográfica ou geográfico-cultural dum estilo de vida que durou pelo menos 1000 anos (séc. VIII a. C. ao II-III depois de Cristo) e teve o seu apogeu na II Idade do Ferro (post-halstático) nos 3 séculos antes de Cristo e nos primeiros da nossa era.

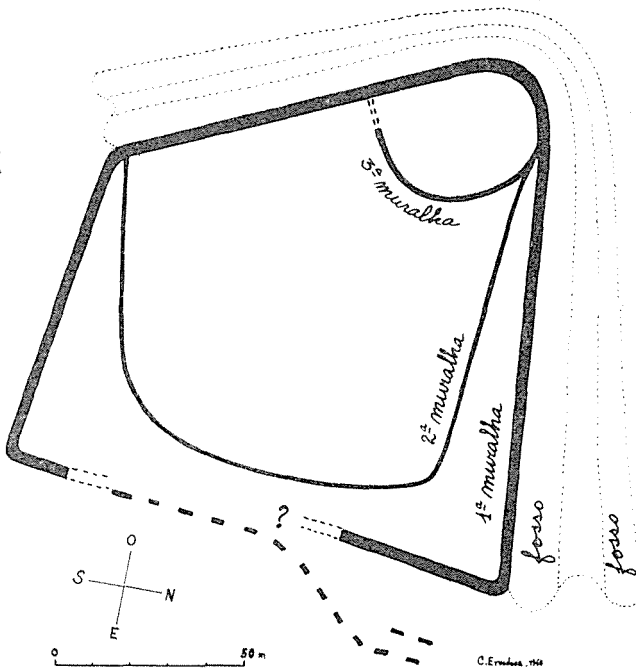


Fig. 2 — Esquema do castro de Sabrosa com a indicação das três fiadas de muralhas e dois fossos.

O castro de Sabrosa, exposto a nascente, tem a configuração dum quadrilátero (Fig. 2), com o vértice cimeiro virado a NO,

(1) LEITE DE VASCONCELLOS (J.) — *Povoações portuguesas vindas do passado*, pág. 190, in «O Archeologo Português», Vol. XXIX, Lisboa, 1933, págs. 189 a 299 e 10 figs.

(2) SANTOS JÚNIOR (J. R.) — *Duas campanhas de escavações no castro de Carvalhos*, pág. 181, separata dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Vol. xx, fasc. 1-2, Porto, 1965-1966, págs. 181 a 190 e 9 figs.

outro a *SO*, o terceiro a *SE* e o quarto apontado a *NE*, e quatro lados que, para facilidade de exposição, designaremos por lado norte, lado poente, lado sul e lado nascente.

As muralhas, duma maneira geral, encontram-se arrasadas até ao nível do solo, mas são denunciadas, em toda a sua extensão, por fiadas de pedra solta. PINHO LEAL, na sua monumental obra *Portugal Antigo e Moderno* (1), refere que ainda no princípio do século passado *tinham as paredes do castello, 2, 3, e algumas 4 metros de altura.*

A primeira muralha de defesa, do lado de fora, com três a quatro metros de espessura, corre, do lado poente, ao longo do alto do cabeço em que se ergue o castro, descendo do vértice *NO* para o *SO*, numa extensão de 90 metros. Neste vértice, a muralha muda de direcção, formando o lado sul com 82 metros de comprimento. Do lado nascente a muralha só se observa em pequenas extensões junto aos vértices *SE* e *NE*; ou foi destruída, ou não chegou a ser levantada, aproveitando os castrejos a escarpa e as fragas da serra que ali funcionam como uma defesa natural.

Do vértice *NO*, arredondado numa extensão de 44 metros e onde se situa o ponto mais alto do castro, a muralha desce rectilíneamente pela encosta abaixo, numa extensão de 110 metros, formando ao fundo o vértice *NE*.

Esta primeira muralha de defesa apresenta a norte e num pequeno troço a nascente, ao nível do solo, uma face externa com pedras afeiçoadas, sobrepostas em alinhamentos horizontais (Fig. 3), talhadas segundo o processo habitual nos nossos castros, ou seja, em forma de cunha, com uma face rectangular, picada. PINHO LEAL diz-nos que *nas pedras faceadas de que o castello foi construido, veem-se umas garatujas, abertas a cinzel, que mais parecem signaes dos pedreiros que as lavraram, do que letras.* Até agora ainda não encontrámos qualquer dessas siglas, o que não será de estranhar por nos encontrarmos no início dos trabalhos de exploração deste castro.

Além da face externa de pedra talhada, a muralha apresenta um enchimento de pedra informe que completa a sua espessura. Nos flancos sul e ponte, aonde mais facilmente tinham acesso os carros que iam ao castro buscar pedra, desapareceu toda a face externa, restando apenas o enchimento. Refere PINHO LEAL naquela citada obra, datada de 1879, que *os restos do castello e*

(1) PINHO LEAL (A. S. A. B.) — *Portugal antigo e moderno*, pág. 172, Vol. VIII, Lisboa, 1878.

dos casebres, desapareceram ha cinco ou seis annos, porque os seus materiaes foram applicados para calçar as ruas da villa. E acrescenta: ha dois ou trez séculos, que a maior parte das casas de Sabrosa, teem sido feitas com os restos venerandos de construcções antigas.

Mas a destruição do castro, infelizmente, não ficou por aí. Ela tem prosseguido ainda nos nossos dias. Segundo nos foi revelado, há cerca de vinte anos, para se murarem algumas proprie-



Fig. 3 — Troço da primeira muralha do lado norte.

dades, foi levado do castro pedra no total aproximado de trezentos carros de bois. E restos de pedra, britada recentemente, indicam-nos que a delapidação tem continuado e continuará, se quem de direito não tomar urgentemente as medidas que se impõem para a defesa do que resta deste histórico monumento.

O Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, que inúmeras vezes se tem levantado em defesa dos nossos castros, deu início ao processo que em breve elevará o castro de Sabrosa à categoria de imóvel de interesse público. *Os castros bem merecem ser defendidos e valorizados*, proclama, e argumenta: *as sociedades indígenas cas-*

trejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base estreme em que entroncou sólida e firme a nacionalidade portuguesa. E conclui: assim, estudar os castros e a cultura castreja, é fazer nacionalismo e do mais são (1), porque neles mergulham velhas raízes da nacionalidade portuguesa.

Um duplo fosso, exterior à muralha (Fig. 4), defende os flancos norte e poente do castro, que se apresentavam mais vulneráveis aos ataques do inimigo. Nos seus fundos se encontra muita pedra solta, rolada das muralhas. Na base do vértice NO da muralha, junto ao fosso, encontra-se a boca circular dum pre-



Fig. 4 — Um aspecto do fosso do lado norte.

sumível poço entulhado. PINHO LEAL prosseguindo na interessante descrição do castro de Sabrosa, escreve: *Esta cisterna, poço, ou galeria, é entre a muralha e o fosso, de maneira que em tempo de guerra, era vedada esta serventia, aos defensores do castello. Quando a entrada d'este poço estava menos entupida, alguns homens corajosos desceram até bastante profundidade, mas não conseguiram chegar ao fim, porque a acumulação dos gases, lhes abafava a respiração, e apagava as luzes.*

É voz corrente nesta vila, e foi-nos dito com a maior convicção, que esse poço era a porta de entrada duma extensa galeria subterrâ-

(1) SANTOS JÚNIOR (J. R.) — *Duas campanhas de escavações no castro de Carvalhelhos*, cit., pág. 181.

nea com cerca de 1 km ligando o castro de Sabrosa ao vizinho castro de Cheires que se levanta na encosta fronteira, a nascente, em alcantilado outeiro granítico da margem esquerda do rio Pinhão. Conta-se também, que certa vez determinado padre se atreveu a descer à galeria, aonde encontrou duas estátuas, mas apanhou um susto de tal ordem que só conseguiu voltar à superfície agarrado à cauda do cão que o acompanhava.



Fig. 5 — Aspecto duma porção da segunda muralha.

Deixemos, porém, o campo da fantasia popular e voltemos pròpriamente ao castro.

Para dentro da primeira linha de muralha há uma segunda (Fig. 5), de menor espessura, também de pedra faceada e igualmente derruída, que além da função defensiva, suporta os terrenos suprajacentes, ocupados pela zona residencial, como o atestam os restos das variadas habitações de forma circular e rectangular, sugeridas pela disposição das pedras no terreno.

No canto mais alto do castro, ou seja, no seu vértice *NO*, encontramos um novo muro de suporte (Fig. 6), circular, com 60 metros de extensão, delimitando um terreno em que afloram

algumas saliências rochosas. Numa delas, que apresenta uma face aplanada, pode-se observar um grupo de pequenas covinhas intencionalmente cavadas na rocha, agrupadas em forma de constelação, com um fim ou significado que escapa à nossa compreensão. Planta do castelo? Posição relativa dos outros castros que o rodeiam? Eis aqui um problema que poderá dar asas à imaginação dos arqueólogos.



Fig. 6 — Muro de suporte ou terceira muralha do reduto cimeiro do castro.

Também PINHO LEAL escreve, contado por alguns velhos da terra, que *sobre a pequena e completamente destruída parte do castello havia uma inscrição em caracteres para elles desconhecidos; e em letras romanas, a palavra PARALIO, seguida de outras ilegíveis. E o autor, procurando uma interpretação, deduzia: com efeito, os latinos davam o nome de paralios, aos povos que habitavam nas margens dos rios, e é provável que a última letra (o S), estivesse apagada, e que a palavra fosse paralios.*

Ainda no terraço a que, acima nos íamos referindo, existe no seu ponto mais elevado, que é precisamente no vértice *NO* do castro, um grande amontoado de pedra informe, disposto em círculo, fazendo lembrar duas casas circulares que se tivessem desmoronado.

Não distinguimos, até agora, qualquer porta. A esse respeito diz-nos PINHO LEAL: . . . *esta pequena fortaleza é de forma quase triangular, tendo em um dos ângulos, o seu ponto mais elevado, e era no vértice d'este ângulo a porta, cuja entrada se acha obstruída.*

Pelo que verificámos neste ponto e pelas sondagens que já ali realizámos, embora ligeiras e cautelosas, pomos as nossas reticências nesta informação.

No solo, aparecem à superfície numerosos fragmentos de cerâmica, desde *tegulae* e *imbrices*, primeiras e indiscutíveis provas da romanização do castro, a cacos de vasilhame variado sem ornamentação.

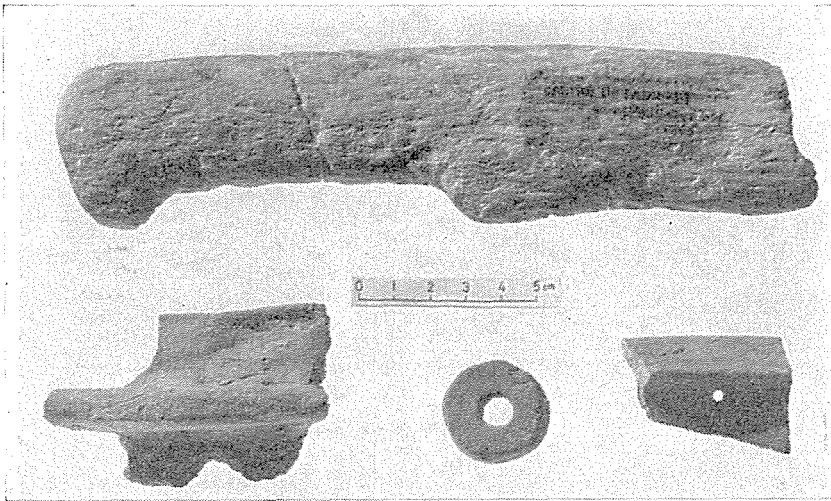


Fig. 7 — Porção duma singular faca de pedra (gneisse), um cossoiro e dois fragmentos de cerâmica.

Também ali foi encontrado há alguns anos, por uns garotos que andavam na apanha do mato, uma faca talhada em gneisse, que nos garantiram estava inteira e em perfeito estado de conservação, mas que os miúdos na sua desculpável irresponsabilidade, quebraram e dispersaram os seus fragmentos, sendo apenas recuperada a porção correspondente ao cabo (Fig. 7), que nos foi entregue e está agora no Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto. Soubemos ainda da existência de outros achados, como uma pedra de anel e uma fíbula, mas não nos foi possível descobrir o caminho que levaram.

Sobre achados, conta-nos ainda PINHO LEAL que à volta do castello viam-se restos da antiga povoação, isto é, paredes toscamente construídas, formando pequenos casebres. Em uma escavação feita perto d'este lugar, foi achada uma antiga forja de ferreiro, ainda com alguns instrumentos deste officio, bem conservados, e um tubo de barro, que parece ter servido para conduzir agua para a officina. Um pouco mais distante, se acharam vestígios de sepulturas antiquíssimas.

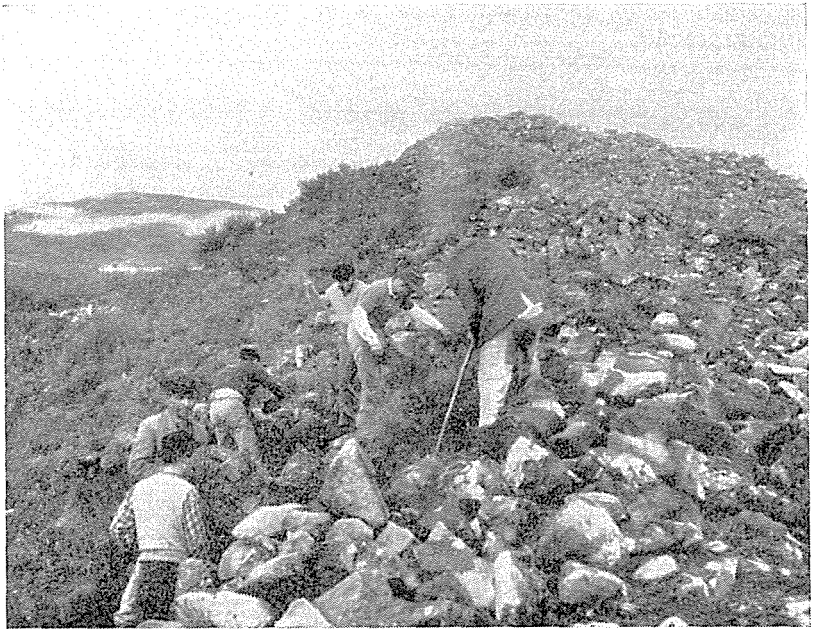


Fig. 8 — Trabalhos de pesquisa do alinhamento da muralha do lado poente.

Escusado seria acrescentar que tudo se perdeu. Só a necrópole, da qual já ninguém se recorda, poderá ser, com um pouco de trabalho e sorte, reencontrada e devidamente estudada.

2. Resultados da 1.^a campanha

A história do castro de Sabrosa e das suas populações só poderá fazer-se a partir das indispensáveis escavações e da interpretação dos seus diferentes estratos arqueológicos. Será nessas

camadas, folhas dum livro único que o arqueólogo irá cautelosamente abrindo, que se poderá ler toda a sua história, as vicissitudes por que passou e a evolução cultural das sucessivas gerações que ali viveram, através dos elementos materiais de que se serviram.

Nesse sentido, solicitámos autorização aos Serviços competentes do Ministério da Educação Nacional para, sob a orientação do Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, procedermos às necessárias escavações.



Fig. 9 — Forno (?) lajeado visto do lado sudoeste.

Satisfeita a nossa pretensão pelos serviços oficiais e de posse dum pequeno subsídio concedido pelo Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», demos início no mês de Agosto do ano transacto aos primeiros trabalhos de campo. O nosso plano consistia numa exploração geral da superfície e no reconhecimento de muralhas e muros, de maneira a ficarmos com uma ideia da planta e dos limites do castro, ponto de partida para futuros trabalhos de maior vulto, como escavações, cortes, cirandagem, reconstituição de paredes, levantamento da carta topográfica, etc.

De acordo com o plano previamente estudado, começámos por traçar o esboço da planta do castro (Fig. 2), servindo-nos, na falta duma prancheta topográfica, duma bússola e duma fita métrica que nos deram as direcções e os comprimentos aproximados das muralhas.

Fomos seguidamente pesquisar a primeira muralha de defesa, periférica, no flanco poente do castro, denunciada pelo amontoado de pedra e terra. Era nossa intenção encontrar a face externa da



Fig. 10 — O forno (?) da fig. 9 visto do lado leste.

muralha, de pedra aparelhada e encaixada, como é habitual, de modo a obtermos o seu verdadeiro alinhamento. Mas embora tivéssemos escavado e levantado pedra numa extensão de alguns metros (Fig. 8), não demos com ela, tendo surgido uma espécie de degrau, que nos pareceu tratar-se da base em que assentavam as pedras talhadas, dali arrancadas e levadas para as obras da vila.

Ainda com a ideia de definirmos o alinhamento da mesma muralha, mas pela sua parte interna, passámos a trabalhar do lado de dentro do castro, arrumando sobre a muralha a pedra solta que se estendia sobre o terreno, mas aí deparámos com uma

zona habitacional, cujas casas devem encontrar-se encostadas à muralha. Encontrámos uma possível cozinha pois em alguns recantos aparecem inúmeros e pequenos pedaços de carvão; uma pequena construção, circular, de chão lajeado, fazendo lembrar o lastro dum forno (Fig. 9), mais nos arreigou a ideia da cozinha.

Porque o nosso plano consistia apenas no reconhecimento de muralhas e muros, abandonámos aquela zona residencial e, ainda com a esperança de encontrarmos a face externa da muralha, a poente, num dia em que tivemos a visita do Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, reiniciámos as pesquisas a partir do seu lado norte, num ponto em que aflora à superfície um lanço da muralha, com a sua face externa intacta. A partir dele escavámos numa extensão de trinta e dois metros, seguindo o alicerce e pondo a descoberto o seu alinhamento (Fig. 3). Mas depois da curva que forma o vértice *NO* do castro e se inicia o seu lado poente, desaparecem totalmente as pedras afeiçoadas.

Trabalhámos ainda, durante esta pequena campanha, no muro de suporte que delimita o terraço do canto superior do castro (Fig. 6), removendo a pedra que encobria a sua face. Apareceram-nos aí, junto ao muro, alguns fragmentos de cerâmica sem interesse, uma pequena pedra de afiar feita dum seixo do rio, e dois cossoiros de barro, um inteiro (Fig. 7) e o outro partido. Este muro de suporte encontra-se desalinhado, zigzagueante, por muitas das suas pedras, inclusive dos alicerces, se terem deslocado da posição inicial pela infiltração das águas e peso que suportam. Na altura oportuna, com o auxílio de pedreiros, iremos procurar acertá-lo, restituindo-lhe a sua linha original.

Durante os trabalhos neste muro tivemos a visita do Sr. Dr. OSVALDO FREIRE que, com a sua experiência nestes assuntos, também nos ajudou na resolução de alguns problemas que surgiram. Um deles trata-se da possível existência duma porta que, no entanto, por demasiado hipotética, ficou em suspenso.

Porto, Janeiro de 1968.

CARLOS M. N. ERVEDOSA

Finalista do Curso de Ciências Geológicas
da Fac. de Ciências da Univ. do Porto

O castro de S. Vicente da Chã (Montalegre)

Campanhas de escavações de 1965 e 1966

Dos planos de trabalho do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, tem constado a exploração arqueológica do castro de S. Vicente da Chã.

O castro de S. Vicente, designado na região por «Craсто dos Mouros» e ainda por «Craсто do Duque» (1) é um povoado pré-romano, muralhado, sito entre as povoações de Travassos e de S. Vicente da Chã, no concelho de Montalegre.

Está construído num cabeço, acidente orográfico entre os muitos que ouriçam as terras de Barroso e era outrora abraçado na maior parte do seu contorno pelo rio Rabagão. Fica, hoje, nos terrenos ocupados pela vasta e magnífica albufeira da barragem de Pisões, no Alto Rabagão, uma das barragens da Empresa Hidroelétrica do Cávado.

O acesso ao castro só é possível fazer-se de barco por a água da albufeira submergir, até mais de meia encosta, o cabeço onde ele assenta. Ficam imersas, quando as águas da albufeira atingem o nível máximo, as suas três fiadas de muralhas. Resta fora da água, apenas, o cimo do cabeço, região onde já se encontram definidos os alinhamentos das paredes de 16 casas e de alguns muros (Fig. 2).

Em 1966 o acesso ao castro teve de fazer-se de barco, gentilmente posto à nossa disposição pela HICA. Queremos testemunhar, novamente, ao Conselho de Administração desta Empresa o nosso agradecimento pelas facilidades que nos concedeu, nomeadamente no capítulo de instalação e transportes e na cedência, por empréstimo, de diverso material necessário para as escavações.

*

* *

As campanhas de que hoje nos ocupamos (1965 e 1966) sucedem-se a duas outras cujos resultados se encontram já

(1) Esta designação não implica que o castro se situe em terrenos que tenham feito parte de qualquer dos ducados da alta nobreza nacional. Era assim designado por o proprietário dos terrenos onde se encontra ter o apelido do «Duque».

publicados nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *Revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* e do *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* (1).

A primeira notícia relativa a este castro data de 1963 (2) e nela o Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR relatou a visita que ali fez na companhia do Sr. Dr. CARLOS DA SILVA LOPES, chefe dos Serviços de Contencioso e Expropriações da Hica e conservador Adjunto dos Museus, e do Assistente Dr. AGOSTINHO FARI-NHA ISIDORO.

Campanhas de 1965 e 1966

O nosso principal objectivo nestas duas campanhas foi desembaraçar o castro das pedras que cobriam as vertentes do cabeço onde está implantado, para em futuras escavações procedermos a estudo mais minucioso, nomeadamente pela cirandagem das terras, operação que no momento se nos afigurava difícil, senão mesmo impraticável.

Ocupamo-nos em especial das vertentes leste, nordeste e sul, tendo os trabalhos de prospecção incidido principalmente nos terrenos adjacentes às ruínas de um grupo de 4 habitações e da muralha cimeira do castro.

Seguindo um princípio orientador, que de há muito tem sido posto em prática pelo Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» e que se nos afigura ser o mais conveniente, fomos repondo nas paredes das casas, nas muralhas e nos muros de suporte, as pedras tombadas que não apresentavam quaisquer relações de alinhamento com as pedras circundantes. Pretendeu-se, deste modo, repor as pedras trabalhadas no lugar que se nos afigurou ser o seu local de origem.

Acrescentaremos que não foi nosso propósito reconstruir o castro mas antes, e unicamente, aproveitar produtos da actividade humana que, dada a situação de um castro — encimando um cabeço de vertentes quase sempre difíceis de transpor — pertencem indiscutivelmente às suas edificações. Não podíamos proceder de outro

(1) SANTOS JÚNIOR & AGOSTINHO F. ISIDORO, *Escavações no castro de S. Vicente da Chã (Barroso)*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1963, vol. XIX, fasc. 2, págs. 178-186, 11 figs.

SANTOS JÚNIOR & OSVALDO FREIRE, *O castro de S. Vicente da Chã (Barroso) — Campanha de escavações de 1964*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1964, vol. XIX, fasc. 3-4, págs. 366-371, 10 figs.

(2) SANTOS JÚNIOR, *O castro de S. Vicente da Chã (Barroso)*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1963, vol. XIX, fasc. 1, págs. 79 e 80.

modo uma vez que as pedras trabalhadas que se vão encontrando são testemunhos autênticos da actividade dos castrejos. A quantidade destas pedras e o volume de algumas delas, aliados à circunstância já referida de um castro ocorrer num terreno de acesso difícil, são provas evidentes de que a sua existência não pode ser atribuída a mera actividade recreativa, mas sim a um trabalho aturado e intensamente vivido pelos obreiros destes recintos murados.

Fácilmente se aceita, ainda, a necessidade de se altearem os muros das edificações em ruínas com as pedras que vão aparecendo no decurso da escavação. O manuseamento das terras impõe esse alteamento para se conseguir espaço disponível para a recolha das terras removidas.

Casas

Nas campanhas de 1965 e 1966 definiram-se os alinhamentos das paredes de três casas, duas circulares e uma rectangular.

Uma das casas circulares situa-se na vertente norte e tem o diâmetro interior de 2,5 m. As paredes têm aproximadamente a espessura de 45 cm. A zona circundante foi sumariamente limpa, arrumando-se a pedra recolhida sobre o que restava da parede desta habitação.

A outra casa circular encontra-se na vertente sul num plano inferior ao do nível das águas da barragem, quando em pleno enchimento. A parede encontra-se parcialmente destruída pela ondulação das águas da albufeira, faltando-lhe já algumas pedras do alicerce.

A casa rectangular sobressai, no conjunto das 16 casas assinaladas neste castro, pelas suas dimensões. Situa-se na vertente sudeste com o eixo maior, que mede 5,40 m, orientado segundo *E W*. O eixo menor com 3,30 m tem orientação *N-S*.

Não nos foi possível definir nestas habitações a posição da porta.

O mesmo aconteceu com as casas encontradas nas campanhas precedentes, circunstância que se fica devendo, muito provavelmente, ao estado de destruição em que se encontram as paredes destas habitações das quais, por vezes, só restam as primeiras fiadas de pedras do alicerce.

Ocupámo-nos, ainda, da zona do terreno que circunda uma das casas redondas que foi assinalada na campanha de 1963. A remoção das terras e pedras acumuladas nesta zona facultou-nos a descoberta de um curioso alinhamento que representamos, em esquema na fig. 1, e na fig. 3.

Faz parte deste alinhamento um murete de suporte, situado num plano superior ao da casa referida, que liga por um dos extremos a um bloco de granito natural e que se continua, pela outra extremidade, por uma fiada de pedras fixadas verticalmente no solo e dispostas topo a topo. Esta fiada de pedras vai ligar a um outro bloco de granito. Este alinhamento é, no seu conjunto, encurvado, dispondo-se em torno da casa circular.

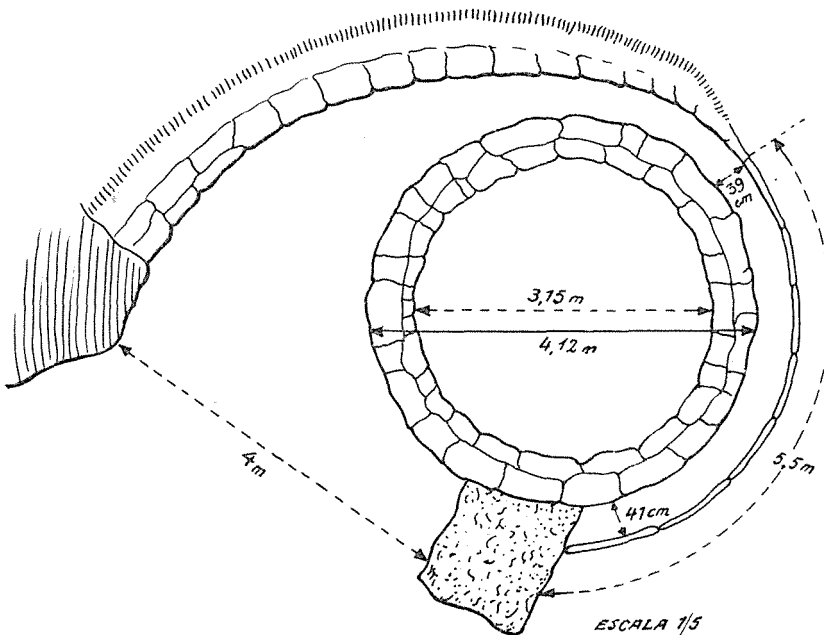


Fig. 1 — Casa circular com muro de suporte e fiada de pedras que o continua.

Limpou-se, igualmente, o terreno junto de um grupo de quatro habitações da vertente norte. Definiram-se aí dois muros de suporte de pedra tosca. Junto do ângulo interno de uma destas casas encontramos, cavada numa pedra da parede, uma cova relativamente profunda com uma pedra de tampa ou cobertura como mostra a fig. 6. A face da pedra junto desta cova apresenta-se polida e com um rebaixamento que, segundo supomos, permitiria a entrada da mão.

Muralhas

Limpou-se a face interna da terceira muralha. A face externa foi levantada até à altura da face interna numa extensão de 30 metros. O espaço entre as duas faces foi aproveitado para o lançamento da terra que havíamos retirado na escavação da face interna.

Refizemos parcialmente o muro cimeiro numa extensão de 20 metros. As pedras deste muro são muito bem trabalhadas, talhadas em forma de cunha e por tal, facilmente se distinguem das pedras das outras edificações.

Espólio

No espólio recolhido abundam os fragmentos de cerâmica, sementes incarbonizadas e blocos de barro com reboco numa das faces e sulcos na face oposta. Contam-se ainda alguns fragmentos de madeira incarbonizada, 3 cochoiros e algumas peças de bronze e ferro.

Nas terras removidas encontraram-se abundantes fragmentos de cerâmica de vários tipos: uns de pasta negra, outros de pasta castanha e vermelha. A maior parte é de pasta grosseira, granosa e micácea e só alguns, poucos, são de pasta fina, brunida ou gogada. Alguns apresentam ornamentação incisa e só um ornamento estampada (Fig. 8, e).

Além da bolota, encontramos milho-miúdo e grãos de trigo incarbonizados.

As bolotas, que aparecem em grande quantidade, (Fig. 10) parecem-nos idênticas às que o Sr. Dr. AGOSTINHO ISIDORO encontrou em 1963 neste castro ⁽¹⁾ e às quais o Sr. Dr. PINTO DA SILVA atribuiu o género *Quercus* (espécie?).

Estas bolotas, como se sabe, eram utilizadas, depois de convenientemente tratadas, para a produção da farinha com que os castrejos fabricavam pão. Têm aparecido em vários castros portugueses e espanhóis, e foram já referidas por ESTRABÃO que informa que os castrejos tostavam e moíam a bolota fabricando com a farinha recolhida o pão de que se alimentavam durante grande parte do ano.

Além do pão de farinha de bolota, os castrejos fabricavam pão de outra natureza, como podemos inferir do facto de aparecerem, em diversos castros, grãos incarbonizados de outros cereais.

(1) SANTOS JÚNIOR e AGOSTINHO ISIDORO, *ob. cit.*

No castro de S. Vicente da Chã encontrámos em 1966 e 1967 umas massas compactas de milho-miúdo. O Sr. Dr. A. R. PINTO DA SILVA (1), a quem enviámos uma amostra deste material, disse tratar-se de *Panicum miliacium* (L.), o vulgar milho-miúdo ou alvo que ainda hoje é cultivado em algumas regiões no norte do País, sobretudo no Minho, e que era utilizado no fabrico do pão de que os minhotos se alimentavam antes do aparecimento do milho grosso. Estes grãos não constituem novidade pois têm sido encontrados em vários castros. Outro tanto não sucede com um outro tipo de grãos que aparecem por vezes misturados com o *Panicum miliacium*. No parecer do Sr. Dr. PINTO DA SILVA estes grãos são de *Triticum dicoccon* Schrank (1789).

Esta espécie, muito embora tenha sido já citada em Espanha, e muito recentemente por Maria Hopf e Hermanfrid Schubart na província de Alicante, constitui novidade para a arqueologia nacional (2).

Madeira incarbonizada

Deparamos nas nossas escavações com alguns fragmentos de madeira incarbonizada, sete porções cilíndricas e uma tabular.

Os fragmentos cilíndricos têm diâmetros que oscilam entre 10 e 15 mm (Fig. 13). Encontrámos, como mais à frente referiremos, um destes fragmentos incluído num dos sulcos de um bloco de barro.

A porção tabular tem a espessura de 15 mm (Fig. 13) e apresenta uma perfuração infelizmente incompleta por o bloco se ter partido segundo um plano que a abrange. O orifício aparenta ter forma circular.

Blocos de barro

Na vertente Norte, ao removerem-se as terras e pedras da superfície, encontraram-se uns amontoados de pequenos blocos de barro mal cozido que, por vezes, se apresentam muito fragmentados (Fig. 14).

Devido ao barro se encontrar muito humedecido estas porções argilosas apresentam-se coalescentes e, por tal, muito difíceis de

(1) O Sr. Dr. PINTO DA SILVA forneceu-nos, muito gentilmente, os elementos referentes à análise destes grãos. Aqui deixamos o nosso agradecimento a este distinto investigador da Estação Agronómica Nacional (Oeiras).

(2) MARIA HOPF e HERMANFRID SCHUBART, *Getreidefunde aus der Coveta de L'Or bei Alcoy (Prov. Alicante)*, in *Madrider Mitteilungen*, 6-1965, Heidelberg, págs. 20-38, 25 figs.

isolar. Nas amostras que recolhemos facilmente se distinguem duas faces. Uma das faces é lisa, por vezes ligeiramente côncava, e apresenta-se rebocada com uma pasta branca disposta em finas lâminas sobrepostas.

A outra face é muito irregular devido aos sulcos pronunciados que possui, e que se nos afiguram ter sido produzidos por moldagem no contacto com o varedo ou estacaria que este barro calafetava.

Na campanha que efectuámos em 1966 tivemos a oportunidade de encontrar um bloco de barro que conservava íntegro um canal preenchido por um fragmento cilíndrico de madeira incarbonizada idêntico aos que referimos anteriormente (pág. 373).

Este fragmento de madeira ajustava-se perfeitamente ao canal existente no bloco, circunstância que nos permite encarar a hipótese de que os referidos fragmentos de madeira fizessem parte da estacaria a que estes blocos se encontravam apoiados. No mesmo bloco havia ainda alguns sulcos que corriam paralelamente àquele canal e que se encontravam preenchidos por terra. Estes sulcos não são outra coisa senão canais incompletos resultantes da fratura dos blocos por planos de menor resistência — planos que passam por sucessivos canais paralelos.

Ao pretendermos transportar este bloco para um lugar cuja exposição facultasse uma boa fotografia, apesar dos cuidados que acompanharam a sua remoção, ele partiu-se, perdendo-se, infelizmente, este bom testemunho.

Estas porções de barro pertenciam, sem dúvida, ao revestimento das paredes de habitações do tipo «cabana». Da ligeira curvatura que se observa na face rebocada de alguns destes fragmentos pode inferir-se que as paredes daquelas habitações teriam forma circular e que a argila se aplicava pelo menos na face interna da parede.

Habitações deste tipo são referidas por Vitruvio (Marcus Vitruvius Pollio, 88-26 a. C.) como tendo uso generalizado na Gália, na Hispânia, na Aquitânia e na Lusitânia. Constituíam um tipo de habitação arcaica que precedeu as casas definitivas de pedra, e que com estas deve ter coexistido durante algum tempo nos nossos castros, uma vez que a substituição da cabana por casas de pedra deve ter sido lenta e morosa.

Ídolo de pedra (?)

O Sr. Prof. Dr. D. FERNANDO DE ALMEIDA, em Setembro de 1965, encontrou neste castro, no decurso de uma visita que aí



Fig. 2 — Castro de S. Vicente da Chã ilhado pela albufeira da barragem de Pisões.
A seta indica a linha de água da albufeira quando em pleno enchimento.

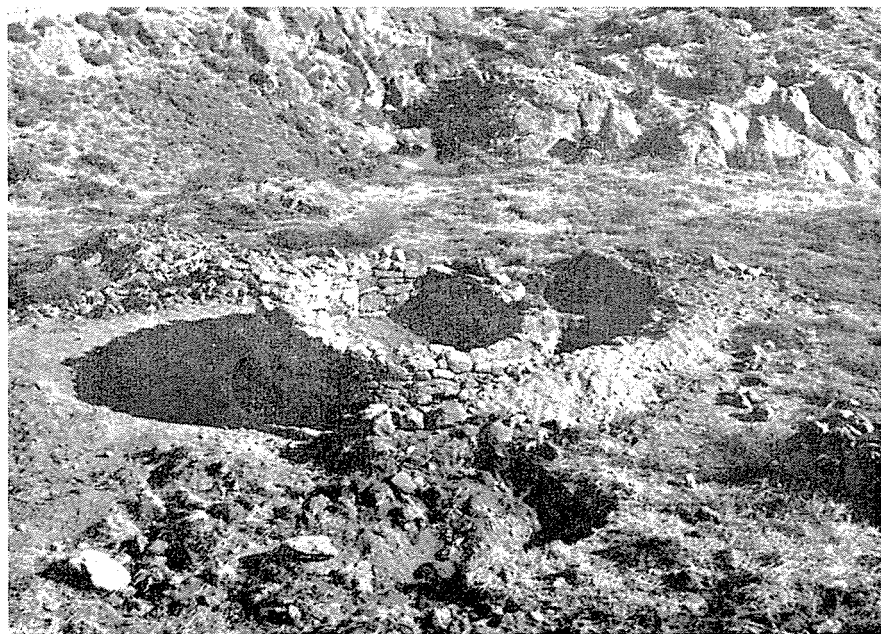


Fig. 3 — Casa circular com muro de suporte e fiada de pedras que a circundam.
(Vd. desenho da fig. 1).



Fig. 4 — Fase dos trabalhos de escavações.



Fig. 5 — Duas casas da vertente nordeste.



Fig 6 — Esconderijo (?) aberto no xisto do recanto duma casa rectangular, tal como foi encontrado.



Fig. 7 — Pormenor da fig. anterior. Retirada a pedra da cobertura vê-se a cova, um tanto oval, que estava cheia de terra.

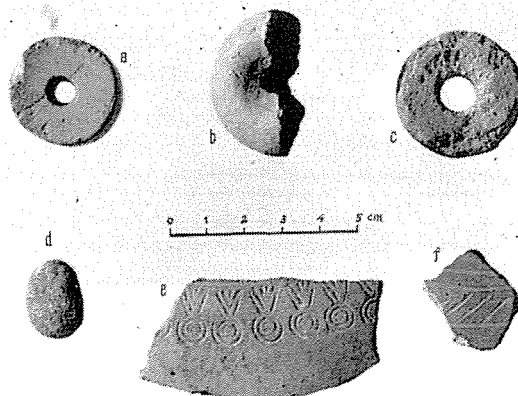


Fig. 8 — Em cima: três cossoiros de barro; em baixo: à direita, dois fragmentos de cerâmica ornamentada; à esquerda, peça de bronze com uma face convexa, a que mostra a fotografia, e a outra plana.

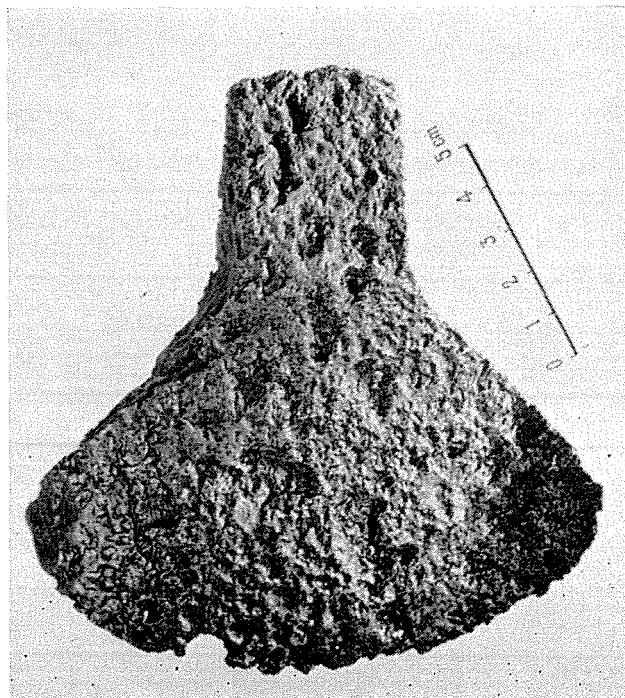


Fig. 9 — Peça de ferro que lembra um machado, mas cujos vértices do gume em crescente estão revirados no mesmo sentido, tal como sucede nos trados.

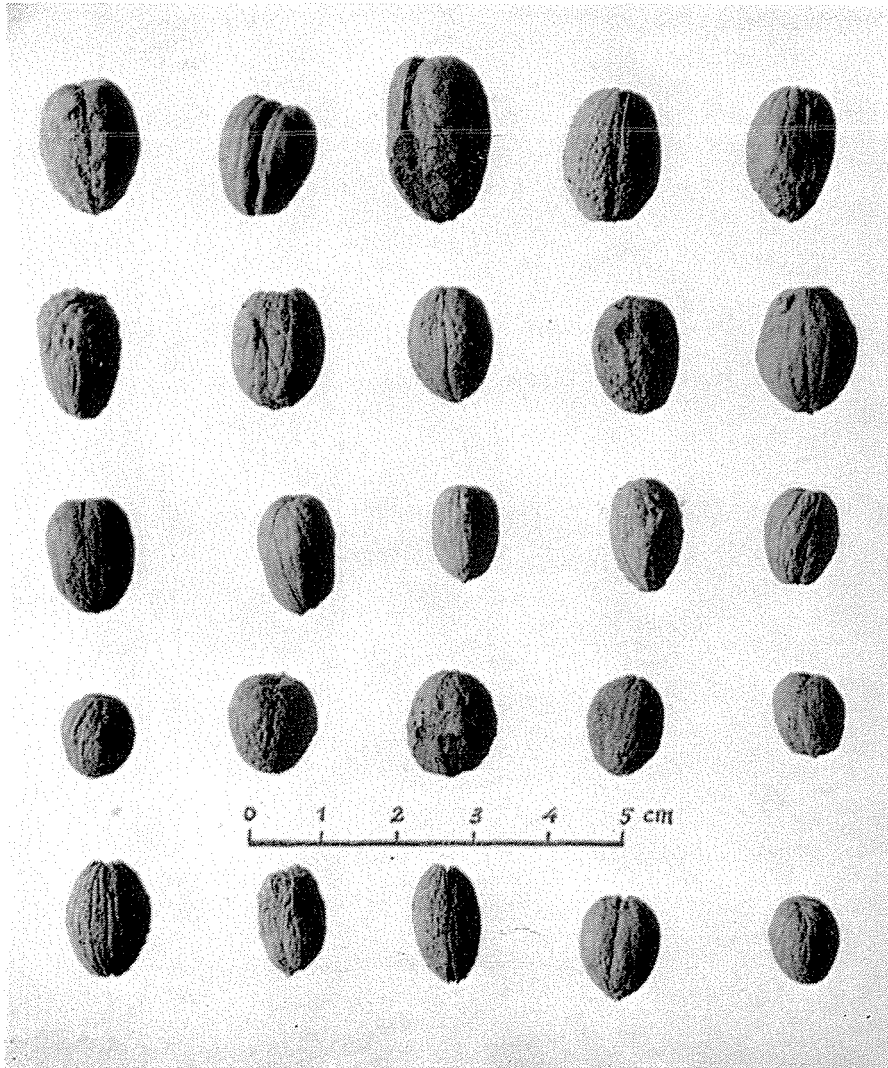


Fig. 10 — Bolotas incarbonizadas

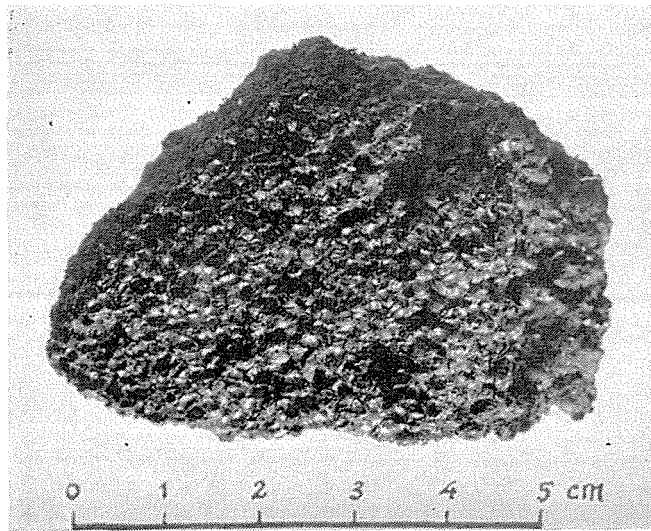


Fig. 11 — Bloco de milho-miúdo incarbonizado.

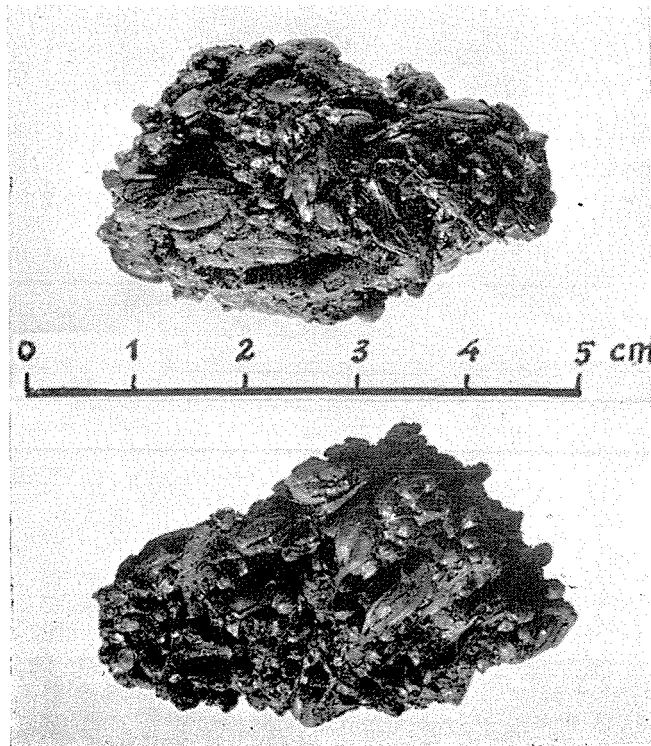


Fig. 12 — Bloco de sementes incarbonizadas visto pelas duas faces.
Juntamente com milho-miúdo vêem-se grãos de trigo.

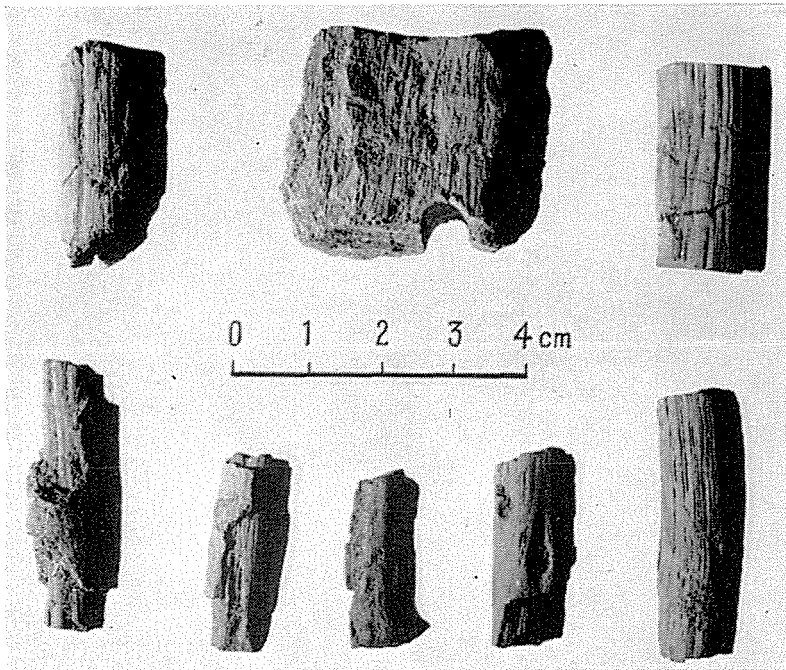


Fig. 13 — Porções de madeira incarbonizada.

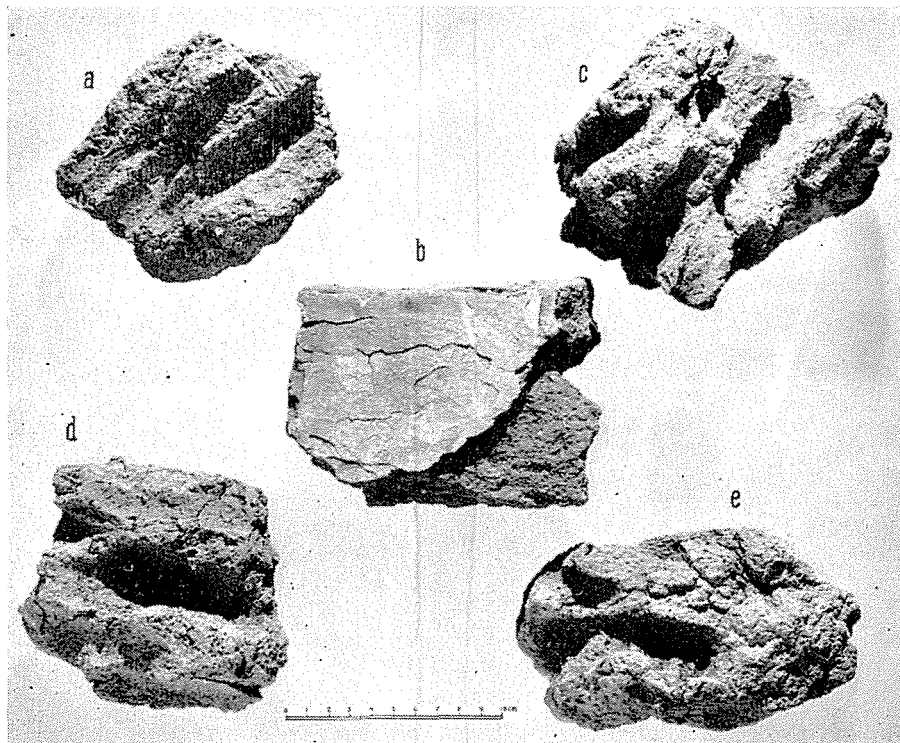


Fig. 14 — Blocos de barro mal cozido com a impressão de ramos de árvore. O bloco central (*b*) mostra a superfície rebocada com uma pasta branca.

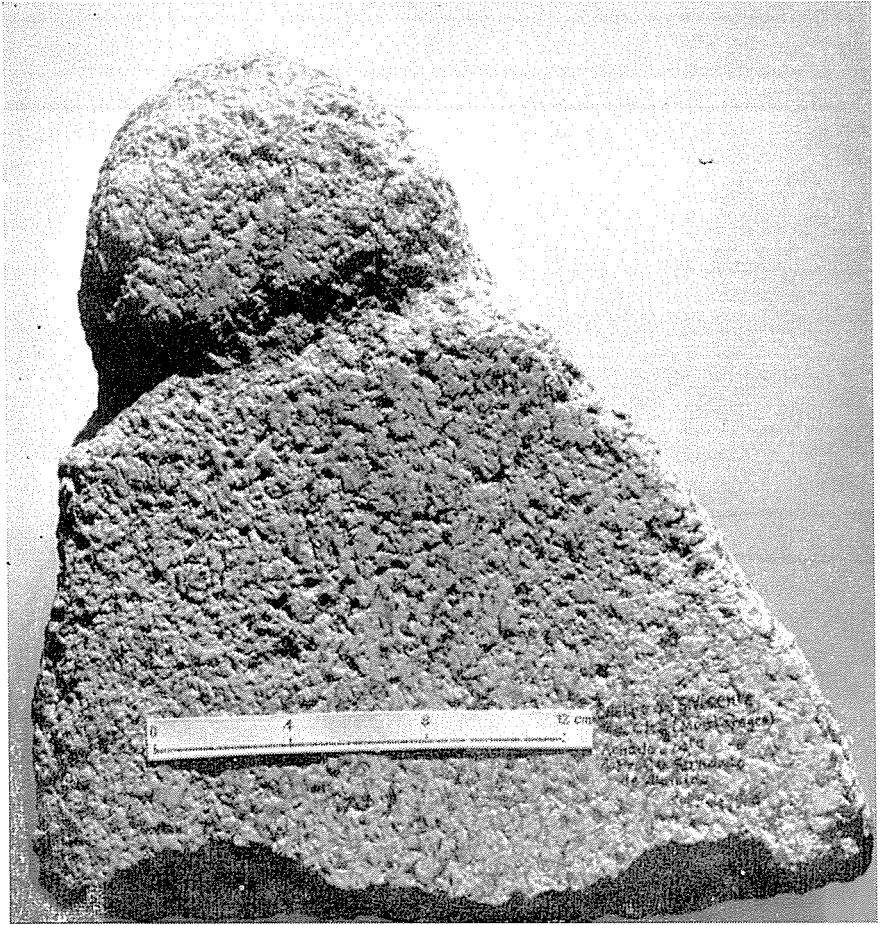


Fig. 15 — Fragmento duma pedra achada pelo ilustre Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, D. FERNANDO DE ALMEIDA. Segundo seu parecer trata-se duma porção de um idolo.

empreendeu, a pedra que reproduzimos na fig. 15. Segundo o parecer deste distinto arqueólogo trata-se de uma porção de uma pedra-ídolo. A configuração que esta pedra apresenta sugere na verdade tal classificação.

Objectaremos apenas que o polimento que se observa numa das faces e a marcada concavidade que nela se regista, poderão, talvez, conferir-lhe um significado bem mais trivial. Não poderá tratar-se de um afiador ou pedra dormente de moinho manual? Esta hipótese, aliás, não invalida a atribuição da pedra-ídolo. Esta por qualquer circunstância, teria perdido o seu significado simbólico-cultural, digamos, religioso, e teria sido utilizada para qualquer das finalidades indicadas ou outras similares.

Outros achados

Do espólio que temos recolhido neste castro fazem parte algumas peças que seguidamente enunciamos.

— 3 cossoiros, dos quais dois apresentam as faces planas e paralelas. O outro, tem os bordos arredondados, uma face convexa e a outra face apresenta uma depressão mediana que rodeia o orifício central (Fig. 8).

— Um pequeno objecto de bronze de contorno oval e que apresenta as seguintes dimensões: eixo maior 21 mm; eixo menor 15 mm; espessura 6 mm (Fig. 8).

— Do ferro encontrado, alguns pregos, porções laminares, etc., destaca-se a peça reproduzida na fig. 9, que lembra um machado de gume em crescente mas cujos vértices estão revirados no mesmo sentido, tal como sucede nos trados. Não encontramos na bibliografia que conhecemos objecto similar.

Este machado, por se encontrar profundamente oxidado, foi submetido a tratamento que visa a sua conservação, tendo para tal sido enviado ao laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga que, no tratamento das velhas peças metálicas arqueológicas, atingiu manifesta perícia e notável perfeição.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»

Abril de 1968.

OSVALDO FREIRE

Assist. Ext. da Faculdade de Ciências da Univ. do Porto

Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão

No começo desta minha comunicação, afirmo que o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, é a encarnação do cultíssimo espírito do seu fundador e patrono, o saudoso Prof. Doutor Mendes Corrêa. Sem jamais se haver afastado do trilho, que Mendes Corrêa lhe apontou ao incitá-lo a dar os primeiros passos, esta douta entidade seguiu-lhe o impulso e desbravou, no decurso dos anos, caminhos novos no campo da investigação científica. Por isso mesmo, e antes da nossa exposição, aqui estamos numa só alma a prestar sentida homenagem ao insigne fundador do Instituto de Antropologia e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1).

*

* *

No Verão de 1951 tive a honra de receber em minha casa de Freixo de Numão, o Doutor Mendes Corrêa. Levara-o lá o anseio de conhecer de perto a região numantina (2).

Consta das seguintes palavras a impressão que tal visita lhe deixou: «... Não esqueço os dias de 1951 em que, sob a galharda hospitalidade (de quem o acolhera), por ali andei, admirando panoramas, ruínas, velhos solares, vetustas igrejas, venerandos castelos, inscrições, lindas aldeias, fontes de mours encantadas, uma imensidade de coisas belas ou evocadoras, ao lado das actividades actuais, das manifestações de vitalidade perene duma população laboriosa e boa...»

Estas e outras palavras de Mendes Corrêa serviram de introdução ao meu estudo *Antiguidades de Numão*, publicado pelo Centro de Estudos Humanísticos «anexo à Universidade do Porto» (3).

(1) Este trabalho foi apresentado em 12 de Março de 1968 em sessão científica da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

(2) Segundo se lê no *Foral dado a Numão em 1130 por Fernando Mendes e seus filhos*, o termo de Numão abrangia uma enorme área territorial: «começa no Douro e depois pelo cabeço de Custóias e vai dar ao Rio Mau e daí à Calçada e daí à azenha de Donão e vai dar às Duas Casas e daí ao porto de Novias, no Águeda, que desagua no Douro, e da foz do Águeda que desagua no Douro, até Custóias». Ainda se não conseguiu identificar com localidades de hoje, os topónimos na citação empregados.

(3) Cfr. *obra cit.*, Edições Marânus, Porto, 1953, págs. 5 e 6.

Na sequência de outros trabalhos sob aspectos diversos de Numão (1), apresento nova comunicação.

*
* *
*

Existia na aldeia, a caminho das imponentes muralhas do velho Castelo de Numão (2), uma fonte de chafurdo, de traça romana, denominada Fonte do Campelinho, à qual anda ligada uma lenda de *moura encantada*.

A Sr.^a Antónia Cavaca, uma das pessoas mais idosas de Numão, quase com 90 anos, com toda a sinceridade e convicção, contou-no-la assim: «Um homem que era avô de um Filipe de Numão, e que foi a Roma aviar os papéis para se casar, encontrou naquela cidade uma mulher que lhe deu três pães de trigo para ele trazer e entregar às suas três filhas: Zara, Cacina e Lira, que estavam há muitos anos encantadas. Uma na Fonte do Campelinho em Numão, outra na Fonte de Santa Clara em Penedono e a outra na Fonte da Conselheira em Longroiva. Para o recompensar deste trabalho deu-lhe um cinto de pedras preciosas. Esse homem regressado a Portugal hospedou-se numa estalagem, cuja dona, muito curiosa, quis encetar um pão. Ao cortá-lo ouviu um agudo grito e o pão ficou cheio de sangue. A mulher tomada de medo, meteu o referido pão novamente no saco. O viajante não tendo disso conhecimento, e para cumprir o seu contrato, foi aos lugares onde estavam encantadas as filhas do avô do tal Filipe, deitando os pães nas fontes; evocou na Fonte de Santa Clara de Penedono, o nome de Cacina, que imediatamente apareceu ao cimo da água, voando para o Céu. Chegou à Fonte da Conselheira em Longroiva, deitou o outro pão à água e evocou o nome de Zara, que logo apareceu e libertou-se do seu encanto; a Lira encantada na Fonte do Campelinho em Numão, feita a evocação, veio ao cimo da água, chorosa, maldizendo a sua sorte,

(1) Vid. Numão — *Notável Estação Arqueológica*, Separata de *Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia* (STVDIVM GÉNÉRALE, vol. IX — 1962), Porto, 1962; *Medalhistica Religiosa (Algumas espécies encontradas em Numão)*, Separata de *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia* (Lucerna, vol. III — 1963, Porto, 1963); *Cabeceiras de sepulturas medievais existentes em Numão*, in *Lucerna, Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, vol. V, Porto, 1966, págs. 690 a 691. *Numão Pré-Histórico (Inventariação de machados de pedra polida ali encontrados)*, Separata de *Arqueologia e História* — 8.^a série das publicações, vol. II — Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1966.

(2) Vid. Damião Peres, *Castelo de Numão*, in *A gloriosa História dos mais belos Castelos de Portugal*, Portucalense Editora, Porto, fasc. 3, págs. 77 e 78.

lamentando-se de ter que ficar ali eternamente encantada, porque a mulher da estalagem ao cortar o pão de trigo que lhe pertencia, cortara-lhe a perna direita».

A Sr.^a Antónia Cavaca diz ter ouvido várias vezes a moura encantada, na Fonte do Campelinho, a encher as canelas do tear e sabe que um cavaleiro misterioso por ali passa, a altas horas da noite, a falar com a moura encantada; o cavalo desse cavaleiro deixou gravada numa pedra, junto da fonte, a marca da ferradura, ainda hoje existente.

Acabou a Sr.^a Antónia Cavaca por me afirmar que se eu tinha dúvidas a respeito do que me contou, fosse à Fonte, de noite, e que ali ouviria a trabalhar no seu tear a moura encantada (1).

As preocupações da higiene e saúde publicas condenaram ao desaparecimento as fontes de chafurdo ou de mergulho, semelhantes ao do Campelinho (2). Foi esta a razão que, em Fevereiro do ano findo, levou o Município de Vila Nova de Foz Côa à realização de obras com o intuito de fechar a referida fonte de mergulho.

O meu interesse aqui não é focar a questão da fonte em si, seja ou não seja de mergulho. Quero sim, chamar a atenção para o seguinte:

Nas obras já referidas encontrou-se uma pedra com as dimensões seguintes: 1,42 m \times 0,45 m \times 0,28 (Figs. 1, 2 e 3). A pedra fazia parte do muro. Ao tirá-la e depois de limpa notaram que a pedra era trabalhada, tendo esculpidas três figuras humanas: uma virada para baixo e duas para o aterra. Foi sorte não terem chegado a parti-la em vários pedaços, como aconteceu em parte à *pedra da ferradura* que teve de ser restaurada. Na imaginação popular aquela pedra com as três figuras humanas anda ligada à lenda das mouras encantadas nas três fontes referidas. Mais uma vez agradecemos ao distinto clínico numantino, Sr. Dr. João Gouveia, o cuidado de não deixar partir e de resguardar no jardim da sua magnífica vivenda aquela singular pedra.

Qual o seu significado?

Notemos antes de mais que, na fonte, existe uma inscrição talvez grega (Fig. 4), cujo sentido procurarei decifrar. A existência ali de uma fonte de arquitectura romana tem explicação natural. Primeiro porque aquela região está semeada de monumentos arqueológicos, epigráficos e numismáticos, comprovativos da roma-

(1) Vem já transcrita no meu estudo *Antiguidades de Numão*.

(2) Vid. portaria emanada do Ministério das Obras Públicas.

nização daquela velhíssima *Cividade*: Em segundo lugar, mesmo que a feitura da fonte no seu conjunto não seja de determinada época romana, pode muito bem ser de inspiração romana, visto que os artistas posteriores de já lusitanidade reproduziram nas suas obras, embora grosseiras, a arte dos antigos dominadores.

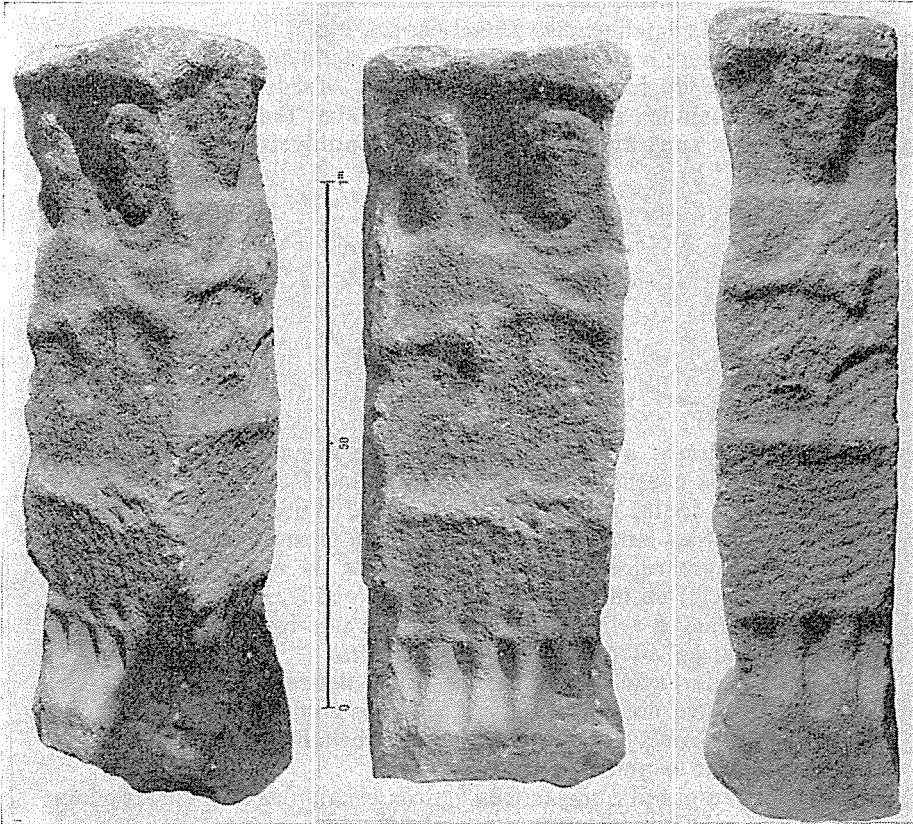


Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

No que se refere à inscrição também não repugna admitir que aquele vocábulo seja grego. É que clássica dominação grega na Itália (hajamos em vista a *grande Grécia* que dominou o Sul da Itália) justifica plenamente o domínio ou simples uso de termos gregos em obras de arte romana.

A harmonia da fonte romana com legenda grega mais evidente nos parece em face da interpretação da palavra.

Na opinião do Prof. Arq. Rogério de Azevedo e de outros estudiosos a palavra Nooc deve ser o genitivo do vocábulo grego Nooc → Nooc , que significa espírito, inteligência, sabedoria e sagacidade. No genitivo, portanto, indicará posse, origem ou complemento determinativo. Assim traduziremos este genitivo desta forma: do espírito, da inteligência, da sabedoria, etc.

Quer dizer: a aceitar-se esta interpretação àquela fonte caberia a designação de fonte do espírito, ou da sabedoria, ou da inteligência ou ainda da sagacidade. E assim todos aqueles que bebem as suas águas adquiririam tão notáveis qualidades.

Fig. 4

Em resumo: a combinação da fonte romana com a epígrafe grega, dá-nos o sentido naturalíssimo da inspiração grego-romana de qualquer fonte, manancial de espírito, sabedoria, inteligência, e tantos outros atributos. As fontes, no mesmo tempo que são caudal de linfa refrescante, regeneradoras de energias, são também manancial de inspiração religiosa e poética.

A conclusão a tirar será a seguinte: esta fonte, possivelmente pré-romana, foi adaptada na época romana.

Com referência à pedra com as três figuras humanas advirtamos que dentro de conceitos relacionados com as fontes se encontra a de que nelas existiam divindades benéficas às quais davam genericamente o nome de *ninfas*.

Até que ponto aquelas três figuras esculpidas na pedra podem levar-nos a relacioná-las com a lenda das três mouras encantadas?

Bem será que aquela fonte seja reposta na sua traça primitiva e aquela pedra singular nela incorporada para realce do seu intrínseco valor arqueológico.

Porto, 12 de Março de 1968.

J. A. PINTO FERREIRA

Director do Gabinete de História da Cidade do Porto

Análise química de quatro fivelas de bronze

Em 1964 ocupámo-nos do estudo morfológico das fivelas de bronze existentes no Museu Antropológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1).

Reunimos nesse trabalho 14 fivelas e 2 fuzilhões de 4 estações arqueológicas: Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Fiães (Vila da Feira), Telões (Vila Pouca de Aguiar) e da necrópole de Valdemides (Castelo de Paiva).

Era nosso desejo fazer acompanhar o citado estudo morfológico dos resultados fornecidos pela análise espectrográfica desse material. Tivemos, porém, na ocasião, de nos limitar ao estudo morfológico e de deixar para outra oportunidade o aspecto químico que só hoje se nos proporciona apresentar.

Só nos foi possível submeter a análise quatro das 14 fivelas estudadas, isto é, aquelas que aparentavam estar menos oxidadas. O estado de oxidação que se regista nas outras fivelas é de tal modo intenso e confere-lhes tal fragilidade, que entendemos por bem não as expor a uma possível destruição, dado que a análise requer que se colha de cada fivela uma pequena amostra que é retirada por limagem. Esta operação era, só por si, susceptível de lhes causar um dano irreparável.

Ao Sr. Doutor HUMBERTO DE ALMEIDA, que foi ilustre Professor Catedrático de Química da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, agradecemos a gentileza de ter acedido a nosso pedido para efectuar estas análises, cujos resultados inserimos no quadro presente (2):

	Cobre	Estanho	Ferro	Arsénio	Zinco
Fivela n.º 1	68,9 %	30,7 %	+	+	0
Fivela n.º 2	78,1 %	21,5 %	+	+	0
Fivela n.º 3	35,8 %	63,4 %	+	+	+
Fivela n.º 4	48,5 %	51,3 %	+	+	0

(1) OSVALDO FREIRE, *Algumas fivelas de bronze do Museu Antropológico da Universidade do Porto*, in Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia, «Lucerna», vol. IV, Porto, 1945, págs. 205-215, 3 figs.

(2) Fivela n.º 1 — proveniente da Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim); *obr. cit.*, fig. 1, f.

Fivela n.º 2 — recolhida em Fiães (Vila da Feira); *obr. cit.*, fig. 2, c.

Fivela n.º 3 — de Telões (Vila Pouca de Aguiar); *obr. cit.*, fig. 2, d.

Fivela n.º 4 — da necrópole de Valdemides (Castelo de Paiva); *obr. cit.*, fig. 3, c.

Os sinais cruciformes que se inserem neste quadro indicam a presença vestigial dos elementos químicos que assinalam.

Da análise dos valores inscritos neste quadro facilmente se deduz a diversidade de composição das ligas metálicas utilizadas para o fabrico das fivelas colhidas nas citadas estações arqueológicas.

Estes valores devem ser encarados como aproximados, visto a amostra retirada de cada fivela ter sido muito pequena, como a delicadeza das peças impunha e, portanto, consistir de uma mistura de óxido e de metal.

Nota-se a ocorrência vestigial de ferro, arsénio e zinco. A do primeiro elemento pode ser atribuída, provavelmente, à própria constituição do terreno e a existência de zinco pode ser encarada como uma impureza.

OSVALDO FREIRE

Assist. Ext. da Faculdade de Ciências da Univ. do Porto

O «botilho de verga»

No período do desmame é uso corrente em Portugal adaptar ao focinho das crias instrumentos de rara simplicidade mas sobremaneira funcionais que as impedem de mamar.

Estes instrumentos apresentam configuração variada, estando já descritas algumas das formas de que podem revestir-se (1).

No Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto há dois exemplares de um tipo de *botilho* que, segundo cremos, não se encontra ainda registado, circunstância que nos animou a arquivá-lo neste ligeiro apontamento de etnografia.

Constituem estes dois exemplares oferta da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Isabel Antunes Pinto feita ao Museu Antropológico no ano de 1964. Foram recolhidos numa propriedade agrícola da Beira Baixa, sita entre Penamacor e Fundão, no distrito de Castelo Branco, onde são utilizados no desmame dos cabritos.

Na fig. 1 reproduzimos, em desenho esquemático, um dos exemplares deste tipo de *botilho*.

É feito de uma verga de olmo a que se conferiu forma triangular aproximadamente isósceles. Esta configuração é obtida por flexão dos segmentos terminais da vara em dois pontos convenientemente afastados. A flexão é precedida de torção nos mesmos pontos, o que ocasiona que o lado menor não fique complanar com os dois outros lados do *botilho*.

(1) JORGE DIAS, *Contribuição ao estudo do barbilho*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1958, vol. XVI, fasc. 1-4, págs. 171-175, 3 figs.

SANTOS JÚNIOR, J. R., *Um botilho trasmontano*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1963, vol. XIX, fasc. 2, págs. 193-196, 2 figs.

Os dois lados maiores cruzam nas extremidades. A sobreposição é favorecida por 2 entalhes existentes na zona de cruzamento e é mantida por um fio que ajusta os lados nessa mesma zona. As porções livres deste fio permitem a fixação do *botilho* à cabeça do animal.

Quando se quer impedir uma cria de mamar ajusta-se-lhe o *botilho*. O lado menor é-lhe introduzido na boca, após o que se prende o botilho à cabeça do animal. A corda amarra na cabeça, por trás dos cornos, garantindo uma fixação perfeita.

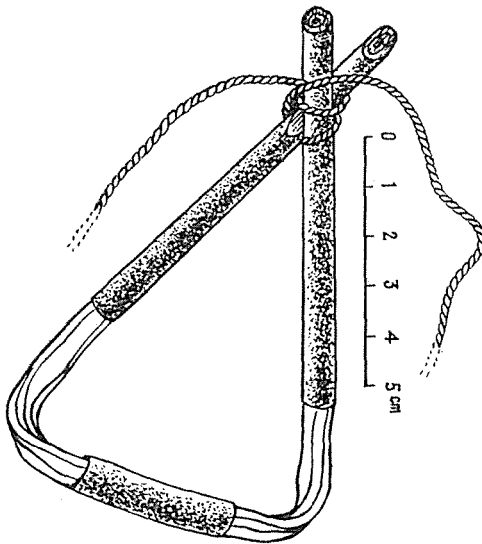


Fig. 1 — Botilho de verga da Quinta da Ferreira, concelho do Fundão (das colecções do Museu Antropológico da Fac. de Ciências do Porto).

A utilização deste tipo de *botilho* não está limitada à Beira Baixa. O Prof. SANTOS JÚNIOR registou o uso de *botilhos* deste mesmo tipo em Meirinhos, Mogadouro, cedendo-nos a fotografia que inserimos (Fig. 2) e que ilustra o modo como o botilho é fixado à cabeça dos cabritos ou *chibos* como ali os designam.

A cabrada que o Sr. Prof. SANTOS JÚNIOR encontrou em Meirinhos, no dia 15 de Abril de 1965, tinha todos os *chibos* embotilhados com botilhos deste tipo, a que chamam *botilhos de verga*, por serem singela e prontamente feitos de uma verga que pode ser de olmo, marmeleiro, oliveira, zambulho ou vime.

Nesta mesma região usam também embotilhar os *chibos* com o chamado *botilho de carreta*, feito de um pau cilíndrico de esteva,

carrasco ou de amendoeira, com entalhes nas extremidades onde prendem dois cordéis que cruzam sobre a testa e vão amarrar por trás dos cornos. Este tipo de botilho é o que vem reproduzido no citado trabalho de Prof. JORGE DIAS (págs. 173-3) e que é designado em Resende com o nome de *barbilho*.



Fig. 2 — Cabritos embotilhados (Meirinhos, Mogadouro).
Fotografia do Sr. Prof. SANTOS JÚNIOR.

Instrumentos utilizados com finalidade idêntica à dos que acabamos de descrever são citados pelo Prof. Doutor JORGE DIAS ⁽¹⁾ sob a designação genérica de *barbilhos*, que este distinto etnógrafo distribui por 6 tipos. Preferimos neste breve apontamento conservar a designação de *botilho* dado que é o nome corrente por que são conhecidos na Beira Baixa e em Trás-os-Montes os instrumentos que descrevemos e alguns outros afins.

OSVALDO FREIRE

Assist. Ext. da Faculdade de Ciências da Univ. do Porto

(1) JORGE DIAS, *obr. cit.*

Castros with «pedras fincadas» in Trás-os-Montes

Stones placed upright in the ground outside the walls of prehistoric castros in North-Eastern Portugal were used to prevent an enemy approaching the castro either too easily or too quickly. The best known example of the use of «pedras fincadas» in Portugal is the castro of Carvalhelhos, but as this castro has been so thoroughly excavated, and so fully published in this Journal by its distinguished excavator, Professor dos Santos Junior, there is no necessity to discuss it further here. In his publication of Carvalhelhos (1) Professor dos Santos Junior mentions some other castros with «pedras fincadas» which had been listed by the Abade de Baçal (2), and some of these are published below.

Parada (Fig. 1)

The castro called «Cidadelhe» is situated on the summit of a hill, 902 m. high, just to the east of the EN 217 between Braganza and Izeda, about 3 kms to the south of the village of Paredes. It is approximately octagonal in shape and is about 115 m. wide. Except on the south side (where the ground falls steeply), the castro is surrounded by a bank, under which lies a stone wall. A ditch is visible outside the bank on the south-eastern and western side, while a modern wall seems to hide a second wall on the north-east. Outside the north-western wall there is a curving ditch, 2,30-2,60 m. wide, which was cut out of the stone, and which surrounds a half-moon-shaped enclosure. As an extension of the north-western end of the ditch there is a talude rampa bank. Inside the half-moon-shaped enclosure there is a belt of «pedras fincadas» 2 m. wide, and the stones are about 30 cm. high.

Further pedras fincadas can be seen outside the ditch on the south-eastern side, where the stones reach a height of 1 m.

(1) *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 16, Fasc. 1-2, 1957, 25 ff., particularly page 45 f., footnote; 19, Fasc. 2, 1963, 187 ff. and 360 ff.; 20, Fasc. 1-2, 1965-66, 181 ff. (with excellent plan).

(2) *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* 9, 1934, 107. 108. 513.

There were originally many more, but the stones have been thrown in the ditch in modern times.

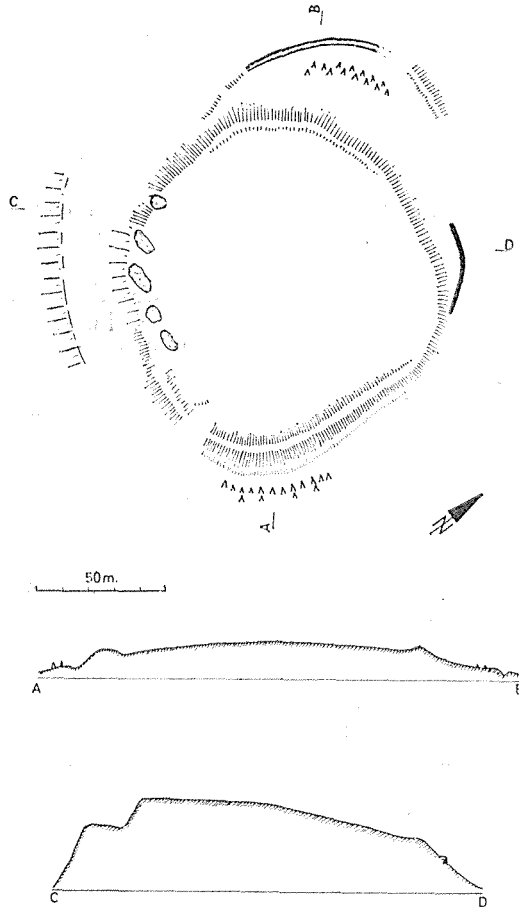


Fig. 1 — Plan and sections of the castro of Parada (Trás-os-Montes)
(Reproduced by kind permission of the German Archaeological Institute, Madrid)

Algosinho (Fig. 2)

The castro, known as «Palas dos Mouros», is situated on a tongue of land about 400 m. east of the village of Algosinho, near Bemposta. Three sides of this promontory fall steeply to a valley below, and are not fortified except for a small wall on the eastern side. However, the modern terraces on the point may hide an ancient wall. The promontory is cut off on the south side from the

adjoining high ground by a great bank of earth and stones which is about 10 m high. This bank is about 15 m wide, but much of this is due to the collapse of the original wall, which must have been even higher than the bank is now. A recent hole dug into this bank shows that the front of the wall was sloped. Outside the

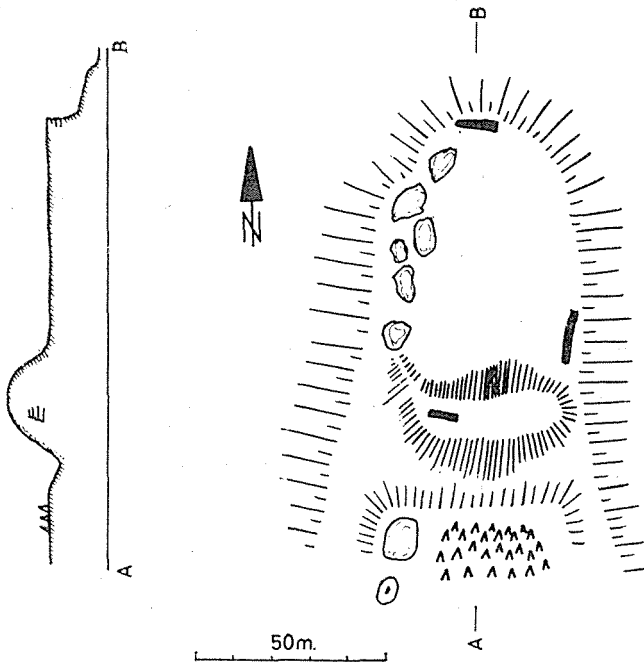


Fig. 2 — Plan and section of the castro of Algosinho (Trás-os-Montes).

(Reproduced by kind permission of the German Archaeological Institute, Madrid)

bank is a ditch, now used as a path, and further south is a belt of «pedras fincadas» about 9,50 m wide. The stones, which are of granite, are about 70 cms high.

Calvelhe

In his great work *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* ⁽³⁾, the Abade de Baçal has this to say of the castro of Calvelhe:

⁽³⁾ Vol. 9, 1934, 180.

«Num, veem-se restos de muros e fossos e, na rocha viva, os guiceiros, onde giravam as portas de acesso à fortaleza, a qual era defendida na esplanada por pedras espetadas na terra com a ponta aguda para cima, como na Cidadela de Paredes, em Algosinho, Penhas Juntas e Picote.»

I know nothing about the castros of Penhas Justas and Picote, but they presumably have «pedras fincadas» too.

The castro of Parada is unusual because it is situated on top of a hill. The only other castros with «pedras fincadas» situated on hill-tops are the Spanish castros of Las Cogotas (Avila) ⁽⁴⁾ and Gallinero (Soria) ⁽⁵⁾. The other castros are all situated on an inland promontory which are surrounded on three sides by a steep valley, and are defended on the fourth side by a wall. Other similar examples may be found at Las Merchanas (Salamanca) ⁽⁶⁾ and Miranda (Avila) ⁽⁷⁾.

Some of the round houses with porch (vestíbulo) at Carvalhelhos are similar to those found in other Portuguese castros further west, such as Citânia de Briteiros and Sabroso ⁽⁸⁾, but this is not surprising because of their geographical proximity. But otherwise there are few contacts between our castros with «pedras fincadas» and the castros of north-western Portugal and Galicia. «Pedras fincadas» are unknown west of Carvalhelhos, nor are they known in Galicia. They are, however, common in castros on the edge of the Plain of Leon and Castile, where they belong to the Cultura de los Verracos (See map Fig. 3). Our castros in Trás-os-Montes also belong to the Cultura de los Verracos.

The only castro with «pedras fincadas» in Portugal which has been extensively excavated is that at Carvalhelhos. Here the careful excavations of Professor dos Santos Junior have uncovered a wealth of material. The great majority of the finds are of the finds are of the Roman period, showing that there was a strong occupation in Roman times. Roman material has also been found at Spanish castros with pedras fincadas, such as at Miranda ⁽⁹⁾,

⁽⁴⁾ Juan Cabré Aguiló, Excavaciones de Las Cogotas (Avila) I. El Castro, Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, Memória N.º 110 (1929).

⁽⁵⁾ B. Taracena Aguirre, Carta Arqueológica de España, Soria (1941) 66 f.

⁽⁶⁾ Maluquer de Motes, Carta Arqueológica de España, Salamanca (1956) 73 ff.

⁽⁷⁾ Juan Cabré Aguiló, Encarnación Cabré de Morán, Antonio Molinero Perez, El Castro y la Necropolis del Hierro Celtico de Chamartin de la Sierra (Avila), Acta Arqueologica Hispanica 5 (1950).

⁽⁸⁾ Mario Cardozo, Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso, Quinta edição 1965.

⁽⁹⁾ See note 7.

but other finds from these castros indicated that the walls and the «pedras fincadas» had been constructed before the Roman period⁽¹⁰⁾. Although no pre-Roman material has been discovered or identified at Carvalhelhos, it is quite possible that the walls of the castro of Carvalhelhos were built before the Roman period. From the evidence of the Spanish castros with «pedras fincadas,» it is likely that the Portuguese castros with «pedras fincadas» were constructed

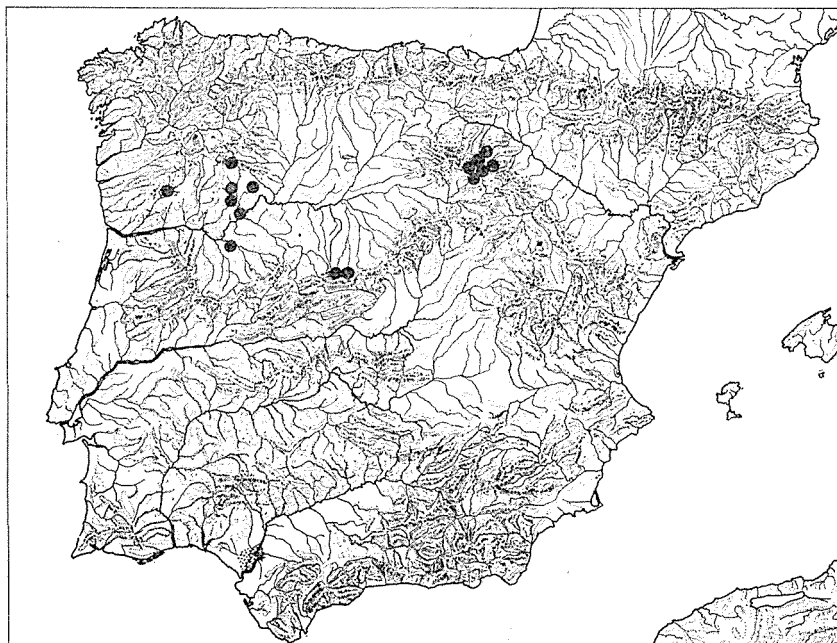


Fig. 3 — Distribution map of castros with pedras fincadas in Portugal and Spain
(Reproduced by kind permission of the German Archaeological Institute, Madrid.)

sometime during the last four pre-Christian centuries. Some of these castros, however, continued to be inhabited into the Roman period, and this explains the wealth of Roman material which has been found at Carvalhelhos.

In conclusion, I should like to thank Professor dos Santos Junior, and the Director of the Empresa das Aguas de Carvalhelhos, Don Francisco Gonzalez, for their kindness and hospitality during my visit to the castro of Carvalhelhos.

PETER HARBISON
(Dublin — IRLANDA)

⁽¹⁰⁾ For further details of the chronology of these castros see Harbison, Castros with *Chevaux-de-Frise* in Spain and Portugal, *Madrider Mitteilungen* 9, 1968.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

JUAN COMAS — *Manual de Antropologia Física*, 2.^a ed., México, 1966, 710 págs., 122 figs. e 101 quadros.

Uma primeira edição deste manual feita em 1957 e uma tradução para inglês publicada em 1960, impuseram este livro como um bom livro, indispensável a todo aquele que queira adquirir os necessários conhecimentos na vasta e apaixonante Antropologia, ou seja a ciência do conhecimento do Homem.

Nesta 2.^a edição o A. modificou, ampliou e actualizou, a 1.^a edição, conservando, no entanto, o delineamento geral, que se pode considerar perfeito.

Num volume de tal extensão, abordando uma multiplicidade de aspectos respeitantes à Somatologia, Biologia, Sistemática, Origem e Evolução do Homem, é natural que aqui ou ali se impunha a vantagem de ampliar ou pormenorizar um ou outro capítulo ou, melhor, esta ou aquela faceta das muitas que nos oferece o estudo integral do Homem.

Como a Antropologia Física é, especialmente o estudo do Homem vivo em ambos os sexos, em todas as idades e em todas as raças e povos da terra, talvez fosse vantajoso desenvolver a antropometria no vivo e a análise dos caracteres descritivos.

Nas seis campanhas de trabalhos de campo em Moçambique, como Chefe da Missão Antropológica, senti a insuficiência das tabelas clássicas dos caracteres descritivos, e propus algumas modificações, especialmente destinadas ao estudo das raças melanodérmicas. Juan Comas, mantém as tabelas clássicas.

No excelente capítulo da Paleoantropologia, que ocupa nada menos de 114 págs., dá a conhecer os velhos e os novos achados de restos fósseis de pré-hominídeos e de homens fósseis nos seus vários graus de evolução, com a tão conhecida humanização progressiva, a que bem pode, e costuma, chamar-se ortogenética.

O livro dá conta em perfeita actualização de conhecimentos, dos mais recentes achados paleoantropológicos.

Julgo, porém, que não deixaria de ser conveniente fazer uma clara e justa referência à indústria osteodontoquerática do *Australopithecus prometheus*, que o Prof. Dart tem procurado demonstrar com uma grande quantidade de materiais e inerentes considerações.

O Prof. Juan Comas, com os seus vastos conhecimentos das Ciências Humanas e com apurado sentido pedagógico, conseguiu compilar no grosso volume de 700 páginas deste Manual de Antropologia Física, os sólidos e indispensáveis conhecimentos à preparação de um estudante de Antropologia a nível universitário.

Para ajuizar do modo como o A. reuniu, e distribuiu as matérias versadas, isto é, como fez a sua disposição sistemática, damos os títulos dos respectivos capítulos que são: I — Generalidades; II — Origem e evolução do Homem; III — Hereditariedade; IV — Crescimento; V — Somatologia; VI — Biotipologia e tipos constitucionais; VII — Craniologia. Osteologia; VIII — Paleoantropologia; IX — Sistemática racial e grupos humanos; X — Utilização e ensino da Antropologia Física.

Trata-se dum manual, cujo significado, como o A. diz no prólogo da 1.^a edição, é o de «livro em que se compendia o mais substancial de uma matéria».

Não parece poder pôr-se em dúvida que o A. conseguiu a finalidade inerente a todo e qualquer manual, pelo que se deve considerar meritória a sua tarefa na elaboração deste grosso volume a que, pelo desenvolvimento com que tratou alguns capítulos, bem poderia chamar-se Tratado de Antropologia Física.

SANTOS JÚNIOR

LOPES CARDOSO (C.) — «Ovatjimba» em Angola. Cadernos de Etnografia, 2.^a série, n.º 1, Museu Regional de Cerâmica, Barcelos, 1967, 48 págs., 1 mapa e 11 estampas com 13 fotos.

Em prosseguimento da investigação etnográfica consagrada aos povos do sul de Angola, traz o Sr. Dr. Lopes Cardoso, no seu presente trabalho, notícia da existência de representantes do grupo étnico *Ovatjimba* em nova região do sul de Angola.

Este grupo, que havia sido assinalado em 1964 na margem sul do rio Cunene, em território do Sudoeste Africano, por Maccalman e Grobbelaar durante uma expedição científica promovida pelo *State Museum*, de Windhoek, caracteriza-se, segundo estes autores, por ter indivíduos baixos e entroncados, de cor escura e traços «negróides». Usavam instrumentos de pedra e possuíam uma economia do tipo caçadores-recolectores.

O Dr. Lopes Cardoso, durante uma das suas campanhas de estudo no distrito de Moçâmedes, ao contactar com um grupo

OvaHimba na região da Oncócuá, detectou dois elementos *OvaTjimba* que se encontravam de viagem e que foram facilmente identificados pelas suas características somáticas, vestes e adornos.

O autor, depois de nos dar uma breve e bem sintetizada informação sobre os *VaTwa* do sudoeste de Angola, apoiando-se em trabalhos do R. P.^o Carlos Estermann cujos passos mais elucidativos transcreve, conclui o seu artigo com três hipóteses de trabalho:

1.^o — Em Angola, pelo menos na região da Oncócuá, vivem elementos de uma população *OvaTjimba*.

2.^o — Seriam povos *VaTwa*, isto é, pré-bantus.

3.^o — Os grupos de *Okombambi* e *Otjinungua* não seriam étnicamente diferentes dos *OvaTjimba*, embora culturalmente diferenciados pelo maior ou menor contacto com as populações bantus vizinhas.

Com este seu trabalho o Sr. Dr. Lopes Cardoso traz novo e importante contributo para a etnografia angolana, emparceirando com Carlos Estermann, José Redinha, Mário Milheiros, Óscar Ribas, e outros etnógrafos que vêm estudando os povos de Angola, trabalho indispensável que deve estar na base de todo e qualquer projecto visando a promoção social das populações indígenas.

CARLOS ERVEDOSA

ALMEIDA SANTOS (J.) — **Contribuição para a bibliografia das línguas «Bantu» de Angola** — Separata do «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira», Vol. VII, n.^o 3, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1966, 33 págs. e 7 gravuras.

A presente obra, que resulta dum exaustivo e demorado trabalho de recolha bibliográfica, apareceu a público já depois da morte do seu autor, ocorrida repentinamente em Agosto de 1964, quando muito havia a esperar do seu talento e da sua dedicação ao estudo.

O Sr. Dr. Almeida Santos, licenciado em Filologia Clássica, fixara residência em Angola desde 1959, e aí exercia o professorado dedicando-se igualmente ao estudo das línguas nativas sobre as quais publicaria três trabalhos. Em 1963 fora convidado para assistente da Divisão de Etnologia e Etnografia do Instituto de Investigação Científica de Angola e, ainda no mesmo ano, como

bolseiro da Fundação Gulbenkian, frequentou em Colónia o *Seminar für Afrikanistik* onde beneficiou de uma preparação de base em linguística bantu.

Desde 1959 que o Dr. Almeida Santos juntava materiais para a elaboração deste volume, trabalho que seria interrompido pela sua morte prematura. Mas, reconhecida a sua utilidade, a Fundação Gulbenkian encarregou-se da sua publicação convidando o Sr. Dr. Carlos Lopes Cardoso a preparar o material. Assim surge esta obra, reestruturada e ampliada de algumas dezenas de novas fichas e dum índice remissivo da responsabilidade do Dr. Lopes Cardoso.

Desta conjugação de esforços resultou uma obra notável cuja falta se vinha a fazer sentir entre os estudiosos destes assuntos. São ao todo 407 fichas, registando dicionários, gramáticas, catecismos, bíblias, livros de cânticos, trabalhos de investigação linguística ou meras recolhas da literatura oral dos nativos expressa sob a forma de contos, lendas, poesias, provérbios e adivinhas. De salientar a vasta contribuição fornecida pelas missões religiosas, os numerosos trabalhos colhidos no Mensário Administrativo e nas obras dos etnógrafos angolanos.

Poderá ter escapado nesta recolha, além de espécies que não existem arquivadas nas bibliotecas nacionais, uma ou outra obra. Nós próprios, que neste campo não passamos de simples curioso, estamos a lembrar-nos dum «*Cancioneiro popular bundo*» (Subsídios), de Gonzaga Lambo, editado pela CEI, dos «*Provérbios e adivinhas Kicongo*», de H. Guerra, publicado em «*Cultura*», dum «*Ilundo*», de Óscar Ribas, e até de certas obras literárias mas de cunho vincadamente regional, portadoras de genuínas expressões dialectais indígenas, como seja «*O Segredo da Morta*», de A. de Assis Jr, «*Uanga*» e «*Ecos da Minha Terra*», também de Óscar Ribas.

Mas o mais importante está, indiscutivelmente, recolhido. Com efeito, desde as obras mais antigas, como é essa «*Dovtrina Chritaã*» do padre Marcos Jorge, da Companhia de Jesus, dedicada ao muito poderoso e cathólico Rey de Congo dom Pedro Affonso segundo deste nome, à obra mais recente datada de 1966, da autoria de Lopes Cardoso, poderão os especialistas encontrar o registo do mais válido que sobre a matéria se tem vindo a publicar.

C. E.

Coronel MÁRIO CARDOSO — Elementos bibliográficos para o estudo da joalheria arcaica luso-espanhola — Sep. da «Revista de Guimarães», Vol. LXXVIII, Guimarães, 1967, 50 págs.

O autor, consagrado arqueólogo e ilustre presidente da Sociedade Martins Sarmento, com este trabalho mais uma vez atesta as suas qualidades de estudioso, e presta assinalado serviço a todos aqueles que queiram conhecer a joalheria arcaica luso-espanhola.

De entrada faz eruditas considerações de ordem geral sobre os vários tipos das jóias arcaicas de ouro e prata da Península Ibérica e sua cronologia, desde o eneolítico, ao longo da Idade do Bronze e começos da Idade do Ferro, até ao seu notável florescimento no período castrejo.

Formula algumas conclusões de ordem geral, que o número de jóias conhecidas, seus tipos e respectiva decoração, permite, desde já, sugerir, quanto aos diademas, lúnulas, torques, braceletes e pulseiras, brincos e arrecadas, fíbulas, fivelas, anéis e brácteas.

Propõe seis agrupamentos cronológica e tipologicamente distintos, citando para cada tipo os exemplares mais demonstrativos.

a) «Jóias pré-históricas muito singelas encontradas em grutas naturais e artificiais, dólmenes e outras jazidas funerárias».

b) «Jóias de carácter orientalizante procedentes especialmente das regiões peninsulares mediterrâneas (culturas ibéricas e tartéssia) e das zonas atlânticas do sul e ocidente, onde mais directamente se fizeram sentir as influências fenícia, grega e púnica, resultantes de contactos comerciais, por via marítima, com estes povos, e através das feitorias que eles estabeleceram nas zonas costeiras da Hispânia».

c) «Jóias pré-romanas, de origem ou influências da Europa Central, com nítido carácter céltico, e de uso mais evidenciado no Noroeste e centro da Península (zona castreja e zona celtibérica). Pertencem às épocas do Bronze final e de Hallstatt, perdurando durante o chamado período post-hallstático da Península, até à época romana».

d) «Jóias proto-históricas de origem ou influência etrusca e romana datadas da Idade do Ferro».

e) «Jóias do período hispano-romano da época tardia».

f) «Jóias da época visigótica, em que a Espanha é bastante rica, mas raras em Portugal».

Segue-se a ampla lista bibliográfica com nada menos de 379 números assim distribuídos:

Para as jóias portuguesas 163 citações; para as jóias espanholas 160; para obras sobre joalheria em geral 56.

Completam este belo trabalho dois índices remissivos. Um das citações bibliográficas por espécies da joalheria luso-espanhola. O outro é índice alfabético das procedências das jóias encontradas em Portugal.

Como disse de entrada, este trabalho atesta, de modo bem flagrante, as qualidades do A. que, neste capítulo, é, sem favor, um especialista.

Como já tive ensejo de o dizer numa reunião da 1.^a Subsecção (Arqueologia) da 2.^a Secção (Belas-Artes) da Junta Nacional de Educação, de que tenho a honra de ser vogal, seguramente de todos o mais humilde, impõe-se a publicação dum *Corpus* das nossas jóias arcaicas, pré e proto-históricas, algumas das quais se conservam inéditas no Museu Etnológico de Lisboa, e, outras, em mão de colecionadores particulares.

Quanto a nós, e como então o afirmei, a pessoa indicada para orientar, dirigir e realizar uma tal publicação, é o autor do belo trabalho que acabamos de analisar, pelo qual bem merece felicitações.

S. J.

MANUEL FARINHA DOS SANTOS — **Arqueologia do concelho de Montemor-o-Novo, realizações, problemas e perspectivas**, edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1967, 19 págs.

Este trabalho foi tema de uma conferência do autor em 26 de Novembro de 1967, no «Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo».

Começa por referir que este concelho é rico em monumentos arqueológicos, especialmente em antas e «vilas rústicas» do período romano.

Alude em seguida à necessidade da criação de um Museu arqueológico na vila de Montemor-o-Novo, para exposição pública dos materiais arqueológicos colhidos em escavações feitas no concelho e apresenta o seu ponto de vista sobre a maneira como gostaria de ver instalado o referido Museu.

Finalmente dá conta dos trabalhos arqueológicos que realizou na Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), desde 1963, ano em que a gruta foi descoberta. Nela foram encontrados muitos ossos humanos; vasos de cerâmica inteiros e fragmentados; machados, enxós e goivas de pedra polida; lâminas de sílex sem retoques

faciais e ainda várias pinturas rupestres paleolíticas, as primeiras conhecidas em Portugal.

Oxalá o autor possa levar a cabo a tarefa a que meteu ombros a fim «de trazer para a claridade da História os testemunhos deixados pelas civilizações antigas», que tão brilhantemente floresceram no concelho de Montemor-o-Novo e em todo o Alto Alentejo.

AGOSTINHO ISIDORO

XAQUIN LORENZO FERNANDEZ — **Velhas artes de pesca no rio Minho** — Sep. da «Revista de Etnografia» do Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto, n.º 14, 7 págs. e 4 figs., Porto.

O A., brilhante e consagrado etnógrafo galego, que é, sem favor, o primeiro e o maior de todos os etnógrafos peninsulares da actualidade (ver fasc. 1-2, Vol. XX dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1965-66, págs. 206, 207) neste seu trabalho registou a existência no curso médio do rio Minho do *barco de dornas* e dos *anzóis de madeira*.

Fotografias e desenhos (o A. é um bom desenhador) documentam iconograficamente o trabalho.

O *barco de dornas*, de feição bem singular e arcaica, é feito de duas toradas de castanho ou carvalho, escavadas à maneira das almadias dos indígenas de Moçambique e de outras muitas regiões do mundo.

As duas toradas postas lado a lado estão fortemente ligadas por travessas, as *cadeas*, sobre as quais assenta o estrado, o *piso*. Os dois remos, de desigual comprimento, são manejados pelo barqueiro pescador sentado na dorna da esquerda de costas para a proa, a *bica*.

Este barco é só pintado por fora, algumas vezes de preto; de vermelho as mais das vezes: é essencialmente um barco de pesca, embora, excepcionalmente, fosse também empregado para transporte de pessoas na passagem do rio.

Na lagoa galega de Antela têm-se encontrado restos arqueológicos de natureza palafítica. Noutra lagoa diz-se que, nos começos deste século, apareceu fossilizada uma embarcação do tipo do *barco de dornas*. Este facto, mesmo sem confirmação plena, porquanto, como diz o A., a sua origem é ignorada, reforça o grande arcaísmo de tão estranho barco.

Bem era que os dois únicos barcos que restam nos arredores de Ourense fossem conservados em qualquer museu, pois o seu

destino final, como diz o A., é apodrecerem pouco a pouco, abandonados na borda do rio.

A outra parte deste trabalho refere-se à preparação de anzóis feitos de espinhos de catapereiro ou espinheiro (*Crataegus oxy-cantha*) que, iscados com bocados de lesma, se empregam para armar as *cordas*; com elas pescam trutas, salmões e, especialmente, enguias.

Um desenho, o da fig. 4 deste belo trabalho, é bem elucidativo do modo de preparar e utilizar este anzol, a que se pode, sem dúvida, atribuir grande antiguidade.

Sobre estas duas notáveis peças da ergologia galega o A. fez há anos uma brilhante conferência na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que se honra de o contar entre os seus sócios correspondentes.

S. J.

GUILHERME FELGUEIRAS — O mar e as «areias de Portugal» nas lendas, mitos e crenças da gente marinheira, Sep. das «Actas do Congresso Internacional de Etnografia de Santo Tirso», Vol. V, Lisboa, 1965, 11 págs.

O A., que ao estudo da nossa Etnografia tem dedicado uma longa série de valiosos trabalhos, é não só um etnógrafo de assinalado mérito, como também um estilista. Escreve primorosamente.

A propósito do fervor religioso da gente do mar e do culto prestado a várias imagens do «Senhor Jesus dos Navegantes» e de algumas «Nossas Senhoras» em várias terras ribeirinhas do nosso litoral atlântico, as quais figuram nas procissões festivas, escreve: «As imagens são apeadas dos altares para as procissões, e osromeiros em grandes ranchadas, sarandilhando danças e dedilhando violas, cantam implorativas hossanas».

Cita a propósito cinco belas quadras, das quais reproduzo a última, consagrada à Senhora da Encarnação, de Buarcos.

Senhora da Encarnação,
tem um telhado de vidro,
que lhe deu um marinheiro
que se viu no mar perdido.

Esta quadra, a atestar as afinidades folclóricas de Portugal e da Galiza, faz lembrar a quadra galega dedicada a Nossa Senhora da Barca, que Rosalia de Castro, glosou primorosamente, no seu

livro «Cantares Gallegos» ao descrever a romaria da Senhora da Barca, em Muxia (Corunha), a que assistiu quando tinha 17 anos. A quadra é a seguinte:

Nosa Señora da Barca
 ten o telhado de pedra;
 ben o pudera ter de ouro
 miña Virxe si quixera.

Noutra passagem do seu belo trabalho, o A. escreve: «Assim como no búzio se ouve toda a orquestra rumorejante do murmúrio oceânico, também na etnografia e no folclore dos pescadores e marinheiros se condensa a personalidade dos mesmos, nos aspectos do mundo espiritual, material e psíquico».

E cita lendas de índole hierática em que figuram Santo António, Nossa Senhora, S. Pedro e alguns peixes. Como reflexo do culto das águas, refere-se ao *banho-santo* com notáveis e excepcionais virtudes curativas de variados males, que, na noite de S. João, se toma no mar da Figueira da Foz e em muitas terras da beira-mar, no dia de S. Bartolomeu, 24 de Agosto.

Escreve na pág. 8 do seu trabalho: «É hábito tradicional das mães, nas povoações vizinhas do litoral, levarem as crianças, antes de completarem sete anos, a S. Bartolomeu do Mar (Esposende) para que lhe não venha o «mal da gota» ou epilepsia.»

Assisti várias vezes a este tradicional banho-santo em S. Bartolomeu do Mar (Esposende).

Os banheiros vestidos de *branqueta*, a típica vestimenta dos sargaceiros, não tinham mãos a medir levando ao colo crianças que se esganiçavam a berrar, mas que, a bem ou a mal, tinham que levar os mergulhos nas três ondas sacramentais.

Um ano vi até um cavalo que ali foi levado para com o banho-santo curar as manias de que sofria o bicho. O cavalo foi montado por um banheiro que entrou pelo mar dentro e que o obrigou a aguentar as três ondas de preceito.

O A. alude ao fogo de Santelmo e ao significado virtuoso que lhe atribuem os marinheiros. Cita rifões e ditados populares alusivos ao mar e à vida marinheira.

Termina por se referir à mult centenária crença das Sereias. Reproduz algumas cantigas populares alusivas a «essas fascinadoras virgens do Oceano», um trecho do romance açoriano «Dom Doardos» e cita várias figurações da Sereia na arte plástica, das quais os azulejos setecentistas da *Casa da Pesca* em Oeiras, constituem «categorizado documento».

O trabalho que analisamos é uma bem cuidada resenha etnográfica de grande interesse «para o estudo da vida tradicional do povo no âmbito da comunidade marinheira».

S. J.

GUILHERME FELGUEIRAS — *Matança do porco — A interpretação dada pelos oleiros — barristas gaienses*, Sep. da «Revista de Etnografia», n.º 12, Porto, 1966, 11 págs. e 6 figs.

O A. num estilo muito próprio, que se lê com agrado, faz considerações de ordem geral sobre os ceramistas estatutários de vários centros oleiros tais como Barcelos, Estremoz e Vila Nova de Gaia.

Os ceramistas gaienses, como escreve a pág. 4, são «artesões anónimos que, com o recurso de moldes negativos conseguem conceber ínfimos trabalhos, numa veia popular intuitiva a que preside experiência mesclada de rotina». Fabricam os típicos *mas-catos*, bonecos de barro que são o deleite do rapazio na preparação das cascatas na quadra do S. João e do S. Pedro.

Cita a longa série de bonecos documentando plásticamente tipos populares em plena fulguração de beleza e de pitoresco, e alguns usos e costumes, entre os quais realça a representação da matança do porco ou matadelo, que reproduz nas figs. 1, 3 e 6. Esta última, belo e artístico conjunto do Presépio da Madre de Deus. Olhando os trabalhos dos nossos bonequeiros ceramistas em que brilha a alma pura do povo, podemos dizer com o A. que eles «entroncam com garbo no património da nossa Ergologia».

S. J.

A MÉRICO CORTÊS PINTO — *História de Valdevinos e Aventura do Galo-Franco*, Sep. da «Revista de Portugal — Série A: Língua Portuguesa», Vol. XXXII, Lisboa, 1967, 43 págs.

O A., com ampla erudição e num estilo fluente que se lê com sumo agrado, faz a história de Valdevinos ou, melhor, de dois Valdevinos e do Galo-Franco.

Impressionado pela diversidade das referências que em várias versões de rimances populares se fazem a um Valdevino, nobre, leal e valoroso, gloriosamente morto no campo da batalha de

Roncesvales, e a um outro Valdevino, charlatão, jogador e bordeleiro, assassinado ao jogo a *golpes de tablero*, segundo Menendez y Pelayo em Espanha, ou de *taboas e tableiro*, como se dizia em Portugal, procurou explicar a viragem dum nome próprio a depreciativo comum.

São convincentes os raciocínios que vai tecendo ao estudar a psicologia das personagens que figuram nos romances novelescos.

Refere a existência em Évora da *Rua de Valdevinos*, alusiva ao apelido de nobre família eborense. No pátio dessa rua residiu José Barreto de Valdevinos e Vasconcelos, que nasceu em 1654 e faleceu em 1737, filho de Nicolau Landim e de D. Maria de Vasconcelos Valdevinos, herdeira do morgadio de seu apelido.

O Valdevinos jogador, num rimance popular espanhol, figura enamorado duma *moirica* sevilhana, como «devasso frequentador de alcouces, que está nos braços duma amante aqui na Península, e se põe a suspirar por outra que deixou em França, e ainda por cima casada (?), traindo assim o rei da Saxónia», cuja esposa teria sido sua amante. Continua o A. a análise desse rimance espanhol para realçar que este Valdevinos não cumpria os preceitos da religião católica, a ponto de se tornar um renegado, quando, em vez de aceder ao propósito da *moirica*, dele tão enamorada, que se propunha fazer-se cristã, se dispõe a fazer-se moiro.

Foi este segundo Valdevinos que, segundo o A., originou a transformação do nome próprio em nome comum com sentido desprimoroso, «para inyectivar alguém com tendência para a vadiagem». Parece não ser de aceitar a hipótese filológica não onomástica para o aviltamento do nome.

Nos capítulos «Valdevinos e os rimances de gesta», «As metamorfoses de Valdevinos e as histórias de Carlos Magno», «Uma nova pista na identificação de Valdevinos», «O processo de descrédito de Valdevinos» e a «Legenda do segundo Valdevinos em Portugal» o A. deduz considerações de ordem histórica, filológica e etnográfica.

Embora não deixe de admitir que outras influências concorrentes «pudessem interferir a reforçar ou fixar, por analogias fonéticas ou semânticas», o sentido pejorativo de valdevinos, o A. conclui por afirmar e com certa lógica:

«Quanto a nós, porém, julgamos que foi o desprezo e desconsideração pelo jogador vadio e tunante a causa fundamental do significado degradante que o nome próprio, de tão nobres tradições, viria a tomar passando a nome comum».

No que respeita à aventura do Galo-Franco o A. comprova as suas qualidades de estudioso quando analisa «Os romances do

Galo-Franco, do Bravo-Franco ou do Rico-Franco e o seu valor etnográfico e etnológico».

Analisa o Rimance do Galo-Franco do qual existem na ilha da Madeira, algumas modalidades ou versões. Faz transcrições do mesmo para inferir que, pelo facto de nesse rimance se fazer a especificação etnográfica do protagonista, se podem deduzir, entre outras, as seguintes conclusões: «que tal rimance não foi importado da França; que a sua origem deve, muito provavelmente, atribuir-se a povos luso-hispânicos; que a manutenção do termo galo-franco leva a crer que o poema é de origem muito remota; que a data a atribuir à sua origem «parece corresponder ao período contido dentro das primeiras gerações da independência de Portugal».

Este belo trabalho é um excerto do livro em preparação *Elucidário Filológico e Histórico de Gíria, Calões e Plebeísmos Eruditos*.

Pela excelência do trabalho que analisamos pode prever-se quão valioso será o serviço prestado pelo A. à nossa Etnografia e Filologia com a publicação do livro anunciado.

S. J.

FLÁVIO GONÇALVES — O vestuário mundano de algumas imagens do Menino Jesus — Sep. da «Revista de Etnografia» n.º 17, Porto, 1967, 29 págs. e 12 figs.

O Dr. Flávio Gonçalves, distinto professor da Escola Superior de Belas-Artes do Porto e etnógrafo de mérito, no trabalho que analisamos deu, mais uma vez, testemunho flagrante das suas muitas qualidades de criterioso observador e estudioso atento.

Considerações de ordem histórica, quanto ao aparecimento das primeiras imagens do Menino Jesus no nosso país na primeira metade do séc. XVI e seu extraordinário florescimento no fim desse século, são o tema inicial deste belo trabalho.

O A. refere que foi o movimento da Contra-Reforma que originou a multiplicação das imagens do *Jesus pueril*, atribuindo-lhe «uma iconografia que a tradição consagra, apresentando-o como uma criança sadia e roliça, quase sempre desnuda, de olhos grandes, meigos e lábios rubicundos».

Nos séc. XVII e XVIII o Menino Jesus foi alvo de particular devoção especialmente por parte dos franciscanos e dos jesuítas, como o A. atesta com amplas citações bibliográficas.

Mas, como diz a pág. 10, «foi nos conventos de freiras que o culto do Menino Jesus encontrou o melhor terreno e as representações artísticas do celeste bambino mais se propagaram,

atingindo o seu apogeu no séc. XVIII e vivo ainda nos primeiros decênios de oitocentos».

Noviças e soboras, que «haviã deceptado a vida por coacção, por inexperiência ou por fanatismo», prodigalizavam aos seus *Meninos*, imagens infantis de Jesus, cuidados e carinhos verdadeiramente maternais, de filhos que não tiveram.

Escudado em farta bibliografia, cuidadosamente respigada, o A. aludindo aos carinhosos cuidados que as freiras dispensavam aos seus *Meninos* escreve: «compunham-lhe versos, representavam-lhe peças teatrais, beijavam-nos, vestiam-nos, dormiam com eles, deitavam-nos em caminhas de madeira ou de prata, embalavam-nos, davam-lhe bolos, brinquedos e flores, construía-m-lhes *presépios* no Natal, imputavam-lhes milagres e colóquios místicos, etc.». Como escreve a pág. 27, tais desvelos e excessos, tais desmandos apaixonados do culto do Deus-Menino, «documentam o irracionalismo quase grosseiro, que as correntes místicas da época conduziram, fogosas, muitos espíritos carecidos de uma conveniente formação religiosa e de uma vocação monástica sincera».

A maior parte deste trabalho é consagrado aos chamados *Meninos Jesus de vestir* que «envergavam roupas de panos diversos por sobre os corpos de madeira».

Destes reproduz as fotografias de oito, que, para conveniente referência, deviam ter sido numeradas.

O primeiro reproduzido na pág. 9, é trabalho indo-português de marfim do séc. XVII e faz parte da colecção do Museu Machado de Castro, de Coimbra. É um Menino Jesus vestido de túnica, calçado de sandálias e com os instrumentos da Paixão.

O segundo reproduzido na pág. 15, é o Menino Jesus de Nossa Senhora da Lapa, em Quintela, concelho de Sernancelhe, Beira Alta. No primeiro quartel do séc. XVIII envergava «o traje afrancesado dos faceiras da corte de D. João V». Como o A. escreve a pág. 14, a indumentária deste Menino Jesus não se modificou grandemente nos últimos duzentos anos, «pois a imagem continua, hoje, a mostrar um chapéu de dois bicos, camisa branca de rendas nos punhos, casaca de veludo cor de púrpura, bordada a fio e lhama de prata (como o chapéu) meias e calções justos. Desapareceram-lhe a cabeleira postiça e a inevitável gravata rendada, mas, em contrapartida, alardeou, até não há muito, um espadim ou quitó, transferido para o Paço Episcopal de Lamego».

O terceiro é uma escultura moderna do Menino Jesus, envergando as roupas de uma antiga imagem do séc. XVIII, imagem que, actualmente, se encontra na igreja matriz de Lagos. A indumentária é formada por «chapéu preto de três bicos, casaca e

calções vermelhos, colete branco bordado a fio de oiro, gravata e punhos de renda».

O quarto é um Menino Jesus coroado do antigo convento do Calvário de Évora, de claristas, da primeira metade do séc. XIX, «que está prestes a disparar uma flecha com o respectivo arco; embora a escultura vista uma túnica branca, bordada a fio dourado, sustém à cinta a aljava das setas!». E o A. acrescenta: «É de crer que os primeiros *Meninos Jesus* não tivessem surgido da mera iniciativa dos artistas que os realizaram...».

O quinto é uma linda imagem de Menino Jesus, fantasiosamente vestido de pastor alentejano, «com um atrevido chapéu de aba larga, calças curtas e cajado; do cinto pendem-lhe diversos objectos, enquanto no peito e nos punhos desabrocham rendas». É imagem dos fins do séc. XVIII que pertenceu a uma religiosa do demolido convento do Paraíso, de Évora.

O sexto é o célebre *Menino Jesus da cartolinha* da Sé de Miranda do Douro, que tem como zeladoras as raparigas solteiras de Miranda. Vem reproduzido na pág. 23, e na pág. 24 o oratório rocóco onde o mesmo está exposto, bem como toda a sua rica indumentária.

A fotografia mostra-o de cartola, casaca e calções de seda, sapatos bordados, espadim de prata, banda a tiracolo, a condecoração da Ordem de Cristo, colarinho alto com amplo laço branco e punhos da camisa lisos. Entre o seu amplo guarda-roupa, como o A. refere, figuram casacas fidalgas, um fato de toureiro, uma «capa de honras» mirandesa, um «palhinhas» de *papo-seco*, chapéus moles, etc., além de um chapéu tricórnio emplumado, desaparecido.

O sétimo é o Menino Jesus da «Tia Baptista» do mosteiro de Vinhó, do concelho de Gouveia, Beira Alta, que «veste uma farda de oficial napoleónico: casaca de abas recuadas e de alamares, calções bordados, faixa atravessada no peito, espadim à cinta e grande bicórnio na cabeça».

O oitavo, é o Menino Jesus que se venera na capela de Nossa Senhora do Espinheiro entre Seia e Sabugueiro, Serra da Estrela, Beira Alta. Como o A. escreve a pág. 25, este «*Menino serrano* ostenta também a farda de oficial do exército dos inícios do séc. XIX, com casaca de alamares abotoada, botas altas e esporas, bicorne e espadim. Chamam-lhe os pastores *o nosso Capitãozinho*: e no dia da romaria (8 de Setembro) aclamam-no no meio de estrepitosos *vivas*».

Nas eruditas considerações finais alude ao facto de a vida e a arte religiosa terem mergulhado, sob certos aspectos, «numa onda profana». «De tal modo, o retrato anacrónico, garrido e catita,

dado à figura do Menino Jesus, revela uma sintomática confusão da esfera do sagrado com a das vulgares solicitações da esfera terrena». A indumentária de jovens aristocráticos e de militares de patente, de alguns Meninos Jesus conventuais, reflectem uma época de amores freiráticos que, escandalosamente, se estendeu por todo um século. Esses Meninos Jesus seriam, como diz o A., uma «espécie de filhos-namorados».

A igreja, trilhando caminhos de austeridade e de sentido mais profundo, procurou eliminar várias incongruências iconográficas que a arte herdara. No entanto a Igreja tolera, e é um bem, o culto a alguns dos *Meninos Jesus de vestir* existentes em regiões arcaizantes do país, e que são profunda e arreigadamente venerados pela simplista crença popular.

O A. remata o seu belo trabalho nestes termos:

«Graças porém aos estudos da psicologia, passou-se a compreender melhor, e a valorizar, a condição infantil e a condição da mulher, ambas de contexto muito *sui generis*, cheio de virtualidades. Só então se tomou consciência da deprimente caricatura que constituem as imagens do Menino Jesus fantasiado de adulto, e, ao mesmo tempo, se sentiu o drama que por vezes tocou as suas primeiras donas, freiras e noviças».

De facto assim é. As freiras desdobravam-se em manifestações carinhosas aos seus Meninos Jesus, concretizando nelas os filhos que a sua profissão de fé lhes impedia terem. As raparigas solteiras de Miranda do Douro, zeladoras do seu *Menino Jesus da Cartolinha* concretizam, no culto que lhe dispensam, o desejo de serem mães, instinto profundamente feminino.

O Dr. Flávio Gonçalves realizou um belo trabalho, em que se reflectem as suas notáveis qualidades, pelo que felicitações lhe são bem merecidas.

S. J.

Cinquentenário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Plano da sua comemoração

Fundada em 26 de Dezembro de 1918 por um grupo de intelectuais, entre os quais alguns brilhantes mestres universitários, esta Sociedade científica vai fazer 50 anos.

Foi seu primeiro Presidente o Prof. Luis Viegas, Catedrático da Faculdade de Medicina da nossa Universidade do Porto. Sucedeu-lhe o Prof. Mendes Corrêa, Catedrático da nossa Faculdade de Ciências. Por morte deste a presidência foi entregue ao Prof. Hernâni Monteiro, outro Catedrático da nossa Faculdade de Medicina, ao qual tive a honra de suceder.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia esteve sempre em estreita ligação com a Universidade do Porto e, há muitos anos, tem a sua sede no Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, o qual, por proposta minha, e voto unânime do Conselho da minha Faculdade, tem hoje o nome de Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa».

Cinquenta anos na vida duma sociedade científica, que leva publicados 20 volumes da sua revista, é um facto que, julgo, deve ser comemorado condignamente.

Em reunião do Conselho Director da Sociedade realizada em 14-XII-1967 assentou-se que a comemoração ficasse assinalada com a publicação de um volume da revista, para o qual se pedirá a colaboração de alguns sócios honorários, correspondentes e efectivos.

Um tal volume, que será o 21.º, atingirá um número de páginas que depende do número dos sócios convidados a colaborar e do número e extensão dos estudos que forem enviados.

Há pois que limitar o número de colaboradores e o número de páginas de cada trabalho.

A ajuizar pelo que se passou com o volume XVII da homenagem que a Sociedade prestou a Mendes Corrêa, podemos calcular que o 21.º volume virá a ter umas 550 a 600 páginas. Com as gravuras que, por via de regra, ilustram os trabalhos de índole antropológica, um tal volume, com a habitual tiragem de 1000 exemplares, deve orçar em cerca de 90000\$00 esc. Para a distribuição do volume, e dado o facto de a Sociedade permutar a sua revista com cerca de 700 entidades, Institutos, Centros, Museus e revistas nacionais e estrangeiras, precisa-se de uma verba de 5500\$00 esc.

Independentemente, e além duma sessão solene em que serão homenageados os três Presidentes já referidos, poderia fazer-se uma série de conferências para as quais seriam convidados alguns antropologistas nacionais e estrangeiros, nomeadamente da Espanha e do Brasil. Sugerem-se os seguintes:

Prof. Luís de Pina, da Universidade do Porto
Prof. Abel Tavares, da Universidade do Porto
Prof. Xavier da Cunha, da Universidade de Coimbra
Prof. Orlando Ribeiro, da Universidade de Lisboa
Prof. António de Almeida, da Universidade de Lisboa
Prof. Jorge Dias, da Universidade de Lisboa
Prof. Alcobé, da Universidade de Barcelona
Prof. Maluquer de Motes, da Universidade de Barcelona
Prof. José Pons, da Universidade de Madrid
Prof. Gilberto Freire, da Universidade do Rio de Janeiro
Prof. Froes da Fonseca, da Universidade do Brasil
Prof. H. Vallois, da Universidade de Paris
Prof. G. de Olivier, da Universidade de Paris
Prof. Raimond Dart, da Universidade de Witwatersrand,
Joanesburgo
Prof. Câmara Cascudo, da Universidade do Rio Grande do Sul
Prof. Thales de Azevedo, da Universidade da Baía.

Poderiam organizar-se também colóquios ou mesas redondas em que se tratariam assuntos de vária índole, tais como:

Antropologia do Ultramar, seu interesse social e político

- a) Antropologia física ou Somatologia dos indígenas
- b) Antropologia cultural
- c) Arqueologia das províncias ultramarinas.

Os Castros, raízes do nacionalismo luso

- a) Necessidade da sua inventariação
- b) Estudo pormenorizado dum plano de escavações metódicas para o ressurgir de um certo número de castros com o concurso de estudantes do ensino superior e dos últimos anos do ensino secundário, em trabalhos de campo a organizar com a cooperação da Mocidade Portuguesa.

Cultura megalítica. Necessidade da inventariação e estudo dos megálitos.

Flagrantes da Etnografia metropolitana, especialmente no norte de Portugal, nas suas características manifestações ergológicas e animológicas.

Deste modo se poderá comemorar condignamente o cinquentenário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Porto, 18 de Dezembro de 1967.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

Prof. Catedrático da Faculdade de Ciências
Univ. do Porto e Presidente da Sociedade
Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Tartessos e os seus problemas

(Simpósio)

Tartessos e os seus problemas é o tema do V Simpósio de Pré-história Peninsular, que vai realizar-se em Jerez de la Frontera, nos dias 2 a 6 de Setembro próximo, pelo Instituto de Arqueologia e Pré-história da Universidade de Barcelona, em colaboração com The William L. Bryant Foundation, sob a direcção do distinto Prof. Doutor Maluquer de Motes.

As muitas escavações realizadas nos últimos anos na região andaluza, bem como os seus muitos achados arqueológicos, tornam necessário este simpósio para a sintetização de todos os problemas referentes à antiga civilização tartéssica.

Tartessos, cidade que teria sido a capital e metrópole deste velho império, simboliza a primeira civilização urbana da Europa Ocidental. Daí ser necessário promover o seu estudo integral e estabelecer a precisa coordenação entre as instituições e investigadores a ela ligados.

Além disso, a actual política económica espanhola de aproveitar melhor os recursos do solo naquela região fará desaparecer muitas jazidas arqueológicas tartéssicas, ainda não estudadas.

É altamente elogiosa e oportuna a realização deste simpósio dada a importância histórica, cultural e política deste antigo impé-

rio, que florescia junto à Foz do Guadalquivir já pelo ano de 1500 a. C.

As sessões de trabalhos serão públicas.

Para inscrições, informações e mais pormenores, dirijem-se a

Instituto de Arqueologia e Pré-história
Universidade de Barcelona
Barcelona 7 (Espanha)

Comunicações apresentadas e discutidas em sessões científicas da Sociedade

Em 1967

Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (1965-1966), pelo Prof. Santos Júnior; Alguns aspectos da Cultura uruguaia de raízes portuguesas, pelo D. Fernando de Assunção; O castro de S. Vicente da Chã — mais uma campanha de escavações, pelo Dr. Osvaldo da Silva Freire; Quadros do folclore de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo P.^o Joaquim Manuel Rebelo; «Estudo antropológico da Tribo moçambicana dos Macondes (Nota prévia), pelo Dr. Osvaldo da Silva Freire; A estação paleolítica de Samuane, pelo Sr. Carlos Nascimento Ervedosa; Aerofotointerpretação em geologia e arqueologia, pelo Prof. Gaspar Soares de Carvalho; Aspectos da cultura material do indígena brasileiro, pelo Prof. Gerardo de Carvalho; Antropologia e Sociologia, pelo Prof. Santos Júnior; Bracara, Augusta e a sua Arqueologia, pelo prof. José Rigaud de Sousa; A anta grande do Zambugeiro (Valverde), pelo Dr. Henrique Leonor de Pina.

ÍNDICE DO VOL. XX

J. PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA — A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior.	5
AGOSTINHO FARINHA ISIDORO — Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo).	29
REBELO BONITO — Nossa Senhora na lírica popular.	59
JESUS TABOADA — La «malla» en la comarca del Tâmega superior .	93
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — Dois «fornos do povo» em Trás-os-Montes	119
J. PINTO-MACHADO — Sinostose das suturas do crânio e idade . .	223
CARLOS M. N. ERVEDOSA — A Estação Paleolítica da Baía Farta (Angola).	263
AGOSTINHO FARINHA ISIDORO — Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) — II	285
FERNANDO O. ASSUNÇÃO — En torno a bailes populares de Trás-os-Montes, y el río de la Plata — Sus origenes en el Siglo de Oro.	299

Vária:

Aplicação de métodos científicos de prospecção em estações arqueológicas portuguesas (M. S. TITE & J. C. ALLDRED)	147
Paleolítico de Torres Novas (AFONSO DO PAÇO)	161
Acerca dum molde de lucernas (J. J. RIGAUD DE SOUSA)	165
Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos (HORÁCIO MAIA E COSTA)	173
Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR)	181
Inscrição ibérica de «Corte do Freixo» (Almodôvar) (ROGÉRIO AZEVEDO)	191
Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre) (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR)	339
Espólio arqueológico da gruta do Bugio (AGOSTINHO F. ISIDORO) .	347
O castro de Sabrosa (CARLOS M. N. ERVEDOSA).	355
O castro de São Vicente da Chã (Montalegre) (OSVALDO FREIRE) .	368
Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão (J. A. PINTO FERREIRA)	376

Análise química de quatro fivelas de bronze (OSVALDO FREIRE)	381
O «botilho de verga» (OSVALDO FREIRE)	382
Castros with «pedras fincadas» in Trás-os-Montes (PETER HARBISON)	385
Cinquentenário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR)	405
Tartessos e os seus problemas	407
Comunicações apresentadas e discutidas em sessões científicas da Sociedade em 1967	408

Lutuosa:

PROF. DOUTOR AMÉRICO PIRES DE LIMA	194
PROF. DOUTOR CELESTINO MAIA	197
D. SEBASTIÃO PESSANHA	200
DR. ÁLVARO EDUARDO GUIMARÃES DE CAIRES	202

Revista bibliográfica — Índice alfabético dos autores:

AMÉRICO CORTÉS PINTO (399); ANTÓNIO CASTILLO DE LUCAS (210); CARLOS LOPES CARDOSO (218 e 391); ELSA BRUNILDE DE MENDONÇA (220); ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA (216); FERMIN BOUZA BREY TRILLO (209); FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA (215); FLÁVIO GONÇALVES (401); GUILHERME FELGUEIRAS (211, 397 e 399); HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES (217); História da Galiza (204); JOÃO ALMEIDA SANTOS (392); XAQUIN LORENZO FERNANDEZ (396); JUAN COMAS (390); MANUEL FARINHA DOS SANTOS (395); MÁRIO CARDOSO (394); MARTÍN ALMAGRO (208).

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»
e do «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular»

VOL. XX — FASC. 3-4

SUMÁRIO:

J. PINTO-MACHADO

A sinostose da sutura do crânio e idade — (págs. 223 a 261).

CARLOS M. N. ERVEDOSA:

A Estação Paleolítica da Baía Farta — (págs. 263 a 283).

AGOSTINHO FARINHA ISIDORO:

Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) — II — (págs. 285 a 297).

FERNANDO O. ASSUNÇÃO:

En torno a bailes populares de Trás-os-Montes, y el río de la Plata — (págs. 299 a 337).

Vária: — Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre) (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 339 a 347); Espólio arqueológico da gruta do Bugio (AGOSTINHO F. ISIDORO) (págs. 347 a 355); O castro de Sabrosa (CARLOS M. N. ERVEDOSA) (págs. 355 a 367); O castro de S. Vicente da Chã (Montalegre) (OSVALDO FREIRE) (págs. 368 a 375); Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão (J. A. PINTO FERREIRA) (págs. 376 a 380); Análise química de quatro fivelas de bronze (OSVALDO FREIRE) (págs. 381 e 382); O «botelho de verga» (OSVALDO FREIRE) (págs. 382 a 384); Castros with «pedras fincadas» in Trás-os-Montes (PETER HARBISON) (págs. 385 a 389).

Revista bibliográfica: — AMÉRICO CORTÊS PINTO (399); CARLOS LOPES CARDOSO (391); FLÁVIO GONÇALVES (401); GUILHERME FELGUEIRAS (397 a 399); JOÃO ALMEIDA SANTOS (392); XAQUIN LORENZO FERNANDEZ (396); JUAN COMAS (390); MANUEL FARINHA DOS SANTOS (395) e MÁRIO CARDOSO (394).